



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL – PPGH

PEDRO CASSIANO FARIAS DE OLIVEIRA

**SEMEANDO CONSENSO COM ADUBO E DEDAL –
DOMINAÇÃO E LUTA DE CLASSES NA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL
(1974-1990)**

Professora Orientadora: Virgínia Fontes

Niterói
Março 2017

PEDRO CASSIANO FARIAS DE OLIVEIRA

**SEMEANDO CONSENSO COM ADUBO E DEDAL –
DOMINAÇÃO E LUTA DE CLASSES NA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (1974-
1990)**

Prof^ª. Orientadora: Virgínia Fontes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, sob a orientação da Professora Doutora Virgínia Fontes

Niterói
2017

PEDRO CASSIANO FARIAS DE OLIVEIRA

**SEMEANDO CONSENSO COM ADUBO E DEDAL –
DOMINAÇÃO E LUTA DE CLASSES NA EXTENSÃO RURAL NO
BRASIL (1974-1990)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
História Social da Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para a obtenção
do grau de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a Dr^a Virgínia Fontes – Orientadora (UFF)

Prof^o Dr. Rodrigo Lamosa (UFRRJ)

Prof. Dr. João Marcio Mendes Pereira (UFRRJ)

Prof^o. Dr. Demian Bezerra de Melo (UFF)

Prof^o Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (UERJ)

*Penso: não vale a pena, é como pedir a um
cajueiro para não entortar seus ramos. Mas
nós cumprimos destino de tapete: a História
há-de limpar os pés nas nossas costas*

Mia Couto

À Amanda Cristina, irmã, amiga e alicerce

AGRADECIMENTOS

Neste item somos sempre injustos. Escrito no final do doutoramento, literalmente como a última coisa a ser elaborada, a exaustão causa um bloqueio de pessoas que foram importantes e que devem ser lembradas aqui. Portanto, caso não mencione alguém peço perdão e sintam-se agradecidos.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora Virgínia Fontes que é a maior intelectual que conheço e que aceitou o desafio ingrato de me assumir como orientando, mesmo em situação tão adversa como foi a que ocorreu. Sua leitura crítica e sua paciência em aguentar meu trabalho, além de sua força, generosidade e simpatia, foram essenciais para terminar o doutorado. Tenho uma dívida de gratidão que, talvez, nunca possa retribuí-la. Esta tese, definitivamente, não teria sido terminada sem você.

Gostaria de agradecer à professora Sonia Regina de Mendonça que me orientou por quase três anos e que foi uma inspiração da temática, da opção teórica e de boa parte do que está escrito aqui. Sinto muito mesmo por não ter tido a maturidade de ter mantido sua amizade na minha vida, espero que um dia possa alcançar seu perdão.

Gostaria de agradecer muito à minha irmã Amanda Cristina por ter me carregado até aqui, literalmente e emocionalmente. Dedico a ela esse doutorado, pois ela me segurou algumas vezes de eu ir à Secretaria do PPGH e cancelar tudo no fatídico ano de 2015. Passamos juntos muitas reverses, mas também muitas alegrias e conquistas. Eu não mereço a irmã que tenho e sempre me emociono diante de sua felicidade nas minhas conquistas. Elas são tão minhas quanto sua, saiba disso. Gostaria de agradecer também aos meus pais por terem me dado o suporte nessa jornada.

Muito obrigado a todos do Núcleo Estado e Poder pelos três anos de trocas frutíferas de ideias, angústias e discussões teóricas. Maurício, Melissa, Camila, Natália, Lamosa, Ricardo e todos aqueles com quem nos encontrávamos nos eventos do Núcleo e na Anpuh ao longo desse período. Que os Congressos futuros nos tragam mais encontros.

Gostaria de agradecer em especial ao meu amigo André Guiot, que importunei inúmeras vezes. Considero Guiot o mais brilhante intelectual dessa geração que eu conheço, um exemplo para mim, além de ser um amigo precioso. Muito obrigado à Camila Pinheiro e Melissa Natividade que leram meu material e me ajudaram de tantas

formas, assim como Maurício e Cristina Margalho, que me deram muita coragem quando eu não tinha mais. Vocês são infinitamente mais valiosos do que qualquer titulação que eu receba.

Aos amigos que ganhei na graduação e na pós-graduação, anulando a solidão que é esse momento. Carregarei vocês para a vida: Mariana Virgolino, Flávia de Souza, “Adriano Primeirão”, Fábio Frizo, e tantos outros. Vocês compartilharam de perto sugestões, leituras e muito desabafo em todo esse processo.

As amigadas antigas e novas que também me fizeram chegar nesse momento: Rafael, Julia, Baldin, Gabriel, Tatiana Bukowitz, Raquel, Alex Salles, Naiara, Fernanda, Camila, Tatiana, Thianne, Carol e Pedro Fontes. Vou ter que inventar outra desculpa que não seja: “estou escrevendo a tese”.

Muito obrigado aos professores Rodrigo Lamosa e Demian Bezerra de Melo por terem aceitado a áspera tarefa de participarem da banca de Qualificação. Ambos fizeram leituras generosas e críticas construtivas que me permitiram ver onde não enxergava mais. Irracionalmente aceitaram de novo compor a Banca de defesa do doutoramento, juntamente com os professores Paulo Alentejano e João Mendes Pereira que também sou muito grato.

Aos professores Marcelo Badaró Mattos e João Leonardo Medeiros no processo de aprendizagem nas aulas da pós-graduação e graduação, que fiz como aluno e ouvinte, as quais me ajudaram a me aprofundar na teoria marxista. João, espero que a maldição seja quebrada e que eu possa assistir seu curso completo! A professora Ana Mauad que teve enorme delicadeza e sensibilidade com meu caso como coordenadora da Pós-Graduação.

Aos funcionários da EMATER-MG que me acolheram, em abril de 2015, para recolher fontes no Centro de Documentação e Memória da Extensão Rural, permitindo a finalização do levantamento da documentação primária sobre o extensionismo rural. Em especial agradeço a conversa e o contato que mantive por todo o período com o doutor Benjamin Duarte.

Ao Grupo de Orientação Coletiva (GTO) coordenado pela professora Virgínia Fontes: Thiagos, João Paulo, Rejane, Juliana, Anderson, Paulo, Elaine, Danilo, Diego, Marcio, Flávio, Lauria, Vicente e todos os demais integrantes. Nem tenho como expressar a preciosidade que foi nossas reuniões para o amadurecimento político,

teórico, histórico que realizamos e a acolhida maravilhosa com a qual me receberam nesses últimos anos.

À Banda do Colégio Salesianos de Santa Rosa que sempre foi minha segunda família. Tocar na Banda garante minha sanidade, pois é um oásis de alegria nesse oceano de incertezas.

A todos os amigos e professores do Colégio Aurelino Leal, do qual faço parte com tanto orgulho e que me acompanharam no fim dessa jornada. Aos meus alunos que me inspiram e me desafiam a ser um professor melhor a cada momento.

À Secretaria do PPGH da UFF que me aguentaram inúmeras vezes respondendo às perguntas que nem sempre estavam no Manual!

À CAPES pela bolsa concedida no primeiro ano de doutorado e ao CNPq pela bolsa nos três anos restantes e que garantiu minha vida material nesse período.

A todos que eu porventura tenha esquecido, muito obrigado.

Agora, diferente de muitos agradecimentos que isentam todos aqueles que ajudaram no trajeto da tese por eventuais equívocos que tenha cometido, assumindo a autoria da tese sozinhos, eu digo: todos são culpados pelas páginas escritas! A história não há de absolve-los.

Resumo

A tese é o resultado de uma pesquisa sobre a extensão rural no Brasil nos anos de 1974 a 1990, período em esta política esteve sobre a coordenação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). Baseado no pensamento de Antonio Gramsci sobre Estado ampliado como ferramenta teórica e metodológica traçamos nosso principal objetivo: analisar a relação entre Estado restrito e sociedade civil na trajetória do extensionismo, tomado aqui como uma expressão de propostas hegemônicas intraclasse do patronato rural no Brasil nesse período, que transbordavam para iniciativas de convencimento e dominação de setores subalternos, ao lado de intensa violência direta e simbólica. Essa relação trouxe conflitos internos e externos que desembocaram, na década de 1980, para um conflito interno entre setores do patronato rural e movimentos sociais rurais. Para isso, contamos com a análise dos aparelhos privados de hegemonia das frações da classe dominante agrária que estiveram envolvidos na política extensionista e ainda de outras instâncias da sociedade.

Palavras-chaves: Extensão Rural – Hegemonia – Estado ampliado - EMBRATER

Abstract

This thesis is the outcome of a Brazilian rural extension research conducted from 1974 to 1990. The period in which this policy was based fell under the coordination of the Brazilian Company for Technical Assistance and Rural Extension (EMBRATER). Based on Antonio Gramsci's thinking of the expanded state as a theoretical and methodological tool, we outline our main objective: to analyze the relationship between the restricted state and civil society in the extensionist trajectory, taken here as an expression of the rural hegemony patronage in Brazil during said period. For this, we rely on the analysis of the private hegemonic resources from the agrarian ruling class that was involved in the extensionist policy and also of other instances of society.

Keyword: Rural Extension - Hegemony - State - EMBRATER

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Projetor de Imagens da EMATER-MG fornecido pelo ETA:	40
Figura 2: Logo da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)	43
Figura 3: II PND, Política Agrícola Nacional e a EMBRATER.....	83
Figura 4: Modelo de execução do extensionista.....	83
Figura 5: Os princípios cooperativistas	97
Figura 6: A luta da cooperativização contra do egoísmo	97
Figura 7: Cartilha da CPT (1982).....	99
Figura 8: Mapa do Brasil com a distribuição dos escritórios locais do SIBRATER (1976)	123
Figura 9: Propaganda de extensionista rural de empresa de insumos agrícolas.....	128
Figura 10: Seção Humor da Revista da OCB	132
Figura 11: Propaganda de 35 anos da política de extensão rural.....	144
Figura 12: Trevo de quatro folhas, símbolo dos Clubes 4-S no Brasil (esq.) e da Costa Rica (dir.).....	146
Figura 13: Ilustração do hasteamento da Bandeira Nacional em reunião dos Clubes 4-S	151
Figura 14: Divisão sexual das atividades dos Clubes 4-S	152
Figura 15: Cartilhas sobre melhoramento da cozinha. Projetos dos Clubes 4-S para economia doméstica	154
Figura 16: Corte e costura – Projeto Vestuário num Clubes 4-S de Goiás	167
Figura 17: Imagem da capa da cartilha sobre o SIBRATER distribuída no interior do país.....	168
Figura 18: Propaganda no jornal <i>O Globo</i> sobre a ação dos extensionistas da EMBRATER	169
Figura 19: Extensionista rural com boné na Revista <i>Extensão Rural</i> (1988).....	182
Figura 20: Propaganda da empresa de insumos químicos Ciba-Geisy na revista <i>A Lavoura</i> (1977).....	183
Figura 21: Professor Roberto Leher recebendo a investidura de Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, <i>O Globo</i> (2016)	185
Figura 22: Capa da Revista <i>Extensão Rural</i> sobre mecanização agrícola 1982.....	205

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Previsão de produção agropecuária no II PND	72
Tabela 2: Número de contratos e valor dos financiamentos à agropecuária brasileira (1938-48-58-68 e 1976).....	74
Tabela 3: Proporção de técnicos locais da área agropecuária pelo total de técnicos locais, por região (1956-1981).....	85
Tabela 4: Escritórios Municipais abrangidos pelos Serviços de Extensão Rural por Unidades da Federação (1971-1981).....	120
Tabela 5: Municípios abrangidos pelos Serviços de Extensão Rural (1971-1981).....	121
Tabela 6: Área média e mediana (em hectares) por estabelecimento agrícola (1970-1980).....	125
Tabela 7: Operações do Banco Mundial no Brasil (1970-1978).....	192
Tabela 8: Plano de financiamento do projeto EMBRATER/BIRD 1978.....	196
Tabela 9: Estimativa de desembolso da parcela do BIRD em US\$ milhão	196
Tabela 10: Alocação dos recursos da parcela do BIRD	207
Tabela 11: Número de funcionários em atividades no SIBRATER antes e depois do empréstimo(1978-1985)	208
Tabela 12: Pessoal incorporado ao SIBRATER por região, programação, reprogramação e realização (1977, 1981 e 1985).....	209
Tabela 13: Expansão da estrutura do SIBRATER em 1985.....	209

LISTA DEGRÁFICO:

Gráfico 1: Consumo de Fertilizantes no Brasil por Nutriente – 1950-1990 (em ton.) .	95
---	----

LISTA DE QUADROS:

Quadro 1: Projetos de assistência técnica e extensão rural realizados pela EMBRATER com e sem parceria (1975-76)	80
Quadro 2: Evolução do quadro de pessoal do SIBRATER de 1956 a 1975, discriminado por atividade	84
Quadro 3: Sistemas de Produção de Arroz em Santa Catarina – projeto EMBRAPA/ACARESC (1975).....	88
Quadro 4: Programação do I PRONACOOP (1975).....	108
Quadro 5: Membros da COMPATER (1974-1977)	116

Quadro 6: Dados operacionais das empresas de órgãos privados de assistência técnica credenciadas pela EMBRATER (1978)	127
Quadro 7: Agências e agentes mantenedores do Comitê Nacional dos Clubes 4-S de 1969	147
Quadro 8: Clubes e grupos organizados de jovens e adultos (situação em 31 de março de 1966).....	156
Quadro 9: Clubes e grupos organizados pela extensão rural (1975)	156
Quadro 10: Classificação das famílias rurais em uma determinada área	164
Quadro 11: Presidentes do Brasil, Ministros da Agricultura e diretoria da EMBRATER (1974-1990)	179
Quadro 12: Principais Grupos de Defesa da Propriedade por região	218
Quadro 13: Composição da Frente Ampla da Agropecuária (FAA) - 1986.....	219
Quadro 14: Trajetória dos dirigentes da ABRA (1971-1990)	229

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS:

ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABC – Associação Brasileira de Criadores
ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ABCBRH – Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa
ABCD – Associação Brasileira dos Criadores de Devon
Abcoop – Aliança Brasileira Cooperativa
ABCZ – Associação Brasileira de Criadores de Zebu
ABEAS – Associação Brasileira de Ciências Agrárias Superior
ABIA – Associação Brasileira de Indústrias da Alimentação
ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
ACAPESP – Associação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural
ACARESC – Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACIDA – Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Agricultura e Alimentação)
AIA – Associação Internacional Americana
ANCAR – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
ANCAR-PE – Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco
ANDA - Associação Nacional dos Defensores de Aduos
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
ASBRAER – Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ASCAR – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
ASSER – Associação dos Servidores da EMBRATER
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
Assocene – Associação de Orientação das Cooperativas do Nordeste
ASSOCEP – Associação de Orientação às Cooperativas do Paraná
ASSOCEP – Associação de Orientação às Cooperativas do Paraná
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
CAEMI – Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração
CAIs – Complexos Agroindustriais
CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CBCL – Confederação Brasileira de Cooperativa de Laticínios
CCPL – Cooperativa Central dos Produtores de Leite
CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
CEC 4-S – Comitê Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais
CEE – Centro de Ensino e Extensão
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura
Ceres – Fundação de Seguridade Social
CEXPAN – Centro de Comércio e Exportação do Paraná
CEXPAN – Centro de Comércio e Exportação do Paraná
CFP – Comissão de Financiamento da Produção
CIA – Central de Inteligência dos EUA
CIBRAZEM – Companhia Brasileira de Abastecimento

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola
CNA – Confederação Nacional de Agricultura
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNC – Confederação Nacional do Comércio
CNC4-S – Comitê Nacional dos Clubes 4-S
CNI – Confederação Nacional das Indústrias
Cocane – Cooperativa Central Agrícola do Nordeste Ltda.
Cocepe – Cooperativa Central Agrícola de Pernambuco
COMIGO – Cooperativas Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano
COMPATER – Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural
Conasem – Comissão Nacional de Sementes e Mudas
Conasem – Comissão Nacional de Sementes e Mudas
CONCITE – Conselho Estadual da Ciência e Tecnologia
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
Coopeder – Cooperativa dos Servidores do DER/MG
Coopercamos – Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos
COOPERNORTE – Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento do Litoral Norte
COTRIJAL - Cooperativa Tritícola Mista Alto Jacuí
COTRISA – Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo
COTRUJUI – Cooperativa Tritícola Serrana LTDA
CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRB – Confederação Rural Brasileira
CREAI – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial
CREDER – Crédito Mútuo dos Colaboradores da Coopeder
Credicampos – Cooperativa de Crédito Rural de Campos Novos
CRO – Crédito Rural Orientado
CRS – Crédito Rural Supervisionado
CSN – Companhia Siderúrgica Nacional
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DAC – Departamento de Assistência ao Cooperativismo
DATE – Divisão de Assistência Técnica Especializada
DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DNPEA – Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária
DOT – Departamento de Orientação Técnica
DPV – Departamento de Produção Vegetal
EAESP/FGV – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
EBTU – Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMGOPA – Empresa Goiânia de Pesquisa Agropecuária
EMPASC – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina
ENA – Escola Nacional de Agronomia
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPRAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
ESAMV – Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária
ESAV – Escola Superior de Agricultura de Viçosa
ESAV – Escola Superior de Agronomia de Viçosa
ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano
FAA – Frente Ampla da Agropecuária Brasileira
FAO – *Food and Agriculture Organization* (Organização das Nações Unidas para
FARESP – Federação de Agricultura do Estado de São Paulo
FARSUL – Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul
FASER – Federação Nacional dos Trabalhadores da Extensão Rural
FCESP – Federação do Comércio do Estado de São Paulo
FEALQ – Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz
Febraban – Federação Brasileira de Bancos
Fecoagro – Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
Fecotriço – Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul
Feemicoop – Federação Mineira das Cooperativas de Crédito Mútuo
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FIESP – Federação de Indústrias do Estado de São Paulo
FNAS – Fundo Norte-Americano para Assistência Social
FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
GEIPOT – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
GERA – Grupo Interministerial de Reforma Agrária
GRET – Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra
I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento
I PNRA – I Plano Nacional de Reforma Agrária
IAA – Instituto de Açúcar e Alcool
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBC – Instituto Brasileiro de Café
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura
INAN – Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPES – Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais
IRGA – Instituto Riograndense do Arroz
ITEC – Instituto Técnico das Cooperativas
JUC – Juventude Universitária Católica
MA – Ministério da Agricultura
MAIC – Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio
MASTRO – Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MEB – Movimento de Educação de Base
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCA – Organização das Cooperativas da América

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OCEAL – Organização das Cooperativas do Estado do Alagoas
OCEAM – Organização das Cooperativas do Estado do Amazonas
OCEG – Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara
OCEMG – Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
OCERGS – Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul
OCESC – Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
Ocesp – Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
ONU – Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCI – Partido Comunista Italiano
PDC – Partido Democrata Cristão
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PENSA – Centro de Conhecimento em Agronegócios
PGMP – Política de Garantia de Preços Mínimos
PIDCOOP – Projetos Integrados de Desenvolvimento Cooperativista
PIN – Programa de Integração Nacional
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNCS – Programa Nacional de Conservação de Solos
POLOAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento do Cerrado
POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
Proálcool – Programa Nacional do Alcool
PRODOESTE – Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados, na região Centro-Oeste
PRONACOOOP – Programa Nacional de Cooperativismo
PRONACOOOP – Programa Nacional de Cooperativismo
PRONATER – Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAZEM – Programa Nacional de Armazenamento
PROTERRA – Programa Nacional de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste
PROVALE – Programa do Vale do Jequitinhonha
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSD – Partido Social Democrata
PSD – Partido Social Democrático
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSI – Partido Socialista Italiano
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTN – Partido Trabalhista Nacional
RNC – Revista Nacional do Cooperativismo
SAR – Serviço de Assistência Rural
SIA – Serviço de Informação Agrícola
SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
SINDIAGRI – Sindicato Dos Trabalhadores do Setor Público Agrícola de Goiás

SINDIAGRI – Sindicato dos Trabalhadores Públicos Agrícolas do Estado de Goiás
SNA – Sociedade Nacional de Agricultura
SNRC – Sistema Nacional de Crédito Rural
SRB – Sociedade Rural Brasileira
SSR – Serviço Social Rural
STR – Sindicato dos Trabalhadores Rural
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDHEVEA – Superintendência da Borracha
SUPRA – Superintendência Para a Reforma Agrária
SUALE – Superintendência do Vale do São Francisco
TRE – Tribunal Regional Eleitoral
UDN – União Democrática Nacional
UDR – União Democrática Ruralista
UERMG – Universidade Estadual de Minas Gerais
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFV – Universidade Federal de Viçosa
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
Unasco – União Nacional das Associações Cooperativas
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
UREMG – Universidade Rural do Estado de Minas Gerais
USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Social
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – EXTENSÃO RURAL, DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO, ORIGENS E CONTEXTO	11
1.1 – Introdução: balanço historiográfico sobre extensionismo rural	11
1.2 – Teoria do Estado: pressupostos de análise	18
1.2.1 – Estado ampliado, ou integral em Gramsci.....	20
1.2.2 – Dominação simbólica.....	25
1.2.3 – Estado ampliado como uma questão de método.....	34
1.3 – Origem do extensionismo rural no Brasil: EUA e a questão agrária brasileira.....	36
1.4 – Revisitando o debate, construindo uma crítica: historiografia sobre o governo Goulart e golpe de 1964.....	45
1.4.1 – Na contramão do poder: patronato rural no golpe de 1964	52
1.4.2 – Ditadura empresarial militar: controvérsias no campo silenciadas	57
1.5 – Redirecionamento da política agrícola no Brasil: empresas públicas, interesses privados	59
CAPÍTULO 2: II PND E A CRIAÇÃO DA EMBRATER (1973-1978)	69
2.1 – II PND: tentativa de crescimento em tempos de recessão do capital	69
2.1.1 – Extensão rural no II PND: criação e sistematização da EMBRATER e da COMPATER.....	76
2.2 – Sociedade civil e modernização da agricultura	90
2.2.1 – Aparelhos privados de hegemonia do patronato rural e sua relação com a extensão rural	92
2.1.2 – Cooperativismo: novo paradigma da hegemonia do patronato rural.....	96
2.3 – Articulação Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – criação da COMPATER	114
2.4 – Mensurando a extensão rural no Brasil	119
2.5 – Do sonho ao pesadelo: fracasso do II PND?	129
CAPÍTULO 3: INTERMEZZO: PENSANDO O EXTENSIONISTAS COMO INTELLECTUAL ORGÂNICO	135
3.1 – <i>Für ewig</i>	135

3.2 – Extensionismo e educação rural	141
3.2.1 – Problematizando a educação extensionista.....	158
3.3 – Extensionista como vocação.....	165
3.4 – O boné: liderança rural em disputa.....	182
CAPÍTULO 4: CRISE, DECADÊNCIA OU NOVOS RUMOS NA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (1978-1990)?	187
4.1 - Recapitulando.....	187
4.2 – Banco Mundial e suas diretrizes para a agricultura.....	188
4.2.1 – Projeto EMBRATER/BIRD de 1978	195
4.2.2 – Banco Mundial e Extensão rural: execução conturbada.....	200
4.2.3 – Avaliação do primeiro projeto BIRD / EMBRATER	206
4.3 – Nova velha República: transição pelo alto	212
4.4 – I PNRA: o natimorto plano de reforma agrária	216
4.5 – Reforma agrária na constituinte de 1988.....	222
4.6 – Contra hegemonia no campo e na extensão rural: uma análise da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).....	226
4.6.1 – Perspectiva da extensão rural pela ABRA.....	236
4.6.2 – A EMBRATER e a reforma agrária	239
4.6.3 – Cooperativismo e extensão rural na construção da nova hegemonia intraclasse.....	245
4.7 – Desmonte da EMBRATER: fim da extensão rural?.....	250
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONTO EM FUGA	259
BIBLIOGRAFIA	269
1.1 - Teses, dissertações e livros sobre extensão rural	269
1.2 - Documentos oficiais.....	270
1.3 – Periódicos	276
1.4 – Bibliografia consultada.....	277
ANEXO 1: ORGANOGRAMA DA EMBRATER	285
ANEXO 2: TRAJETÓRIA DOS PRESIDENTES DA EMBRATER (1974-1990)....	286
ANEXO 3: TRAJETÓRIA DOS DIRETORES DA EMBRATER (1974-1990)	287
ANEXO 4: DIRETORIA DO CONSELHO NACIONAL DE CLUBES 4-S DE 1969	289

ANEXO 5: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS, ÁREA DE AÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS POR ASSOCIADA (DADOS ABSOLUTOS) – 1976-1979	290
ANEXO 6: EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS, (DADOS RELATIVOS) – 1976-1979	291
ANEXO 7: DIRETORIA DA ABRA (1971-1990).....	292
ANEXO 8: DIRETORIA DA OCB (1969-1990)	302
ANEXO 9: PRIMEIRA DIREÇÃO NACIONAL DO MST (1984).....	307
ANEXO 10: DIRIGENTES DA ABCAR E SUAS TRAJETÓRIAS(1956-1975).....	312
ANEXO 11: REVISTA EXTENSÃO RURAL E O ENSINO MOBRAL	314
ANEXO 12: IMAGENS DE JOVENS DOS CLUBES 4-S.....	315
ANEXO 13: CARTILHAS DE ECONOMIA DOMÉSTICA DAS ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS DE MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E PERNAMBUCO	316
ANEXO 14: “UM HOMEM, UMA MULHER E UM JIPE”, REPRESENTAÇÃO BÁSICA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL	317

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos assistimos uma onda conservadora que nos lança em tempos sombrios (Demier e Hoeveler, 2016). A dominação burguesa no Brasil, estreitamente associada ao agronegócio, se aprofunda. Analisar as formas dessa dominação é crucial para resistir e superar seus limites.

Esta tese tem como objetivo principal entender a longa dominação, tratada aqui pelo ângulo da *hegemonia*, das frações da classe dominante do Brasil constituídas pelo patronato rural, através da análise da trajetória da política de extensão rural no Brasil no período coordenado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), praticada pelo Estado restrito brasileiro no período de 1974 a 1990. Aprendemos com o marxista italiano Antonio Gramsci que:

Evidentemente, será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social. [...] Somente do quadro global de todo o conjunto social e estatal [...] é que resultará a história de um determinado partido; por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico (Gramsci, 2011b, p. 87)

O trecho acima destaca um princípio marxista primordial da *totalidade*. Assim, ao mesmo tempo em que nos debruçamos sobre a trajetória de uma política agrícola, estamos também vislumbrando a trajetória de tensas iniciativas de construção de uma certa forma de hegemonia no Brasil.

A harmonia na música, é produzida por meio de uma relação *tensão* da uma corda qualquer entre duas extremidades. Tal como na harmonia, a hegemonia também é fruto de uma tensão entre duas extremidades formadas, de um lado, pela coerção e, no outro, pelo consenso. Partimos, portanto, da constatação que na história do Brasil há uma longa duração do predomínio do patronato rural, atuando num triplo movimento: no primeiro, a tensão interna entre frações deste patronato pela hegemonia interna, isto é, no interior da burguesia agrária. Esse movimento foi acompanhado secularmente de intensa violência – privada e pública – contra as populações rurais e contra suas tentativas de organização. O segundo movimento pode ser chamado de “esboços de convencimento”, ou iniciativas hegemônicas dessas classes dominantes em direção aos trabalhadores rurais. Na medida em que mesmo no período ditatorial a luta de classes é abafada coercitivamente, mas não é eliminada, havia a necessidade do estabelecimento do consenso em torno do projeto de modernização agrícola por parte dos pequenos produtores para eles incorporarem, de forma subalterna, ao processo de modernização

da agricultura, ao mesmo tempo em que tentava-se desmobilizar as formas de resistência contra hegemônicas que ameaçassem os interesses dos dominantes.

O terceiro consiste de um efetivo pioneirismo de organização dessa fração da classe dominante no âmbito da sociedade civil e sua penetração no Estado restrito. Esses movimentos não são visto de maneira mecânica, ou cronologicamente determinados, eles ocorrem simultaneamente, se retroalimentando, com recuos e avanços, atravessando de toda a história do Brasil recente.

Para iniciarmos o debate da temática apresentada devemos, em primeiro lugar, entender o que é extensão rural. Assistência técnica e extensão rural¹ é um termo comprido para falar de uma mesma coisa. Portanto, seguiremos somente usando a segunda expressão. Em poucas palavras, extensão rural pode ser definida como uma política de difusão de técnicas e tecnologias junto à produtores rurais, por diversos meios de comunicação. Ela é caracterizada por ser uma forma de “educação complementar”, por conter um viés pedagógico em suas estratégias de comunicação e pelo seu distanciamento do ensino regular oferecido nas escolas rurais.

Em segundo lugar, devemos também esclarecer que, ao longo da tese, quando pronunciamos que o extensionismo “fez”, “implantou”, “criou”, fazemos consciente que, na verdade, foram os atores sociais que estão dirigindo essa política que são protagonistas dessas ações movidos por interesses específicos. Tal como Marx entendia que “*quando digo que o casaco, a bota etc. se relaciona com o linho sob a forma de incorporação geral de trabalho humano abstrato, salta aos olhos a sandice dessa expressão.*” (Marx, 2013a, p. 150-151), entendemos que a extensão rural não fazia nada, antes eram seus agentes, extensionistas dirigentes e/ou dirigidos, que realizavam essas ações. Para poupá-los, porém, de uma nomenclatura extensa e pretenciosa, fazemos uso abreviado expressando a vontade do extensionismo rural.

Em terceiro lugar devemos deixar claro que a opção teórica defendida não possui uma concepção do Estado como *sujeito* da ação política, tampouco como *objeto* de um determinado grupo. Entendemos que a noção de Estado deve ser compreendida no seu sentido Estado ampliado, ou integral. Essa definição foi fundada por Antonio Gramsci. Em linhas gerais, o Estado é entendido como uma relação *orgânica* entre dois âmbitos da sociedade: a civil e a política. No plano da sociedade civil encontramos agências organizadas através de adesões voluntárias, de acordo com a posição de classe

¹Tal recorte cronológico foi definido a partir dos anos de criação e de extinção da empresa.

no processo produtivo, conhecidas como aparelhos privados de hegemonia, ou partidos (no sentido amplo do termo). No domínio da sociedade política encontram-se as instituições propriamente estatais, ou “públicas”, também designada como Estado restrito.

A escolha da noção de Estado ampliado como alicerce teórico impôs ao pesquisador uma escolha de ordem *metodológica* singular. Entendemos que o caráter original da tese não está propriamente na temática, mas, sobretudo, na relação entre a pesquisa sobre a extensão rural no Brasil e a teoria do Estado ampliado.

Esse entendimento teórico/metodológico surgiu da leitura, reflexão e participação como bolsista de iniciação científica das pesquisas de Sonia Regina de Mendonça. A historiadora marxista fluminense possui vastíssima obra sobre a disputa pela hegemonia intraclasse dominante realizada por aparelhos privados de hegemonia das frações da classe dominante agrária. Baseada em intensa e volumosa pesquisa empírica Mendonça conseguiu não somente mapear diversos projetos do patronato rural em quase todo o período republicano, como também estabeleceu a relação entre tais projetos e promulgação das principais políticas públicas para o setor agrária, incluindo a criação do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), em 1907 (Mendonça, 1997).

Assim, entendemos, tal como Mendonça, que o processo de consolidação de uma hegemonia intraclasse não se verifica somente na análise unilateral do Estado restrito, mas na sua orgânicarelacão com a sociedade civil. É por isso que a pesquisa também abarca o comportamento e a natureza das entidades da classe dominante no período delimitado, problematizando a correlação de forças que possui um reflexo direto, ou indireto, na correlação de forças na sociedade política tendo como eixo a política de extensão rural.

Através do pensamento de Poulantzas (2000) sabemos que a luta de classes atravessa o Estado ampliado constantemente. Isso quer dizer algo muito simples: as mudanças, ou continuidades da política de extensão rural eram influenciadas pelos embates no interior das frações da classe dominante e contra as dominadas. Mesmo que essa influência não ocorresse de maneira imediata, pois o período de adaptação e remodelação podia ser prolongado ou encurtado, havia algum abalo na estrutura com os rumos da política eram tomadas.

A hipótese central da pesquisa apresentada no projeto original é a de que a extensão rural no Brasil, no decorrer dos anos 1970-80, desenvolveu suas estratégias a partir de interesses organizados no âmbito da sociedade civil, face à chamada “modernização da agricultura” ou capitalização do campo. O extensionismo – apesar de seu discurso assistencialista – não objetivava a elevação do nível de vida do pequeno produtor (proprietário ou não proprietário), tendo-se transformado, na verdade, em um importante catalizador da concentração fundiária e manutenção do consenso passivo dos setores subalternos de produtores rurais.

Como desdobramento da hipótese central, apresentamos como sub-hipótese que o projeto extensionista serviu para difundir tecnologia junto ao pequeno proprietário visando inseri-lo no processo produtivo capitalista ajudando na intensificação da industrialização da agricultura.

Essa sub-hipótese foi relativizada ao longo da elaboração desta tese. Por um lado, a pesquisa confirmou a tentativa do extensionismo em “modernizar” o pequeno produtor durante toda sua trajetória. Todavia, houve durante a década de 1970 o alargamento do público do extensionismo incluindo médios e grandes produtores. Contudo, na década de 1980, houve uma recomposição de forças dentro da própria EMBRATER que colocou em questão o papel da extensão rural no Brasil sobre a bandeira da reforma agrária e dos movimentos sociais rurais que eclodiram nesse momento.

Avançando na discussão, acrescentemos ainda outra sub-hipótese que contemple mais especificamente a nova configuração da correlação de forças das frações da classe dominante agroindustrial que foi elaborada a partir do levantamento e leitura das fontes pesquisadas. Acreditamos que ocorreu um *rearranjo da hegemonia intraclasse entre os projetos das entidades do patronato rural no Brasil*, no período delimitado, influenciando diretamente na reconfiguração das entidades patronais, sobretudo a multiplicação de representações especializadas e na emergência de novas entidades no cenário político. Essas mudanças afetaram, no geral, a política agrícola emanada pelo estado restrito e, em particular, afetaria os objetivos e ações da EMBRATER. Para tal reflexão destacamos ao longo da tese a questão do cooperativismo e o papel da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que, segundo Mendonça, surge como a nova hegemonia no campo na década de 1980 (Mendonça, 2010d).

O primeiro capítulo inicia-se com um balanço historiográfico sobre a extensão rural, destacando os aspectos teóricos das pesquisas desenvolvidas até então para demarcarmos nossa posição teórica e metodológica sobre Estado, poder e dominação simbólica que serão os alicerces conceituais desta pesquisa. Em seguida, faremos uma discussão da origem do extensionismo rural no Brasil. Esta política foi trazida dos Estados Unidos para o Brasil, no final da década de 1940, pelas mãos do magnata estadunidense Nelson Rockefeller, passando por uma adaptação ao clima e ao solo político tropical tupiniquim. O extensionismo rural elencaria o produtivismo como mecanismo principal para o aumento da produtividade no campo sem considerar a questão da concentração fundiária e suas variáveis, como o acesso à terra, desigualdade rural, entre outros, levando ainda princípios assistencialistas como bases para a “melhoria das condições de vida no campo”. O desenvolvimento do extensionismo, nesse primeiro período, também contou com a ajuda direta do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA).

Durante a década de 1960, a política de extensão rural consolidou-se como uma importante *política alternativa* frente aos projetos de reforma agrária, mais especificamente no período da presidência de João Goulart (1961-64), pois trazia a questão do desenvolvimento rural pela via do produtivismo sem alterar a estrutura fundiária – temor constante de todas as frações da classe dominante rural. Assim, o golpe empresarial-militar de 1964 teve apoio unânime das frações da classe dominante rural e enterraria por quase três décadas o próprio debate sobre reforma agrária na política. O governo ditatorial instaurado após o golpe combateu violentamente as organizações dos movimentos sociais no campo. Tudo isso foi consolidado graças a promulgação do Estatuto da Terra poucos meses após o golpe, em novembro de 1964.

A criação da EMBRATER, em 1974, deu continuidade à busca pelo aumento da produtividade pela via tecnológica ampliando suas ações para “toda” população rural. Isso significava nada mais do que a inclusão dos médios e grandes proprietários no acesso à extensão rural pois teriam condições de apresentar resultados efetivos mais rapidamente do que os pequenos produtores. Além disso, ocorreria a formação do extensionismo privado que, supostamente, era promovido por empresas especializadas, cooperativas, ou profissionais autônomos, especializados em agronomia.

Tal configuração divergia da proposta original do extensionismo, vinculando-se ao novo contexto histórico do campo brasileiro inaugurado na década de 70 que

reconfigurou o modo de produção através da integração das cadeias produtivas e intensificação da indústria na agricultura, formando o que Bernardo Sorj denominou de verdadeiros Complexos Agroindustriais (Sorj,1980). Esse período foi consagrado pela historiografia especializada sob o termo de “modernização conservadora da agricultura” (Silva, 1981).

No capítulo dois aprofundaremos a discussão da criação da EMBRATER, fazendo a relação do surgimento da empresa com as propostas de “crescimento acelerado” do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e a reestruturação da política agrícola baseada no tripé crédito-pesquisa-extensão. A empresa, inaugurou algumas rupturas com sua antecessora, sendo a mais importante delas o aprofundamento das ações produtivistas em face às ações assistencialistas que marcaram seu projeto original da década de 1950 e o alargamento do público alvo, como já foi mencionado. Assim, a política de extensão rural foi essencial para o processo de modernização conservadora da agricultura.

As consequências dessa reestruturação produtiva no campo não somente trouxeram efeitos na produção agropecuária, mas influenciaram mudanças no âmbito da sociedade civil. Em outras palavras, a modernização da agricultura não somente integrou as cadeias produtivas como também trouxe uma fragmentação por especialidades da classe dominante agrária. Nesse momento vemos surgir diversas entidades de produtores especializado ao mesmo tempo em que emergia uma nova organização do patronato rural: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A doutrina cooperativista constituiu-se em imprescindível ferramenta no estabelecimento da modernização da agricultura, tanto no sentido da integração do processo produtivo, quanto no estabelecimento de uma doutrina voltada a estabelecer amplo consenso no meio rural que unia democracia, racionalização econômica e organização dos produtores rurais. Nesse contexto é possível verificar o projeto cooperativista sendo amplamente veiculado como o modelo ideal de organização dos produtores rurais pelas empresas de extensão rural. A OCB e a EMBRATER realizaram parcerias frutíferas ao longo da década de 70, rendendo à OCB, na década seguinte, um representante cooperativista/extensionista na diretoria da empresa.

Essa relação entre o cooperativismo/OCB/EMBRATER será discutido neste capítulo e também no capítulo quatro.

O foco do capítulo três será na análise das práticas extensionistas. Como já foi dito anteriormente, a extensão rural praticada nos anos 70, mesmo que com algumas rupturas, preservava diversas continuidades com o período anterior, sobretudo em relação ao método de prática extensionistas. Em linhas gerais, as estratégias educativas do extensionismo concentravam-se em quatro propostas de ação: 1) visitas a pequenos proprietários; 2) ações junto à juventude rural; 3) propaganda da extensão rural em diversos meios de comunicação, como programas de rádio, jornais, etc.; 4) campos de demonstração de técnicas e tecnologias agrícolas, principalmente em propriedade de líderes rurais. Em todas elas veremos que havia o compartilhamento de uma dada ideologia depreciativa em relação à visão do pequeno produtor, como alguém desprovido de saberes “modernos”, logo, incultos e conformistas. Cada tipo de ação extensionista era direcionado para um público distinto. Neste capítulo também elaboramos uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de intelectual orgânico nos escritos de Gramsci para orientar nossa análise sobre o executor do extensionismo rural: o extensionista. Este agente possuía uma espécie de *habitus* das classes dominantes, mesmo que muitos deles não fossem oriundos dessas classes, no que denominamos *defilosofia extensionista*. O termo filosofia foi tomado aqui estritamente como Gramsci o concebeu no caderno 11, sobretudo, como uma *visão de mundo* (Gramsci 2001). Analisamos as ações extensionistas no campo, seus trabalhos, sua forma de organização e sua própria divisão interna entre extensionistas dirigentes e dirigidos, para tentar demarcar a especificidade da extensão rural e sua complexidade. Compreendemos a extensão rural no Brasil mais do que uma difusão de técnicas e tecnologias pela via da educação complementar, ela criava uma verdadeira domesticação dos produtores rurais, aprofundando o conformismo e o consenso passivo, principalmente daqueles pequenos proprietários, arrendatários e ainda de outras modalidades que estavam sujeitas as diversas formas de ação extensionista indiretamente, como nos clubes de juventude 4-S e panfletos e palestras desenvolvidos na comunidade, numa verdadeira *expropriação* de saberes.

O espaço rural brasileiro é verdadeiramente um mundo peculiar. Historicamente, no interior do país, a coerção e a violência foram as formas predominantes de relação social entre as classes. Contudo, existem também algumas tentativas de implantar consenso, mesmo que mínimas e podem ser simbolicamente violentas e poderosas. Assim, entendemos que a política de extensão rural foi um importante instrumento de

criação de um dado consenso no meio rural por meio da dissolução dos saberes populares e da inculcação de uma racionalidade econômica tipicamente capitalista. Acreditamos ainda que o consenso extensionista possuía uma forte dose de *violência simbólica* (Bourdieu, 2007) devido ao seu conteúdo e sua forma de execução.

Essa violência simbólica objetivava a desorganização, segmentação e despolitização das populações rurais, privilegiando a organização produtiva em detrimento de uma organização política. A racionalização do processo produtivo era colocada como única solução para os problemas dos produtores rurais, num claro deslocamento da responsabilidade do fracasso e da improdutividade para o produtor rural e não para a própria estrutura em que ele se encontrava, e ainda se encontra. Vemos, com isso, que a dominação não era somente no processo de produção, mas também no esvaziamento da consciência de classe das classes subalternas do campo.

O capítulo quatro ocupará-se com a análise da EMBRATER após 1978, ano da aprovação do primeiro empréstimo do Banco Mundial à EMBRATER, estimado em mais de duzentos milhões de dólares. Acreditamos que esta primeira seção permite visualizarmos o alinhamento do projeto extensionista aos interesses da agência de Bretton Woods, convergindo com a emergência da revolução verde e de políticas de combate à pobreza através da modernização da agricultura promovida pelo II PND. Se na década de 1950, as ações norte-americanas tinham um nome – Nelson Rockefeller – e um programa oriundo do Estado restrito norte-americano – Ponto IV e Aliança para o Progresso – na década de 1980 a reaproximação dos interesses imperialistas estadunidenses ocorreria através de uma agência multilateral comandada por interesses do capital financeiro, o Banco Mundial.

O projeto EMBRATER/BIRD foi formulado e executado na gestão do presidente do Banco Mundial, Robert McNamara que deu atenção especial ao desenvolvimento rural como forma de materializar o ataque à pobreza. O Projeto “EMBRATER/Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD)” realizado no período de 1978 a 1985, injetou nada menos que 100 milhões de dólares por parte do BIRD, correspondendo 47% do total dos recursos do projeto, enquanto que os outros 53% restantes ficaram a cargo da EMBRATER que captou esse montante junto aos governos federal e estaduais.

Veremos também neste capítulo os desdobramentos do extensionismo na década de 80 que, diante de uma série de variáveis, tais como crise mundial, esgotamento da

ditadura empresarial militar, abertura política e, principalmente, a eclosão de movimentos sociais rurais, levaria a EMBRATER, mais uma vez, a realizar uma inflexão tornando-se uma política de apoio a reforma agrária. Numa clara – e inédita – aproximação com os movimentos sociais rurais, a extensão rural tentaria unir o discurso produtivista ao discurso da reforma agrária lançada no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), em 1985. A EMBRATER seria a principal executora do plano, em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Aqui a luta de classes atravessou o extensionismo. Percebemos que a mudança da diretoria expressa a disputa entre frações da classe dominante e setores contra hegemônicos defensores de um projeto reformista, de superação da estrutura fundiária e da opressão dos trabalhadores rurais. É nesse período que a EMBRATER teve um presidente ligado à Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ao mesmo tempo em que tinha um diretor cooperativista ligado à OCB. Iremos debater a natureza, o lugar e as formas de luta da associação contra hegemônica, além da repercussão que teve um representante desta representação ambígua na agência e o grau de mudanças que passou a EMBRATER.

Por fim, a última seção do capítulo quatro apresenta o fim da EMBRATER, mas não o fim da extensão rural no Brasil. A interpretação da extinção da empresa não possui contornos claros, assim como o período histórico em que ocorreria também não possui. Só para termos uma ideia do momento de instabilidade política, a empresa foi extinta em 1989 e, meses depois, o Congresso Nacional anulou sua extinção. Acreditamos que a luta popular no interior da entidade – e fora dela – tenha colocado em questão o conflito entre duas bandeiras: a reforma agrária e a continuidade da modernização capitalista. No ano seguinte, a EMBRATER seria definitivamente extinguida no governo Collor, mas não eliminada como política estadual, uma vez que a Constituição de 1988 garantia a extensão rural como parte da política agrícola brasileira. Esse período foi um momento de profundas transformações políticas, econômicas e sociais numa correlação de forças instável cujo desmonte do Estado restrito era uma ação efetiva, mas ainda não consensual.

Terminamos esta introdução novamente com uma reflexão de Antonio Gramsci que teve sua vida ceifada pelo cárcere de Mussolini. O marxista italiano, sempre uniu a teoria com a ação política, podendo ser considerado um verdadeiro *homem de partido*, no sentido pleno e literal que o termo carrega. Em 1917, Gramsci era

um jovem membro do Partido Socialista Italiano (PSI) e jornalista que escrevia em alguns periódicos. Na revista *La città futura*, publicada em um único número, o jovem sardo publicou um texto intitulado *Indiferentes* que vale a pena citar alguns fragmentos aqui:

Odeio os indiferentes. Creio, como Friedrich Hebbel, que “viver é tomar partido” [...] A indiferença é o peso morto da história. [...] A indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua. [...] Odeio os indiferentes também porque me dão tédio suas lamúrias de eternos inocentes [...]
Vivo, tomo partido (Gramsci, 2004, p. 84;86)

Acreditamos que o lugar da tese dentro do contexto atual de avanço conservador é importante e necessário diante de tudo o que ocorre. Não seria possível ficar *indiferente*, diante de uma onda conservadora que tenta varrer qualquer ação política oriunda dos trabalhadores e setores subalternos ao capital. Confesso que ainda não sabemos precisar se a vida acadêmica pode ser interpretada como uma ação política *stricto sensu*. Todavia, creio que tentei não ser *indiferente*, muito menos um “peso morto da história” mesmo que o objeto de análise seja considerado por muitos como “fora de moda”. Temos consciência do alcance limitado desta tese, seja pela sua temática, seja pela restrita capacidade de comunicação do autor. Entretanto, consideramos a presente tese como uma possibilidade de tentativa de consciência das formas de dominação da classe dominante e das lutas sociais, portanto, um instrumento importante de reflexão do contexto do presente através do passado para, quem sabe um dia, o *homem massa* consiga sofrer a *catarse* e se tornar um homem de partido, tal como foi Gramsci, e furar a onda conservadora que hoje em dia faz tantas vítimas.

CAPÍTULO 1 – EXTENSÃO RURAL, DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO, ORIGENS E CONTEXTO

A arma da crítica não pode, é claro, substituir a crítica da arma, o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas (Marx, 2013b, p. 157)

1.1 – Introdução: balanço historiográfico sobre extensionismo rural

A pesquisa sobre a extensão rural é extensa e diversificada, conforme podemos verificar no levantamento realizado das teses, dissertações e livros sobre o assunto disponíveis na primeira seção da bibliografia desta tese. Para se ter uma ideia do volume de pesquisas existentes sobre a temática, desde a década de 1970 existem programas de Pós-Graduação específicos em estudar a extensão rural, sendo o mais conhecido deles o programa vinculado ao Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa². Assim, é impossível mapear a extensa historiografia (nem seria esse o nosso objetivo), por isso, tentaremos a seguir discorrer sobre os principais autores desta temática, destacando os trabalhos mais citados para estabelecer as aproximações e distanciamentos com a presente pesquisa, sobretudo em relação ao aspecto teórico e metodológico.

Muitos dos primeiros trabalhos sobre a extensão rural encontram-se em duas áreas: 1) educação, com destaque para os trabalhos de Maria Lousa da Fonseca (1985), Paulo Feire (1985) e Maria Sibeles Portilho (1998) e 2) extensão rural; ressaltamos as pesquisas realizadas por Cyro Mascarenhas Rodrigues (1994), Mauro Marcio Oliveira (1984; 1998;1997) e Francisco Caporal (1991). Destaca-se que foram escritos por extensionistas de carreira. Além disso, encontramos também algumas obras muito referenciadas que misturam o viés memorialista e analítico sobre a extensão rural, configurando-se como as obras do ex-presidente da EMBRATER, Glauco Olinger (1996), e do extensionista mineiro José Paulo Ribeiro (2000). Há também trabalhos de dissertações de mestrado e teses de doutorados das mais diversas áreas de pesquisa, principalmente estudo de casos, como os trabalhos de Gregolin (1997) sobre a extensão rural em Santa Catarina, Rodrigo Gonçalves (2012) sobre as

²http://www.posextensaorural.ufv.br/?page_id=49, acessado em 21 de janeiro 2017.

imagens rurais publicadas pela revista EMATER-MG, Adriene Ferreira (2008), sobre o extensionismo rural recente na Transamazônica, entre outros.

Em grande parte, os trabalhos sobre extensão rural produzem relevantes análises críticas dessa política, por isso, concordamos com Cleimon Dias quando afirma que:

Vários autores têm se dedicado ao estudo histórico-crítico da extensão rural, do seu discurso e do caráter de sua prática. Não raro, eles concluem que a extensão rural é uma atividade orientada para o desenvolvimento capitalista no campo, sendo sua prática determinada, ideologicamente, para ser um processo educativo domesticador/excludente. [...] Conclui-se, então, que sob o comando do Estado capitalista as organizações extensionistas tenderão a desempenhar o mesmo papel, atuando através de seus agentes-intelectuais subalternos, no sentido do desenvolvimento excludente do capitalismo no campo, agindo mediante um processo educativo disseminador da ideologia burguesa, capaz de abrir caminho para a reprodução das relações capitalista de produção. (Dias, 1991, p. 4-5)

Nossa análise também parte do princípio crítico apontado por Dias, mas tenta ir além, introduzindo a relação da política extensionista na década de 1970 com os projetos oriundos do patronato rural. Dessa forma, estamos defendendo o caráter inalienável da dominação na política de extensão rural realizada nesse período. É a partir desse ponto específico que ocorre o distanciamento do nosso trabalho com relação aos demais.

Em uma análise mais minuciosa sobre a historiografia especializada podemos perceber a recorrência do tratamento das agências e agentes de extensão rural dotados de uma relativa – alguns acham que é total – autonomia em relação ao “Estado capitalista”, a “sociedade de classes”, ou a “burguesia/classes dominantes”. Em outras palavras, a extensão rural é tratada ora como um “instrumento” utilizado a serviço do capital e das classes dominantes, ora como “sujeito” dotado de interesses próprios, distorcidos pelo capital. Alguns desses trabalhos caem ainda no equívoco de reproduzir o discurso extensionista como sendo o verdadeiro objetivo e, portanto, a justificativa para a prática perversa promovida pela extensão rural seria a distorção executada pelos extensionistas. Em todas essas interpretações predomina a “vitimização” da extensão rural e a exterioridade do caráter perverso contido em sua prática, isto é a culpa é sempre de outrem.

Dessa maneira, não é de se estranhar que no trabalho de Dias, como de muitos outros, surgem propostas de mudanças da extensão rural, resgatando-a da suposta “contaminação capitalista” por meio da “superação” do comportamento dos extensionistas e da transformação de algumas de suas ações. Na lógica desse raciocínio essas mudanças poderiam proporcionar um caráter mais “igualitário” para os produtores rurais assistidos:

Finalmente, do conjunto das análises realizadas, parece ser possível afirmar que a superação dos obstáculos à mudança da prática da extensão rural dependerá não só dos espaços conquistados no interior do Estado e seus aparelhos, como principalmente, daquelas mudanças que possam vir a ocorrer com relação à

ideologia e posição de classe que movem os extensionistas em seu que-fazer e dão direção aos interesses que defendem em seu trabalho diário. É, pois, necessário que mudem os homens e as mulheres que fazem extensão rural, para que possa mudar sua prática (Idem)³

O ideal de “superação” não se restringe ao trabalho de Dias. Na conclusão do livro de Maria Lousa da Fonseca (1985), por exemplo, um dos trabalhos mais citados pela historiografia especializada, há a seguinte proposição:

E agora? Como superar isso? [...] A principal lição desse trabalho é então a crença de que o primeiro passo de um educador na busca de uma prática educacional superadora será ouvir este homem do campo (o que a extensão rural em momento algum fez, deveria fazer?) para compreender/aprender, partilhando nessa luta que ele já trava para minimizar a expropriação de seu saber e de seu trabalho [...] (Idem, p. 183-184)

Contudo, entendemos a extensão rural era parte integrante do processo de modernização no campo e, por isso, não possuía autonomia relativa em relação ao Estado nem mesmo em relação ao capitalismo. Portanto, seria incompatível com a proposta deste trabalho propor qualquer sugestão para superar, ou aprimorar, a prática extensionista.

Por mais que seu discurso de “educação dos pequenos produtores”, “melhoria da vida rural”, “aprender a fazer fazendo” possa gerar uma aparente tentativa de combate às desigualdades sociais no campo, seus reais objetivos expressavam sua essência forjada como proposta capitalista de manutenção da desigualdade. Dessa forma, a retórica extensionista expressava a tentativa de estabelecer consenso entre a população rural, sobretudo daqueles setores mais subalternos e expropriados do campo o que justifica seu discurso (aparência) ser uma e sua prática (essência) ser outra.

Podemos perceber ainda que diante da perspectiva de diversos trabalhos sobre a extensão rural de trata-la como uma política autônoma esconde-se uma questão de ordem teórica importante que seria o uso corrente do conceito “senso comum” sobre Estado, que combina ora a teoria de matriz liberal, onde o Estado é uma espécie de *sujeito* dotado de interesses próprios, ora é um Estado *objeto*, fruto de teorias do marxismo economicista que simplificam a noção do Estado como mero reprodutor das classes dominantes (Poulantzas, 2000).

Para tentar transpor essa abordagem restrita – e em certa medida reducionista – da teoria do Estado, assumimos a matriz teórica do Estado ampliado do pensador italiano

³ “Desta forma, qualquer mudança que possa ser sugerida na prática dos extensionistas para ter coerência, precisa conhecer, antes, os mecanismos que interferem na elaboração desta prática, não só por parte daqueles que estudam e propugnam por mudanças, desde fora dos aparelhos, como, sobretudo, por aqueles que são os agentes da prática e que, por vezes, se defrontam com os limites a ela impostos, sem saber donde surgem e como poderiam ser superados” (Dias, 1990, p. 10)

Antonio Gramsci que permite contrapor essas noções reducionistas sobre Estado, tanto de caráter “liberal”, quanto à vulgata “economicista” do marxismo, permitindo também abarcar a questão do *conflito e da luta de classes* que, conforme afirma Nicos Poulantzas, atravessa toda *ossatura material do Estado*.

Todavia, antes de abordarmos alguns pressupostos importantes sobre a teoria do Estado ampliado de Gramsci, vale a pena destacarmos dois estudos que dialogam com esta tese. O primeiro é o já citado trabalho de autoria do extensionista Cyro Mascarenhas Rodrigues (1994). Ele percorre a temática da política de extensão rural no período da EMBRATER a partir da noção de “seletividade de políticas públicas” do pensador marxista alemão Claus Offe. Em poucas palavras, Rodrigues reconhece o caráter de classe do extensionismo e sua prática como reflexo de interesses de setores da burguesia representado por agentes no interior de Estado. Nesse sentido, o autor reforça a questão das diretrizes da extensão rural serem conduzidas por interesses de classe, mas identifica o “núcleo do poder decisório” nas mãos de “tecnoburocratas” ligados à órgãos de planejamento econômico:

Os planejadores da área econômica, oriundos dos ministérios da Economia, Fazenda e Planejamento, ou órgãos colegiados onde estes formam a maioria, recebem pressões de todos os setores da economia, mas as suas decisões tentem geralmente a atender às frações mais fortes do capital, principalmente do industrial e financeiro que se revezam como forças mais influentes do bloco de poder. (Idem, 1994, p. 266)

Assim, Rodrigues enxerga uma dominação permanente dos setores industriais e financeiros em relação aos demais. É interessante notar que mesmo considerando os “empresários rurais” como influentes no Ministério da Agricultura, o autor descarta a possibilidade de seus interesses serem representados nas políticas agrícolas executadas pela Pasta (Idem). Como exemplo da superioridade dos setores industrial e financeiro sobre o segmento dos empresários rurais Rodrigues apresenta a “Carta de Brasília”, escrita em 1967, pelos funcionários do Ministério da Agricultura que reconhecia as ações extensionistas como educativas junto aos produtores rurais, suas famílias e comunidades. Assim, este documento apresentava o extensionismo com um caráter mais “humanista” do que eminentemente “produtivista”. Todavia, nesse mesmo período, o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) produzido pelo Ministério do Planejamento detinha diretrizes para a extensão rural distintas das expressas pela “Carta de Brasília”. A extensão rural deveria ser exclusivamente “produtivista”, voltada para a difusão tecnológica para todos os produtores rurais.

Esta flagrante contradição com perspectivas humanista delineada pela Carta de Brasília pode ser atribuída às diferentes visões dos atores governamentais e privados, envolvidos no processo de planejamento. [...] A Carta de Brasília foi uma carta de intenções que serviu muito mais de *marketing* político para as ações de legitimação do governo. Já o Programa Estratégico de Desenvolvimento, concebido no recesso dos gabinetes da equipe econômica governamental, refletia com muito

mais precisão as intenções reais da política governamental, relacionada a macro-objetivos **definidos por quem de fato detinha poder decisório para tal** (Idem, p. 195, grifos nossos)

Outro episódio marcante entre a superioridade dos “tecnoburocratas” da economia sobre os da agricultura seria a chancela da portaria Ministerial 477, instituída em 1990, que definia as diretrizes econômicas e da agricultura no governo Collor (1990-1992). Conhecida como “Plano Brasil Novo” não havia nenhuma menção aos serviços de extensão rural como parte integrante da política agrícola. Assim, a extinção da EMBRATER pelo governo Collor imprimiu uma derrota para as frações do patronato rural⁴ (Idem, p. 231).

Apesar de curta nossa explanação sobre o trabalho de Rodrigues, acreditamos que foi possível apresentar a hipótese central da pesquisa: afirmar a seletividade classista do Estado brasileiro e de suas políticas públicas, em especial a extensão rural. Com efeito, havia uma hierarquia dos interesses de classe nos quais os setores da burguesia industrial e financeira sobrepunham-se aos empresários rurais. Apesar do êxito de Rodrigues em demonstrar o caráter classista que atravessa todo o Estado restrito, entendemos que o autor tenha subestimado a representatividade dos interesses do patronato rural. Mesmo que essa fração de classe não tenha ocupado postos-chaves em órgãos ligados ao planejamento econômico a presença de porta-vozes de entidades do ruralismo era significativa no Estado restrito o que garantia seus interesses materializados nas políticas públicas, em especial na agricultura. Só para citarmos um exemplo dessa afirmação, vemos que na década de 1970 a política de crédito rural subsidiado foi fundamental para a industrialização do processo produtivo agropecuário, beneficiando diretamente o segmento ruralista que nesse período tornaram-se efetivamente empresários rurais. Tal política foi consagrada em 1965 com o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) gerido pelo Banco do Brasil, responsável pelo investimento, na década de 1970, da *modernização conservadora da agricultura* (Silva, 1981). É claro que a burguesia industrial brasileira foi beneficiada, mas o setor financeiro não foi contemplado uma vez que essa modalidade de crédito era realizada exclusivamente por meio de juros negativos. Ou seja, o crédito rural era declaradamente uma espécie de *subsídio* para a produção agropecuária.

Além disso, comporta-se o fato de que apesar de ter ocorrido o fim da EMBRATER na década de 1990 houve, ao mesmo tempo, o fortalecimento de outras políticas agrícolas que beneficiavam diretamente o patronato rural como, por exemplo, a pesquisa agropecuária executada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), produzindo

⁴ Essa discussão será melhor realizada no capítulo quatro.

tecnologia de ponta, sobretudo na área genética. Isso demonstra, no mínimo, um alinhamento e não uma sobreposição de interesses entre as frações da classe burguesa. Em outras palavras, os interesses dos empresários rurais estavam sendo garantidos na direção das políticas públicas emanadas pelo Estado restrito e sua presença no Ministério da Agricultura demonstra não uma fraqueza, mas sua força diante das demais frações da burguesia brasileira.

O segundo trabalho é da historiadora fluminense Sonia Mendonça que, através da noção de Estado ampliado gramsciana, traça uma relação da representatividade dos projetos das entidades do patronato rural com as políticas públicas de difusão e produção de tecnologia desde a década de 1940 até o início do século XXI. Mendonça não produziu uma publicação-síntese da pesquisa, mas inúmeros artigos em revistas acadêmicas e um relatório final disponibilizado pela própria autora (2010c; 2012)⁵ no qual baseamos essa reflexão.

Em linhas gerais, a historiadora percorre a trajetória da pesquisa agropecuária e da extensão rural no Brasil partindo da análise dos projetos de dominação emanados dos aparelhos privados de hegemonia do patronato rural. Mendonça chega à conclusão de que estes projetos ganham materialidade quando se tornavam políticas públicas emanadas pelo Ministério da Agricultura e seus órgãos filiados. Os projetos vitoriosos na década de 1940-50 eram oriundos da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), que imprimiu na pesquisa agropecuária, sobretudo, a produção de pesquisa voltadas para melhorar a produção de alimentos para o mercado interno.

Mendonça também confirma a hegemonia interna de uma fração patronal através do mapeamento dos intelectuais orgânicos dos aparelhos privados de hegemonia do patronato rural no Estado restrito. No caso da pesquisa agropecuária, Mendonça atesta de porta-vozes da SNA em vários organismos do Ministério da Agricultura, inclusive sobre o comando da Pasta.

Ademais, além de ratificar-se a racionalização e disciplina na programação das atividades de pesquisa, procurou-se hierarquizar suas prioridades, ocupando o primeiro plano a **produção de alimentos**, secundada pela produção de exportáveis. Muito embora alguns autores considerem tal diretriz como fruto “*do governo populista de então*” (Mascarenhas, *op. cit.*: 208), dele discordamos, sobretudo por entender que a presença de porta-vozes da Sociedade Nacional de Agricultura junto ao SNPA [Sistema Nacional de Pesquisas Agronômicas] – como Otto Lyra Schreider, por exemplo – era claro indício da priorização ao mercado interno, bandeira longeva desta agremiação [...] (Mendonça, *op. cit.*, p. 30).

Contudo, a hegemonia interna da SNA perdeu forças nas décadas seguintes ocasionando uma “crise de representação patronal no Brasil”, isto é, uma luta entre frações da dominante pela hegemonia intraclasses. O desdobramento desta crise seria a vitória do projeto

⁵Como já foi mencionado na introdução, a pesquisa desta tese é um desdobramento dessa pesquisa no qual participei como bolsista de Iniciação Científica nos anos de 2008 a 2010.

hegemônico do cooperativismo, difundido pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Essa agremiação da sociedade civil aglutinava setores mais dinâmicos do cooperativismo rural. Dessa forma, houve o redirecionamento da pesquisa agrícola e da extensão rural que passariam à privilegiar os grandes e médios produtores rurais, sobretudo aqueles voltados para o mercado externo compondo, em conjunto com o crédito rural, a tríade da política modernizadora da agricultura.

Para a realização dessa mudança, tanto a pesquisa agropecuária quanto o extensionismo passariam por inúmeras reformas internas durante o final da década de 1960 e início da década seguinte que culminaria na criação da EMBRAPA, em 1973 e na sua “irmã siamesa”, a EMBRATER, um ano depois.

De acordo com Mendonça, da década de 1990 até os dias atuais, o patronato rural é representado pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG). A agremiação é herdeira direta da OCB, uma vez que sua criação foi gestada no ventre da organização tendo sua paternidade reconhecida por Ney de Bittencourt Araújo – primeiro presidente da ABAG e vice-presidente da OCB – e Roberto Rodrigues – presidente da OCB durante a década de 80 (Mendonça, 2010b). O exemplo destacado pela autora que melhor evidencia a ideologia do agronegócio no interior da EMBRAPA é a demissão do então presidente da empresa Clayton Campanhola, em 2005, pelo Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues:

O episódio desnudava o conflito de interesses representado pelas distintas visões do que seria a pesquisa agropecuária para o **agribusiness** e para a **pequena produção**, esta última privilegiada por Campanhola em oposição à Rodrigues, ferrenho defensor do agronegócio como propulsor da economia brasileira. A questão da soja transgênica igualmente acentuaria o conflito, afinal, Rodrigues e a ABAG (Associação Brasileira de Agribusiness) por ele idealizada e proposta, refletem o interesse de grupos tão importantes como a Monsanto, a John Deere, etc. [...] (Idem, p. 56, grifos da autora)

É possível destacar no trabalho de Mendonça o conflito intraclasses dominante reverberando a todo instante no interior do Estado restrito. A pesquisa demonstra que a sociedade civil possui uma relação *orgânica* com a sociedade política. A autora também afirma que o “grande perdedor” dessas disputas intraclasses dominante sempre foram os segmentos subalternos, sobretudo dos pequenos produtores, constantemente marginalizados e expropriados nesse processo. Quando a política extensionista, ou a pesquisa agropecuária, priorizavam pequenos e médios produtores faziam na intenção de conter as tensões sociais que o processo da intensificação do capitalismo resulta – isso é estrutural ao sistema – ou mesmo atendiam a objetivos secundários como, por exemplo, o abastecimento do mercado interno não lucrativo para os grandes produtores exportadores de produtos agropecuários.

Não esgotamos aqui a análise da pesquisa de Sonia Mendonça e retomaremos a ela em outros momentos ao longo da tese. O que importa aqui destacar é a análise teórica marxista/gramsciana utilizada por Mendonça que permite o deslocamento da pesquisa histórica na correlação de forças na sociedade civil que permitiu uma perspectiva original e historicamente alicerçada do fluxo de interesses dos aparelhos privados de hegemonia para o Estado restrito. Tomando como exemplo a pesquisa agropecuária e a extensão rural, a autora persegue o conflito e as disputas de dominação intraclasse e entre classes do patronato rural por mais de cinco décadas.

Curiosamente, tanto o trabalho de Rodrigues como o trabalho de Mendonça não contém nenhum tipo de proposição para a política de extensão rural. Entendemos que ambos os trabalhos “superaram” a noção do Estado do senso comum através de suas bases teóricas do Estado na perspectiva marxista – Offe no caso de Rodrigues – e gramsciana – no caso do trabalho de Mendonça.

Na próxima seção teremos uma discussão mais aprofundada sobre o caráter teórico e metodológico sobre Estado ampliado em Gramsci, incluindo a discussão sobre a dominação simbólica de Pierre Bourdieu para consolidar as categorias que serão utilizadas ao longo desta tese.

1.2 – Teoria do Estado: pressupostos de análise

Conforme vimos na seção anterior, muitos trabalhos sobre a extensão rural baseiam-se na matriz liberal sobre Estado que consiste no entendimento deste como uma instituição de interesses próprios e, portanto, *sujeita de uma determinada ação*. Não é difícil encontrarmos afirmações utilizando-se de expressões como “o Estado fez”, “o Estado queria”, “o Estado impôs”, etc. A contextualização histórica do surgimento dessa matriz de pensamento – início do século XIX – nos concede a primeira base para sua crítica enquanto modelo de pensamento sobre poder. Ellen Wood afirma em *A origem do capitalismo* (2001) que:

Entre os séculos XVI e XVIII, houve uma pressão crescente pela eliminação dos direitos consuetudinários que interferiam na acumulação capitalista. Isso podia significar várias coisas: contestar o direito comunitário às terras comunais, reivindicando a posse particular exclusiva, eliminar vários direitos de uso das terras particulares, ou contestar os arrendamentos consuetudinários que davam a muitos pequenos lavradores o direito de posse, sem a concessão de um título legal inequívoco de propriedade. Em todos esses casos, as concepções tradicionais de propriedade tiveram que ser substituídas por novas concepções capitalistas de propriedade – não apenas como “privada”, mas como *exclusiva*. (Idem, p. 90, grifos do autor).

Assim, “o Estado nada teria de ‘natural’, sendo socialmente explicável, dentro de uma perspectiva estritamente histórica” (Mendonça, 2014, p. 31), servindo de legitimador para a manutenção e preservação da ordem do novo modo de produção da vida disseminado nesse período destacado por Wood. A teoria liberal quando reforça a questão do conflito comosinônimo de caos e desordem imprime verdadeira negação da *luta de classes* constitutiva do próprio capitalismo.

O exame aprofundado do pensamento de Marx das relações sociais modernas começou pela crítica da noção de Estado moderno elaborada pelo filósofo alemão Georg Hegel (1770-1831),(Marx, 2013a). Assim, partindo da crítica insuficiente de Hegel ao Estado, Marx começou a questionar a própria constituição ontológica da sociedade moderna e sua estrutura que alicerçava a constituição do próprio Estado. Em suas palavras:

A imagem mental *alemã* do Estado moderno, que faz abstração do *homem efetivo*, só foi possível, ao contrário, porque e na medida em que o próprio Estado moderno faz abstração do *homem efetivo* ou satisfaz o homem *total* de uma maneira puramente imaginária. (Idem, p. 157)

Sabemos, contudo, que Marx não sistematizou uma teoria do Estado no sentido estrito da palavra, concentrando-se seus estudos na economia política a partir do estímulo provocado pelos textos de Engels⁶ (Netto, 2011, p. 17). Assim, foi na *crítica* da economia política que Marx estabeleceu seu problema central, a saber: “a *gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa*” (Idem). Sua obra de fôlego, *O Capital* (Marx, 2013a), foi publicada pela primeira vez em 1867⁷, ou seja, vinte e quatro anos depois da sua primeira publicação da *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, onde ele estabeleceu um estudo profundo sobre alógica do capital que, no século XIX, tornou-se o modo de produção hegemônico da vida na sociedade ocidental moderna. Marx aponta a essência do capitalismo na relação capital-trabalho pela via da exploração da força de trabalho cujo processo só foi possível diante da expropriação dos instrumentos de produção, da classe trabalhadora concentrados, apenas numa classe dominante, a classe burguesa.

O pensamento de Marx⁸ deu origem à discussão das formas de dominação e do Estado na sociedade capitalista. Contudo, alguns autores marxistas promoveram uma leitura

⁶Em toda obra de Marx é possível ver claramente a crítica ao Estado e como a estrutura do Estado é crucial para a produção e reprodução do capital em seus mais diversos aspectos. Queremos apenas destacar que Marx não se debruçou em escrever uma crítica específica ao Estado dando ênfase a crítica a economia política e ao próprio sistema capitalista como um todo.

⁷ Sabemos que *O Capital* possui três livros, sendo essa data a publicação apenas do Livro I. Tomamos aqui ela como a primeira referência da obra.

⁸ “A obra de Karl Marx, por sua significação teórica, é um marco na cultura ocidental e, por seu impacto sócio histórico, tem relevância universal. [...] *Idolatrado, ou odiado, Marx foi um contemporâneo de todos os que viveram o século XX*” (Netto, 2012, p. 7). “Segundo Sartre: o marxismo [é] a única filosofia viva para toda uma

mecânica de sua obra, reduzindo o processo histórico-dialético contido no pensamento de Marx na sentença de “estrutura e superestrutura” onde a primeira determinaria diretamente as ações da segunda. Nessa perspectiva, o Estado é percebido como mero reproduzidor das classes dominantes, ou seja, um “Estado-coisa, ou objeto” desprovido de conflito (Poulantzas, op. cit., p. 133).

1.2.1 – Estado ampliado, ou integral em Gramsci

Com base no pensamento marxista, Antonio Gramsci iria confrontar em seus escritos essas duas matrizes do pensamento sobre Estado, propondo uma *ampliação* da noção de Estado e, portanto, superando o marxismo economicista e o liberalismo conservador. Sua trajetória de vida influenciou muito seu pensamento. Originário da Sardenha, na parte sul da Itália, esta era a região mais atrasada economicamente do país, com produção essencialmente agrícola. Gramsci, ainda muito jovem, partiu para Turim onde conseguiu uma bolsa de estudos para alunos pobres do Reino da Sardenha, foi estudante o curso de Letras da Universidade de Turim. Diante de uma série de dificuldades financeiras e de saúde, Gramsci interrompeu seus estudos universitários e concentrou-se na militância política nas fábricas e nos sindicatos e partidos operários. Desde quando ingressou na vida política Gramsci procurava articular a ação política militante e a reflexão e o estudo da teoria marxista.

Assim como Marx, Gramsci exerceu a profissão de jornalista⁹ como colunista e editor de alguns periódicos do Partido Socialista Italiano (PSI) e mais tarde do próprio Partido Comunista Italiano (PCI) onde foi um de seus fundadores. O período em que militou no PCI é o mais frutífero de sua ação política e da escrita jornalística. Gramsci apesar de ser secretário do Partido e, posteriormente, deputado federal no parlamento italiano, continuava sua militância de base. Em 1926, mesmo com a imunidade diplomática como deputado federal foi preso pelo regime fascista de Mussolini que ascendeu o poder em 1922. Giuseppe Vacca (2012) relata que nos primeiros anos do cárcere sua intenção era de sair da prisão e continuar a militância. Foi somente a partir de 1929 que Gramsci começaria a perceber que sua situação era irreversível e que sua permanência no cárcere fascista seria longa. Sua saúde frágil agravou-se rapidamente diante das condições subumanas da prisão.

era a nossa frente, onde quer que se estivesse. Ao mesmo tempo, em uma réplica, o “*marxisant*” Lévi-Strauss concordava sinceramente com Sartre em que, “em ambos os casos, Marx é o ponto de partida de nosso pensamento”. (Meszáros, 2012, p. 112). Nicos Poulantzas também afirma que: “*Toda teoria política, desde Max Weber, ou é diálogo com o marxismo ou prende-se a ele*” (Poulantzas, op. cit., p. 9-10).

⁹ [...] [Gramsci] considerou aqueles artigos escritos “*dia a dia*” e dignos de “*morrer ao fim do dia*” (Lepre, 2001, p. 22).

Contudo, mesmo diante de uma infinidade de limitações físicas e também estruturais – a prisão impunha ao comunista italiano forte censura e difícil acesso a textos e escritos em geral¹⁰ – Gramsci escreveu uma obra de fôlego abordando grandes temas da política, do Estado, cultura. Seu objetivo era entender a nova forma de dominação do capitalismo do século XX e como estabelecia-se uma dominação permanente das classes e frações da dominante burguesa.

Nesse sentido, o pensador italiano pode ser considerado um importante marxista que combateu, ao mesmo tempo, o marxismo economicista¹¹ e os teóricos da política elitista italiana, herdeiros da matriz liberal. A imagem do “Centauro” – figura mitológica metade homem e metade cavalo – é uma metáfora utilizada por Gramsci nos *Cadernos do Cárcere* que melhor representa sua noção de Estado ampliado, ou integral. O Centauro possui uma dupla natureza: tronco, braços e cabeça humana, pernas e dorso de um cavalo. Porém, este ser híbrido não pode ser visto nem somente como um equino, tampouco somente como um homem; ele guarda a característica de ambas as espécies. Só podemos, portanto, entender o Centauro em sua *totalidade*, pois sua essência é organicamente formada por duas naturezas. Nesse sentido, o Estado guarda a:

“[...] natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “Igreja e do “Estado), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. (Gramsci, 2011b, p. 33).

Diante disso, sociedade civil e sociedade política são colocadas em separado para fins didáticos, apresentando-se na realidade social de forma indissociável, isto é, *orgânica*. A essência do Estado seria constituída por duas “facetas”, ou “díades” (Idem, 2011b, p. 47).

Nessa altura da discussão já é possível vislumbrar que a noção de Estado gramsciana amplia a noção de Estado liberal, sobretudo para as relações no âmbito da sociedade civil:

O Estado é certamente concebido como **organismo** próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à expansão máxima desse grupo, **mas** este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias “nacionais”, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os

¹⁰ Em carta para sua cunhada, Tatiana Schucht, datada de 15 de junho de 1931 Gramsci escreve: “*Você também me escreveu que tinha a intenção de me expedir o **Oblomov** – texto original e tradução –, o texto original da **Infância e adolescência**, de Tolstoi, e o **Príncipe**, de Maquiavel, na edição Casella; suspenda todas as remessas destes livros e de quaisquer outros, porque agora só podem ser recebidos livros enviados diretamente pelas livrarias*” (Gramsci, 2005, p. 54, grifos do autor). Em outra carta, desta vez, endereçada a sua mãe, Gramsci escreveu: “*Em conclusão, apesar do ataque de ácido úrico que tive no fim do último ano, passei o inverno muito melhor do que em Milão; e não vamos falar do inverno de 1926-27, porque o atravesssei viajando, com roupas de verão, em vagões-prisão que ficavam cobertos de neve durante toda a noite; desde então, minha saúde sofreu um forte abalo. Recebi os cigarros. Abraços carinhosos*” (Gramsci, 2005, p. 320)

¹¹ “*Muitas vezes acontece que se combate o economicismo histórico pensando combater o materialismo histórico.*” (Gramsci, 2011b, p. 51).

interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma **contínua formação e superação de equilíbrios instáveis** (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo. (Idem, p. 41-42)

Logo no início da sentença, Gramsci estabelece a relação orgânica entre o Estado e a classe dominante, no caso específico aqui uma fração da classe dominante, ou como ele mesmo afirma “grupo social”. A inovação de Gramsci constitui na reflexão das novas formas de relação entre Estado e sociedade, no período em que o capitalismo se complexificou-se e suas formas de dominação também se atualizaram (Lênin, 2011).

Gramsci afirma que o Estado opera num “equilíbrio instável”, assim, o Estado restrito deveria “ensinar” a toda a sociedade como proceder diante da vontade coletiva artificial. O âmbito da sociedade política, ou Estado restrito seria claramente definido nessas circunstâncias:

Na realidade, o Estado deve ser concebido como “educador” na medida em que tente precisamente a criar um novo tipo ou nível de civilização. [...] O Estado, também neste campo, é um instrumento de “racionalização”, de aceleração e de taylorização; atua segundo um plano, pressiona, incita, solicita e “pune”, já que, criadas as condições nas quais um determinado modo de vida é “possível”, a “ação ou a omissão criminosa” devem receber uma sanção punitiva, de alcance moral, e não apenas um juízo de periculosidade genérica. (Gramsci, op. cit., p. 28)

O trecho acima destacado coloca a questão do Direito como expressão clara dessa questão educativa (consenso) e punitiva (coerção) presentes na essência da sociedade política capitalista. Nota-se que o Estado restrito é o âmbito da *consolidação da hegemonia*¹². Os projetos em disputa na sociedade civil são materializados na sociedade política. Claro que essa relação é dialética e não esquemática. Voltamos a repetir isso: Antonio Gramsci opera a noção de Estado numa relação orgânica e não mecânica. Logo, a divisão do Estado em dois domínios diferentes é apenas circunstancial e não estrutural, ou monolítica.

Se a definição trazida pelo pensador italiano é razoavelmente clara sobre a sociedade política, ou Estado restrito, é consenso entre estudiosos gramscianos que a noção de sociedade civil não possui uma definição fechada em sua obra. Isso pode ser visualizado pela

¹² O conceito de hegemonia é complexo e é utilizado por Gramsci de diferentes formas ao longo dos Cadernos do Cárcere. Não é nosso objetivo estabelecer uma exegese do conceito de hegemonia gramsciano e seus interlocutores. Destacamos, porém, que no processo de construção, consolidação e manutenção de uma hegemonia passa necessariamente pela inserção de projetos de interesse de classe tornarem-se vontades coletivas universais e, dessa forma, naturalizar o processo de dominação intraclasse e entre classes sociais. Para uma leitura mais aprofundada sobre a temática ver o capítulo 11 “A hegemonia e seus intérpretes” em Liguori, 2007 e, para uma discussão do conceito de hegemonia na história do Brasil Contemporâneo ver o capítulo 8 “Que hegemonia? Peripécias de um conceito no Brasil” em Fontes, 2005.

multiplicação de apropriações – que contém também expropriações e distorções bizarras– do conceito de sociedade civil.

Autores de matriz liberal também se apropriam de Gramsci como referência principal ao trabalhar com o conceito de sociedade civil (Mendonça, 2013, p. 18). Contudo, esses pensadores ignoram o caráter dialético e revolucionário contido no pensamento gramsciano, esvaziando a noção de sociedade civil de seu caráter anticapitalista (Idem, p. 22) e recheando-a como apenas um antagonismo da sociedade política: “*Nesse movimento, a sociedade civil incorporou-se ao léxico contemporâneo antes de tudo como sinônimo de algo hostil ao Estado e à política, particularmente em sua dimensão institucionalizada*”. (Nogueira, 2003, p. 218).

Existe uma rica discussão entre os comentadores e estudiosos sobre Gramsci se havia uma intencionalidade na forma escrita por ele, ou se a formatação apenas foi um reflexo das condições no qual Gramsci estava inserido. (Liguori op. cit., Buci-Glucksmann 1980, Bianchi 2013, Monal 2003, Nogueira op. cit.). É notório que algumas reflexões sobre sociedade civil foram apenas esboçadas ou inevitavelmente não revisadas que é uma característica de sua obra¹³ (intencional, ou não, é uma outra discussão). Seja como for, o pensador italiano amparado na perspectiva marxista, enxergou na sociedade civil o espaço onde se encontram aparelhos de hegemonia e/ou os partidos políticos no sentido ampliado, organizados voluntariamente segundo as demandas e/ou contradições inscritas na realidade social. A origem destas organizações possui inúmeras variáveis que vão desde interesses particulares da ordem econômica corporativa, como associações de produtores rurais, industriais e etc., organizações profissionais, como sindicatos e federações de trabalhadores e patrões, como ainda aparelhos ligados à questões religiosas como a Igreja, partidos políticos, jornais ou até entidades culturais, como o Rotary Clube citado por Gramsci, irmandades, ou clubes recreativos. Portanto, seria no âmbito da sociedade civil que são construídos os projetos das “vontades coletivas”. Diante de tal complexidade e pluralidade, Gramsci não estabeleceu uma definição rígida sobre a sociedade civil e, talvez, nem precisasse, pois é uma categoria

¹³Os cadernos do cárcere são divididos em “cadernos especiais” e “cadernos miscelâneos”. A edição Gerratana propôs uma distinção dos textos em três categorias: A, B e C. Os textos A e C são escritos que foram redigidos, ou seja, ele escreveu uma vez e depois retomou sua escrita noutro momento, alterando-se algum conteúdo, palavra, ou aumentando o nível de profundidade do assunto. Os textos B são aqueles que não se encontram novas redações, foram escritos uma única vez. Para uma melhor explicação sobre a estrutura dos Cadernos do Cárcere ver a “Introdução” escrita por Carlos Nelson Coutinho no volume 1 da edição da Civilização Brasileira (Gramsci, 2001).

operada por Gramsci para fins metodológicos (Gramsci, op. cit., p. 47), sendo impossível dissociá-la no processo histórico.

Tanto na sociedade civil quanto na sociedade política os intelectuais orgânicos terão papel de organizadores das vontades coletivas e universais. A discussão sobre o papel do intelectual, bem como as diversas estratificações que Gramsci propõe para outros tipos de intelectuais, será realizada detalhadamente no capítulo três. Importa nesse momento frisar apenas que o intelectual orgânico é um dos principais agentes nos aparelhos de hegemonia, dos partidos e, portanto, do próprio Estado ampliado. Em outras palavras, o intelectual é o organizador principal “persuasor” permanente das vontades coletivas (Buci-Glucksmann, op. cit., p. 222) e, portanto, agente importantíssimo no exercício da dominação.

Assim, é nítido que a definição de Estado em Gramsci constitui-se numa *relação social*, atravessada pelas lutas de classe com agentes concretos e não instituições abstratas. Com efeito, o Estado não possui vontades nem intenções inerentes a sua formação, mas abarca as necessidades de reprodução de uma certa forma de dominação.

Assim como ocorre na distinção entre sociedade civil e sociedade política, devemos perceber que a distinção entre coerção e consenso é apenas metodológica, ou didática. Na materialidade da vida social ambas aparecem de maneira orgânica, não podendo ser separadas. A dimensão da coerção direta e letal dos aparelhos de Estado, constantemente apresenta-se ao horizonte das relações de poder, tornando-se mais evidente nos momentos de *crise de hegemonia* (Gramsci, op. cit., p. 60). Mesmo em momentos extraordinários, ou de exceção, no qual a coerção está sem sua couraça de consenso, a necessidade de legitimação ainda é permanente, pois a hegemonia não consegue subsistir apenas com uma de suas facetas. As soluções da crise de hegemonia são das mais variadas e distintas possíveis devendo sempre ser analisadas no bojo da correlação de forças do período. Sabemos que a inovação de Antonio Gramsci reside na abrangência da política e das relações de poder que são caracterizadas em toda a sociedade e suas relações configuradas sempre no horizonte da dimensão da hegemonia como um produto dessas relações. Mas, atenção; não é possível perceber a hegemonia como algo definitivo, ou monolítico, ela é dinâmica e, portanto, implica num processo histórico palpável e passível de verificação.

Acreditamos que a noção de hegemonia também implica uma direção cultural na política. Assim, a questão da cultura é importante nos Cadernos do Cárcere, pois ela é atravessada pela política. Gramsci demonstra explicitamente a preocupação em estudar o teatro de Pirandello, romances de folhetim e o gosto popular pela literatura, assim como o

folclore, destacadas como as principais manifestações da cultura popular italiana (Gramsci, 2005, p. 128-129). Isso porque nas expressões culturais contém as representações da ideologia dominante e, portanto, expressam o consenso ativo das massas. Nas palavras de Sonia Mendonça:

Logo, política e Estado são inseparáveis da cultura e, mesmo instituições da sociedade política tipicamente relacionadas com a coerção – como o Exército, por exemplo – respondem pela difusão de uma dada cultura (Mendonça, 2014, p. 37)

Mendonça, nesta passagem, está afirmando que as vias da construção da hegemonia passam necessariamente pela produção e reprodução de uma determinada cultura e isto está diretamente ligado à construção de um *sensu comum* ideologicamente difuso, mas suficientemente claro em estabelecer a expressão de uma classe, ou fração de classe dominante como demanda universal. Duas questões importantes se colocam diante dessa perspectiva que será extremamente importante para entendermos a política de extensão rural: a primeira é o saber – no sentido de conhecimento – como instrumento de poder e a segunda é a questão da dominação na dimensão do plano simbólico.

1.2.2 – Dominação simbólica

Para a reflexão teórica e metodológica cabem ainda algumas considerações acerca do pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu que percorre a pesquisa em diversos momentos, juntamente com a teoria gramsciana de Estado e poder. Acreditamos que a aproximação teórica de ambos os autores, apesar de não ser usual, é possível e pertinente, sobretudo para compreender as expressões da dominação no âmbito da cultura, com os conceitos de *habitus* e *violência simbólica*, sem contar ainda com suas contribuições estritamente metodológicas como posição e condição de classe (Bourdieu 2011) e ainda a noção de trajetória de vida em contraposição a noção de biografia (Bourdieu, 2006). Para comprovar tal afirmação devemos percorrer dois autores que se debruçaram sobre essa temática, de maneira distinta, Michel Burawoy e Sonia Mendonça¹⁴.

¹⁴ Não são somente esses dois autores que fazem a relação entre Gramsci e Bourdieu. A introdução da edição brasileira do livro de Bourdieu “Economia das Trocas Simbólicas” apresenta uma introdução escrita pelo sociólogo Sergio Miceli no qual ele faz uma aproximação do pensamento do Bourdieu com o de Gramsci na questão dos intelectuais e sua ação de organização e produção ideológica: “[...] é preciso salientar que a concepção de estratificação social de corte weberiano reelaborada por Bourdieu tem a ver diretamente com a idéia fecunda – presente tanto em Weber como em Gramsci – segundo a qual o campo simbólico, ou melhor, os diversos campos regionais de produção simbólica derivam sua autonomia relativa do trabalho específico realizado por grupos de agentes especialmente treinados [...]. Assim, o sentido rigoroso do texto de Gramsci que serve de epígrafe a este trabalho reside no fato de que as distinções e divisões ideológicas devem-se a “necessidade interna de caráter organizativo, isto é (...) à necessidade de dar coerência a um partido, a um grupo, a uma sociedade” (Miceli, 2011, p. XLIV)

O sociólogo marxista britânico Michel Burawoy em *O marxismo encontra Bourdieu* (2010) lança-se no desafio de estabelecer diálogos entre autores marxistas e os escritos de Bourdieu. Burawoy parte da constatação que Bourdieu não era marxista, nomenclatura que o próprio sociólogo francês rejeitava veementemente.

A motivação principal de Burawoy deriva de sua própria formação e posição teórica marxista que ao se dedicar sobre a obra de Pierre Bourdieu encontrava mais semelhanças do que diferenças entre o pensamento do sociólogo militante francês e gerações de pensadores marxistas, entre eles, o mais importante Antonio Gramsci (Idem, p. 16).

Assim, mais do que apenas encontros teóricos “fictícios” entre Bourdieu e pensadores marxistas – incluindo ele próprio – Burawoy realiza o que poderíamos chamar de uma “correlação de forças entre teorias”. Nestes contrapontos, uma questão de fundo podemos extrair do livro: o esforço do autor de construir uma análise do capitalismo atual com a teoria marxiana, sem deixar de problematizar constantemente os conceitos de Marx e seus precursores¹⁵. A obra é composta do diálogo entre Bourdieu e seis pensadores – Marx, Gramsci, Franz Fanon, Simone de Beauvoir, ele próprio e Wright Mills – contudo, para nossa discussão basta nos atermos aos diálogo de Bourdieu com Marx e Gramsci.

Bourdieu nunca negou a influência de Karl Marx em seus escritos, assim como de Marx Weber e Émile Durkheim. Burawoy reconhece que o paralelo Bourdieu-Marx vai mais além, pois “*Ele [Bourdieu] elaborou o que Marx deixaria sem elaborar, a saber, as chamadas superestruturas sociais, com uma análise mais estrutural e funcional do que somente histórica.*” (Burawoy, op. cit., p. 16). Contudo, o sociólogo norte-americano ressalta a “ausência” do conceito de *exploração* na teoria social de Bourdieu, mesmo estando ele trabalhando com a questão da dominação simbólica. O conceito de exploração produz diversos conceitos-chaves que Marx explora em sua obra, como a noção de luta de classes. Bourdieu, em contraponto, nega a exploração dos trabalhadores e defende uma *dominação simbólica*, inconsciente aos dominados. Nessa parte o autor nos mostra que apesar dos

¹⁵Michel Burawoy nesse livro realiza uma leitura gramsciana secundária importante com reação a pessoa de Pierre Bourdieu, ora destacado como um importante intelectual orgânico que militou e apoiou organizações de trabalhadores e estudantes franceses, sobretudo em 1968, ora de intelectual tradicional, árduo defensor de uma espécie de elite acadêmica, sobretudo em relação aos sociólogos. Fazendo o que poderíamos chamar de uma *sociogênese* da trajetória de vida de ambos os pensadores Burawoy percebe que tanto Gramsci quanto Bourdieu ao escreverem situados em um determinado local e num determinado papel social – Gramsci como deputado e militante político do Partido Comunista Italiano nos anos de 1920 e Bourdieu como intelectual “tradicional” de sucesso já na década de 60, na França – possuem experiências que os caracterizam como intelectuais orgânicos e tradicional, respectivamente, em suas carreiras. Burawoy, por exemplo, reconhece traços semelhantes entre o passado camponês de Gramsci e Bourdieu mostrando como suas formas de pensar estavam ligadas a uma interiorização de um *habitus* camponês.

avanços da teoria social de Bourdieu sobre as relações de poder a negação da exploração pelo sociólogo francês, pode ser considerada, em si mesmo, a prova da exploração camuflada pela ideologia, no sentido marxista, ou dominação simbólica, no sentido bourdieuano. Com efeito, vemos que Burawoy reconhece uma lacuna no pensamento de Bourdieu que poderia ser preenchido pelo conceito marxiano de exploração.

O principal, “diálogo” do livro é estabelecido entre Antonio Gramsci e Bourdieu, ou melhor, entre o conceito de hegemonia do primeiro com a noção de dominação simbólica do segundo. Burawoy possui o seguinte questionamento: o conceito de hegemonia gramsciano e o de dominação simbólica de Bourdieu são sinônimos? O autor afirma que se olharmos profundamente ambos os conceitos poderemos identificar algumas semelhanças, mas um traço divergente importante; a questão da consciência, ou do *bom senso*.

Gramsci afirma em seus escritos que o *senso comum* tem em sua própria constituição um “núcleo sadio” que ele chamou de bom senso, ou seja, a percepção das relações concretas reais. Este bom senso “[...] *merece ser desenvolvido e transformado em algo unitário e coerente*” (Gramsci, 2001, p. 98), ou seja, é a partir desse núcleo de consciência crítica que o marxista italiano enxerga a existência do potencial das classes subalternas de desenvolverem seus próprios intelectuais orgânicos e organizarem seus partidos, ou aparelhos privados de hegemonia na sociedade civil.

A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. [...] é por isso que se deve chamar atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, [...] **que superou o senso comum** e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos¹⁶ (Idem, p. 103-104).

Por outro lado, Bourdieu ao falar em dominação simbólica dos dominantes sobre os dominados nega a existência de qualquer bom senso em meio ao senso comum. Sendo assim, Bourdieu exclui a própria consciência de classe e, portanto, a possibilidade de qualquer tipo de conhecimento dos dominados em relação ao processo de dominação. Consequentemente, ao desconsiderar a questão do autoconhecimento dos setores subalternos ele estaria excluindo também o potencial revolucionário. Em outras palavras, Bourdieu não enxerga a superação do próprio capitalismo, tendo uma visão crítica, porém, cíclica da dominação. Dessa forma, a categoria gramsciana de intelectual orgânico constituía-se em “alvo” de duras críticas, algumas até mesmo irônicas, pelo sociólogo francês. Não poderia ocorrer o desenvolvimento

¹⁶ Aqui cabe lembrar a premissa gramsciana de que todos os homens são intelectuais e, no processo de dominação hegemônica das classes dominante, ocorre a diluição do bom senso no senso comum.

de intelectuais orgânicos sem que estes tenham a plena consciência da dominação simbólica e isto só seria possível através da pesquisa científica do poder simbólico. Portanto, intelectual para Bourdieu possui o sentido mais estrito possível: o único que consegue fazer tal depuração do poder simbólico seria o intelectual acadêmico, mais especificamente, o sociólogo (o ofício do sociólogo). O objetivo do intelectual, seguindo o pensamento de Bourdieu, seria o de divulgar, por meio do campo acadêmico – que seria o único campo científico e neutro – a dominação simbólica.

Contudo, Burawoy aqui destaca uma coisa muito importante na organização do pensamento de Bourdieu em contraponto com o de Gramsci: o papel dos intelectuais na transformação social. Enquanto Bourdieu estaria chamando de intelectual aquele que está na academia fazendo “ciência”, Gramsci está chamando todos os dominados de intelectuais, fazendo apenas a distinção qualitativa entre intelectual orgânico e intelectual tradicional. Ora, quem seria, no sentido de Gramsci, o intelectual tradicional? O intelectual da acadêmica, sua “torre de marfim”: Bourdieu.

A aproximação promovida entre Gramsci e Bourdieu possui limitações, principalmente em relação ao que poderíamos chamar de “objetivo final”, ou “prática política motora” de transformação da sociedade. Em Gramsci o horizonte revolucionário, mesmo que não seja possível ser conquistado de imediato, mas diante de uma “guerra de movimento e uma guerra de posição”¹⁷, está presente na obra e, de certa forma, alicerça o pensamento teórico do autor. Isso está completamente ausente em Bourdieu. A análise da dominação simbólica e a sociologia crítica do sociólogo francês desnuda a sociedade, desnatura as relações sociais, mas não tem nenhum caráter propositivo, ou melhor, revolucionário, ou sequer transformador. O embate da ortodoxia e da heterodoxia em um determinado *campo*, por exemplo, pode levar a um desmembramento do campo, uma possível autonomia desse campo em relação a outro, mas não estabelece uma ruptura com o eixo principal, chamado de *doxa*, isto é, o conjunto de regras estabelecidas no qual os atores sociais orbitam em torno dela.

Assim como Michel Burawoy, a historiadora Sonia Mendonça estabeleceu um longo e frutífero diálogo entre Gramsci e Bourdieu. Diferentemente do sociólogo norte americano, Mendonça estabelece uma relação entre ambos os autores de maneira orgânica durante a

¹⁷Guerra de movimento e guerra de posição encontrar-se-iam assim em um nexos indissociável e diriam respeito a diferentes momentos da luta pela afirmação de uma nova ordem política e social (Bianchi, 2013, p. 209)

maioria de sua vasta pesquisa histórica e produção acadêmica (Mendonça, 1986, 1997, 1998, 2002, 2007, 2010a, 2010b, 2010c).

Seguindo os passos de Sonia Mendonça, somamos ao arcabouço teórico metodológico gramsciano algumas premissas de Pierre Bourdieu. Portanto, em sintonia com a historiadora acreditamos que o pensamento de Bourdieu não é somente crítico, mas *dialético*¹⁸, o que não causa distorções, ou mesmo incompatibilidade, ao pensamento marxiano. Mesmo havendo algumas passagens no qual Bourdieu claramente estabelece duras críticas, chegando até mesmo a desqualificar o pensamento marxista, em geral, e o de Gramsci, em particular, entendemos que eles não são irreconciliáveis quando aproximamos suas inquietações e objetos de reflexão, a sociedade capitalista.

Em seu artigo intitulado *Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania* Mendonça coloca de forma clara importância da dimensão do simbólico nas relações do Estado:

Diversamente de Weber, para quem “o Estado é aquela comunidade humana que, no interior de um determinado território [o conceito de território é essencial à definição] reclama para si (com êxito) o monopólio da coerção física legítima, assumimos aqui ser o Estado uma condensação de relações sociais cristalizadas numa dada ossatura material, junto à qual se inscrevem grupos e/ou seus agentes, previamente organizados ao nível da sociedade civil, em busca do monopólio do uso legítimo não somente da **violência física**, mas também daquela de cunho **simbólico** sobre o conjunto da sociedade a ele correspondente (Mendonça, 1996, p. 2)

Nota-se que no trecho acima destacado a autora parte da crítica ao conceito weberiano de Estado ao defender a categoria de Estado ampliado gramsciana para, em seguida, recorrer à dimensão do simbólico na relação de dominação. Assim, seu alicerce teórico é o Estado ampliado, sendo a dominação simbólica adicionada como um importante *recurso metodológico*. Aqui já é possível perceber uma questão que também será alvo de toda a pesquisa aqui percorrida: a relação intrínseca entre teoria e metodologia.

Pierre Bourdieu ao estabelecer os conceitos de estruturas estruturadas (*opus operatum*) e estruturas estruturantes (*modus operandi*) está tentando superar qualquer determinismo dual do pensamento estruturalista, sobretudo de Jean Paul Sartre, ao mesmo tempo em que tenta alcançar uma nova dimensão na discussão com os marxistas economicistas. Ora, Bourdieu está assim como Gramsci, debatendo em duas frentes: uma dentro do campo sociológico

¹⁸ De origem grega o pensamento dialético é a base de sustentação de diversos pensadores modernos, entre os quais destacam-se Hegel e Marx. Uma definição final do significado de dialética não existe e seria até mesmo contraditório com sua proposta ontológica. Tomamos aqui a questão, sobretudo a partir da melhor leitura sintética sobre a história da dialética que encontra-se no livro de Leandro Konder *O que é dialética* (1985) cuja definição mais sintética reproduzimos a seguir: “maneira de pensar elaborada em função da necessidade de reconhecermos a constante emergência do novo na realidade humana” (Idem, p. 39).

francês estruturalista e outra dentro do campo do marxismo mais economicista que tinha importantes tradições na França naquele momento

Isso significa que os dois momentos, o objetivista e o subjetivista, estão numa relação dialética, e que, por exemplo, mesmo se o momento subjetivista parece muito próximo quando o tomamos isoladamente nas análises internacionalistas ou etnometodológicas, ele está separado do momento objetivista por uma diferença radical: os pontos de vista são apreendidos enquanto tal e relacionados a posições dos respectivos agentes na estrutura (Bourdieu, 2004, p. 152)

Logo, Bourdieu afirma que seu modo de pensar consiste numa *superação* da dicotomia estruturalista e idealista que predominava nas análises sociológicas. Em suas aulas no *Collège de France* na década de 1990 sobre a “sociogênese do Estado”, recentemente lançado no Brasil (Bourdieu, 2014), o sociólogo francês deixa, mais uma vez, explícita a perspectiva dialética em sua obra ao defender uma espécie de *materialismo do simbólico*:

Todo o meu trabalho tem como intenção fazer uma teoria materialista do simbólico que tradicionalmente se opõe ao material. As tradições marxistas empobrecidas que não abrem espaço para o simbólico custam a explicar essa espécie de obediência generalizada sem apelar para a coerção, e, por outro lado, não conseguem compreender o fenômeno da acumulação inicial. Não é por acaso que o marxismo fica tão embaraçado com o problema da acumulação inicial de capital estatal, porque penso que a forma primária da acumulação se realiza no plano simbólico: há pessoas que se fazem obedecer, respeitar, porque são letradas, religiosas, sagradas, saudáveis, bonitas... em suma, por uma profusão de coisas com as quais o materialismo, no sentido ordinário, não sabe o que fazer. O que não quer dizer, repito, que não haja uma análise materialista das coisas mais evanescentes. (Idem, p. 229)

Bourdieu também rejeita as propostas e discussões das principais correntes e tradições de pensamento sobre Estado, pois todas elas, inclusive a marxista, não conseguem estabelecer a origem do Estado (Idem, p. 32, 39), mas limitam-se a explicar a origem do Estado pela sua função. Assim, Bourdieu defende a busca pela origem do Estado, começando a pensar na definição do que é e quando foi estabelecido a distinção do público e do privado (Idem, p. 85-92). Quando confrontado com uma pergunta sobre a teoria gramsciana de Estado e a sua própria teoria, Bourdieu define Estado da seguinte forma:

[...] o Estado como um instrumento de organização social capaz de fundamentar um conformismo lógico e um conformismo moral e, até mesmo, um consenso, mas em um sentido muito especial. Insisto no fato de que essa integração lógica e moral produzida pelo Estado é a condição mesma da dominação que o Estado é passível de exercer a serviço dos que podem se apropriar do Estado. (Idem, p. 277)

Portanto, Estado para Bourdieu compreende um *locus* de produção da *doxa* e um importante lugar de produção do oficial, do público, legitimando-se numa longuíssima tradição de regras e procedimentos tanto no âmbito material quanto e, principalmente, no plano simbólico. Nota-se que Bourdieu não opera com conceitos desgarrados de historicidade. A categoria de Estado possui uma sociogênese, isto é, uma trajetória singular e específica que se expandiu e complexificou-se dentro das relações sociais, econômicas e simbólicas diversas.

Assim, as categorias apresentadas por Bourdieu são historicamente determinadas, mas estão longe de ser historicamente determinantes.

Seguindo esta pista da relação entre a teoria de Pierre Bourdieu conter elementos dialéticos que permitem uma relação com o pensamento de Gramsci, gostaríamos de elencar algumas afinidades “temáticas” desenvolvidas pelo sociólogo francês que foram esboçadas pelo marxista italiano. Vejamos isso mais de perto.

É digno de nota que Gramsci não utiliza, em nenhuma passagem dos *Cadernos do Cárcere*, a expressão “simbólico” para se referir a elementos do plano da dimensão não material tal como Bourdieu utiliza. Ao empreender uma leitura original sobre a obra de Maquiavel *O Príncipe*, texto do político florentino endereçado a Lourenço de Médici ele sugere que o interlocutor de Maquiavel não eram os Médici, mas sim “quem não saberia” sobre política, ou seja, o “povo”, ou a “nação”. A obra de Maquiavel seria, portanto, um livro “vivo”, pois continha uma análise política importante para aqueles que não estão organizados.

Quem nasceu na tradição dos homens de governo adquire quase automaticamente – por causa de todo o conjunto da educação **que absorve do ambiente familiar**, no qual predominam os interesses dinásticos ou patrimoniais – as características do político realista. (Gramsci, 2011b, p. 58, grifos nossos).

Nota-se que Gramsci aponta a *socialização familiar* da aristocracia como um elemento importante de constituição de uma educação política, ausente, contudo, no ambiente familiar proletário e camponês. Em outra passagem, o marxista italianoreflete de modo semelhante, sobre a constituição dos diversos sentidos comuns que existem no homem:

É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas: [...] uma, **implícita na sua ação**, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele **herdou do passado e acolheu sem crítica** (Idem, p. 103, grifos nossos)

Essa “absorção” de uma determinada educação na sociabilidade familiar e ainda a interiorização de um senso comum herdado do passado (sem crítica) não deixa de ser muito próximo das discussões sobre Bourdieu na noção de *habitus*. Vejamos algumas das definições sobre o conceito de *habitus*:

[...] sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes. (Bourdieu, 2011, p. 191)

[...] sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprimem, sob forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto (Bourdieu, 1983, p. 82)

[...] estruturas mentais através das quais eles apreendem o mundo social, são em essência produto da interiorização das estruturas do mundo social (Bourdieu, 2004, p. 158)

Podemos notar que as variações na definição de *habitus* concentram-se em explicá-la como um sistema de disposições múltiplas, socialmente construídas, ou estruturadas e

estruturantes, que se manifestam através de uma, ou mais ações dos indivíduos. Fica patente, portanto, o movimento de introjeção do social e sua manifestação, não da mesma forma que foi absorvida, mas sim reconfigurada a partir das próprias experiências e sentidos dados pelos indivíduos¹⁹.

A apropriação deste *habitus* é dada de forma diferente. Bourdieu analisa diferentes esferas de socialização que vão moldando diferentes formas de *habitus* como a família, a escola, os grupos sociais, entre outros. A constituição do *habitus* passa pela origem de classe e, portanto, as instituições sociais que promovem tais estruturas são marcadas por essa distinção. Isso fica mais claro no texto *Gosto de classe e estilo de vida* (Bourdieu, 1983), no qual o sociólogo francês desnaturaliza a concepção de que os indivíduos teriam uma propensão individual para consumir estilos de artes. A contemplação de obras de arte, ou a dedicação à formas de arte são obtidas apenas mediante uma condição de classe que permite um tempo ocioso que não está presente nas classes mais ordinárias que necessitam de mais horas no trabalho: “*O consumo material ou simbólico da obra de arte constitui uma das manifestações supremas do desembaraço, no sentido de, ao mesmo tempo, condição e disposição que a língua ordinária dá a essa palavra*” (Idem, p. 87). De uma forma ou de outra é possível estabelecer uma série de critérios racionais sobre o gosto musical, ou artísticos, por exemplo, a partir das posições de classe nas quais foram socializados os indivíduos:

[...] as músicas não são os discos e a eletrola dos vinte anos, graças aos quais descobrimos Bach e Vivaldi, mas o piano da família, ouvido desde a infância e vagamente praticado até a adolescência; a pintura não são os museus, de repente descobertos no prolongamento de um aprendizado escolar, mas o cenário do universo familiar (Idem, p. 97)

Isso só seria possível devido ao *habitus* que confere uma espécie de “*princípio unificador e gerador das práticas*” (Idem, p. 83), logo, a hierarquização das classes sociais também é reproduzida na definição do que é mais socialmente bem aceito, ou erudito, enquanto desqualifica o que é popular, ou menos erudito.

¹⁹ Logo, o *habitus* orienta a ação, mas como é fruto de relações sociais, ele garante a reprodução dessas mesmas relações que o engendram (ainda que o agente social não saiba que o porta). A interiorização pelos agentes dos valores, normas, princípios sociais assegura a adequação entre ações do sujeito e realidade objetiva da sociedade. Esse é o meio termo. Claro que está que o *habitus* se aplica não só aos valores e normas interiorizados, mas também aos sistemas de classificação que preexistem às representações sociais. Assim, vê-se que o *habitus* é, simultaneamente, social e individual, referido a um grupo ou a um indivíduo. A razoável homogeneidade do *habitus* subjetivos (de grupos ou classes) é assegurada uma vez que os indivíduos internalizam representações objetivas, de acordo com as posições sociais que ocupam. Claro está que Bourdieu vai privilegiar o estudo da configuração do *habitus* através das instituições de socialização dos agentes, podendo estes, logicamente, serem portadores de vários *habitus*, ainda que exista um que é “primário” (ex: familiar, escolar, e demais experiências posteriores). Enfim, o *habitus* é matriz de percepções, apreciações e ações, que se realiza em determinadas condições sociais (Mendonça, s.d., p. 1-2).

É a partir de expressões como essas que se manifesta o que Bourdieu chamou de “poder simbólico”. A definição de poder simbólico é: “[...] *poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das formas de poder.*” (Bourdieu, 2007, p. 15).

Assim, a força do conceito do poder simbólico está no exercício da *violência simbólica*. Diferentemente da violência explícita e física, a violência simbólica não deixa marcas visíveis, é uma “orquestra sem maestro”. Sobre a violência simbólica Emmanuel Terray afirma em seu artigo intitulado “Propostas sobre a violência simbólica” que:

Os indivíduos e, mais ainda, as autoridades, as instituições e os poderes só podem existir ou subsistir se invocarem uma razão ou uma argumentação fundadora. Por exemplo, nenhum poder pode contentar-se em existir como puro poder, que repousa na simples força nua, sem nenhuma justificativa; portanto, ele deve forjar para si mesmo uma legitimidade. (Terray, 2005, p. 305)

A dimensão do simbólico, portanto, possui uma correspondência, ou retradução, de diferenças objetivamente dadas na realidade social. Por isso, as diferenciações classistas são expressas em sistemas simbólicos e bens simbólicos, mesmo que essa referência não seja tão evidente, ou seja naturalizada pelos agentes sociais. Isso não é diferente na questão da dominação em Gramsci. O pensador italiano era sensível a esta questão, como podemos perceber na passagem do Caderno 13, no parágrafo 18 “Alguns aspectos teóricos e práticos do ‘economicismo’”, onde ele estava travando uma crítica as análises supostamente marxistas que propagavam o determinismo econômico, subordinando a superestrutura com a base econômica, Gramsci afirma: “*ignorou-se, além disso, uma outra proposição da filosofia da práxis: a de que as ‘crenças populares’ ou as crenças do tipo das crenças populares têm a validade das forças materiais*” (Gramsci, op. cit., p. 53).

Assim, mesmo com algumas distinções e limitações teóricas explicitadas acima entre Gramsci e Bourdieu, não é impossível, ou melhor, não seria incompatível teoricamente trabalharmos esses autores e suas noções e conceitos em conjunto para enriquecermos a análise da pesquisa histórica. Discordamos, contudo, de qualquer leitura cíclica, ou passiva diante do capitalismo, pois concordamos com Gramsci na superação dialética e histórica que o modo de produção capitalista está exposto, entendendo que o próprio discurso de sua irreversibilidade é em si mesmo um importante exemplo de *poder simbólico*.

Além disso, a união de tais autores nos traz nossa última questão importante a ser delimitada que é a própria definição, já mencionada aqui: a organicidade entre teoria e metodologia.

1.2.3 – Estado ampliado como uma questão de método

José Paulo Netto, em uma breve introdução sobre o método de Marx, nos mostra que o processo dialético da construção do pensamento marxiano nunca foi dissociado da perspectiva teórica, pois a pesquisa científica: “antes, é o produto de uma longa elaboração teórico-científica, amadurecida no curso de sucessivas aproximações ao seu objeto.” (Netto, 2011, p. 28). Como afirma a historiadora Sonia Mendonça, Antonio Gramsci não estabelece apenas uma linha teórica sobre Estado e poder coerente, mas ainda um importante roteiro de pesquisa histórica.

[...] considero o Estado Ampliado não apenas um sofisticado conceito, mas também uma utilíssima ferramenta metodológica, posto conter, em sua elaboração, os passos de um itinerário de pesquisa destinado à análise da constituição/transformações sofridas pelo Estado, bem como para o desenvolvimento de investigações de todo o tipo de temáticas e ele correlatas, tais como a dominação política de classe; a representação de interesses – dominantes e dominados – na sociedade capitalista; as políticas estatais das mais variadas; as relações entre classe dominante, Estado restrito e classe trabalhadora; ideologia, classe e cultura; além de inúmeras outras, mormente no âmbito da histórica, posto que o cerne da análise de Gramsci não poderia deixar de ser a **totalidade**.(Mendonça, 2014, p. 38, grifos da autora)

A partir da afirmação explicitada acima, tomamos aqui como horizonte teórico e, conseqüentemente o metodológico, a questão da *totalidade*. Ao falarmos sobre uma política agrícola específica, como no caso da pesquisa aqui desenvolvida, estamos na verdade falando sobre uma das inúmeras estratégias e formas de dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Assim,

Cabe ao pesquisador verificar quem são os atores integrantes desses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe encontram-se organicamente vinculados e, sobretudo, o que estarão disputando junto/dentro de cada uma das agências do Estado restrito, sem jamais perder de vista que, Sociedade Civil e Sociedade Política, encontram-se em permanente inter-relação. Pensar o Estado – e as políticas dele emanadas - significa, portanto, refletir, a cada momento histórico, sobre o eixo central que organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como tais formas dessa organização se articulam **junto e pelo** Estado restrito, mediante a análise dos seus agentes e das suas práticas. (Mendonça, 2007, p. 7, grifos da autora)

A proposta apresentada, portanto, reside em estudar o Estado ampliado a partir das demandas oriundas da sociedade civil, uma vez que é nos aparelhos privados de hegemonia que os projetos políticos são fecundados. Logo, uma determinada política pública é a materialização de uma hegemonia de alguma classe ou fração de classe.

Contudo, tal atividade, muitas vezes, torna-se difícil de ser realizada uma vez que a política pública é mais visível e aparente na pesquisa histórica do que os projetos que deram sua origem, ou ainda ocorre uma confusão entre os discursos dos intelectuais orgânicos que representam os interesses de um grupo específico com a sua posição dentro de determinado órgão ou agência do Estado restrito no qual está inserido.

As categorias e noções sobre Estado, sociedade civil e política, cultura, hegemonia, entre outros, não são classificações atemporais que podem ser utilizadas como ferramentas ao sabor dos acontecimentos

Fogem, assim, à redução da teoria a uma “caixa de ferramentas”, no interior da qual se pinça utensílios técnicos (conceitos e categorias) e, mecanicamente, realiza-se sua aplicação. Esse último procedimento, muito difundido em todas as latitudes teóricas (e não apenas no campo do marxismo) expressa uma dormência intelectual, que se limita a repetir, para outros temas, períodos e países, exatamente o mesmo ferramental empesado alhures. (Fontes, 2006, p. 272)

Para não cair na relação teoria e pesquisa histórica de maneira mecânica, tal como descrito por Virgínia Fontes, entendemos que o referenciais teóricos devem ser colocados em constante relação/discussão/reformulação diante das especificidades do momento histórico, dos lugares da sociabilidade, experiências e culturas distintas. Isso nada mais é do que a dialética e o próprio exercício da pesquisa histórica.

Dessa forma, a pesquisa aqui proposta sobre a trajetória da extensão rural tenta não se limitar em contar, narrar, ou mesmo criticar essa política agrícola, mas sim entender a construção da hegemonia intraclasse que transbordava em formas de consenso e coerção físicas e simbólicas pelas classes e frações da classe dominante agrária no Brasil. O extensionismo era uma expressão da dominação permanente de interesses dos dominante tanto no âmbito das relações de produção material da vida – a extensão, em sua essência, era uma política de difusão tecnológica – como também no âmbito da dominação simbólica consolidada na implantação de um *habitus* fundado na necessidade da modernização agrícola como única forma de desenvolvimento rural e eficaz para o aumento da produtividade agrícola. Essa última dimensão tornou-se latente devido as constatações de que não haveria uma eficaz aplicação de novas tecnologias sem a formação de um novo *habitus* envolvendo o comportamento e as técnicas agrícolas presentes no conhecimento coletivo que chamamos, no capítulo três, de *filosofia extensionista*.

Outra questão que merece destaque aqui é o contexto da introdução do extensionismo no Brasil que, guardadas as devidas proporções, apresentava-se como uma política alternativa às propostas de reforma agrária, ou qualquer outra medida que alterasse a estrutura fundiária do Brasil que era, e ainda é, extremamente desigual. Essa questão foi uma das principais variáveis para a importação desse modelo de modernização agrícola estadunidense, ainda na década de 1950, e sua plena aceitação pelas frações da classe dominante agrária nacional. Nesse sentido, o extensionismo atuaria para dirimir as tensões no campo entre os setores dominados – trabalhadores rurais, assalariados, posseiros, meeiros, pequenos proprietários,

entre outros – e as classes dominantes, composta pelos médios e grandes proprietários de terras.

Na década de 1970, em plena ditadura, recorte temporal principal dessa tese, os grandes proprietários promoveriam a chamada modernização conservadora da agricultura brasileira através de um modelo tríplice de desenvolvimento rural: crédito-pesquisa agropecuária-extensão rural. Dessa forma, houve uma ampliação da política extensionista para atender a demanda existente nesse novo cenário. Como já foi dito anteriormente, em 1974, um ano depois da criação da EMBRAPA que foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) que passaria a coordenar o extensionismo fornecido pela iniciativa privada, algo não constatado nas décadas anteriores, quando se priorizava o atendimento aos médios e grandes produtores. Contudo, antes de esmiuçarmos essas questões, faz-se necessário entender a origem do extensionismo rural brasileiro e a correlação de forças dessa primeira quadra histórica.

1.3 – Origem do extensionismo rural no Brasil: EUA e a questão agrária brasileira

Segundo Perry Anderson, a América Latina era o lugar onde os EUA se sentiam em casa, longe de ameaças diretas da União Soviética (Anderson, 2015, p. 80). Assim, a intervenção militar ostensiva dava lugar para acordos de cooperação tecnológica que garantiam a presença estadunidense no continente latino americano. Após a II Guerra Mundial, inaugurou-se uma série de acordos de cooperação técnica bilaterais firmados entre Brasil e Estados Unidos com o objetivo de “intercâmbio” de conhecimento e implantação de tecnologia em diversos setores. No caso da agricultura, o extensionismo rural praticado como uma forma de difusão tecnológica denominada de *Farm and Home Administration* foi uma das principais decorrências desses acordos.

O programa de extensão rural nos Estados Unidos possuía longa tradição, pois sua estrutura data do início do século XX. A implantação de técnicas agrícolas foi estimulada por uma entidade denominada de *Country Life Movement*, composta de empresários dos mais diferentes setores ligados à agricultura (Veiga, 1994, p. 29). O objetivo era vencer a resistência dos produtores norte-americanos em modernizar suas técnicas agrícolas e aumentar a produção: “*Um dos seus principais tribunos, Charles McCarthy, insistia que se tratava de ‘Henry Fordizar’ a agricultura. Não no sentido de transformá-la em linha de montagem, mas de fazer com que alcançasse um grau semelhante de eficiência [...]*” (Idem). Depois de uma série de iniciativas privadas e outras capitaneadas pelo *Country Life*

Movement o sistema de extensão rural nos Estados Unidos tornou-se uma política do Estado restrito no ano de 1914. Nesse sentido, o conceito de extensão rural está intimamente ligado à racionalização da produtividade, pesquisa agropecuária e difusão de conhecimento.

A estrutura dos serviços de extensão rural dos Estados Unidos tinha como princípio administrativo a *descentralização*, cabendo cada estado e, por sua vez, cada município, organizar, fomentar e administrar as ações extensionistas. É importante entender que o extensionismo estadunidense era totalmente dependente de recursos repassados através de contratos regulamentados entre os agentes de extensão (extensionistas) e as associações rurais. Mesmo ocorrendo algumas diferenças entre os estados, o princípio das relações estabelecidas entre extensionistas e produtores (*farmers*) eram relações no sentido mais horizontal do que verticalizada. (Bechara, 1954, p. 119).

Outra questão importante a ser colocada é a estrutura fundiária estadunidense. Havia desde os primórdios da colonização inglesa do século XVI o predomínio de pequenas propriedades rurais. A lei de terras de 1796 estabeleceu a compra mínima de 640 acres a dois dólares e o comprador tinha um ano para saldar essa dívida. Quando o indivíduo não tinha como arcar com esse valor estipulado na lei de terras havia a possibilidade de fixar-se em terras devolutas e depois, posteriormente, entrar com processo para regularizar sua propriedade junto às autoridades locais. Em 1862 foi promulgada o *Homestead Act* estabelecendo que qualquer colono branco poderia requerer 160 acres de terras públicas não apropriadas. Mesmo assim, é importante lembrar que a principal forma de adquirir terras nos Estados Unidos era através da compra por especuladores de terras, ferrovias, ou do diretamente do governo estadunidense. Seja como for, a estrutura fundiária norte-americana não era baseada na concentração de terras, sendo a grande maioria de seus produtores de pequenas e médias propriedades com o predomínio do trabalho familiar. O abastecimento do mercado externo e interno era realizado por essas "*famers*" (fazendas). (Moraes e Silva, 2009)

No Brasil, antes dos acordos de 1948, que estabeleceram a implantação do modelo de extensionismo, já havia a influência estadunidense na educação rural desde os anos 1930. Sonia Mendonça afirma que o primeiro acordo efetivo sobre a questão da educação rural foi realizado em 1945. Contudo, foi na década de 1950, que os acordos de cooperação técnica são consolidados num programa do governo norte-americano denominado *Ponto IV*:

[...] a garantia do êxito do Ponto IV residiu no fato de ser a educação, um de seus pilares, um dos mais importantes instrumentos da expansão imperialista que, ao alocar sua lógica na categoria "racionalidade", tornava-o mais facilmente aceito pelos grupos dominantes locais, uma vez que mantinha intocada a estrutura fundiária e contribuía para minimizar potenciais conflitos de classe no campo. (Mendonça, 2010b, p. 88)

Com efeito, o modelo estadunidense imprimia uma nova alteração do próprio significado de educação rural:

As atividades extensionistas por ela inauguradas não deixaram de existir, consolidando uma alteração qualitativa no patamar do ensino agrícola: por um lado, seu redirecionamento para o trabalhador rural adulto; por outro, o privilegiamento de práticas educacionais cada vez mais distantes da escola (Idem, p. 127)

Assim, o extensionismo era tido como uma prática educativa que difundia a modernização da agricultura pela via tecnológica, azeitado com assistencialismo social. Tal modelo convergiu com os interesses da fração da classe dominante agroindustrial brasileira que, por sua vez, incentivou e apoiou a dominação imperialista estadunidense, pois este projeto afastava a discussão sobre a desigualdade fundiária no Brasil. Assim, a questão o desenvolvimento sem discussão sobre a estrutura fundiária tornou-se o argumento inventado e adaptado de maior fôlego.

A implantação da experiência da extensão rural começou no Brasil pela iniciativa de Nelson Rockefeller em fazendas privadas localizadas no estado de São Paulo, no ano de 1946. Contudo, ainda neste mesmo ano, Rockefeller deslocou sua experiência para fazendas no estado de Minas Gerais. A explicação para tal mudança é difusa. É sabido apenas que Rockefeller não teria dado continuidade na região paulista, pois teria enfrentado oposições políticas devido a acordos pré-existentes entre o governo de São Paulo e a empresa suíça Nestlé e, portanto, entrou em conflito com o projeto de Nelson Rockefeller²⁰ (Ricci, *apud*, Ribeiro, 2000, p. 14-15).

Longe de ser um consenso na historiografia sobre o assunto²¹, assumimos o ano de 1948 como sendo o marco na implantação da extensão rural no Brasil, pois foi neste ano que ocorreu o acordo firmado entre a *American International Association* (AIA) – agência “filantrópica” de Rockefeller – e o governo de Minas Gerais para a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). A AIA de Rockefeller administraria a agência, tendo à

²⁰ O estado de São Paulo nunca teve nenhuma associação estadual, ou empresa de assistência técnica e extensão rural ligada à ABCAR, ou à EMBRATER. Contudo, sabemos que o programa extensionista teve continuidade através da Secretaria de Agricultura do estado de São Paulo, com a Coordenação de Assistência Técnica Integral (CATI). Esta agência estatal foi criada no ano de 1967. Na década de 70 há indícios de alguns acordos entre a EMBRATER e a CATI para a realização de alguns projetos em conjunto, sobretudo ligados à formação de extensionistas. Devemos lembrar também que a Sociedade Rural Brasileira (SRB) apesar de não ter se expressado a favor ou contra a política extensionista no âmbito nacional, apoiou a iniciativa estadual (Oliveira, 2013, p. 44).

²¹ Ângelo Callou, afirma que a “verdadeira” extensão rural educativa teve início no Brasil na década de 1930 através da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais, em Viçosa baseado nas “Escolas Superiores de Agricultura” (*Lands Grand College*) dos Estados Unidos (Callou, 2006). Seja como for, o extensionismo como política de Estado só ocorreu a partir de 1948.

frente da direção o agrônomo norte-americano Walter Crawford²². Tal associação seria responsável em difundir técnicas e tecnologias agrícolas no interior do estado mineiro e direcionar tais produtores assistidos contraírem crédito rural no Banco do Estado de Minas Gerais para consumirem inovações tecnológicas apresentadas pelos extensionistas.

A escolha de Minas Gerais não foi coincidência. Havia forte intercâmbio e acordos de cooperação do estado mineiro com os Estados Unidos. A trajetória da Universidade Federal de Viçosa é ilustrativa dessa relação tradicional. Ainda na década de 1920 a Universidade foi inaugurada com o nome de Escola Superior de Agronomia e Veterinária (ESAV) pelo então governador de Minas Gerais, Arthur Bernardes, tendo todo o seu corpo docente composto exclusivamente por norte-americanos. Contudo, na década de 1930, houve alguns reverses e a ESAV foi fechada. Sua retomada ocorreu somente no ano de 1948, no mesmo acordo que estabeleceu a criação da ACAR-Minas Gerais, transformando-se em Universidade Estadual de Minas Gerais (UREMG). Dessa forma, podemos afirmar que a UREMG foi criada com o objetivo muito claro: formação de quadros para a extensão rural em Minas Gerais. O intercâmbio, sobretudo com a *Purdue University*, sempre fora constante. Em relatório do Conselho de Administração da universidade norte-americana desde os anos de 1950, aparece alguma nota sobre acordos entre a *Purdue* e a “Universidade de Viçosa” como era chamada, além de constar ainda o nome de professores que viajaram para o Brasil como podemos conferir no exemplo abaixo extraído de dois relatórios produzidos pela *Purdue University*, um no ano de 1952 e o outro produzido em 1965:

Amendments 3, 4, and 5 extending agreement with Technical Cooperative Administration, Department of State Contract SCC-14064 for provision of technical assistance to the Rural University of the State of Minas Gerais at Viçosa (sic), Brazil (Purdue, 1952, p. 57)

Hausler, C. L. – Instructor in IPIA Administration – 7/31/65-1/31/67 – with – to report for overseas assignment with ACAR, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil (Purdue, 1965, p. 39)

A extensão rural, contudo, não ficaria restrita a Minas Gerais. Em 1956, no governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), foi criada a Associação Brasileira e Crédito e Assistência Rural (ABCAR) para coordenar as associações estaduais que já haviam se

²² Formado em Arkansas, EUA, em 1933. Trabalhou na *Farm Security Administration* nos EUA. No período compreendido entre 1943 a 1947 esteve no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), período em que foi enviado em missões para o Paraguai e para o Haiti. Em 1948, foi para Venezuela, já a serviço da AIA. No final desse ano, veio para o Brasil, onde no dia 6 de dezembro começou, em Minas Gerais, a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR, da qual foi diretor até março de 1953. De 1953 a 1960 foi membro da Junta Administrativa da ACAR-MG. Em sua gestão foi implantada a estrutura Escritório Local, Escritório Regional, Escritório Central. (Colby e Dennett, 1998, p. 478, 840)

espalhado pelo país²³. Kubitschek tinha sido governador de Minas Gerais, anteriormente, e já conhecia a prática extensionista:

“No dia seguinte, o sr. Rockefeller almoçou com o presidente Kubitschek no Palácio do Catete, sede do governo federal no Rio de Janeiro, onde foi selado o acordo para a criação da ABCAR, com a AIA participando de sua constituição.” (Ribeiro, 2000, p. 60)

O desenvolvimento do extensionismo na década de 50 também contou com a ajuda direta do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA). Esta agência bilateral foi fundada em 1953 através de um acordo entre o Ministério da Agricultura do Brasil e o Departamento de Estado estadunidense e, portanto, possuía financiamento tanto do governo brasileiro quanto do governo norte-americano). O ETA importava materiais audiovisuais e didáticos, equipamentos agrícolas. A figura 1 reproduzida abaixo é de um retroprojetor norte americano importado pelo ETA para ser utilizado pelos serviços de extensão rural em Minas Gerais na década de 1950-60:

Figura 1: Projetor de Imagens da EMATER-MG fornecido pelo ETA:



Fonte: Centro de Memória e Documentação da extensão rural no Brasil. EMATER-MG.

²³Após a criação da ACAR em Minas Gerais foi estabelecida em 1955 a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) que tinha sede em Recife, mas atuava também nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nesse mesmo ano, em parceria com o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA) é criado o “projeto ETA 16”, que passaria a ser chamada de Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) atuando no Rio Grande do Sul. Em 1956 surgiram a Associação de Crédito e Assistência Rural o Paraná (ACARPA) e a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). (Oliveira, 2013, p. 97). Mendonça considera a criação do ETA como o “ápice” do modelo de intervenção estadunidense na América Latina, principalmente ligado à questão da pobreza e do desenvolvimento (Mendonça, 2010b, p. 130).

Após quase uma década de escritórios espalhados no interior do país, sobretudo em Minas Gerais e nas regiões Nordeste e Sul, o extensionismo ganhou o *status* de política pública nacional pelo presidente Juscelino Kubitschek, logo no primeiro ano de seu mandato – 1956-61. Em 1961, o presidente Jânio Quadros reconheceria a ABCAR como uma agremiação de “utilidade pública” consolidando o Ministério da Agricultura como principal fonte de recursos da associação²⁴.

Diferente do que ocorria em Minas Gerais, que chegou a ter um diretor norte-americano à frente da ACAR-MG, a condução da política extensionista no âmbito nacional era de responsabilidade dos intelectuais orgânicos das frações da classe dominante agrária nacional. Estes intelectuais ocuparam a direção da ABCAR durante toda a sua existência. A análise da trajetória de vida do quadro dirigente da associação revela porta-vozes dos aparelhos privados de hegemonia da classe patronal, em especial ligados à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) conforme podemos verificar no anexo 10. João Napoleão de Andrade foi o presidente da ABCAR no período de 1956 a 1973, Andrade era mineiro, vinha de uma família tradicional de Minas Gerais que exportava cristal de rocha para os Estados Unidos durante o período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Ele passou boa parte de sua vida em território norte-americano, tendo excelentes relações tanto na esfera privada, quanto na esfera pública (Ribeiro, op. cit., p. 101). Amigo íntimo de Juscelino Kubitschek, Andrade se reunia periodicamente com ele. Foi num desses encontros que João Napoleão de Andrade apresentou Rockefeller ao presidente Kubitschek (Colby&Dennett, 1998, p. 290). Ao mesmo tempo em que exercia o cargo de presidente da ABCAR, foi diretor técnico da CNA no ano de 1963 (Ramos, 2011, p. 249), evidenciando que grupos de interesse patronais se encontravam representados no âmbito da ABCAR.

De modo semelhante, Ewaldo Saramago Pinheiro foi vice presidente da ABCAR no em toda a sua existência (1956-1974). Fluminense, Saramago Pinheiro era pecuarista, presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural do Rio de Janeiro (ACAR-RJ). Foi

²⁴ A ABCAR foi registrada como uma “associação sem fins lucrativos da sociedade civil”. Contudo, entendemos que essa classificação era apenas de caráter jurídico e não político, uma vez que a associação consta desde sua criação no organograma do Ministério da Agricultura como um órgão filiado junto à Pasta. Essa “estratégia” de registrá-la como uma associação da sociedade civil foi uma artifice para escapar da aprovação do Congresso Nacional, pois havia uma expressiva bancada de deputados representantes da SRB que barravam qualquer proposta proveniente do Ministério da Agricultura hegemônico por porta-vozes da SNA, como era o caso da aprovação do Serviço Social Rural, (Oliveira, 2013).

também presidente da Federação as Associações Rurais do Estado do Rio de Janeiro (FARERJ) e, nos anos 60, também integrou a diretoria técnica da CNA. Além disso, teve ativa participação no âmbito da política partidária, pois, ainda nessa década, foi deputado estadual no Rio de Janeiro pela União Democrática Nacional (UDN) – da qual também foi fundador da seção desse partido no estado do Rio. A UDN foi o partido que concentrou a ala mais conservadora e liberal da sociedade e que, através da coligação com o partido de Jânio Quadros, o minúsculo Partido Democrático Cristão (PDC) que venceria as eleições presidenciais em 1961.

Por fim podemos ressaltar o Ministro da Agricultura Luis Fernando Cirne Lima que, ocupou a presidência da ABCAR de 1972-73, acumulando com suas funções de ministro de Estado. Cirne Lima era gaúcho, pecuarista, formado em agronomia. Lima foi também presidente da Federação de Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) de 1968 a 1969. Cabe lembrar que esta federação era uma das mais importantes entidades da sociedade civil que teve sempre uma representação muito grande dos interesses de pecuaristas. Assumiu a pasta da Agricultura durante o governo Médici (1969-1974) até 1973. Posteriormente foi diretor da Associação Brasileira de Criadores de Gado (ABC) e ainda membro do Conselho Superior da SNA no período de 1976 a 1993²⁵.

Assim, o extensionismo rural no Brasil foi dirigido por legítimos representantes do patronato rural brasileiro, confirmando, portanto, sua relação orgânica como parte importante na construção da hegemonia intraclasse, das frações da classe dominante agroindustrial.

No quesito administrativo, a ABCAR era uma autarquia de administração indireta (ABCAR, 1958, p. 1) podendo firmar convênios com associações de âmbito privado – vide a composição de seu Conselho Deliberativo onde se aglutinavam todas as instituições que tinham acordos com a ABCAR – mesmo que esta contasse com a maioria dos recursos provenientes do Ministério da Agricultura.

²⁵Atualmente Cirne Lima é presidente de honra da Associação Brasileira de Criadores de Gado Devon (ABCD).

Figura 2: Logo da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)



Fonte: ABCAR. *Plano Diretor Quinquenal 1961-1965*. Rio de Janeiro: Abcar, 1960

Acima podemos visualizar o símbolo da associação que contém referências interessantes sua ideologia. Nota-se que a figura 2 apresenta uma imagem de um ambiente rural com um sol nascente que poderia representar o “nascimento da luz do saber, ou do conhecimento agrícola” chegando ao campo pelo extensionismo rural. É possível visualizar também uma espécie de máquina agrícola de movendo no campo, cuja plantação está posta em linhas. Novamente essas são representações importantes do tipo de difusão técnica e tecnológica que configurava a ação extensionista.

Outra questão importante a ser observada é a íntima relação entre crédito e extensão rural, compondo o *slogan* da agência que trazia a expressão “crédito” antes mesmo da palavra “assistência rural”. Isso significava que para se implantar tais modernizações tecnológicas no campo era necessário investimento prévio. Diante disso, o vínculo estabelecido entre a concessão de crédito e a prática assistencialista é uma marca no extensionismo rural brasileiro e possui um traço de continuidade até a década de 80. No início, a modalidade de crédito mais propagada pela extensão rural era o Crédito Rural Supervisionado (CRS). O CRS consistia em recursos que beneficiaria a propriedade e o lar com o objetivo de melhorar o “bem estar” dos produtores beneficiários. Nota-se que o crédito rural abrangia tanto a questão da produção – propriedade – quanto à melhorias na área social, representado pelo “lar”. Os extensionistas tornaram-se, desde cedo, além de difusores de tecnologia, agentes de crédito, pois toda a seleção dos beneficiários de crédito bem como a mediação entre o produtor e o banco era feito por extensionista (Oliveira, 2013, p. 57).

Nos anos 60 as operações de crédito rural começaram a ser repensadas dentro das associações estaduais e a ACAR-Minas inaugurou uma nova modalidade de crédito, exclusivamente para a questão da produção, o Crédito Rural Orientado (CRO):

[...] o CRO se aplica no caso de ‘melhoramento de determinada cultura ou explorações pecuárias, levando (o agricultor) a adotar técnicas mais aperfeiçoadas’.

É a modalidade que, com maior propriedade, se identifica com o processo de modernização da agricultura. (Oliveira, 1984, p. 13).

Nota-se que essa modalidade de crédito é exclusivamente produtivista, não tendo nenhuma preocupação com a questão social, ou assistencialista como havia no CRS. Além disso, o CRO é o primeiro indício do alargamento do público alvo do extensionismo uma vez que a modalidade “orientado” não distingue pequenos, médios ou grandes produtores, pois o que importava era a produção específica do produto em questão. Em outras palavras, o critério para o recebimento do crédito seria o tipo de produção e não o tamanho, ou as condições do produtor. Na década de 1970 não havia mais em nenhum relatório da ABCAR com menção ao CRS.

A associação entre crédito rural e extensão rural foi consolidada pelo Banco Central que instituiu através da Carta Circular nº 8, em 1969, a obrigatoriedade do assessoramento da “assistência técnica²⁶” para os agentes de crédito e seus mutuários. Ora, nesse momento os principais técnicos disponíveis encontravam-se nas associações estaduais coordenadas pela ABCAR. Assim, o Banco Central selaria a estreita aliança entre crédito e extensão rural até essa decisão ser revogada, em 1974, pela carta circular nº 109. Contudo, esse não foi o fim da relação entre crédito rural e extensão rural que mantiveram um casamento duradouro por décadas.

Uma segunda observação, que não deixa de ser um desdobramento da questão anterior, decorre do fato do extensionismo ter como público alvo, em sua origem, pequenos produtores, sobretudo proprietários do interior do país. O discurso extensionista, em sua primeira década, propunha uma difusão de tecnologia e técnicas agrícolas para “elevar” a produtividade agrícola daqueles que se encontravam à margem do acesso a modernas técnicas de produção agropecuárias.

Diante do que já foi exposto não é difícil chegar à conclusão que o aumento da propriedade estava fora de questão: “4. *Mudança de atitudes – ou no que o povo sente: uma atitude diferente em relação ao emprego de parte da renda da propriedade, como por exemplo, ao invés de adquirir mais terras, aumentar o conforto da família.*” (ABCAR, 1962b, p.11, grifos nossos). Esse trecho retirado de uma das cartilhas da ABCAR coloca como uma “vontade do povo” o aumento da produtividade. Assim, o extensionismo era “bem-vindo” e desejado como se a demanda por tal política tivesse partido dos próprios assistidos.

²⁶A carta circular nº 8 bem como outras documentações oficiais utilizam a expressão assistência técnica como sinônimo de extensão rural. O debate sobre essa questão de diferenciação da extensão rural e da assistência técnica é inexistente. Portanto, utilizaremos essas expressões como sinônimos.

As atividades da ABCAR atravessaram toda a década de 1960 sem muitas alterações em sua estrutura e ações. O golpe empresarial militar de 1964 consagraria o projeto de desenvolvimento rural produtivista, no qual a política de extensão rural era uma parte fundamental. Contudo, antes de seguirmos adiante, devemos nos concentrar na discussão sobre o golpe empresarial militar, pois a estrutura da política agrícola consolidada a partir da promulgação do Estatuto da Terra pelo primeiro governo militar do general Castelo Branco (1964-1968) foi, sem dúvida, a matriz das discussões sobre questão agrária no Brasil durante as décadas seguintes.

1.4 – Revisitando o debate, construindo uma crítica: historiografia sobre o governo Goulart e golpe de 1964

A historiografia sobre o golpe empresarial militar de 1964 é ampla e heterogênea. Diversas interpretações disputam o campo acadêmico para estabelecer-se como corrente majoritária ou dominante conquistando um espaço em universidades, no campo editorial e o famoso “prestígio”, uma verdadeira luta pela hegemonia da interpretação “correta”, “verdadeira”, ou para aqueles que acreditam “isenta” desse período da História do Brasil recente.

Lucilia Neves Delgado classifica alguns trabalhos acadêmicos sobre o governo Goulart e o golpe de 1964 baseada em uma suposta “[...] *representatividade de orientações teóricas e metodológicas e contribuição para a ampliação da pesquisa documental e debate acadêmico.*” (Delgado, 2010, p. 128). Dessa forma, Delgado identifica cinco eixos da produção historiográfica. O primeiro deles foi denominado de *visão estruturalista e funcionalista*. Em resumo, esse eixo defende que o golpe teria ocorrido diante de um acirramento dos conflitos sociais decorrente do processo de desenvolvimento capitalista dependente no Brasil nos anos 1950-60. São elencados nessa corrente Francisco de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso e Maria da Conceição Tavares.

O segundo eixo de análise *privilegia explicações preventivas*, isto é, análises políticas do golpe de 1964 nas quais alguns autores interpretam aquela conjuntura como uma conjugação de “*forte descontentamento de setores conservadores da política brasileira com a crescente e autônoma organização da sociedade civil naquela conjuntura.*” (Idem, p. 132). Nessa perspectiva, o golpe empresarial militar teve um caráter *preventivo* e/ou *contra revolucionário*. Fazem parte dessa corrente, autores como Florestan Fernandes, Caio Navarro de Toledo e Jacob Gorender.

O terceiro eixo é composto de *análises conspiratórias*. Nessa vertente Delgado inclui trabalhos, sobretudo da década de 1980, que destacam as articulações de caráter, aparentemente, *conspiratórias* de agentes e agências como o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Agência Central de Inteligência dos EUA (CIA) – através da Operação *Brother Sam*– que minaram o governo Goulart, conquistando o Estado e efetivamente consolidando seus interesses nos governos militares. Autores que se destacam nessa corrente incluiriam Moniz Bandeira, René Dreifuss, Heloísa Starling e Octávio Dulci. Lucilia Delgado reconhece, sobretudo nos trabalhos de Dreifuss e Starling, ampla pesquisa documental.

O quarto eixo é composto de análises cuja centralidade está na *visão conjuntural, com ênfase na democracia*. Essa corrente destacaria a questão da democracia representativa privilegiando os aspectos políticos que levaram ao golpe de 1964. A tese de Wanderley Guilherme dos Santos sobre as disputas no Congresso Nacional e seu “impasse decisório” seria inaugural dessa vertente, à qual posteriormente se agregariam Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira:

“Ora, as análises apresentadas por Figueiredo e Ferreira se referem à dimensão política da democracia liberal clássica, que é prioritariamente representativa e inclui em sua dinâmica, entre outras variáveis: eleições rotineiras, possibilidade de alternância no poder, liberdade de organização e expressão, e condições consolidadas e respeitadas de governabilidade.” (Idem, p. 138)

Lucilia Delgado ainda inclui aqui o trabalho do jornalista Elio Gaspari²⁷ – como importante contribuição para essa vertente historiográfica “renovadora”. Todo esse grupo será fortemente criticado por outros historiadores, por seu caráter *revisionista*, o que Lucília discorda fortemente.

O quinto e último eixo de análise sobre o golpe seria composto por um *novo ciclo produtivo*(da historiografia), ou seja, são pesquisas produzidas com base em novas documentações e na relação entre história e memória, por isso o termo “produtivo”. O estudo recente de Carlos Fico sobre a operação *Brother Sam* e o apoio velado, mas ativo, dos EUA na implantação do golpe empresarial militar de 1964 é amais expressiva obra recente que configuraria nessa corrente. Nota-se que Fico enfatiza a questão da participação ativa dos

²⁷O trabalho do jornalista Elio Gaspari faz parte de uma encomenda da editora Companhia das Letras que publicou quatro volumes do Gaspari: A Ditadura Envergonhada (vol. 1), A Ditadura Escancarada (vol. 2), A Ditadura Derrotada (vol. 3) e a Ditadura Encurralada (vol. 4). Uma interessante crítica a essa coleção é o artigo de MAESTRI, Mario e JAKOBSKIND, Mário Augusto, “A historiografia envergonhada”. Revista espaço acadêmico ano III, n. 24, maio 2004.

militares na derrubada do governo Goulart na madrugada do dia 31 de março para o dia 1 de abril de 1964.

Os recentes trabalhos sobre “história e memória” do golpe de 64 possuem ampla pesquisa documental, mas também apresentam lacunas como a escassa ou parcial relação com a produção historiográfica existente, insistindo em descrever acontecimentos como, supostamente, inéditos ou originais. Carlos Fico, por exemplo, em 2008, publicou um capítulo de livro sobre a influência dos EUA no golpe utilizando farta documentação a qual teve acesso em arquivos públicos dos Estados Unidos. Contudo, extensas fontes dos arquivos norte-americanos foram utilizadas nos livros de Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil* e Phyllis Parker, *O papel dos Estados Unidos no golpe de 31 de março* [de 1964]. O primeiro trabalho é de 1973 e o segundo de 1977. Esses dois trabalhos apresentam a tese de que os EUA apoiou ativamente o golpe de 1964 e, mesmo anteriormente, manteve íntimas ligações entre o então embaixador dos EUA no Brasil, Lyndon Gordon, e generais das Forças Armadas brasileiras, além do constante monitoramento das atividades políticas no Brasil nesse período pré-golpe (Moraes, 1999, p. 124-125).

O panorama apresentado por Lucilia Neves Delgado é interessante na medida em que tenta sistematizar as diversas interpretações e análises sobre o golpe de 1964. Contudo, a classificação de Delgado é extensa, e, em certa medida, ainda superficial. Os critérios utilizados em seu artigo não foram previamente explicados ou definidos, resultando numa organização difusa e, no mínimo, desajeitada. Uma primeira observação encontra-se no fato da autora considerar os trabalhos apresentados como dotados de igual peso e relevância acadêmica. Os estudos de René Dreifuss, Jacob Gorender são fruto de intensa e complexa pesquisa documental, além de uma coerência teórica marxista e gramsciana que não podem ser comparados no mesmo nível de relevância histórica ou mesmo acadêmica, aos trabalhos do jornalista Elio Gaspari – mais descritivo do que analítico – ou de Wanderley Guilherme dos Santos – concentrado em escassa documentação, muito mais voltados para uma análise conjuntural do que em uma pesquisa empírica.

Sabemos que é impossível comparar todos os trabalhos de maneira imparcial ou sem incorrer em equívocos. No entanto, queremos chamar a atenção para o objetivo político que, na construção realizada pela autora, produz uma defesa do que Demian Bezerra de Melo chamou de um “revisionismo regressivo” (Melo, 2013, p. 28) conforme veremos mais adiante. Mesmo se autointitulado na segunda corrente, Delgado apoia e defende os estudos das correntes quatro e cinco de Gaspari, Ferreira, Figueiredo e Fico, a crítica de estudos

revisionistas (conservadores), pois, segundo a autora, tentariam promover um novo paradigma histórico a partir de noções tais como “sociedade brasileira”, “direita e esquerda” marcados por um sentido político e pelo conceito de democracia liberal igualmente defendido pela autora.

Por outro lado, Lucilia Delgado suprimiu um critério importante a ser incorporado a essa revisão historiográfica sobre o governo Goulart e o golpe de 1964: a base teórica sobre a qual os trabalhos estão alicerçados. Diversos estudos descritos e desqualificados pela autora – sobretudo aqueles realizados nas décadas de 1970 e 1980 – fazem parte do campo teórico marxista. Os trabalhos de Francisco de Oliveira, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Jacob Gorender, Caio Navarro de Toledo, Moniz Bandeira, René Dreifuss, Heloísa Starling – poderíamos incluir também os de Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos entre outros – privilegiam a questão da *totalidade* e uma visão abrangente dos aspectos econômicos, sociais e políticos – cada autor destacando mais um fator do que o outro – além de uma clara noção da luta “intra” e/ou “entre” classes e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Essas são premissas importantíssimas contidas na metodologia do materialismo histórico proposto por Marx e diversos marxistas tais como Lênin, Trotsky e Gramsci que perpassam as análises desses autores em diferentes graus e intensidades e de tantos outros.

Sabemos, contudo, que devido a uma temporalidade extensa, tais trabalhos caracterizam-se como interpretações datadas e contam com limitações de cunho histórico. Todavia, essas interpretações não segmentam um aspecto social ou conspiratório, exceto quando se trata de evidenciar documentalmente a própria organização – conspirativa – que resultou em golpe de Estado, sempre relacionadas a seus aspectos sociais (classes, frações, entidades, etc.). Com efeito, as perspectivas críticas e o compromisso em decifrar as articulações do desenvolvimento do capitalismo inserem esses trabalhos numa linguagem relevante da História do Brasil. É possível afirmar que os trabalhos de Francisco de Oliveira e Florestan Fernandes, por exemplo, possuem muito mais afinidades do que divergências estando essas últimas mais na questão da perspectiva e objetivos do que numa discordância essencial. Em outras palavras, a perspectiva do materialismo histórico contida no pensamento de Oliveira e Fernandes os aproxima mais do que os afasta. Vejamos mais de perto esse exemplo.

Florestan Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil* (Fernandes, 2006) chama a atenção para o caráter instável da dominação da classe burguesa brasileira que, ao longo da experiência da República, sofreu sucessivas crises e tentativas de golpes: movimento de 1930,

Intentona Comunista em 1935 – sufocada por Vargas – golpe do Estado Novo em 1937, movimento integralista derrotado por Vargas em 1938, fim do Estado novo de Vargas, em 1945, eleição de Dutra, suicídio de Vargas em 1954, o impedimento de golpe pelo marechal Lott que garantiu a posse de Juscelino Kubitschek em 1955, o sistema parlamentarista evocado para garantir a posse de João Goulart logo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e, finalmente, chegando ao golpe empresarial militar em 1964. Nesse sentido, Fernandes percebe o coroamento de uma transmutação da classe dominante brasileira com o golpe de 1964, de uma suposta defesa democrática liberal para um totalitarismo corporativista:

De classes patronizadas da revolução democrático-burguesa nacional passam a conceber-se como pilares da ordem mundial do capitalismo, da “democracia” e da “civilização cristã”. Essa reviravolta ideológica e utópica, quanto às suas repercussões no plano interno, não só aumenta o grau de alienação filosófica, histórica e política da burguesia perante os *problemas nacionais* e sua solução. Ela fortalece a insensibilidade diante deles, na medida em que não perturbem o desenvolvimento capitalista interno nem o equilíbrio do sistema capitalista mundial, ou, ainda, na medida em que sejam úteis para a intensificação da acumulação capitalista. [...] ela serviu, pois, de fundamento para uma solidariedade de classes que deixou de ser “democrática” ou, mesmo “autoritária”, para tornar-se abertamente “totalitária” e contrarrevolucionária, em suma, o fermento de uma ditadura de classe *preventiva*. (Idem, p. 367-368, grifos do autor)

Ora, Francisco de Oliveira em *Crítica à razão dualista* (1987) mais do que uma visão dualista de modernização e atraso, coloca em questão o modelo de produção capitalista no Brasil como complementar dessas duas vertentes, onde os modos de produção ditos “atrasados”, sobretudo localizados no campo, teriam contribuído para a acumulação de capital e o pleno desenvolvimento “moderno” dos modos de produção industrial na década de 1950-1960. O autor, portanto, concorda com a tese de que as condições sociais e políticas foram mais importantes do que o aspecto econômico para o golpe empresarial militar de 1964. Contudo, o mais importante destaque em sua análise é a evidência do aceleração do desenvolvimento capitalista depois do golpe diante das medidas econômicas de arrocho salarial e enxugamento dos gastos do Estado para a contenção da inflação absurda contida nesse período:

Em poucas palavras, a política de combate à inflação procura transferir às classes de rendas baixas o ônus desse combate, buscando que as alterações no custo de reprodução da FT [força de trabalho] não se transmitam à produção, ao mesmo tempo que deixa galopar livremente a inflação que é adequada à realização da acumulação, através do instituto da correção monetária, a prática já iniciada em períodos anteriores, de fuga dos limites estreitos da lei da usura. (Idem, 1987, p. 65).

Ambos os autores consideram a perspectiva do desenvolvimento do capitalismo como contexto socioeconômico para entendermos o golpe apoiando-se na garantia dos interesses políticos e econômicos das frações da classe dominante, burguesa para Florestan, industrial e

financeira para Oliveira. Temos aqui a utilização de categorias como “modos de produção capitalista”, “luta entre e/ou intraclasses”, provenientes do marxismo, priorizando a totalidade e o conflito no processo histórico analisado.

Com uma visão completamente distinta, o historiador Marcelo Badaró Mattos fez uma importante revisão da historiografia sobre esse mesmo período, privilegiando uma perspectiva cronológica da produção acadêmica. O autor enfatiza as “datas comemorativas” dos quarenta anos do golpe empresarial militar em 2004 e dos trinta anos da morte de João Goulart em 2006, como marcos na afirmação acadêmica e social das novas interpretações. Os primeiros trabalhos, na década de 1970, foram importantes contribuições para uma visão socioeconômica geral do contexto histórico do período, em especial com relação ao desenvolvimento do capitalismo dependente. Nos anos de 1980, Badaró destaca a pesquisa de René Dreifuss como a “*mais abrangente e significativa análise sobre as articulações entre setores das classes dominantes e militares*” (Mattos, 2008, p.247). A originalidade do trabalho de Dreifuss pode ser constatada através de dois fatores: ampla pesquisa documental e sólido referencial teórico gramsciano, sobretudo a categoria de Estado ampliado.

Por outro lado, Mattos aponta a *descontextualização* das teses de Argelina Figueiredo e Elio Gaspari que defendem uma suposta “radicalização” autoritária inerente ao discurso e a ação políticas não somente das organizações de “direita”, mas também dos segmentos à “esquerda”:

Não apenas inexistia o compromisso da esquerda com a democracia (tanto quanto o da direita), como para ele “havia dois golpes em marcha”. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial” (Idem, p. 251).

Esse argumento seria, segundo o autor, um reducionismo e um perigo em relação aos usos e abrangências que poderiam ser realizadas numa suposta defesa da ditadura militar e do caráter inevitável que assume o golpe na visão dos memorialistas militares entrevistados e utilizados nos trabalhos desses autores, concordando com Marcelo Ridenti:

[...] se os estudiosos não podem controlar o uso de suas pesquisas históricas nos embates políticos do presente, devem ao menos “estar conscientes de que o realce analítico de alguns aspectos, em detrimento de outros, pode levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo”. As interpretações da “falta de democracia das esquerdas” acabaram por ser incorporadas “por aqueles que isentam setores significativos da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura — e até pelos que chegam a justificá-la”, ainda que essa não fosse a intenção daqueles estudiosos. (Idem, p. 253)

Em seguida, Mattos analisa as pesquisas realizadas nos anos de 1990 produzidas, maciçamente, no Rio de Janeiro. Essa concentração geográfica seria decorrente da localização do Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV)

depositária do acervo pessoal de João Goulart e *lôcus* de inúmeras entrevistas e depoimentos de militares, entre outros atores políticos desse período. Resultam desse vasto acervo os trabalhos revisionistas de Marieta de Moraes Ferreira, Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes, Argelina Figueiredo e outros. Assim, o autor conclui que:

Em uma apreciação mais geral, pode-se situar a maior parte da produção recente a respeito do governo Goulart como decisivamente influenciada pela perspectiva de uma “história política renovada”, tal qual a definem alguns dos autores das obras aqui analisadas. [...] Sente-se, porém, a falta de umnexo maior entre tal análise política e a história social daquele período. (Idem, p. 261).

Num diálogo entre os artigos apresentados aqui entendemos que as correntes quatro e cinco listadas por Lucilia Neves Delgado, ou essa nova historiografia apontada por Marcelo Badaró Mattos, integram uma heterogênea proposta de “revisionismo” realizada a partir dos anos 1990 por autores em contraposição as interpretações de caráter marxistas. Esse revisionismo tem um caráter conservador, no sentido proposto por Demian Bezerra de Melo, em sua recente tese de doutorado que considera muitos desses trabalhos como exemplos de “revisionismo regressivo” (Melo, op. cit., p. 28):

[...] nessa reescrita a possibilidade de que no final se acabe por produzir um conhecimento inferior ao que se pretendia superar está sempre colocada, especialmente quando o que move a produção de uma nova leitura não é mais que produzir uma memória sob roupagem acadêmica. (Idem)

Assim, os estudos apresentados como “conjunturais que privilegiam a democracia” são criticados por Melo, pois possuem características dispersas, não dialogam efetivamente com a historiografia precedente e utilizam-se acriticamente de diversas teorias/metodologias extraindo conceitos em inúmeros autores, alguns até divergentes entre si, para construir uma rede de significado que se pretende “original”, mas contém escasso sentido.

Além disso, esses trabalhos reúnem noções genéricas como “sociedade brasileira”, “setores de direita/esquerda”, “democracia” que travestidos de novidade, superficializam argumentos e interpretações, como no exemplo a seguir:

Para as **direitas** que tomaram o poder com o golpe de 1964, haveria no país um povo “ingênuo” e destituído de “cultura” política e, por isso, facilmente manipulado por líderes políticos inescrupulosos. Mas setores das **esquerdas** que se declaravam revolucionárias também elaboraram representações igualmente demeritórias, sobretudo no tocante à “manipulação” dos operários por lideranças exteriores à classe, a exemplo de políticos reformistas e sindicalistas “pelegos” (Ferreira, 2010, p. 16, grifos nossos).

Esse tipo de construção epistemológica tem como prática reduzir a “[...] *teoria a uma “caixa de ferramentas”, no interior da qual se pinça utensílios técnicos (conceitos e categorias) e, mecanicamente, realiza-se sua aplicação*”, ocorrendo uma *dormência intelectual* reprodutora de um caleidoscópio passível de ser utilizado para enxergar qualquer temporalidade ou objeto de estudo (Fontes, 2006, p. 272).

Ora, é também patente que, para além de interpretações sobre esse período da História do Brasil, há uma disputa no campo acadêmico em busca da fala legitimadora da historiografia e um intenso combate ao pensamento marxista na História. Esses escritos promovem uma articulação entre História e memória numa quase simbiose entre ambas, inserindo-se numa abordagem pós-moderna que tem como característica principal: “*fundir as formas de conhecimento com seus objetos*” (Wood e Foster, 1999, p. 12). Em contraposição às análises aqui consideradas pós-modernas e revisionistas regressivas cabe lembrar também a crítica do historiador Eric Hobsbawm a esses tipos de estudos. Ele ressalta as muitas lacunas e falhas analíticas presentes nesses trabalhos onde a pluralidade é exaltada, mas a linearidade e a condução da lógica histórica ficam comprometidas (Hobsbawm, 1998, p. 209).

Contudo, evidencia-se uma espécie de predomínio no campo acadêmico das recentes publicações revisionistas que ganham, cada vez mais, espaço editorial e midiático. Jorge Ferreira, Argelina Figueiredo, Elio Gaspari, e ainda podemos incluir Carlos Fico e Ângela de Castro Gomes contam com ampla publicação em editoras renomadas, tais como Civilização Brasileira, Editora da FGV, além de farta divulgação publicitária por todo o território nacional. A coleção *O Brasil republicano*, por exemplo, coordenada por Jorge Ferreira e Lucilia Neves foi publicado pela editora Civilização Brasileira possuindo recentes edições e reimpressões, ao passo que o livro de René Dreifuss, publicado pela editora Record na década de 1980, somente em 2006 mereceu uma reedição pela editora Vozes. Pode parecer pequena essa diferença, mas uma pesquisa sobre a questão editorial poderia apontar um desequilíbrio entre as correntes apresentadas e, portanto, um predomínio da produção revisionista sobre os trabalhos de âmbito marxista sobre a mesma temática. Ressaltamos, por fim, que o debate sobre essa temática está longe de ser consensual e abre possibilidades não somente para assuntos em relação à própria temática como também revela as disputas políticas dentro do campo acadêmico.

1.4.1 – Na contramão do poder: patronato rural no golpe de 1964

É possível constatar a hegemonia de determinada corrente historiográfica para esse período como vimos anteriormente. Contudo, é também possível identificar “focos de resistência”, ou mesmo produções contrahegemônicas, sobretudo no campo do marxismo, que guardam originalidade e desafios instigantes na análise histórica. Como já afirmamos na

introdução, os trabalhos da historiadora Sonia Regina de Mendonça²⁸ são um exemplo dessa afirmação. Sua pesquisa histórica sobre as disputas intraclasse dominante do patronato agroindustrial abrange quase todo o período republicano brasileiro, apoiando-se em uma coerência teórico-metodológico singular na historiografia brasileira e solidamente confirmada com farta pesquisa documental.

Partindo da concepção de Estado ampliado em Gramsci, Mendonça sustenta a tese de que as disputas entre os aparelhos privados de hegemonia localizados na sociedade civil estão diretamente relacionados às ações políticas e propostas veiculadas pelos aparelhos de Estado – instância da sociedade política. Longe de uma suposta deificação do Estado – noção que ela claramente identifica como sendo de matriz liberal – Mendonça descortina as relações organicamente formadas entre sociedade civil e sociedade política em semelhança ao próprio marxista sardo ao fazer a sua análise do *Risorgimento* italiano (Gramsci, 2011d).

A autora identifica duas agremiações que disputaram a hegemonia da representação da fração agroindustrial da classe dominante durante quase todo o período republicano: a já mencionada SNA, fundada em 1897, reunindo setores menos dinâmicos da agricultura brasileira oriundas do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e outros estados (mormente nordestinos) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), fundada em 1919, reunindo tão somente agroindustriais paulistas, bem como pessoas jurídicas que mantinham estreitas relações com a agricultura (Mendonça, 2010a, p. 32).

A SRB detinha ampla representação política nos espaços do Congresso defendendo uma política agrícola voltada para a valorização da produção para o mercado externo, sobretudo a produção de café. Contudo, durante a Primeira República (1889-1930), a criação Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), em 1909, coroou a vitória dos setores menos dinâmicos representados pela SNA. A referida agremiação empenhou grande campanha para a criação da pasta na defesa de um determinado projeto de reabilitação da chamada “vocação eminentemente agrícola do país” (Mendonça, 1997, p. 39).

Assim, empreenderam-se algumas políticas a partir do MAIC privilegiando uma configuração favorável à diversificação da agricultura, regeneração agrícola através da formação de quadros técnicos de agrônomos, colonização agrícola ao invés da imigração,

²⁸ Sonia Regina de Mendonça é atualmente professora aposentada da Universidade Federal Fluminense, atuando ativamente no Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Coordena o Núcleo de Pesquisa sobre Estado e Poder no Brasil, desde 1993 cadastrado junto ao CNPq. É importante frisar que sua intensa atividade de orientação e coordenação do Núcleo sobre Estado e Poder gerou inúmeras pesquisas e produções inovadoras dentro da temática Estado e poder utilizando a teoria gramsciana de Estado ampliado. Ver, Mendonça, 2005, 2006 e Mendonça e Paula, 2013.

cooperativização e educação rural voltada para formar “trabalhadores nacionais” (Idem, p. 55).

Com efeito, durante a segunda metade do século XX, a SRB centralizou a representação dos

[...] poderosos interesses do setor mais industrializado dos ‘proprietários rurais’, mormente frigoríficos, industriais do setor de beneficiamento alimentício e correlatos, sem falar nas grandes empresas – nacionais e estrangeiras – que, mais contemporaneamente, passaram a investir igualmente em terras, tanto em São Paulo quando no restante do país. (Mendonça, op. cit., p. 32-33)

Em contrapartida, a SNA tentou diversificar sua representação consagrando-se como representante da “classe rural” através da criação da Confederação Rural Brasileira (CRB), idealizada desde 1928, mas apenas criada efetivamente 1951, devido à oposição ferrenha da SRB no Congresso:

A CRB seria dotada de duas importantes prerrogativas: contribuir junto a órgãos do Governo Federal na formulação de políticas agrícolas e representar oficialmente o conjunto da agricultura do país. Através da consagração da agricultura como *profissão* (destituída de classes sociais antagônicas), frações de proprietários rurais – organizados em torno, sobretudo, da SNA – obtiveram êxito em formular uma modalidade específica de organização para o meio rural: o associativismo. Com a legislação em vigor, foi possível que segmentos da classe dominante agrária – através da CRB – contassem com amplo espaço nas agências estatais e, ao mesmo tempo, que trabalhadores rurais encontrassem dificuldades de se organizar em sindicatos oficiais próprios. (Ramos, op. cit., p. 34)

A influência do binômio SNA/CRB seria patente nas ações do Ministério da Agricultura durante os anos 1950 e 1960 em busca da afirmação hegemônica dessas frações da classe agroindustrial diante da representação na sociedade política. O projeto essencialmente assistencialista visava neutralizar os segmentos superexplorados da população rural que colocavam em pauta, através de suas organizações sociais nesse mesmo período, a mudança da estrutura fundiária brasileira calcada na desigualdade entre propriedade da terra, trabalho e capital.

Os primeiros movimentos sociais “modernos” no campo datam de 1945, ou seja, no fim do estado ditatorial varguista (1937-1945). As organizações das primeiras entidades das camadas subalternas do campo datam do ano de 1948 com a associação dos lavradores fluminenses que foi formada para defender um grupo de posseiros no estado Rio de Janeiro (Medeiros, 1989, *apud*, Stédile org., 2006, p. 17). Houve outras organizações isoladas em todo o interior do país, com demandas e objetivos muito locais. A mais emblemática dessas organizações foi, sem dúvida, a das Ligas Camponesas, localizadas no Nordeste do país. Forjada no conflito direto e violento com latifundiários, grileiros e grandes proprietários de

terra²⁹, as Ligas Camponesas constituíram-se em importantes organizações contra hegemônicas de enfrentamento. A principal diferença das demais organizações anteriores foi sua ressonância na luta de classes no campo, bem como sua articulação mais ampla em discutir as especificidades da questão agrária no Brasil, espalhando pelo Nordeste e outras regiões. Leonilde Medeiros argumenta que o conflito que primeiramente chegou a público, nesse período, foi o do engenho da Galileia, em Vitória de Santo Antão (PE).

O que marcou a ação das Ligas nesse período foi o fato de os camponeses irem às ruas, realizando marchas, comícios, congressos, procurando não só reforçar sua organização interna como ampliar sua base de apoio nas cidades, e, dessa forma, colocar-se ao abrigo da repressão dos proprietários (Medeiros, 1989, p. 48).

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) a reforma agrária ocuparia ainda um tímido espaço no discurso nacional-desenvolvimentista, diante de grande instabilidade política decorrente de frágil aliança com os setores conservadores, sobretudo as frações da classe dominante agroindustrial. Aspásia Camargo afirma que o presidente Kubitschek apesar de mencionar em discursos políticos a reforma agrária, efetivamente não realizou nenhuma iniciativa nesse segmento (Camargo, 1986, p. 186-187). Por outro lado, podemos afirmar que houve destacados incentivos à elevação da produtividade agrícola aliado ao assistencialismo social, em contraponto às alternativas de reestruturação fundiária, em franco alinhamento de Kubitschek com os interesses das frações da classe dominante agroindustriais. Dentre eles podemos citar a criação do Serviço Social Rural (SSR), em 1956 – demanda recorrente da CRB embarreirada desde 1951 pelos deputados ligados à SRB. Contudo, a mais expressiva e vitoriosa ação foi a criação da ABCAR.

O posicionamento da SNA e da SRB sobre a questão agrária no Brasil continha, nesse momento, diferenças sutis. Enquanto a SNA admitia posicionamentos assistencialistas, numa espécie de “neutralização” das tensões sociais no campo, transformando os segmentos subalternos das populações rurais em um “colchão amortecedor” de conflitos nesse período³⁰ (Leite e Palmeira, 1998, p. 119), a SRB tinha longa tradição de recusa radical a qualquer projeto de reforma agrária ou de qualquer outra medida que alterasse as bases sociais e

²⁹ A guerrilha de Porecatu foi um conflito que marcou o surgimento das Ligas Camponesas na década de 1950. A área de conflito ficava no Paraná, no município de Porecatu. Levantes armados de posseiros surgiram em defesa e resposta à violência provocada por latifundiários da região que disputavam as áreas de fronteira. “*A guerrilha de Porecatu, depois de dois meses de impetuosa atuação, dissolveu-se por ingerência do Comitê Regional do Partido Comunista, que constatou não haver condições históricas para a sobrevivência do movimento armado*” (Morais, 2006, p. 25). Houve ainda diversos conflitos marcantes como a revolta de Dona Noca, dos posseiros do sudoeste do Paraná (Pegoraro, 2008), entre outros.

³⁰ As Ligas Camponesas talvez se constituam como principal movimento de luta social organizado por diversos segmentos da classe dominada no campo. Atuou-se na região da Zona da Mata, no Nordeste, principalmente nos Estados de Pernambuco e Paraíba. (STEDILE org., 2006, p. 12). No sul do país haviam também revoltas localizadas, como a revolta dos posseiros de 1957 no sudoeste do Paraná (Pegoraro, 2008).

políticas da estrutura fundiária. Ainda em 1956, por exemplo, diante do projeto do *Estatuto do Trabalhador Rural* e da *Lei Agrária* do deputado federal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) Fernando Ferrari:

A Sociedade Rural Brasileira teme o “colapso” e a perda da estabilidade econômica que poderiam advir da aprovação do projeto e insiste que as diversidades regionais deveriam ser justamente consideradas. A perspectiva de criação dos Sindicatos Rurais também amedronta. O *Estado de S. Paulo* os combate frontalmente, ainda mais que, segundo este órgão, não existem sindicatos patronais no campo. (Camargo, op. cit., p. 191).

Posteriormente, em 1963, juntamente com a questão da remessa de lucros, o debate sobre a reforma agrária seria o ponto de tensão do governo de João Goulart. O projeto acima mencionado, arquivado no governo de seu antecessor, seria ressuscitado por Goulart, em 1963, causando forte oposição das alas conservadoras do Partido Social Democrata (PSD), fortemente ligadas ao patronato rural e dos opositores da UDN (Idem, p. 188-189). Nesse contexto, ambas as entidades, em uníssono, defenderão o direito “sagrado” da propriedade privada, ameaçado pela reforma agrária de Goulart. A SNA chegaria a enviar um projeto de reforma agrária de caráter meramente reformista, objetivando o que chamariam de “reformulação agrícola” cujo cerne estava em assegurar a intocabilidade do latifúndio (Mendonça, 2010d, p. 38-39).

Diante dessa postura “moderada”, Mendonça afirma que a SRB apoiaria veementemente o golpe, exercendo forte pressão no imediato pós-1964 para o atendimento de sua demanda. “*O êxito do lobby da Sociedade Rural Brasileira pode ser inferido pela nomeação, em 1964, de seu diretor, Oscar Thompson Filho – também ex-secretário de Agricultura de São Paulo –, para o Ministério da Agricultura.*” (Idem, p. 40). Essa postura confirma a afirmação de Florestan quanto à limitação do que ele chamou de “consenso burguês”:

O consenso burguês não pode alargar-se em função do suporte direto ou indireto das demais classes, que não são articuladas à burguesia, que mediante impulsões igualitárias de integração nacional, quer através dos dinamismos materiais de participação econômica ou dos dinamismos sociais de participação cultural e política. (Fernandes, op. cit. p. 384)

Isso quer dizer que o posicionamento da SRB estava muito mais em consonância com a postura contrarrevolucionária permanente da classe dominante no Brasil, como afirma Florestan Fernandes, do que com o posicionamento “moderado” da SNA. Esse ponto é crucial para entendermos uma virada na correlação de forças dentro da sociedade política em decorrência do golpe de 64. Conforme vimos anteriormente, a SNA detinha forte hegemonia dentro da pasta da Agricultura desde sua reformulação na Primeira República. As alianças necessárias durante o período republicano viabilizaram uma composição de quadros de suas

diretorias em alguns setores para a SRB, mas nunca os quadros do primeiro escalão nem a liderança do Ministério. É possível perceber que o único Ministro da Agricultura vinculado à SRB, anteriormente a 1964, fora Renato Costa Lima, presidente da instituição no período parlamentarista, tendo à frente o primeiro ministro Tancredo Neves, ligado às frações da classe dominante agrária de caráter conservador³¹ e substituído por João Goulart quando o sistema presidencialista saiu vitorioso no plebiscito em 1963. Dos quatro ministros que se seguiram a Oscar Thompson Filho, dois – Hugo de Almeida Leme e Severo Fagundes Gomes – tinham igualmente ligações diretas com a SRB (Oliveira, op. cit., p. 158-159)³². Em 1969, em uma nova reconfiguração do bloco no poder, o Ministério voltou a ser controlado por um intelectual orgânico diretamente ligado à SNA, mas não mais nas mesmas condições que antes.

Em afinidade com o discurso do patronato rural e, portanto, na contramão das discussões dos movimentos sociais no campo a proposta do extensionismo era estabelecer a noção de que o desenvolvimento rural poderia ser alcançado pela via do produtivismo, ou seja, sem propor qualquer alteração na estrutura fundiária brasileira. Como vimos, tal discurso é fruto de sua comprometida origem e direção. Em outras palavras, o extensionismo rural nasceu e foi criado pelas mãos da classe dominante agrária, logo, sua produção e reprodução de um modelo de desenvolvimento rural passava a largo da questão da reforma agrária. Assim, a vitória do patronato rural também foi a vitória do modelo de política agrícola e, conseqüentemente, a manutenção e ampliação da política extensionistas no momento seguinte. Essa vitória só foi possível diante da promulgação do Estatuto da Terra que enterraria por quase três décadas o debate sobre reforma agrária na política.

1.4.2 – Ditadura empresarial militar: controvérsias no campo silenciadas

O golpe empresarial militar de 1964 interrompeu o desenvolvimento das organizações dos trabalhadores rurais e a possibilidade da concretização de projetos políticos de cunho

³¹ O discurso de Tancredo ao Congresso em 1961 é claramente marcado pelo reformismo vazio resguardando o tom dos discursos das frações da classe dominante agrária no Brasil, que estavam insatisfeitas com a posse de Goulart, mesmo com o regime parlamentarista: “[...] o Governo apresenta-se como interlocutor natural, o guardião da ordem e instrumento de contenção de pressões mais agressivas, desde que sejam efetivamente criados os canais de implementação das mudanças estruturais exigidas. Dentre elas, com especial destaque, a Reforma Agrária, que permitirá ‘a integração do homem do campo à nossa vida econômica, com reflexos ponderáveis sobre os demais setores da econômica nacional [...] (Camargo, op. cit., p. 190)

³² O Ministro Hugo de Almeida Leme não possui trajetória política possível de ser rastreada. Porém, sua ligação com a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ) é significativa e demonstra um alinhamento, mesmo que indireto, à SRB, tendo em vista o apoio da agremiação paulista à essa escola de Agronomia. Para mais informações ver Mendonça, 1998.

reformista, incluindo a discussão sobre a reforma agrária. É consenso entre a historiografia sobre esta temática o amplo apoio ao golpe das entidades patronais da classe dominante agroindustrial (Mendonça, op. cit.; Bruno, 1995). As divergências internas entre as frações do patronato rural no Brasil que se polarizavam, sobretudo entre em torno dos setores mais modernos paulistas – exportadores de café, além de outros produtos exclusivos para o mercado exterior – e produtores menos modernizados, concentrados no Rio de Janeiro, Nordeste e Minas Gerais que tinham sua produção voltada, principalmente, para o mercado interno – como algodão, pecuária, cacau e etc. Assim, as divergências dessas frações da classe dominante agroindustrial foram deixadas de lado para a formação de uma espécie de “frente única” contra a suposta ameaça à propriedade rural, que na verdade, era a ameaça a desigualdade fundiária no Brasil.

Sabemos ainda que houve intensa repressão às organizações dos trabalhadores rurais, sobretudo as Ligas Camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), além do controle dos sindicatos rurais. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), criada por João Goulart através do Estatuto do Trabalhador Rural promulgado em 1963, logo após o golpe de 64, sofreu intervenção, pois suas lideranças eram vinculadas ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e a Ação Popular (AP)³³ (Ramos, op. cit.).

Contudo, o primeiro governo militar do general Castelo Branco promulgou o Estatuto da Terra logo em seu primeiro ano de ditadura demonstrando o quanto a questão agrária no Brasil não podia ser sufocada sumariamente. Assim, antes de avançarmos, devemos nos deter a análise do Estatuto da Terra, pois o estatuto estabeleceu os alicerces das diretrizes da política agrícola e agrária do Brasil nas décadas seguintes.

Dreifuss afirma que o governo Castelo Branco se baseou nas recomendações feitas pelo IPES para elaborar o Estatuto da Terra elaboradas antes do golpe. Ao mesmo tempo em que ocorria a repressão aos movimentos sociais, cassação dos direitos políticos de diversos deputados e senadores opositores do regime, o presidente militar Castelo Branco criou o Grupo de Trabalho do Estatuto da Terra (GRET) para elaborar uma lei que respondesse às demandas reformistas, tendo em vista que essa questão era “emocionalmente carregada” (Dreifuss, 1981, p. 434).

³³Organização de esquerda cristã da Juventude Universitária Católica (JUC), muito atuante nos movimentos sociais no Brasil nesse período. Para mais detalhes sobre esse período ver Ramos, 2011.

A notícia da promulgação do Estatuto não foi bem recebida pelas agremiações da classe dominante rural que criticaram o projeto visto como uma ameaça à estrutura fundiária de igual envergadura das Reformas de Base de João Goulart. Houve intensa mobilização de seus porta-vozes que impuseram uma verdadeira “implosão” do Estatuto. Com efeito, a elaboração do Estatuto sofreu inúmeras revisões em seu texto original que, deliberadamente, foi esvaziado de quase todos traços “reformistas”. Sua versão final, publicada em novembro de 1964, representou diversos “recuos”, mas imprimiu também alguns avanços segundo a bibliografia especializada (Bruno, op. cit.; Leite e Palmeira, 1998; Mendonça, op. cit.; Silva, 1981; Martins, 1985).

Podemos, contudo, afirmar que o Estatuto da Terra consagrou a “produtividade” como eixo do desenvolvimento rural, implicando na eleição da improdutividade como fator de “atraso” e desigualdade no campo. Isso pode ser considerado um grande retrocesso nas discussões sobre a questão agrária no Brasil, mas, por outro lado, esse episódio revelou a consagração da vitória da classe dominante agroindustrial no país sobre grande parcela dos pequenos produtores e trabalhadores rurais.

[O estatuto] estabelece medidas que aumentam o controle do governo central sobre a estrutura fundiária, impondo o imposto territorial, o cadastramento rural, fixando as normas de utilização das terras públicas e o direito de expropriação de terras privadas contra pagamento em bônus do governo e, finalmente, de cooperativismo e promoção da modernização do campo (Sorj, 1980, p. 23)

A extensão rural, não foi inaugurada com o Estatuto da Terra nem teve sua extinção ligada a contradições com o mesmo. Como vimos anteriormente, o projeto extensionista se contrapunha a qualquer proposta de modificação da estrutura fundiária uma vez que sua essência era determinada pela propagação da difusão de técnicas e tecnologia agropecuária através de uma metodologia supostamente educativa enaltecendo o produtivismo. Assim, a política de extensão rural durante a ditadura empresarial militar foi remodelada se tornando uma das “pernas” do tripé da modernização da agricultura brasileira que teve seu apogeu na década de 1970. O fato é que a reestruturação do extensionismo passava pela extinção da ABCAR e de seus princípios originais, como veremos a seguir.

1.5 – Redirecionamento da política agrícola no Brasil: empresas públicas, interesses privados

A efêmera união da classe dominante agrária estabelecida antes golpe empresarial militar foi rompida poucos meses após abril de 64. Com o inimigo em comum aniquilado –

João Goulart e as reformas de base – a correlação de forças agrárias foi reestruturada e as diferenças entre as frações deste setor tornaram-se mais nítidas.

No livro de comemoração aos 50 anos de existência da CNA, o capítulo referente à década de 60 coloca o momento anterior ao golpe, como um episódio tenso da história do Brasil, pois havia uma considerável “ameaça à agricultura e a propriedade”, resolvida com a suposta “revolução de 64”. Mesmo assim, a confederação patronal estabelece algumas críticas ao regime que teria limitado a liberdade sindical com as intervenções em vários sindicatos (Herédia, 2001, p. 37), num claro sinal de descontentamento parcial com a ditadura que apoiou. A tradicional entidade hegemônica no Ministério da Agricultura desde sua criação em 1897, a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) foi colocada também de lado perdendo sua longa hegemonia na sociedade política.

A SRB que representava a fração do patronato rural paulista foi a fração mais beneficiada após a instauração do regime ditatorial. De qualquer forma, as divergências no âmbito da sociedade civil não obstaculizaram o processo mais importante no campo brasileiro: a reestruturação produtiva da agricultura, chamada por “modernização conservadora” (Silva, op. cit.). Isso será melhor analisado no próximo capítulo. Basta agora frisar uma questão importante: a modernização conservadora da agricultura, assim como a reestruturação da política agrícola no Estado restrito, só foi possível num momento de ditadura, onde a coerção mostrava sua face mais dura e conseguiu sufocar qualquer outro projeto de desenvolvimento rural e de reforma agrária. Em outras palavras, o processo de intensificação do capitalismo no campo, com a integração das cadeias produtivas só foi possível diante da repressão dos setores subalternos. Porque? Porque nesse meio a expansão da fronteira agrícola também era muito importante juntamente com a questão da produção, difusão tecnológica e ainda o direcionamento do crédito rural.

Os efeitos do golpe de 1964 e do Estatuto da Terra demoram alguns anos para atingir a ABCAR. A partir do decreto nº 58.382 de maio de 1966 a coordenação da ABCAR saiu da ossada do Ministério da Agricultura e passou a ser coordenada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), criado pelo Estatuto da Terra juntamente com o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA). Enquanto o primeiro instituto seria encarregado as políticas agrícolas, o segundo concentrava as ações de desapropriação das terras improdutivas. Nesse período a agência estava implantando seu Plano Diretor³⁴ de cinco anos (1961-1965),

³⁴ O *Plano Diretor do Quinquênio 1961-1965* alterou consideravelmente esse perfil. Ele foi produzido com o objetivo de reestruturar a ABCAR no sentido de atribuir-lhe efetiva abrangência nacional, estruturando o que

mas que devido à falta de recursos só começou em 1962 estendendo-se até 1967. O relatório de avaliação do plano diretor de 1965, publicado no ano de 1968, apresentava o vislumbre das mudanças que ocorreriam nos rumos do extensionismo. A principal conclusão desse relatório foi que a eficácia do extensionismo sobre o aumento da produtividade no campo não era satisfatória. Com base nessa constatação foi elencado algumas “sugestões” para melhorar o extensionismo rural no Brasil e aumentar sua eficiência:

É lícito, portanto, recomendar como orientação geral para os anos vindouros:

1 – **ampliar a clientela da Extensão** no setor agropecuário, mediante o **envolvimento de crescentes parcelas de grandes estabelecimentos produtores**, visando à obtenção de maior impacto no aumento da produção agrícola e na melhoria geral dos índices de produtividade;

2 – dar preferência à orientação de produtores que sejam proprietários dos estabelecimentos, tendo em vista que a propriedade constitui uma importante condição prévia para o desenvolvimento subsequente (ABCAR, 1968, p. 248, grifos nossos)

Ora, com a reforma agrária enterrada pelo Estatuto da Terra, a extensão rural passou a ser vista como importante política de desenvolvimento rural. Todavia, haviam críticas a estrutura administrativa da ABCAR, sobretudo em relação ao seu caráter assistencialista que restringia sua ação no meio rural. O trecho acima destacado aponta a proposta de ampliar o público alvo das associações de assistência técnica para aumentar a eficácia da implantação de modernas práticas técnicas e tecnológicas. Em outras palavras, o extensionismo deveria incluir os *grandes produtores rurais*. O item dois sugeria também priorizar os proprietários, diretamente ligado ao crédito rural. A garantia do banco era a propriedade. Dessa forma, priorizar proprietários era priorizar a tomada de empréstimo nos bancos.

A implantação do redirecionamento da extensão rural começou a ser realizado ainda na ABCAR. A revista *Extensão Rural*³⁵, periódico mensal publicado pela ABCAR desde 1965, tinha como principal objetivo a publicação de projetos de extensão rural realizados pelas associações estaduais de todo o Brasil. As iniciativas veiculadas eram sempre projetos de grande “sucesso” que traziam resultados positivos, seja na produção, seja no enraizamento da *filosofia* extensionista. Verificamos que, na década de 1970, a revista *Extensão Rural* publicaria uma série de reportagens sobre projetos realizados pelas associações estaduais junto à médios e grandes produtores, inclusive ressaltando o aspecto da exportação de produtores agropecuários para o mercado externo.

denominavam de “Sistema ABCAR” ou Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBRATER). (Olinger, 1996, p. 54)

³⁵ A revista *Extensão Rural* teria dois momentos de publicação. O primeiro momento foi de 1966 a 1974, pela ABCAR e o segundo momento de 1979 a 1988, pela EMBRATER.

Constam ainda desse período inúmeras matérias sobre a importância das cooperativas, não somente para captação de recursos – as cooperativas de crédito eram as mais famosas cooperativas nesse momento – mas também o estímulo de cooperativas de industrialização e comercialização. Na matéria intitulada “Goiás encontra solução cooperativista” a revista traz uma visão de sucesso de cooperativas de comercialização de leite para a região de Goiás que, antes da ação extensionista, encontrava grande resistência dos “agricultores”:

Na vivência desses problemas, o Serviço de Extensão Rural procura assessorar as cooperativas, visando à sua reorganização e dinamização. Em trabalho articulado com o Ministério da Agricultura, o Incra e a Secretaria de Agricultura, realiza treinamentos para dirigentes de cooperativas, incentiva a criação de novas sociedades, leva a educação cooperativista aos associados, faz doutrinação permanente. E assim promove a ampliação do quadro social das entidades, o aumento de capital, a organização de setores de revenda de insumos (*Extensão Rural*, mar., 1971, p. 5)

Na mesma revista encontramos outra matéria sobre a produção de soja no Rio Grande do Sul. O destaque da matéria seria o recorde da safra de 1970-71, estimada em cerca de 1,2 milhão de toneladas. A justificativa da plantação de soja em rápido crescimento na região seria:

Devido aos mercados favoráveis, tanto interno quanto externo. A exportação da soja gaúcha neste ano poderá ascender a cerca de 270 mil toneladas, estimando-se que as vendas interestaduais se situam em torno de 110 mil toneladas, enquanto a indústria deverá absorver um volume da ordem de 550 mil t. (Idem, jun. 1971, p. 9)

A reportagem é cristalina em demonstrar o caminho do fomento da plantação de soja no estado do Rio Grande do Sul:

Ontem e hoje

Por iniciativa da indústria, comércio e exportadores de soja, foi fundado em 1963 o Instituto Privado de Fomento à Soja (Instisoja), visando carrear recursos financeiros para amparar a pesquisa e experimentação da soja no Rio Grande do Sul, principalmente através de convênios com órgãos públicos e privados. [...]

Produção de sementes

Em 1964, importaram-se dos Estados Unidos 300 sacos (de 45Kg) da variedade Jew-45 e 50 sacos da variedade Hill. Um acordo entre a Secretaria da Agricultura e o Instisoja permitiu multiplicar essas sementes selecionadas e fornecer adubos a agricultores progressistas, interessados na produção de sementes, com o que se obteve 3.400 sacos.

Esta foi a primeira grande multiplicação de sementes, atividade que prosseguiu até ganhar novo impulso com a criação da Cessoja-RS, que passou a indicar as variedades preferenciais para as diferentes regiões de cultivo [...]

Estamos aí

E aqui se faz mais presente a contribuição do Serviço de Extensão Rural (Ascar), como participante de um amplo trabalho interinstitucional que envolve órgãos públicos e entidades privadas, em atividades conjuntas de pesquisa, fomento, ensino e extensão.

Em 39 municípios do RS, 15 mil plantadores de soja recebem assistência técnica e educativa dos extensionistas da Ascar. Procura-se, principalmente, difundir o plantio de sementes certificadas e inoculadas; intensificar a aplicação de fertilizantes e corretivos; aumentar o rendimento da cultura por unidade de área, liberando terra para o cultivo do milho e outros cereais; organizar os produtores em cooperativas e sindicatos, visando ao aperfeiçoamento da produção e da comercialização da soja

(Idem, p. 9-10)

O trecho acima é um pouco extenso, mas é bastante ilustrativo do papel do extensionismo rural na modernização conservadora da agricultura. O ano de publicação da matéria citada é 1971, ou seja, início desse processo. O incentivo à produção de soja partiu da iniciativa privada, sobretudo de exportadores de soja e industriais que capitanearam a pesquisa e experimentação para melhorar as sementes de soja. Coube a associação estadual – Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) – difundir junto aos produtores rurais a tecnologia – sementes, fertilizantes e corretivos – além de organizar a produção e distribuição – cooperativas e sindicatos. Isto é, a extensão rural agia no aperfeiçoamento de todo o processo da cadeia produtiva, com o objetivo de integrar mais e mais a produção, distribuição e comercialização.

Em 1970, o IBRA e o INDA foram extintos, sendo substituídos pelo Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária (INCRA). A ABCAR tornou-se vinculada ao novo instituto, mas ainda desfrutava de relativa autonomia. É importante destacar que a associação gozava de amplo prestígio inclusive junto às agremiações patronais, sendo apontada como uma organização com tradicional presença no campo brasileiro:

Sócio benfeitor da ABIR A Associação Brasileira de Informação Rural entregou ao Ministro Cirne Lima, na qualidade de presidente da ABCAR, o título de sócio benfeitor número um, pelo apoio recebido, desde a sua criação, da entidade coordenadora do Sistema Brasileiro de Extensão rural. A entrega foi feita em Brasília, a 18 de dezembro último, pelo jornalista Mario Mazzei Guimarães, Presidente da ABIR, e na presença de outros dirigentes dessa associação e de responsáveis por várias publicações agrícolas. A ABIR também homenageou com um aplaca de prata, o Secretário Executivo da ABCAR, Sr. Aloísio Campelo. (Idem, jan. 1973, p. 10).

Em 1974 a ABCAR ganhou o prêmio “destaque” promovido pela revista *A Lavoura* da SNA “pela participação efetiva na execução da política governamental de desenvolvimento econômico e social, orientando mais de 7 milhões de agricultores, donas-de-casa e jovens do campo na escalada para o progresso e o bem-estar” (*A Lavoura*, jan./fev., 1974).

Entretanto, nesse período, um episódio gerou forte crise institucional no interior da associação: a demissão do Ministro da Agricultura e também presidente da ABCAR, Cirne Lima, em maio de 1973. O *Jornal do Brasil* noticiou o episódio em primeira página, como manchete principal:

Cirne se demite do Ministério da Agricultura

O Sr. Luís Fernando Cirne Lima se demitiu ontem do Ministério da Agricultura, em carta que enviou pela manhã ao Presidente Médici, através do Chefe da Casa Civil, professor Leitão de Abreu. A demissão só foi anunciada às 17 horas, em nota de seis linhas da Secretaria de Imprensa da Presidência da República.

A nota informava que o pedido fora aceito e que o novo titular será o Sr. José de Moura Cavalcanti, atual presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária – INCRA. A posse do novo Ministro da Agricultura está marcada para hoje, às 10 h 30m, no Palácio do Planalto. (*Jornal do Brasil*, 10 de maio de 1973, p. 1).

Porém, a matéria não apontava para nenhum acontecimento específico que pudesse ter ocasionado tal pedido de demissão, embora alertasse para a constante troca de ministros ocorrida no decorrer da gestão Médici. A carta de demissão, também publicada no jornal, chamava atenção para o problema dos preços dos alimentos em alta em todo o mundo³⁶ (Idem, p. 3). O Ministro Cirne Lima, em discordância com essa política, desentendeu-se acidamente com o então Ministro da Fazenda, Delfim Neto, também responsável pela imposição do aumento da taxaço no preço da carne. Nessa “queda de braço”, o Ministro da Agricultura saiu derrotado.

Para assumir a Pasta da Agricultura foi nomeado o então presidente do INCRA, José de Moura Cavalcanti³⁷. A revista *Extensão Rural* nada explicou sobre a saída de Cirne Lima, apenas uma nota sobre a posse de Moura Cavalcanti como Ministro. A documentação oficial também não nos permite dizer quem assumiu a presidência da ABCAR após a saída de Lima, exceto pelo relato de Olinger³⁸ – então presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) e futuro presidente da EMBRATER – que afirmava que o vice-presidente da ABCAR, Ewaldo Saramago Pinheiro, assumiu o cargo nos últimos anos, apesar das relações anteriormente estabelecidas entre o Ministério da Agricultura e a ABCAR se terem terminantemente rompido.

De fato, dois meses depois, em 23 de julho de 1973, foi assinado o decreto n° 72.507 que determinava o extremo controle das atividades de extensão rural ao Ministério da Agricultura. O ato estabelecia, entre outros assuntos, que os planos ou programas relacionados à ABCAR somente seriam executados após “*prévia aprovação do Ministério da Agricultura nos seus aspectos técnicos, administrativos e financeiros.*” (Decreto n° 72.507, §

³⁶ Mendonça esclarece que a crise do “milagre” econômico forçou o tabelamento dos preços agrícolas para baixo.

³⁷ Fazendeiro em Pernambuco e na Paraíba, Moura Cavalcanti havia sido prefeito de Macaparana (Pernambuco), sua cidade natal (1950-1954), governador do Amapá no breve governo de Jânio Quadros (1961) e, posteriormente, membro do conselho deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Portanto, apesar de não contar com uma filiação direta com alguma entidade de classe, o fato de possuir fazendas em dois Estados, além de sua trajetória política o colocava em posição estratégica importante, alinhado à classe dominante agroindustrial. Ou seja, ele não era um mero funcionário de carreira e muito menos vinculava-se a movimentos sociais, podendo ser visto com importante articulador das frações da classe dominante agrária, conquanto com objetivos diversos do Ministro que o precedera.

³⁸ Glauco Olinger nasceu em uma fazenda em Lages, Santa Catarina, do seu pai Olímpio, que abastecia a Capital com carne de gado. Olímpio Olinger resolveu vender a fazenda e instalar negócios em Florianópolis, onde acabou se tornando sócio de Celso Ramos e amigo de Irineu Bornhausen. “Meu pai fincou os pés nos dois partidos oligárquicos”, lembra com ironia Glauco. Ao concluir o científico, equivalente ao 2° grau, Glauco mudou-se para Viçosa a fim de cursar Agronomia. A sua trajetória profissional foi: secretário de estado, fundador da ACARESC, pró-reitor de Planejamento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). <http://www.correiolageano.com.br/htmNoticia.php?id=22059&c=12> acessado no dia 26 jun. 2011.

único). Na proposta orçamentária de 1974 é nítida a preocupação com a retirada dos recursos que sofrera em decorrência dessa lei:

Em virtude de alteração introduzida pelo Ministério da Agricultura, em 1973, quanto à entrega de recursos, que passou a ser feita diretamente às Filiadas, mediante ajustes, além de reduzidos, a presente proposta orçamentária consigna apenas os recursos destinados à ABCAR, enquanto que, para o Sistema, somente registra contribuições da SUVALE [Superintendência do Vale do São Francisco], SUDENE [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste], FUNABEM [Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor] e UNICEF [Fundo das Nações Unidas para Infância], destinadas a projetos específicos. (ABCAR, 1974, p. 1)

A SNA se manifestou acusando o decreto de “*criminoso*” pelo fato de a clara tentativa de cortes de verbas poder levar à própria desarticulação da ABCAR (Mendonça, 2010c, p.121). No jornal *O Estado de São Paulo* de novembro de 1973, a colunista Ellen B. Geld³⁹ – que anteriormente publicara diversas matérias a favor da ABCAR, inclusive apoiando a criação de uma filiada da associação em São Paulo – publicou matéria lamentando a total perda de autonomia da ABCAR em razão do decreto do Ministro Moura Cavalcanti.

De agora em diante, tudo mudou. Em setembro, um novo decreto fez da ABCAR um mero executor dos planos e programas estabelecidos pelo Ministério da Agricultura. Alguns podem considerar esta ação como um passo na direção certa. Contudo, os que já estiveram em contato com a ABCAR nos últimos 20 anos o conhecem todos os seus méritos sabem, perfeitamente, que a ABCAR dificilmente teria alcançado toda a sua eficiência, sem a autonomia, que agora lhe é tirada. (*O Estado de São Paulo*, 11/11/73, p. 57).

Gramsci chamava de “pequena política” as artimanhas entretecidas nos corredores do dia-a-dia do poder, em meio a questões de vaidade pessoal ou de interesses particulares. (Gramsci, 2011b, p. 21). Este desentendimento pessoal entre o secretário executivo da ABCAR e o Ministro da Agricultura reveste-se de grande relevância para explicar a extinção da ABCAR. Entretanto, a análise limitada ao viés da “pequena política” não nos permite avançar pelo caminho da “grande política”, isto é, da construção da hegemonia em si. Tal dimensão não é ignorada por nós, uma vez que a extinção de um aparelho do Estado solidamente consolidado não deve ter sido determinada somente por intrigas pontuais. Isso quer dizer que o processo de extinção da ABCAR deve ser analisado no conjunto das modificações da política agrícola, no âmbito da sociedade política, e da mudança na correlação de forças, no âmbito da sociedade civil. Em outras palavras, a extinção da agência de extensão rural foi um processo derivado de múltiplas variáveis, no qual a desarticulação da proposta extensionista de difundir tecnologia para os pequenos produtores/proprietários foi

³⁹ Ellen B. Geld é fazendeira e conservacionista. Publicou várias obras, entre elas *Pelas Janelas das Fazendas, Estranho no Vale*, etc. http://www.objetiva.com.br/site2011/autor_ficha.php?id=653, acessado no dia 19 jan. 2013.

consolidada, claramente alinhada com a mudança da política agrícola em curso. Como destaca Maria Lousa da Fonseca:

Esta [criação da EMBRATER] foi a fórmula encontrada pelo Estado, como legítimo representante da classe dominante, para continuar utilizando as atividades extensionistas para servir a seus interesses e garantir, através de roupagem novas (o processo de modernização), a sobrevivência de um corpo velho e doente – o setor agrícola brasileiro – onde o trabalho de muitos faz a riqueza de alguns (Fonseca, op. cit., p. 181)

Dessa forma, entendemos que o próprio processo de modernização forçou a reestruturação da política agrícola que vinha sendo realizada pelo Estado restrito, através do Ministério da Agricultura, impondo uma reorganização administrativa nas agências desta Pasta com o objetivo de atender aos novos interesse e demandas dos grandes produtores rurais.

Assim, não foi somente a ABCAR que seria extinta nesse momento. Na verdade, o primeiro setor a ser reestruturado dentro do Ministério da Agricultura foi a pesquisa agropecuária. Sonia Mendonça afirma que não é possível afirmar, tal como a historiografia sobre a temática propõe, que a EMBRAPA foi o “marco inaugural” da pesquisa agropecuária no Brasil. A justificativa de que a agência de pesquisa agropecuária antecessora da EMBRAPA – Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária (DNPEA) – encontrava-se com sérios problemas administrativos e institucionais foi uma argumentação forjada para justificar a criação da EMBRAPA desde o início. No livro de memórias da empresa escrito por ninguém menos que seu primeiro presidente, José Irineu Cabral⁴⁰, há uma passagem que confirma o esse discurso de desqualificação da pesquisa agropecuária realizada no Brasil antes de sua criação:

A grande preocupação do Ministro [Cirne Lima], nesse contexto, concentrava-se, entretanto, no sistema de pesquisa do Ministério, dadas as conhecidas e sérias limitações de natureza institucional e operativa do setor. Os Serviços de Extensão, executados por um modelo essencialmente privado, contrastava com os trabalhos de pesquisa vinculados às exigências do serviço público burocrático e conservados. (Cabral, 2005, p. 38)

Outro ponto a sofrer duras críticas foi ao tipo de pesquisa que o DNPEA realizava. Essa questão está diretamente relacionada à mudança na correlação de forças da sociedade civil, pois o enraizamento no interior do Ministério da Agricultura de funcionários de carreira com vínculos diretos, ou indiretos com a SNA ainda resistiam. O projeto de pesquisa

⁴⁰ Curioso ainda mencionar que o primeiro presidente da recém empresa era nada mais nada menos do que José Irineu Cabral, importante intelectual orgânicos ligado ao Ministério da Agricultura e com diversos cargos no exterior. Irineu Cabral foi diretor da ABCAR no período TAL e foi responsável pela reestruturação da empresa na virada da década de 50-60.

agropecuária emanado pelo Ministério da Agricultura, era dos porta vozes da SNA. Mendonça afirma que,

Apesar dessa disputa, entre 1930 e 1970, os diferentes órgãos de pesquisa agrícola ministeriais foram dirigidos, em sua maioria, por porta-vozes da SNA, o que imprimiu às suas práticas um viés diversificador e, até certo ponto, favorecedor de pequenos produtores rurais. (Mendonça, 2012)

Assim, o desmonte do DNPEA representava o fim da hegemonia do projeto de política agrícola da SNA, isto é, o desmonte de uma dinastia dentro do Ministério da Agricultura.

O episódio que marcaria a transição do modelo de pesquisa agropecuária – e também o modelo de instituição estatal do setor agropecuário – foi a criação da Comissão interministerial denominada de Comissão de “Alto Nível”, formada ainda na gestão do Ministro da Agricultura Cirne Lima. O objetivo desta comissão, em tese, era “*avaliar a pesquisa agropecuária no Brasil*” (Mendonça, 2010c, p. 46). Na verdade, a Comissão queria uma espécie de “respaldo” técnico para realizar as transformações necessárias aos interesses dos novos atores sociais em voga.

A composição da comissão de Alto Nível, segundo Mendonça, expressava um verdadeiro “cabo de guerra” entre representantes de carreira do Ministério da Agricultura, ideologicamente ligado à SNA e seus projetos e intelectuais orgânicos do “grande capital agroindustrial”, com ligações diretas com a iniciativa privada e ainda com o capital internacional, em especial o estadunidense. (Idem). As recomendações finais do relatório da Comissão revelaram a vitória do segundo grupo em relação ao primeiro: “*somente pela íntima colaboração entre entidades governamentais federais, estaduais e municipais e empresas privadas, fornecedoras de capital, é que se logrará o impacto esperado.*” (Relatório da Comissão de Alto Nível, 1970, p. 11-15, *apud*, Idem, p. 80).

Assim, em 1972, foi criada a EMBRAPA, órgão de administração indireta⁴¹. Isso quer dizer, que a EMBRAPA detinha plena liberdade em estabelecer parcerias com empresas privadas e ainda captar recursos do capital privado, nacional e internacional. Ora, isso

41 É digno de nota que a EMBRAPA teve em toda a sua história uma seletividade imensa ao colocar-se como o marco histórico da pesquisa agropecuária no Brasil. Vale também ressaltar, quanto ao autor desta última obra que, além de ter sido o primeiro diretor-presidente da EMBRAPA quando de sua fundação, teve o livro prefaciado por Luiz Fernando Cirne Lima – Ministro da Agricultura que instituiu a “Comissão de Alto Nível” encarregada de avaliar o “estado da arte” da pesquisa agropecuária no Brasil e propor a solução EMBRAPA – e o apoio da Unesco em sua publicação. Ademais, logo no início do livro, o autor presta “reconhecimento especial” - não por casualidade certamente - a nada mais nada menos do que ao atual presidente da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), Marcio Lopes de Freitas e a Antonio Ernesto de Salvo, presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), órgão máximo da representação formal-legal do patronato agropecuário brasileiro, igualmente patrocinadoras da publicação. Além dessas chancelas a obra contou ainda com o suporte do Grupo Campo; presidido por Emiliano pereira Botelho. Como se pode perceber, a nata do grande capital financeiro-agropecuário encontra-se umbilicalmente ligada à construção dessa memória que se pretende isenta acerca da “*história passada e futura da Empresa*” (Idem, p. 60).

representava uma porta de entrada direta, sem intermediários do Ministério da Agricultura, para pesquisas de interesse privado de fornecedoras de sementes, adubos químicos e, sobretudo, na área de engenharia genética (Idem, p. 53-56), pois ao que tudo indica, internamente, não havia uma real crise institucional no DNPEA, muito menos uma limitação da pesquisa agropecuária.

A criação de ambas as empresas – EMBRAPA e EMBRATER – são evidências do novo desenho institucional do Estado restrito na ditadura militar, em geral, e na política agrícola, em particular, não mais hegemônica por membros da SNA.

CAPÍTULO 2: II PND E A CRIAÇÃO DA EMBRATER (1973-1978)

2.1 – II PND: tentativa de crescimento em tempos de recessão do capital

No período de 1964 a 1967 houve uma grande retração e ajustes na economia. Sonia Mendonça afirma que o país sofreu uma *recessão calculada* (Mendonça, 1986, p. 91). Esse momento favoreceu os setores do “capital multinacional e associado” que conspiraram contra o governo de João Goulart (1961-1964), conquistaram o Estado em 1964 e ocuparam os postos-chaves do Estado restrito (Dreifuss, 1981).

A participação do patronato rural brasileiro no desenvolvimento econômico não pode ser minimizada. Devido à necessidade de aumentar as divisas do país, houve um forte estímulo ao aumento da exportação de produtos agropecuários, que configuravam-se nos principais itens da pauta de exportações do Brasil. Esse favorecimento ocorreu através de benefícios tais como o crédito rural à juros negativos, isenções de impostos e etc. “*Essas subvenções foram de tal vulto que, em várias ocasiões, os produtos brasileiros eram colocados no mercado internacional a preços até mesmo inferiores aos custos internos, redundando numa transferência de rendas para o exterior*” (Idem, p. 55). Ao mesmo tempo, ocorreria uma entrada maciça de capital e empresas estrangeiras no país diante de um cenário internacional favorável à contração de empréstimos para financiar esse crescimento acelerado. O governo militar, nesse período, contraiu dívidas astronômicas com bancos estrangeiros.

O Estado distinguiu-se como o principal tomador de empréstimos do país, seja para financiar as compras de máquinas e equipamentos importados pelas empresas produtivas estatais, seja para fornecer crédito às principais agências de financiamento do setor privado como o BNDE e os outros bancos regionais de desenvolvimento (Idem, p. 67)

O país experimentou, a partir de 1968, um crescimento da economia real de mais de dez por cento ao ano. Esse período é conhecido como o período do milagre econômico brasileiro. Os grandes saltos de crescimento foram intensificados através dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND). De acordo com Sonia Mendonça e Virgínia Fontes a “receita do bolo” contida nos planos unia arrocho salarial, endividamento externo para garantir divisas dos créditos, muitos subsidiados, especialmente para setores da indústria nacional. Assim, o suposto milagre “[...] *nada mais significou senão a garantia de lucros mirabolantes às empresas oligopolistas, nacionais e estrangeiras.*” (Fontes e Mendonça, 2004, p. 22). José Paulo Netto chama a atenção ainda para a principal consequência do milagre econômico: a *desnacionalização da economia* que teve como consequência de médio prazo o aumento

exponencial da dívida externa brasileira (Netto, 2014, p. 148). Os setores subalternos, os trabalhadores rurais e urbanos bem como suas organizações foram duramente reprimidos e suportaram o empobrecimento consequente das medidas econômicas do regime para a “solução da crise” (Idem, p. 70). Guido Mantega e Maria Moraes afirmam que a classe trabalhadora sofreu perda salarial de 20% nos primeiros três anos do regime militar (Mantega e Moraes, 1979, p. 53).

A crise internacional do capitalismo que teve no choque do preço do petróleo, em outubro de 1973, seu mais conhecido episódio, levou ao esgotamento desse padrão de acumulação, prejudicando a escalada exponencial do crescimento brasileiro (Lourenço Neto, 2013, p. 19). Os custos operacionais desse crescimento acelerado do “milagre” foi sem dúvida alto; a dívida externa era imensa e as desigualdades sociais maiores ainda.

As diretrizes e orientações do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançado pelo general presidente Geisel (1974-1979) visava dar continuidade ao crescimento econômico através de diversas medidas semelhantes do I PND, pois a grosso modo, a essência do II PND, em relação ao I PND era a mesma: crescimento acelerado da economia brasileira, sobretudo com investimento de recursos no setor produtivo, sobretudo o setor industrial e manutenção de baixos salários. José Paulo Netto resume a concepção do II PND como:

[...] ênfase na produção de bens de capital, na ampliação da base do sistema industrial com forte investimento na produção de insumos por via das empresas estatais (como o papel do setor estatal dependendo do financiamento externo) e no aumento do grau de inserção da economia brasileira no conjunto da divisão internacional do trabalho. (Netto, op. cit., p. 188, *itálico do autor*)

O economista Carlos Lessa aponta que o “sonho” do II PND era fortalecer progressivamente o capital privado nacional iniciando um novo padrão de industrialização com alguns ajustes. A diferença entre os planos residia, sobretudo nas estratégias de execução e na conjuntura internacional; enquanto que o capital estrangeiro financiou o I PND, a segunda versão do plano de desenvolvimento seria lançada em meio a um período de crise do capital internacional e, conseqüentemente, retração dos investimentos estrangeiros. Outro caráter a se destacar referente ao II PND de originalidade foi a desconcentração espacial dos investimentos. O plano traçou seus principais programas em regiões periféricas da economia brasileira, sobretudo no Norte e Nordeste do país. A proposta do governo do general presidente era deslocar as áreas industriais do eixo Rio e São Paulo, sobretudo de São Paulo – altamente privilegiadas em todo o “milagre econômico” –, investindo nas regiões Norte, Nordeste, como, por exemplo, mineração de ferro em Carajás (Pará), siderurgia em Itaquí (Maranhão) e Tubarão (Espírito Santo), além de programas de industrialização próximos às

hidrelétricas de Itaipu (Binacional – Brasil e Paraguai), Paulo Afonso IV (Bahia) e Xingó (Alagoas e Sergipe), com o objetivo de “economizar” em redes de transmissão de energia uma vez que o segundo passo seria a instalação de um parque industrial próximo dessas regiões. Seguindo essa mesma linha, houve a proliferação de programas de desenvolvimento de regiões marginalizadas como o Programa do Vale do Jequitinhonha (PROVALE), localizado em Minas Gerais, Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados, na região Centro-Oeste, (PRODOESTE) Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLOAMAZÔNIA), (Lessa, 1998, p. 24-25).

Ao analisar de perto o programa do II PND é possível perceber que a questão da energia ocupava um lugar central no II PND, pois o projeto de alavancar o país como “Nação-Potência” dependia do desenvolvimento do setor energético, não somente com a criação de hidrelétricas, mas também na tentativa de substituição da dependência do país da importação do petróleo. Além do investimento na Petrobrás, o plano previa o fortalecimento do programa nuclear através de um acordo com a Alemanha para o enriquecimento de urânio. O objetivo do programa nuclear era conferir ao Brasil o *status* de país capaz de absorver e gerir projetos de tecnologia de ponta (Idem, p. 50).

O setor agropecuário, no II PND, teria uma posição importante, dando continuidade a referência (já presente no I PND) “do campo” como parte da modernização e não mais como um “entrave” ao desenvolvimento do Brasil (Gonçalves Neto, 1997, p. 139). Dessa forma, a agricultura teria uma dupla função: aumentar as exportações dos produtos agrícolas, cumprindo sua vocação de “celeiro do mundo” – equilibrando, dessa forma, a balança comercial –, ao mesmo tempo em que deveria elevar a produtividade para o mercado interno no intuito de baratear a cesta básica para não haver a necessidade de reajustar os salários dos trabalhadores, rebaixando o custo da força de trabalho⁴².

Contudo, a segunda função foi secundarizada em detrimento do estímulo para os produtores que produziam para o mercado externo e que podiam gerar resultados mais rápidos.

⁴² Essas medidas não comportam nada de inédito na política econômica brasileira, podendo ser considerado mais como uma continuidade do processo de expropriação da força de trabalho. A especificidade da economia brasileira, segundo Francisco de Oliveira, reside na combinação de formas não capitalistas para a exploração do mais valor relativo. (Oliveira, 1987)

Tabela1: Previsão de produção agropecuária no II PND

	1974	Previsto para 1979	Aumento no período (%)
Produção			
Cereais (milho, arroz, trigo, feijão em milhões de t)	30	45	50
Oleaginosas (algodão, soja, amendoim e mamona, em milhões de t)	10	16	60
Utilização de insumos modernos			
Fertilizantes (milhões de t de 40nutrientes)	1,6	3,1	94
Defensivos (mil t)	90	200	122
Sementes melhoradas (% sobre o total de sementes de algodão, amendoim, arroz, batata-inglesa, feijão, mandioca, milho, soja, trigo)	40	50	25
Tratores em operação (mil unidades)	254	510	101
Rações (milhões de t)	5,7	11,0	93
Eletrificação rural			
Linhas Construídas (mil Km)	11	114	936
Irrigação pública e privada (mil há)	737	1100	49
Abastecimento			
Armazenagem (capacidade estática, em milhões de t)	23	28	22
Centrais de abastecimento (nº de centrais)	12	22	83

Fonte: LESSA, Carlos A *estratégia de desenvolvimento 1974-1979: sonho e fracasso*. Campinas, UNICAMP. IE, 1998, p. 45.

Apesar da tabela acima conter somente as previsões do II PND para o setor agropecuário, é possível ter uma dimensão de que as metas mais ousadas concentravam-se no setor de tecnologia e maquinaria – defensivos, tratores, rações, linhas de eletricidade. Isso demonstra que a estratégia do plano era conseguir o aumento da produtividade pela via da industrialização do campo, uma vez que, investindo na indústria investia-se na agricultura. O historiador Pedro Campos afirma que o Plano Nacional de Tratores, criado em 1969, visava incentivar a fabricação desses equipamentos agrícolas em solo brasileiro atendendo a demanda prevista nesse processo de modernização (Campos, 2012, p. 424). Reforçamos o fato de que o financiamento desta modernização foi feito por meio das linhas de crédito rural a juros negativos, sistematizadas pelo Serviço Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965. Bernardo Sorj é categórico nessa questão: “o crédito agrícola se transformou sem dúvida no maior impulsionador do processo de modernização das forças *produtivas*, em particular da mecanização, chegando por vezes a subsidiar praticamente mais da metade do valor da maquinaria agrícola” (Sorj, 1980, p. 89). Além disso, o autor lembra que o crédito tinha outra função: “[...] *compensar a política de controle de preços, sendo uma transferência de renda especialmente para os médios e grandes produtores, que têm maiores condições de reagir contra essa política*” (Idem, grifos nossos).

Vale aqui ressaltar que o legado das formas de dominação clientelistas de exploração do trabalho – em certa medida pré-capitalistas, ou extra econômicas – que no meio rural

brasileiro não haviam cessado. Todavia, essas formas de superexploração do trabalho, apresentavam sinais de esgotamento diante da expansão do parque industrial e da necessidade de produção cada vez maiores, além de não comportar a solução clássica de expansão da fronteira agrícola para o aumento significativo da produtividade (Silva, 1981, p. 62), como usualmente ocorria⁴³.

Devemos lembrar que a produção de alimentos no Brasil permanecia nas mãos dos pequenos produtores, sobretudo localizado perto dos grandes centros urbanos na região Centro Sul do país (Idem, p. 37). Na década de 1930⁴⁴ surgiram algumas políticas públicas para tentar estimular a produção agropecuária de alimentos. Contudo, essas medidas tiveram pouca eficácia e não foram adiante, caindo em latência. Não é, portanto, nenhuma surpresa perceber a marginalização dos pequenos produtores no II PND. O relatório do II PNDa e o discurso de Geisel nos mostra claramente essa contradição:

Trata-se agora de exigir muito mais do setor agropecuário. Aquele novo papel na Estratégia significa, de um lado, contribuição mais significativa à expansão do PIB, como menos preço para o consumidor, maior renda para o agricultor e melhor padrão de vida para o trabalhador (II PND, p. 41, *apud* LESSA, *op. cit.*, p. 58).

Nossa produção pode ser multiplicada várias vezes, porque temos um mercado interno. Fala-se que a nossa população é subnutrida e necessita de alimentos. Por outro lado, podemos exportar, e exportar muito, porque o mercado internacional também se apresenta com características de fome. (*O Globo*, 18/11/1975, p. 46).

A política agrícola do II PND assumiria um papel de alavancar o processo de desenvolvimento da agricultura privilegiando os grandes produtores exportadores que estavam intensificando a industrialização de seu processo produtivo, consensualmente conhecido pela historiografia como a “*modernização conservadora da agricultura*”⁴⁵. Os

⁴³ José Graziano da Silva em sua tese de doutorado desenvolve essa questão da barreira natural da expansão agrícola decorrente da natural limitação produtiva imposta pela quantidade de terra. Assim, Graziano da Silva demonstra que a industrialização da agricultura era uma superação dessa “barreira natural” da produção, pois a utilização da tecnologia na agricultura era uma maneira de “fabricar” mais terra (Silva, *op. cit.*, p. 23-24).

⁴⁴ As principais políticas foram: Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI), em 1937, Comissão de Financiamento da Produção (CFP), em 1943, essa subordinada diretamente ao Ministério da Fazenda e a fixação dos preços estabelecido pela política de preços mínimos conduzida pelo Ministério da Fazenda através da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), criado no mesmo ano que a CFP. Há evidência que essa o PGPM, por exemplo, privilegiava mais os exportadores, beneficiadores, comerciantes e industriais do que efetivamente os produtores agrícolas (Massuquetti, 1998, p. 29-30).

⁴⁵ A bibliografia sobre o tema é clara em afirmar que a promulgação do Estatuto da Terra em novembro de 64 consagrou a produtividade como a principal função social da terra, excluindo de vez a questão da estrutura fundiária desigual e abriu caminhos para o processo de modernização dolorosa da agricultura. Cabe ainda lembrar que as entidades patronais que apoiaram o golpe de 64 foram contra a elaboração do Estatuto que, em seu projeto inicial, continha muitos avanços propostos pelas Reformas de Base do governo deposto de Goulart. Assim, Regina Bruno afirma que o Estatuto da Terra foi revisado diversas vezes e nesse processo, através dos representantes dessas entidades patronais, foram retirando seu caráter reformador. (Bruno, 1995; Mendonça, 2010d). José Graziano da Silva ainda defende que esse processo de modernização conservadora era irreversível e tinha como consequência inutilidade do processo de reforma agrária como catalizador do desenvolvimento da produtividade agropecuária (Silva, *op. cit.*, p. 40).

pequenos produtores figuravam-se, nas diretrizes, de forma secundária e subordinada como. Contudo, essa fração da classe produtora não estava em condições de realizar plenamente o processo de modernização conservadora da agricultura e, portanto, detinha poucas diretrizes no plano de desenvolvimento econômico.

Logo, entendemos que o II PND pode ser lido como um promotor desse processo de modernização conservadora, no meio rural brasileiro.

Na tabela abaixo é possível perceber tanto o aumento significativo no número de contratos, quanto o aumento do valor dos financiamentos para a agricultura após a criação do SNCR:

Tabela2: Número de contratos e valor dos financiamentos à agropecuária brasileira (1938-48-58-68 e 1976)

	<i>Contratos</i>	<i>Financiamentos</i>
<i>ANO</i>	Números	Valor
<i>1938</i>	1.021	297
<i>1948</i>	9.482	1.936
<i>1958</i>	93.859	6.676
<i>1968</i>	540.283	12.437
<i>1976**</i>	1.832.207	130.226

Fonte: Massuquetti, 1998, p. 27, *apud*. Pinto, 1980, p. 117.

Notas: *Em milhões de Cr\$ constantes de 1976

**Neste ano o Banco do Brasil financiou 1.088.635 contratos

O processo de modernização da agricultura que se iniciou na década de 1970 deve ser entendido como uma verdadeira *reestruturação produtiva* através da integração das cadeias produtivas de modo que todo o processo de produção, armazenamento, distribuição e venda sejam integrados numa mesma base técnica. O objetivo era promover a agricultura na economia não somente como fornecedora de matérias primas, mas inclusive como consumidora de produtos industrializados, sobretudo maquinaria e insumos químicos. Para viabilizar esse processo diversas políticas foram criadas.

A consequência desse processo de modernização no campo foi a integração das cadeias produtivas que foram chamados de Complexos Agroindustriais (CAIs) compreendidos como “[...] conjunto formado pelos setores produtores de insumos e maquinarias agrícolas, de transformação industrial dos produtos agropecuários e de distribuição, e de comercialização e financiamento nas diversas fases do circuito agroindustrial” (Sorj, op. cit., p. 29)

Diante desse novo cenário, a mobilização dos aparelhos privados de hegemonia do patronato rural concentrou-se, em primeiro lugar, na defesa do governo Geisel e apostando no II PND, conforme pode ser visto na afirmação abaixo extraída do periódico *A Lavoura* publicado pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA):

Resta-nos, contudo, grandes esperanças de que o futuro governo, sob a chefia do

General Ernesto Geisel, imbuído dos mesmos princípios que nortearam a Revolução de 1964 (sic), contorne essa crise e dê continuidade à fase de crescimento que vínhamos experimentando. (*A Lavoura*, jan./fev., 1974, p. 1)

A SNA publicou ainda a íntegra do II PND para o setor agropecuário. O editorial afirmaria que:

Como se vê, profundas e de grande repercussão serão introduzidas modificações no setor da produção agropecuária. Todas elas, à primeira vista, de resultados benéficos e de acentuado interesse. Podem mesmo, despertar grande entusiasmo entre os ruralistas (*A Lavoura*, jul./ago., 1974, p. 1).

Outro fator que ajudava na simpatia da SNA com o governo Geisel foi a nomeação do Ministro da Agricultura Alysson Paulinelli por Geisel. Paulinelli era mineiro e tinha sido presidente da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG) – a mais tradicional e forte associada estadual da ABCAR – e membro da Sociedade Mineira de Agricultura, entidade estadual ligada à SNA. Formou-se em Engenharia pela Escola de Agronomia de Lavras (MG), onde foi também seu diretor e presidente da Associação Brasileira de Ciências Agrárias Superior (ABEAS) antes de assumir, em 1971, como secretário de Agricultura do Estado de Minas.

Entendemos que a escolha de Paulinelli para a Pasta da Agricultura trouxe um novo equilíbrio de forças entre as agremiações patronais ligadas à SNA que estavam fora do Ministério desde 1964⁴⁶ e por isso trouxe ao governo um importante aliado. Com o objetivo de “resgatar” o projeto de extensão rural da ABCAR, perdido após a gestão do Ministro Moura Cavalcanti⁴⁷ à frente da pasta da Agricultura apenas no ano final do governo Médici (1969-1974), Paulinelli divulgou na imprensa que faria uma reordenação no Ministério da Agricultura, “*nos moldes da Secretaria de Agricultura de Minas*” (*O Estado de São Paulo*, 14 de março 1974, p. 28). Dentre as diversas medidas que seriam adotadas, ele transferiria as atividades da Superintendência do Vale de São Francisco e também da assistência técnica para os produtores de cacau e de cana-de-açúcar no Norte e Nordeste para a ABCAR. Mas, essas medidas foram apenas o prelúdio de uma mudança maior, posto que a associação que coordenava nacionalmente a extensão rural precisava ser desvincular do peso das tradições que ocorreram na gestão anterior:

Tudo indica – segundo as mesmas fontes – que a Abcar [sic] será transformada em

⁴⁶Sonia Mendonça afirma que com o golpe de 1964 a SRB conquistou o Ministério da Agricultura com a nomeação do paulista e presidente da SRB, Oscar Thompson Filho no governo de Castelo Branco e também de Severo Fagundes Gomes, também paulista, em 1967. (Mendonça, 2010d, p. 164).

⁴⁷O sistema de assistência técnica que, no período Cirne Lima [ex-ministro da Agricultura e ex-presidente da ABCAR] – Aloísio Campelo [ex-secretário geral da ABCAR], vinha expandindo-se promissoramente, foi desarticulado criminosamente, com a atual diretoria da ABCAR sem verbas para agir. (*A Lavoura*, mar./abr., 1974, p. 11).

empresa de economia mista, como a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), para que o Ministério da Agricultura possa dar-lhe recursos maiores e estáveis, flexibilidade administrativa e, sobretudo, colocar o sistema em condições de integrar suas políticas ao plano geral do governo para o setor agrícola (Idem).

2.1.1 – Extensão rural no II PND: criação e sistematização da EMBRATER e da COMPATER

A mensagem nº 280 de 5 de junho de 1974 ao poder executivo e assinada pelos Ministros da Agricultura e do Planejamento, Alysson Paulinelli e João Paulo Reis Veloso, respectivamente, detinha as justificativas para a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), dentre as quais destacamos:

2. A situação da pesquisa foi eficazmente equacionada com a implantação definitiva da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), contribuindo para aumentar substancialmente o potencial de produção de novas tecnologias no País, valendo-se da **flexibilidade administrativa pela figura da empresa pública**. [...]
5. Tendo em vista a necessidade de criação de um organismo forte e ágil [...] optou-se pela criação de uma empresa pública [...] **coirmã da EMBRAPA** e igualmente vinculada ao referido Ministério [Agricultura]. (EMBRATER, 1976a, p. 5-6, grifos nossos)

A administração de órgãos estatais unicamente financiados por recursos públicos havia sido o modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil no período pós-1930. O Estado restrito foi ao mesmo tempo investidor e regulador das atividades produtivas, sobretudo como produtor direto de infraestrutura (Departamento I⁴⁸) da industrialização. O caso emblemático desse momento foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) através de um acordo entre o governo brasileiro e norte-americano em plena ditadura Vargasista (1937-1945). Apesar de diferenças no modelo desenvolvimentista, sobretudo no que tange a penetração do capital estrangeiro e priorização do setor de produção de bens de consumo duráveis, em linhas gerais até o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a sociedade política detinha um importante papel na economia brasileira, mais especificamente como fornecedor de matérias-primas e produtor da chamada “indústria de base” (Mendonça, 1986). Assim, a estrutura da administração pública no Brasil era de forte centralização, tanto da distribuição dos recursos públicos, quanto nas orientações gerais da economia brasileira

⁴⁸ Francisco de Oliveira em seu consagrado texto *Crítica à razão dualista* (Oliveira, op. cit.) propõe uma divisão do industrial em três Departamentos: Departamento I, seria o setor de bens de capital, Departamento II, engloba o de bens de consumo corrente e, finalmente, o Departamento III seria o setor produtivo de bens de consumo duráveis. Para uma análise detalhada sobre o processo econômico no Brasil baseado na leitura de Francisco de Oliveira ver também o livro de Sonia Mendonça e Virgínia Fontes *História do Brasil recente: 1964-1992*. (Fontes e Mendonça, op. cit.)

(Bercovici, 2010, p. 81). Em outras palavras, o Estado restrito no Brasil não somente regulamentava, mas também era um agente da promoção do desenvolvimento capitalista.

A “Constituição de 1967” reorientou o papel da sociedade política ao elencar o princípio liberal da condução dos organismos estatais. Através da noção de “*entender o Estado como subsidiário da iniciativa privada*” (Idem, p. 82) criou-se diversas reformas no Estado restrito com o discurso da “eficiência” administrativa da iniciativa privada. Assim, o movimento da criação de “empresas públicas” tinha um objetivo político e econômico, pois ao mesmo tempo em que os acordos com iniciativas privadas se tornaram mais acessíveis, havia ainda a permissão de adquirir diretamente, por parte da empresa pública, recursos de diversas fontes, dentre elas, empréstimos externos (Idem, p. 84).

Nesse sentido, a visão delegada à ABCAR do atraso e da ineficiência devido às disputas políticas e intrigas de pequena política que atravessaram a agência nos últimos anos, não são suficientes para entendermos a criação da EMBRATER. Havia uma reforma administrativa orquestrada pela ditadura empresarial-militar de descentralizar do governo federal da função de distribuição de recursos, que ao mesmo tempo garantia um acesso mais direto dos interesses de entidades da sociedade civil de conseguirem com que seus projetos fossem hegemônicos junto a empresas públicas, via financiamento direto, ou através de acordos de cooperação no qual os objetivos eram estabelecidos pelos conveniados.

Dessa forma, juntamente com sua “coirmã”, a EMBRATER foi alardeada como uma “nova” estratégia para a modernização do campo:

A situação da pesquisa já fora equacionada através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). A oferta de crédito rural ampliou-se consideravelmente nos últimos anos. Agora, a assistência técnica e a extensão rural ganham, com a EMBRATER, um mecanismo de operação capaz de atender às exigências de informação, cooperar com a pesquisa e o crédito na modernização da agricultura brasileira (EMBRATER, 1975a, contracapa)

Até 1978 a organização da EMBRATER funcionava da seguinte forma: a EMBRATER elaborava o chamado Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) que continha as diretrizes e objetivos gerais a serem seguidos por todas as empresas estaduais⁴⁹ e empresas privadas – retornaremos nessa questão adiante –, que estavam sobre sua coordenação formando o chamado Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER).

⁴⁹ As empresas estaduais nada mais são do que as antigas associações de crédito e assistência rural (ACARs) que foram implantadas ao longo das décadas de 1950-60, muitas das quais com apoio e financiamento direto do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA). Devemos lembrar ainda que muitas associações estaduais demoraram mais de dois anos para adequar seus estatutos tornando-se empresas estaduais, como é o caso da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC).

Temos, portanto, uma estrutura administrativa da extensão rural no Brasil centralizada e verticalmente a partir das resoluções do PRONATER. As ações diretamente executadas pelas empresas estaduais obedeciam a classificação de acordo com o projeto que se encaixava dentro do PRONATER separados pelas seguintes categorias (EMBRATER, 1976f, p. 110):

a) projetos especiais – que englobavam programas de “grande envergadura”, tais como a assistência aos projetos dos Programas de Desenvolvimento do II PND (Quadro IV);

b) projetos por produto – eram os projetos ligados diretamente a um ramo específico da produção, como milho, arroz, mandioca, soja etc. Esses projetos por produtos constituíam as “ações regulares” das empresas estaduais, pois detinham um cronograma longo para acompanhar toda o ano agrícola do produtor;

c) projetos de promoção de produtores de baixa renda: englobavam os projetos específicos de promoção dos pequenos produtores e detinham uma ação mais estritamente assistencialista;

d) projetos de cooperativismo rural – detinham o caráter de fomento e organização de cooperativas, sobretudo de produção, armazenamento e distribuição da colheita;

e) projetos de manutenção e aperfeiçoamento do Sistema: constituíam-se de programas específicos era ligado a questões de eficiência administrativa;

f) outros: figuravam programas e/ou projetos de curta duração, ou de acompanhamento constante sendo, ou não, diretamente ligado aos programas específicos anteriores como o treinamento de mão de obra rural, conservação de recursos naturais etc.

Todos esses projetos poderiam ter parcerias específicas e financiamentos próprios de acordo com o interesse de algum grupo, ou setor específico, como é o caso dos projetos de cooperativismo rural que recebiam apoio logístico e recursos da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), como veremos adiante. Importa agora termos uma noção da estrutura e execução da extensão rural no Brasil no período da EMBRATER.

O modelo administrativo da empresa pública continha também outra especificidade: flexibilização na captação de recursos, seja de organismos privados, seja de instituições estatais. A EMBRATER recebia diretamente do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), por exemplo, recursos para programas de alimentação no Nordeste. Em 1978, receberia um empréstimo do Banco Mundial. Isso sem falar na parceria com a OCB em alguns projetos de estímulos à cooperativização de produtores rurais. O regulamento da EMBRATER, datado de 1975 – que pelo que consta não houve nenhuma alteração significativa nos anos seguintes – era claro em relação as fontes de financiamentos variadas:

CAPÍTULO V

Dos recursos financeiros

Art. 12: constituem recursos financeiros da EMBRATER:

I – as transferências consignadas nos orçamentos anuais e plurianuais da União;

II – os recursos provenientes de convênios, contratos e ajustes;

III – os créditos orçamentários abertos em seu favor;

IV – os recursos de capital, inclusive os resultantes da conversão, em espécie, de bens e direitos; [...]

VI – os recursos de operação de crédito, assim entendidos os decorrentes de **empréstimos e financiamentos obtidos pela EMBRATER**;

VII – as doações que lhe forem feitas; [...]

IX – receitas operacionais;

X – outras receitas

(EMBRATER, 1975a, p. 22-23, grifos nossos)

A partir de 1978 não haveria mais a produção dos PRONATERs. Essa mudança coincidiu com o fim da gestão do presidente da EMBRATER, Renato Simplício Lopes, conforme podemos verificar no Anexo 2 que apresenta a trajetória de todos os presidentes da empresa. Contudo, a documentação consultada não nos permite afirmar que a estrutura de organização por projetos tenha cessado, apenas vislumbramos o fim da sistematização dos objetivos nacionais em um único documento produzido pela EMBRATER.

Ao que tudo indica, mesmo após 1978 o processo se manteve o mesmo: a EMBRATER estabelecia um percentual de recursos que seriam transmitidos para as empresas estaduais previamente estabelecido a partir da classificação dos projetos. As empresas estaduais poderiam captar recursos mediante parcerias com entidades privadas, ou mesmo com os governos estaduais, ou ainda diante da cobrança de seus serviços para aqueles que “podiam pagar”⁵⁰. Contudo, mesmo se tornando uma “empresa”, a EMBRATER não gozou de inúmeros financiamentos diretos de empresas privadas em sua trajetória. Consta apenas a participação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), uma entidade do patronato rural, que será discutido mais adiante e também os recursos provenientes do Banco Mundial.

Por enquanto cabe ainda lembrar que a EMBRATER tinha seus objetivos alinhados com as diretrizes do II PND para o setor agropecuário, como vimos no item anterior. “*A lista de produtos prioritários no II PND e novas orientações que eventualmente venham a ser dadas pelo Ministério da Agricultura constituem a base a partir da qual a EMBRATER estabelece suas prioridades*” (EMBRATER, 1976f, p. 10). Para executar as diretrizes do referido plano foi instituída uma série de Programas de Desenvolvimento e a criação de Superintendências de Desenvolvimento, sobretudo no Norte e Nordeste. O quadro a seguir mostra a participação da EMBRATER nesses projetos específicos iniciados pelo II PND:

⁵⁰ Nos PRONATERs havia na tabela de “recursos destinados” a coluna “taxa de assistência técnica”.

Quadro 1: Projetos de assistência técnica e extensão rural realizados pela EMBRATER com e sem parceria (1975-76)

Nome do projeto	Atividade	Parceiros
Programa de Desenvolvimento do Pantanal Matrogrossense (PRODEPAN)	Crédito Rural Campos de Demonstração Treinamento	
Programa Especial do Norte Fluminense	Crédito Rural Unidades Demonstrativas Cursos para produtores	
Programa da Região Geoeconômica de Brasília	Crédito Rural Campos de Demonstração Treinamento de produtores	
Programa de Desenvolvimento da Região de Grande Dourados	Aguardando recursos	
POLONORDESTE	Transferência de tecnologia Cursos de técnicos para atuarem no Nordeste Aplicação de verbas da EMBRATER para o desenvolvimento do POLONORDESTE Levantamento da área e seleção do público	
POLOAMAZÔNIA	Promoção do Cooperativismo Assistência aos produtores	Superintendência da Borracha – SUDHEVEA
Incentivo à produção e Borracha Vegetal	Assistência técnica na formação de seringais e recuperação de seringais nativos	SUDHEVEA
Projeto Nacional de Capacitação de mão-de-obra rural	Capacitação do coordenadores e extensionistas Treinamento de trabalhadores rurais	Ministério do Trabalho (SMO)
Projeto de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira	Treinamento de extensionistas para o atendimento aos pescadores Assistência técnica aos pescadores Promoção da pesca artesanal Formação de cooperativas Crédito Rural	SUDEPE/PESCART/INCRA/BNCC
Programa Nacional de Cooperativismo (PRONACOOOP)	Treinamento de Coordenadores de cooperativismo	INCRA BNCC OCB
Programa Nacional de Armazenamento (PRONAZEM)	Participação de extensionistas no Seminário da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) Treinamento de extensionistas pelo CIBRAZEM	CIBRAZEM

Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em áreas rurais de baixa renda no Nordeste	Assistência social e técnica Treinamento de orientadores de saúde Formação de cooperativas Crédito Rural Pesquisa para estudo de referencial na área	INAN UNICEF
Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO)	Florestamento e reflorestamento Experimentação e promoção agropecuária arroz, soja, milho e pecuária Crédito Rural Orientado Apoio básico (estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem e comercialização)	EMBRAPA
Programa Nacional de Conservação de Solos (PNCS)	Assistência Técnica e extensão rural específica para conservação de solos em oito estados Aperfeiçoamento de técnicos Promoção do PNCS Implantar 290 Unidades demonstrativas de conservação de solos	Ministério da Agricultura
Programa Nacional de Redistribuição de Terras e de Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA	Crédito rural Assistência técnica	
Programa de Integração Nacional (PIN)	Assistência técnica para assentados do programa	

Fonte: EMBRATER. *Desempenho 1976-Perspectivas 1977*. Brasília, Embrater, 1976. EMBRATER. *Desempenho 1975*. Brasília, Embrater, 1976a.

O quadro acima nos permite visualizar a abrangência da ação da EMBRATER, nesse primeiro momento. Vemos que havia uma intensa participação da empresa nos principais projetos de desenvolvimento para as áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste criadas pelo II PND pode ser contemplada na participação da EMBRATER na maioria dos projetos criados pelo plano. Verifica-se que as ações dos extensionistas concentrava-se em assistência técnica aos produtores, treinamento por extensionistas para projetos específicos (pesca e armazenamento), crédito rural, sobretudo a modalidade de crédito rural orientado, além da organização em apoio ao cooperativismo. A única menção dos projetos que envolvia uma direta relação com a assistência social encontra-se no Programa de Alimentação e Nutrição patrocinado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN).

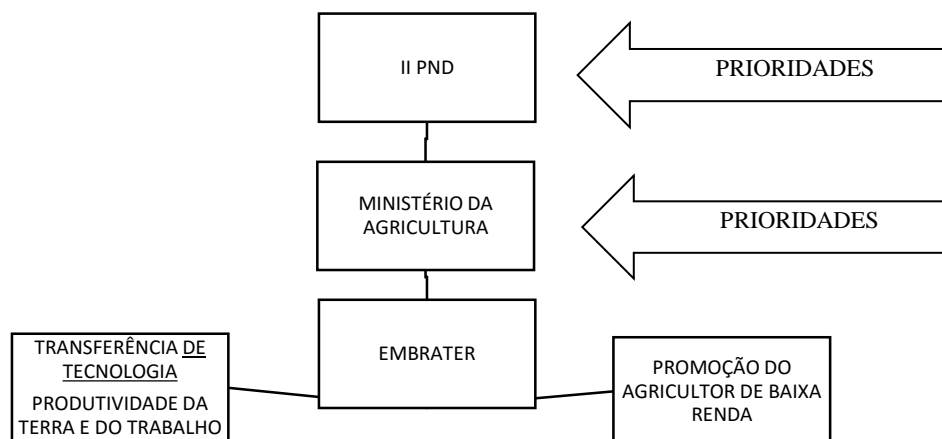
Além disso, revela-se ainda o enraizamento de projetos produtivistas em face aos projetos sociais, ou melhor, o coroamento do produtivismo como um projeto social conforme tentava assegurar as diretrizes do II PND.

Na documentação oficial a EMBRATER denominava-se como “[...] *produtivista-humanista, com ênfase marcada na transferência de tecnologia, mas, ao mesmo tempo, com abertura para a ação social planejada*” (EMBRATER, op. cit., p. 11). O caráter “humanista” seria circunscrito somente a adjetivação alegórica do produtivismo, uma vez que o que poderíamos denominar de “essência assistencialista” não estava presente em seus projetos. Sobre esse aspecto Mendonça afirma que: “[...] *ao mesmo tempo, embora o discurso veiculado através da Embrater continuasse afirmando justamente o contrário, a família rural deixaria de ser o sujeito da ação Extensionista*[...]” (Mendonça, 2010c, p. 71 e 72, grifos da autora).

Em outras palavras, a autodenominação de produtivista não implicava numa mera retórica, mas numa mudança no público alvo do extensionismo. A EMBRATER contemplaria os médios e grandes produtores estabelecendo uma clara cisão nas diretrizes do extensionismo rural que deveria ser diferenciado de acordo com seus “clientes”, numa inflexão importante em relação a sua origem na década de 1950.

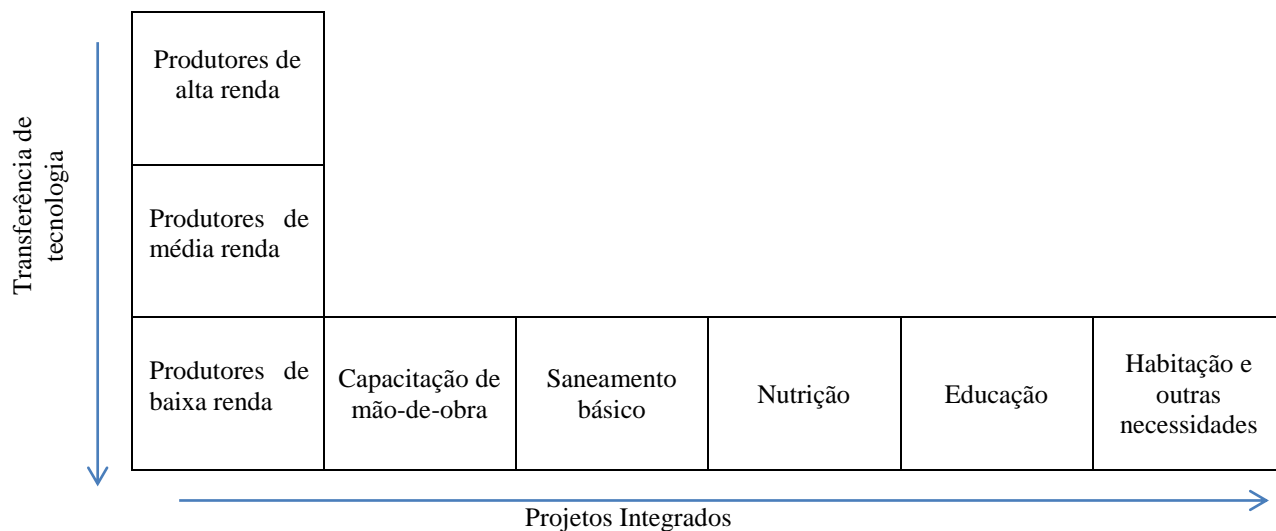
A seguir, reproduzimos duas figuras retratando dois esquemas importantes para contemplarmos essa questão do redirecionamento da EMBRATER em relação à política extensionista realizada pela sua antecessora: o primeiro representa a verticalização dos objetivos da EMBRATER e seu alinhamento com o II PND assim como uma clara divisão entre a transferência de tecnologia e a promoção dos segmentos de pequenos produtores – representados pela nomenclatura “agricultores de baixa renda” –; o segundo apresenta um modelo padrão de execução extensionista. Nas etapas descritas neste modelo, percebemos como o assistencialismo estava como última meta na relação entre extensão rural e produtores rurais e como o argumento da eficácia da transferência de tecnologia para pequenos produtores somente se tornaria eficiente em conjunto com uma série de outros “projetos integrados” que iam desde a especialização do produtor (Mão de obra), até questões básicas como habitação e saneamento. Isso mostra a consciência da inutilidade de difusão tecnológica sem o “apoio” /suporte de elementos da infraestrutura básicos da vida, não encontrados nos pequenos produtores. Nota-se ainda que somente esse tipo de produtor necessitava de tais projetos, os demais:

Figura3: II PND, Política Agrícola Nacional e a EMBRATER



Fonte: EMBRATER. *Assistência técnica e extensão rural para o produtor*. Brasília: Embrater, 1978b, p. 1

Figura4: Modelo de execução do extensionista



Fonte: EMBRATER. *Relatório de atividades 1975*, Brasília, Embrater, 1975d.

Na documentação oficial, logo abaixo do “Esquema II”, acima reproduzido, a explicação era clara: “Esse modelo reconhece que a função básica da EMBRATER é a transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, numa linha vertical de ação, atendendo tanto a produtores de alta como de média e baixa rendas.”⁵¹. Dessa forma, a criação da EMBRATER não significou uma ruptura com o processo de valorização do produtivismo, mas nota-se que essa era a tendência progressiva da extensão rural.

A diminuição significativa dos extensionistas voltados aos programas sociais é outro importante indicativo e reforça a argumentação do produtivismo da empresa, pois a redução de funcionários ao longo dos anos está diretamente associada a decadência de programas assistencialistas e da própria criação da EMBRATER:

**Quadro 2: Evolução do quadro de pessoal do SIBRATER de 1956 a 1975,
discriminado por atividade**

Especificação	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Agropecuária.	138	206	267	287	329	364	413	463	604
Bem-estar	127	179	214	233	245	262	304	327	387
Outros	-	-	-	-	-	-	-	18	17
Total	265	385	481	520	574	626	717	808	1008
Rel. A/S ¹	1,08	1,15	1,25	1,23	1,34	1,39	1,36	1,41	1,56
Rel. A/T ²	0,52	0,53	0,55	0,57	0,57	0,58	0,57	0,57	0,59

Especificação	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Agropecuária.	735	1.026	1.297	1.394	1.578	1.703	2.128	2.747	3.351	3.485	4.665
Bem-estar	509	709	858	844	848	836	806	872	887	818	887
Outros	22	21	28	49	43	63	81	130	121	165	179
Total	1.256	1.756	2.183	2.287	2.469	2.602	3.015	3.749	4.339	4.468	5.731
Rel. A/S ¹	1,44	1,45	1,51	1,65	1,86	2,04	2,64	3,15	3,77	4,26	5,25
Rel. A/T ²	0,58	0,58	0,59	0,61	0,64	0,65	0,71	0,73	0,77	0,78	0,81

Fonte: RODRIGUES, Cyro. Mascarenhas. *Conceito de seletividade das políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil*. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, p. 136. 1994.

1 – Rel. A/S = relação técnicos da área agropecuária sobre técnicos da área social

2 – Rel. A/T = relação técnicos da área agropecuária sobre o total de técnicos.

A tabela abaixo é outro exemplo desse efeito, contudo, dividido por regiões.

⁵¹EMBRATER. *Relatório de atividades 1975*, Brasília, Embrater, 1975.

Tabela 3: Proporção de técnicos locais da área agropecuária pelo total de técnicos locais, por região (1956-1981)

Região/ano	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO OESTE	BRASIL
1956	-	0,52	0,52	0,50	-	0,52
1957	-	0,53	0,52	0,54	-	0,53
1958	-	0,54	0,52	0,59	-	0,55
1959	-	0,53	0,52	0,58	0,70	0,55
1960	-	0,54	0,57	0,58	0,61	0,57
1961	-	0,54	0,60	0,58	0,63	0,58
1962	-	0,52	0,62	0,55	0,61	0,57
1963	-	0,59	0,60	0,59	0,59	0,59
1964	-	0,61	0,60	0,56	0,68	0,60
1965	-	0,60	0,59	0,55	0,56	0,58
1966	0,62	0,62	0,58	0,55	0,54	0,58
1967	0,58	0,61	0,60	0,59	0,55	0,60
1968	0,62	0,61	0,62	0,57	0,66	0,61
1969	0,74	0,68	0,62	0,58	0,71	0,64
1970	0,63	0,69	0,66	0,58	0,78	0,65
1971	0,71	0,76	0,72	0,61	0,80	0,71
1972	0,75	0,78	0,76	0,62	0,80	0,74
1973	0,73	0,82	0,80	0,67	0,84	0,77
1974	0,78	0,82	0,81	0,67	0,82	0,78
1975	0,79	0,82	0,81	0,69	0,84	0,79
1976	0,81	0,82	0,82	0,71	0,86	0,80
1977	0,82	0,81	0,83	0,73	0,88	0,81
1978	0,84	0,81	0,84	0,75	0,90	0,81
1979	0,86	0,80	0,85	0,77	0,91	0,82
1980	0,87	0,80	0,85	0,79	0,92	0,82
1981	0,87	0,80	0,85	0,79	0,92	0,82

Fonte: Oliveira, Mauro Marcio. *A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil: análise da experiência do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: Embrater, 1984, p. 31.

No modelo original da extensão rural, a relação entre os técnicos da área agropecuária e da área social, ou assistencialista, deveria ser de 1:1, ou seja, a cada um técnico há uma economista doméstica. A tabela acima apresenta a relação entre o técnico em agropecuária em relação ao técnico local. Nota-se, portanto, que a relação ideal deveria de 0,50, que corresponderia a 50% dos técnicos totais serem da agropecuária. No entanto, vemos que a partir da década de 1970 essa reação passa a se tornar muito desproporcional, se analisarmos a coluna “Brasil”. O comportamento das regiões são distintos e merecem aqui serem considerados. Uma primeira questão é a região Centro Oeste que já inicia suas atividades em 1959 com o percentual de 0,70. Isso quer dizer que a região desde sua criação dos primeiros escritórios regionais e locais deu prioridade à questão da produtividade, que no caso já atendia a grandes proprietários.

Por outro lado, a região sul do país é a que mais demora a ter a inflexão desproporcional na relação entre técnicos agropecuários tendo a proporção ultrapassando os 0,70, somente em 1976, ou seja, depois de criada a EMBRATER e suas empresas estaduais.

Tanto as regiões Nordeste e Sudeste apresentam um comportamento muito parecido na proporção e na “virada” de técnicos em agropecuária serem superiores a 0,70, a partir de 1971.

Por fim temos a região Norte que possui uma especificidade de não ter registros até a década de 60. Com isso, sua leitura torna-se um pouco difícil de ser realizada há longo prazo. Esta região já inicia sua trajetória com um valor de 0,62, em 1966, possui um pequeno decréscimo no ano seguinte e, até 1981, possui um crescente aumento da proporção de técnicos em agropecuária.

Não foi somente a equipe de assistência social que foi diminuída no período da EMBRATER em relação ao período da ABCAR. Houve uma expressiva diminuição dos programas assistenciais. Os projetos voltados para saúde, como os mini postos de saúde nos escritórios regionais; para a educação, como as parcerias com o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)⁵² ou mesmo cursos de economia doméstica foram retirados dos programas da EMBRATER que visavam, exclusivamente, à produtividade “*deixando claro que, neste esforço conjunto, caberia à EMBRATER coordenar e executar as ações relacionadas à produção agropecuária, enquanto as ações sociais seriam cobertas por outras entidades, mediante acordos e convênios*” (Rodrigues, op. cit., p. 203). Durante o período de 1974 a 1978, a EMBRATER incentivaria a difusão de alta tecnologia para os grandes e médios produtores, e difusão tecnológica “simples” para pequenos produtores. No caso das ações direcionadas para pequenos produtores as empresas públicas estaduais assumiriam individualmente, ou aliada a outros órgãos estatais, projetos referentes a programas de aumento na produção de alimentos, sobretudo para a região Nordeste, historicamente marcada pelos mais altos índices de pobreza e desigualdade fundiária.

Vale a pena notar ainda que a empresa ficou responsável pela fiscalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), instituído pela Lei nº 5.969 de 1973, iniciando suas operações somente em 1975. Esse programa garantia a permanência do fluxo de crédito rural, pois era uma espécie de seguro caso ocorresse algum problema na produção agropecuária que afetasse a produtividade:

⁵² Na revista *extensão rural* de fevereiro de 1972, trouxe em sua capa o exemplo do projeto de educação de adultos chamado Movimento Brasileiro e Alfabetização (MOBRAL) como “a luz do ensino para milhões de brasileiros” (ver imagem no anexo 9). A reportagem destacava que “Os extensionistas executam, por intermédio de reuniões e palestras, um trabalho de conscientização sobre a importância desses programas, recrutando as pessoas que desejam aprender a ler e escrever. Além disso, fazem seleção e treinamento dos monitores que irão dar as aulas e adotavam as providências necessárias para o cumprimento normal dos cursos, como a escolha dos locais apropriados, obtenção de carteiras, quadros-negros e demais materiais utilizados nas atividades escolares” (*Extensão rural*, fev. 1972, p. 9)

Art. 1º É instituído o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO, destinado a exonerar o produtor rural, na forma que for estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, de obrigações financeiras relativas a operações de crédito, cuja liquidação seja dificultada pela ocorrência de fenômenos naturais, pragas e doenças que atinjam bens, rebanhos e plantações (Brasil, Lei nº 5.969 11 dez. 1973)

A adesão ao PROAGRO era obrigatória para todos os agentes financeiros que operavam com o crédito rural, que no caso era em sua maioria o Banco do Brasil. No caso dos produtores era facultativo, no início, mudando para obrigatório, em 1979. Até 1980 houve algumas modificações nos limites de cobertura, mas não ocorreu nenhuma mudança substancial do programa.

É também expressivo na documentação oficial a diferenciação existente na elaboração e implantação de *pacotes tecnológicos* a partir do tipo de produtor e do tamanho da produção. Os sistemas de produção por produto detinham três ou mais modelos de “pacotes tecnológicos” distintos. Os pacotes mais complexos e que demandavam grande soma de recursos, eram direcionados aos produtores que detinham as maiores propriedades, com a produção voltada para o mercado interno e externo. Esses eram considerados “receptivos” às informações técnicas e inovações propostas. Em contrapartida, os pequenos produtores eram enquadrados na difusão tecnológica “simples” ou “básica”, pois não detinham condições estruturais de aumentar a produtividade. Nesse sentido, a ênfase na difusão técnica e tecnológica para médios e grandes produtores em vista aos pequenos torna-se um dos indícios que confirmam a hipótese de que a ação extensionista partia do pressuposto da manutenção da desigualdade fundiária através do emprego de pacotes tecnológicos diferenciados limitando-se a transmitir técnicas e tecnologias mais simplificadas para os pequenos produtores.

Na publicação intitulada “*Sistemas de Produção de Arroz*”, a EMBRAPA em parceria com a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC)⁵³, em 1975, recomenda quatro tipos de pacotes tecnológicos (ACARESC/EMBRAPA, 1975, p. 2). Os tipos de pacotes tecnológicos eram diferenciados pelo tamanho da propriedade, disponibilidade de mão de obra, bem como a disponibilidade de tecnologia, solo e recursos hídricos:

⁵³ Quando houve a extinção da ABCAR e a criação da EMBRATER foi estabelecido um prazo para todas as associadas estaduais reunirem sua diretoria e alterarem seus estatutos para alterarem sua condição de associação estadual para empresa estadual. Assim, algumas documentações de 1975 e, poucas de 1976 de entidades estaduais aparecem com o nome na publicação ainda descrita como associação, tal como é o caso aqui apresentado. Contudo, nesse momento a coordenação das estaduais já era de responsabilidade da EMBRATER.

**Quadro 3: Sistemas de Produção de Arroz em Santa Catarina – projeto
EMBRAPA/ACARESC (1975)**

Sistema de produção	Tipo de produtor	Rendimento (kg/ha)
1	Pequeno produtor, proprietário , que utiliza mão-de-obra familiar, que faz a semeadura a lanço, controle químico de ervas daninhas com pulverizador costal, utiliza água de irrigação através de valos em sociedade e faz colheita manual. Encontra limitações em um ou mais dos seguintes aspectos: área, crédito, mecanização agrícola, instalações agrícolas, uso de sementes, fertilizantes e comercialização.	3.750
2	Grande produtor, proprietário , com área plantada de 25 hectares ou mais, que faz semeadura a lanço, possui máquinas e implementos próprios ou em sociedade, para as diversas operações, dispõe de água de irrigação de valos em sociedade, faz controle das invasoras com herbicidas, contrata mão-de-obra para algumas fases da cultura, faz o manejo da água com taipas em nível.	5.000
3	Produtores que cultivam uma área média em torno de 15 hectares , plantam em solos minerais de média e alta fertilidade, usando calagem e adubação, dispõem de máquinas e equipamentos próprios ou alugados, fazem irrigação com água de levante (rio Araranguá) que, às vezes, apresenta problemas de salinidade; por não disporem de água de boa qualidade em abundância, iniciam a irrigação após fazerem o combate das ervas daninhas, por meio de produtos químicos ou mecanicamente; usam variedades de baixa necessidade hídrica e fazem a semeadura em linhas.	5.000
4	Produtores e/ou arrendatários que cultivam o arroz em solos orgânicos, possibilitando a realização de irrigação e emprego de alta tecnologia , com utilização de máquinas e implementos próprios ou alugados. Utilizam-se mão-de-obra familiar e contratada.	5.500

Fonte: EMBRAPA/ACARESC. *Sistema de Produção para o Arroz*: circular nº 25. Brasília: Embrapa, Secretaria de Agricultura de SC, ACARESC, junho 1975 (quadro criado pelo autor).

No quadro acima vemos que dos quatro tipos de pacotes tecnológicos criados apenas um destina-se a “pequenos proprietários”, excluindo outros tipos de pequenos produtores como parceiros, meeiros, etc. No sistema de produção nº 4, percebemos também a abrangência de “arrendatários”, contudo, nota-se que esses estão dentro de uma categoria de emprego de “alta tecnologia” e o tipo de solo é “orgânico”, com mão de obra familiar e contratada. Dessa forma, esse arrendatário não poderia ser enquadrado entre os setores marginalizados do meio rural, mas estes já seriam considerados *arrendatários capitalistas*. Por fim, é digno de nota a diferenciação do rendimento previsto entre os pacotes. O sistema de produção nº 1 tem um rendimento expressivamente inferior – 3.750 kg/ha – enquanto que os demais sistemas teriam uma previsão de aumento da produtividade em torno de 5.000 kg/há. Logo, vemos a manutenção da desigualdade no meio rural capitaneada pelo produtivismo difundido pela extensão rural em conjunto com a pesquisa agropecuária. Encontramos esse mesmo modelo de diferenciação nos pacotes tecnológicos para a produção de milho no mesmo estado, de algodão herbáceo, criação de ovinos e caprinos no Ceará

(EMBRAPA/EMATER-CE, 1980) e soja no Rio Grande do Sul (EMBRAPA/ASCAR, 1976). Esta última, convém destacar que foi produzida em parceria com a Federação das Cooperativas Triticolas do Rio Grande do Sul (Fecotrigo)⁵⁴ e o Instituto Riograndense do Arroz⁵⁵ (IRGA) confirmando a questão da representação mais direta da sociedade civil nas empresas estaduais.

Assim, o extensionismo rural realizava “transferência de tecnologia”, cabendo em segundo plano a prática assistencialista, não mais propagando a conjugação de ambas as práticas como instrumento do desenvolvimento rural. Essa mudança de conceito pode parecer sutil, mas não é. Se pensarmos no contexto político de uma ditadura vemos que essa cisão entre difusão tecnológica e práticas assistenciais apontava a diminuição do consenso passivo diante do Estado restrito autoritário que, portanto, mantinha um desequilíbrio entre coerção e consenso e não um *equilíbrio estável* tal como expressa Gramsci sobre a noção de hegemonia. Isso representava também a hegemonia dos interesses das frações da classe dominante agroindustrial nas ações do Estado restrito sem a necessidade de estabelecer concessões aos setores subalternos mas, pelo contrário, explorando e expropriando cada vez mais esse segmento, “*numa acelerada modernização capitalista*” (Fontes, 2010, p. 224). A forma de legitimar essa ampliação do público alvo extensionista foi consagrar a extensão a todo “público do setor rural”, tendo cada um a “assistência que merece”.

[...] deve-se estabelecer critérios claros e objetivos para a identificação, seleção e hierarquização do público a ser progressivamente assistido pelo Sistema. Entretanto, mesmo sem eliminar *ex-ante*, qualquer tipo de público, a EMBRATER entende que devem ser diferenciados de início, um público de *média e alta renda*, ou público de baixa renda, aos quais procurará aplicar modelos de ação específicos e adaptados. (EMBRATER, 1976f, p. 9, *itálico - grifos do autor; negrito - grifos nossos*).

A seguir aprofundaremos a análise entre a EMBRATER e a sociedade civil nesse período de constituição da empresa, em especial as agremiações do patronato rural.

⁵⁴ Surgiu em 1958 com a representação de 29 cooperativas tritícolas gaúchas. Atualmente foi incorporada pela Federação das Cooperativas Agropecuária do Rio Grande do Sul (FecoAgro/RS). <<https://luanatrevisol.wordpress.com/2009/03/20/livro-revela-50-anos-de-historia-da-fecotrigo/>> acesso em 09 jan. 2016.

⁵⁵ O IRGA foi criado pela iniciativa do Sindicato Arrozeiro do Rio Grande do Sul, que em 1938, sendo oficializado pelo Decreto nº 7.296 do mesmo ano. Seu principal objetivo, segundo o site da instituição, era “*a defesa dos segmentos da orizicultura, o desenvolvimento de pesquisa e assistências técnicas aos produtores*”. Dois anos depois, portanto em 1940, o IRGA era transformado em “entidade pública”, vinculado à Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, através do Decreto-Lei nº 20, tendo como finalidade principal “incentivar, coordenar e superintender a defesa da produção, da indústria e do comércio de arroz produzido no Estado” tornando-se sua data oficial de criação. Contudo, apenas em 1948 foi o IRGA institucionalizado através da Lei nº 533, que vigora até os dias atuais. <<http://www.irga.rs.gov.br/conteudo/779/conheca-o-irga>> acesso em 09 jan. 2016.

2.2 – Sociedade civil e modernização da agricultura

A representação das frações da classe dominante agroindustriais no Brasil na década de 1970 foi diretamente atingida pela *modernização* conservadora e dolorosa da agricultura. A especialização da produção trouxe uma espécie de fragmentação das entidades ao mesmo tempo em que trouxe a diminuição da influência das tradicionais agências do patronato rural brasileiro, sobretudo a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) e a Sociedade Rural Brasileira (SRB). Vejamos essa questão mais de perto.

Segundo José Graziano da Silva ocorreu nas décadas de 1960-70, uma ascensão do que podemos chamar de “especialização da produção”, ou seja, os produtores começaram a apenas produzir um tipo específico de produto agropecuário, seja em grãos, como soja, arroz, milho, feijão, seja criações de um tipo de gado, um tipo de suíno, um tipo de caprino. Isso alterou, em médio prazo, a própria estrutura de representação do patronato rural, pois este não se via mais devidamente representado pelas tradicionais entidades de classe, como SNA e SRB (Silva 1992, p. 62).

Além da não identificação com as tradicionais entidades do patronato rural é possível identificar ainda uma espécie de *fracionamento* da representatividade dentro da classe patronal. Dessa forma, as entidades tradicionais tais como a SNA, CNA e SRB encontravam-se “obsoletas”, ou “ultrapassadas” diante da multiplicidade de produtores e de interesses econômicos corporativos. José Graziano, identifica, portanto, a emergência de entidades de representação especializadas por produtos, que ele chamou de representação “real”, ou efetiva. As agremiações tradicionais, que permaneceram no cenário político, contudo não mais no primeiro plano, constituiriam numa espécie de representação formal (Idem, p. 15).

Essa leitura feita por Graziano da Silva nos ajuda entender esse período histórico e a própria correlação de forças no âmbito da sociedade civil rural, considerando a multiplicidade de aparelhos privados de hegemonia que eclodiram nesse período. Diferente do período anterior ao golpe de 1964, a nova conjuntura política da década de 1970 não apresentava um inimigo comum à vista, sobretudo a discussão sobre a reforma agrária que teve no Estatuto da Terra sua “pá de cal”, conforme vimos no capítulo anterior. Dessa forma, os interesses “secundários”, ou melhor, os interesses mais ligados às questões econômicas corporativas, nas décadas seguintes, impunha um fracionamento da representatividade desses segmentos em uma miríade de agências de produtores sem que fosse abalada a dominação da classe dominante agroindustrial. Foi nesse momento que as federações de agricultura estaduais ganharam maior representação política tais como a Federação de Agricultura do Rio Grande

do Sul (FARSUL) e a Federação de Agricultura do Estado de São Paulo (FARESP), ou ainda a Federação de Cooperativas de Triticultura do Rio Grande do Sul (Fecotrigo)

Houve também a criação de associações de produção específica já no final dos anos 60. O caso mais visível desse processo é os produtores de gado. Em 1928, foi criada a Associação Brasileira de Criadores de Gado (ABC) que aglutinava todos os criadores de gado bovinos, contudo, no final dos anos 60, foram criadas a Associação Brasileira de Criadores de Zebu⁵⁶ (ABCZ), Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa⁵⁷ (ABCBRH), Associação Brasileira de Criadores de Angus⁵⁸ fragmentando e enfraquecendo a representatividade da ABC.

Sobre essa questão Sonia Mendonça afirma que:

A crise derivada da “modernização” da agricultura brasileira acarretara profunda segmentação de interesses no interior da classe dominante agrária, levando a um duplo processo de diferenciação: econômica e política. Com isso, estava aberto espaço para uma disputa que envolveu todos os setores da classe dominante agrária com vistas a assegurar a permanência de seus porta-vozes em agência da sociedade política – ou a exclusão destas –, o que, num cenário marcado pela especialização não só da agricultura, mas também de suas entidades, tornava cada vez mais difícil a construção do consenso. (Mendonça, 2010d, p. 178).

É importante destacar que o rearranjo institucional dos aparelhos privados de hegemonia não configurou uma ausência de representatividade, tal como é comum ocorrer nos momentos de crise de hegemonia. Com isso, devemos entender esse momento como uma “crise de hegemonia do patronato rural”? Talvez. Mas, o fato é que sendo crise de hegemonia, ou não, esse momento ocorreu uma certa “latência da luta de classes”. Essa aparente “calmaria” de conflitos maiores no campo somente foi possível em decorrência da ditadura que garantiu a neutralização das organizações subalternas através da extrema coerção contra as organizações existentes dos trabalhadores rurais⁵⁹. Houve, na verdade, o sufocamento das mobilizações e denúncias de assassinatos no campo, extermínio de produtores, posseiros e trabalhadores rurais.

A única forma de organização desses setores subalternos no campo era o sindicato oficial dos trabalhadores da agricultura, cuja entidade máxima era a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Mesmo assim, houve diversas intervenções em sindicatos mais combativos e a ação da CONTAG foi, nesse período, limitada⁶⁰, apesar de ter

⁵⁶ Criada em 1967, <http://www.abcz.org.br/>, acessado no dia 02 de setembro de 2014.

⁵⁷ Criada em 1969, <http://www.gadoholandes.com.br/> acessado no dia 02 de setembro de 2014.

⁵⁸ Criada em 1963, mas com o estatuto modificado em 1979, <http://angus.org.br/>, acessado no dia 02 de setembro de 2014.

⁵⁹ O caso mais emblemático foi a eliminação das Ligas Camponesas após 1964. Ver Stédile 2006.

⁶⁰ A historiografia sobre os sindicatos dos trabalhadores rurais mostra como diversos deles, desde 1964, sofreram

realizado diversos embates, sobretudo em torno da reivindicação dos direitos contidos no Estatuto da Terra e do Trabalhador Rural, bem como ações jurídicas (Ramos, op. cit., p. 119).

Além disso, a conquista do Estado (Dreifuss, op.cit.) foi satisfatória para a classe dominante agroindustrial e suas entidades com o golpe de 1964. A SRB, conforme afirma Sonia Mendonça, por ter realizado uma intensa campanha contra o governo Goulart foi premiada com a indicação de seu presidente ao cargo de Ministro da Agricultura, Oscar Thompson Filho⁶¹.

Por outro lado, as entidades do patronato rural tradicionais ainda configurar-se-iam como importantes espaços da sociedade civil capazes de servirem como uma espécie de termômetro da dominação e consolidação da dominação desse setor no Brasil.

2.2.1 – Aparelhos privados de hegemonia do patronato rural e sua relação com a extensão rural

A CNA mantinha em seu periódico *A Força Verde* uma seção intitulada “extensão rural”. Tal seção buscava constantemente divulgar as ações da EMBRATER em diferentes regiões do país, vinculando o extensionismo ao desenvolvimento rural para todos os produtores. Confere-se que muitas das matérias focavam-se na difusão tecnológica do que nas ações assistencialistas:

O II concurso de Produtividade de Milho do Sul de Minas, organizado e controlado pela EMATER-MG, reuniu 320 participantes em 75 municípios diferentes. Ao final da prova, as **Sementes Cargill** resultaram campeãs e ainda obtiveram os 2º, 3º, 5º e 8º lugares. O vencedor foi o Sr. Joaquim Miguel Nogueira Bastos da cidade de Machado, que obteve produtividade corrigida para 15% (*A Força Verde*, out. 1979, p. 46)

A SNA também mantinha em sua revista, *A Lavoura*, uma seção intitulada “extensão rural”, nos mesmos moldes que a CNA. A presença de tais seções nessas duas agremiações indica a continuidade do apoio dessas entidades à prática extensionista. A CNA no II Encontro Nacional de Produtores Rurais, realizado em Brasília, em 1978, e promovido pela própria confederação, publicou ao final do evento uma carta no qual propunha um “pacto simples” no qual:

Uma Agropecuária que remunere os seus legítimos donos, os que amanham a terra e apascentam rebanhos, em estabelecimentos grandes, médios ou pequenos; que

intervenção em suas diretorias, tendo como dirigentes, representantes aliados da ditadura militar. Ramos, op. cit..
⁶¹ Fazendeiro paulista, formou-se em agronomia na Escola de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ). Foi secretário de Agricultura de São Paulo por um ano, antes de se tornar Ministro em 1964. Thompson Filho era membro da Diretoria da SRB de 1964 a 1965, assessor técnico da Volkswagen do Brasil S.A., em 1975, para o Projeto Rio Cristalino de exploração agrícola, localizado no Pará. (Mendonça, op. cit., p. 294).

permitam pagar melhor os trabalhadores e assegurar-lhes padrão de vida decente; que não expulsem os homens para os centros urbanos, atraídos pela miragem de melhores condições de vida (*A Força Verde*, dez. 1978/jan. 1979, p. 10)

Esse pacto, contudo, continha menos avanços e muito mais indicações da manutenção e/ou ampliação das políticas já promovidas pelos governos ditatoriais. Com relação ao crédito rural, por exemplo, a carta dizia que “*Não aceita a Agropecuária e nem pode admitir mudanças na política de crédito rural, sem dúvida a mais positiva, benéfica e convincente dentre as que foram acionadas no atual Governo*” (Idem, p. 11).

O PROAGRO era defendido pela CNA bem como a campanha de insumos agrícolas, preços mínimos, pesquisa agropecuária e etc. que deveriam continuar e ser expandidos (Idem, p. 12-15). Contudo, com relação mais especificamente a ação da EMBRATER o documento expunha sua crítica:

Lamenta-se certo desvio no rumo das funções da EMBRATER, levando seus técnicos para o desempenho de tarefas menos próprias, haja vista intenso programa de trabalho junto a estabelecimentos bancários preparando projetos para obtenção de crédito, ficando a necessária assistência técnica ao campo relegada a segundo plano. (*A Força Verde*, dez. 1978/jan. 1979, p. 15)

Com o título “*Até que enfim ouvidos*” o editorial da revista de maio de 1979, escrita pelo presidente da CNA, Flávio da Costa Brito, elogiava a continuidade dada pelo recém empossado General Figueiredo, das políticas para a agricultura do seu antecessor:

A leitura da Carta da Agropecuária, documento com que a classe rural encerrou o seu II Encontro Nacional de Agropecuária, [...] confrontada com as medidas anunciadas extra-oficialmente como componentes do “pacote agrícola”, deixa à evidência que o Governo do General Figueiredo foi sensível às nossas sugestões, contemplando muitas delas. [...] (*A Força Verde*, mai. 1979, p. 5)

Outro exemplo da relação entre o projeto extensionista e os aparelhos privados de hegemonia do patronato rural foi o programa de difusão do uso de fertilizantes e corretivos para o aumento da produção de alimentos. Esse programa contava com duplo apoio. Por um lado, a *Food and Agriculture Organization* (FAO) das Nações Unidas (ONU) tanto no financiamento, quanto no apoio técnico mediante elaboração de cursos de capacitação de extensionistas e produtores, palestras e outros informes. Por outro, a Associação Nacional dos Defensores de Adubos (ANDA), entidade da sociedade civil criada em 1967 que objetivava realizar propaganda de fertilizantes e adubos químicos das empresas a ela associadas⁶².

⁶²As empresas fundadoras da ANDA são: Benzenex, CBA, Copas, Copebrás, Fertibrás, Granubrás, IAP, Itaú, Manah, Murakami, Quimbrasil, Takenaka, Ultrafertil e Zanaga. De acordo com o *site* da instituição a ANDA foi fundada em 13 de abril de 1967, no Nacional Clube, no bairro do Pacaembu em São Paulo. Os objetivos eram: incentivar pesquisas agrônômicas que tornassem mais eficazes os adubos; divulgar os resultados das pesquisas para os produtores; fornecer aos produtores dicas de boas práticas agrícolas. (Dias, 2005, p. 78). Imediatamente após sua fundação a Anda promoveu mais de vinte reuniões para mostrar a razão de sua existência nas capitais e cidades interioranas de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. <http://www.anda.org.br/index.php?mpg=01.01.00&ver=por> acessado no dia 03 de janeiro de 2013.

A entidade, então presidida por Wladimir Antonio Puggina⁶³, participava de maneira ativa na promoção do extensionismo rural, firmando acordos e convênios desde os anos 60 com a ABCAR. O programa de difusão do uso de fertilizantes e corretivos inaugurado em 1969, tinha como principais ações a instalação de Campos Demonstrativos espalhados pelos estados os quais, eram visitados por pequenos produtores para conhecerem e aprenderem a utilização dos recursos “acessíveis”, por meio de excursões chamadas “dias de campo”.

O ponto alto do projeto eram os dias de campo e neles não se falava apenas de adubos, mas de outros assuntos que também deveriam merecer atenção dos agricultores. Por exemplo, foi o que aconteceu no dia de campo realizado em abril de 1972 na Fazenda Boa Vista, Pouso Alegre, sul de Minas, reunindo 240 agricultores de todos os municípios vizinhos. Nesse dia, a equipe de doze agrônomos da FAO/ANDA/ABCAR reuniu os visitantes em grupos de vinte para conhecer os experimentos com exposição sobre sementes selecionadas e tratores. Por último, o grupo chegou *in loco* as diferenças de rendimento entre as áreas adubadas e não adubadas e aprendeu a fazer cálculos do custo-benefício da adubação (“de cada 1 cruzeiro gasto em adubos resultou um lucro de 2 cruzeiros”). Orientações sobre controle de pragas, épocas de plantio e trato culturais completaram a agenda do dia, que teve ainda uma palestra sobre novas técnicas de adubação em Israel dada pelo agrônomo Pedro Dessimoni que viajara a esse país por indicação da ANDA. Os dias de campo de 1972 no Estado de Minas Gerais reuniram 4 mil agricultores (Dias, 2005, p. 82-83)

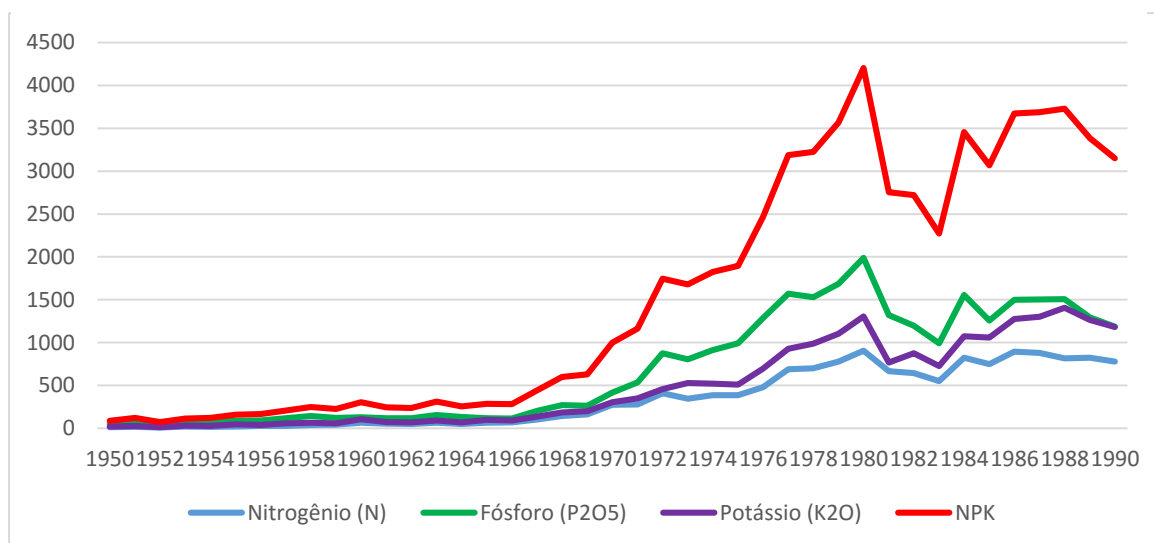
Esse projeto contou ainda com a realização de cursos sobre o uso de fertilizantes por pequenos produtores ministrados por extensionistas e associados da ANDA. Esse projeto teve continuidade no período da EMBRATER permanecendo a mesma estrutura estratégica de promoção de campos demonstrativos e cursos para os produtores:

Na execução deste Programa foram instalados 2.132 Campos Demonstrativos em 19 Unidades da Federativas, envolvendo 475 municípios das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, com as culturas de maior representatividade na economia agrícola de cada Unidade da Federação. Houve, ainda, o envolvimento de 14.900 produtores rurais através de dias de campo, visitas, excursões e outros métodos. (EMBRATER, 1976a, p. 73).

No gráfico abaixo, apresentamos o consumo de adubos químicos no Brasil de 1950 a 1990 em toneladas. Nota-se que o índice de adubos tem um crescimento expressivo a partir de 1967, data de criação da ANDA:

⁶³ Wladimir Antonio Puggina é, até o presente, Conselheiro Independente da Minerva S.A. um dos líderes no Brasil na produção e comercialização de carne in natura, industrializados e subprodutos de origem bovina e que ~~também~~ atua também no segmento de *Food Services* através da Joint Venture *Minerva Dawn Farms* (MDF). A empresa foi fundada em 1957, pela família Vilela de Queiroz, que deu início à criação de gado e prestação de serviços de logística para transporte de gado de fazendas para abatedouros; tendo fundado, em 1992, sua primeira unidade de abate e processamento, localizada na Cidade de Barretos, Estado de São Paulo. www.mzweb.com.br/minerva acessado em 14/07/2010. *Apud.* Mendonça, 2010c, p. 54.

Gráfico 1: Consumo de Fertilizantes no Brasil por Nutriente – 1950-1990
(em ton.)



Fonte: 1950 a 1970: Ipea e Iplan. Tecnologia moderna para a agricultura. Volume II – Fertilizantes químicos, série Estudos para o Planejamento, número 11; 1975; 1971 a 1985, IBGE. Anuário estatístico do Brasil, diversos anos; 1986 a 1987, Ministério da Agricultura Secretaria Nacional de Abastecimento (dados básicos da Anda, Ibrafos, Siacesp, Simprifert e Cacex), *apud*. Dias, João Castanho. *Raízes da Fertilidade*. São Paulo: Calandra Editorial, 2005, p. 104-105.

Múltiplos fatores são encontrados para a variação descrita no gráfico acima que influenciaram no consumo de insumos químicos. Contudo, uma coisa chama atenção é o crescimento constante, a partir de 1967, atingindo seu ápice em 1980. Ora, não é possível discordar que esse é o momento de criação da ANDA, além de ser o período destacado pela historiografia especializada como o momento de *modernização da agricultura*. Assim, mesmo que diversos fatores influenciaram no consumo de fertilizantes no Brasil, é inegável que o fomento do aparelho privado de hegemonia das empresas de fertilizantes químicos, bem como sua promoção em parceria com a extensão rural coincidam com o aumento vertiginoso de fertilizantes. Seu súbito declínio, em 1980, pode ser atribuído ao período de forte crise econômica e, conseqüentemente, crise do modelo de desenvolvimentismo promovido até então através de políticas recessivas, sobretudo em relação ao crédito rural com juros subsidiados, que garantia a compra de insumos, incluindo os fertilizantes

Assim, entendemos que o processo político baseado na coerção proporcionou as condições ideais do desenvolvimento da modernização conservadora da agricultura garantindo a classe dominante agroindustrial voltar seus esforços para aprimorar as cadeias produtivas, intensificando a industrialização da agricultura em todo o processo de produção e estimulou a proliferação de entidades na sociedade civil em torno de interesses econômicos-

corporativos de produtores especializados contando com a participação da política de extensão rural.

Com efeito devemos relativizar a interpretação da quadra histórica como um período de crise intraclasses dominante devido ao surgimento do caleidoscópio de aparelhos privados de hegemonia em torno de interesses diretamente ligados às questões econômicas e corporativas seria, no mínimo, subestimar a organicidade e sagacidade com que a classe dominante agrária no Brasil possui em décadas de construção de sua dominação. Isso pode ser melhor apreendido com a questão do cooperativismo que será abordado a seguir.

2.1.2 – Cooperativismo: novo paradigma da hegemonia do patronato rural

Outro fenômeno decorrente da modernização da agricultura foi a ampliação do cooperativismo no Brasil e a criação da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) em 1969.

Surgido na Europa no final do século XIX, este modelo de organização da produção capitalista era uma resposta das classes proletárias diante da intensa e inumana exploração dos trabalhadores exercida pelas formas de relação capital trabalho no período da Primeira Revolução Industrial. No Brasil, o modelo cooperativista foi importado e reinterpretado à luz das classes dominantes, sendo introduzido pelos agrônomos no começo do século XX:

Construída por antagonismos às noções de isolamento e dispersão, a suposta ação transformadora imputada pelos autores à cooperativa via-se respaldada pelo desejo de superar as desigualdades e injustiças sociais vigentes na agricultura e atribuídas aos efeitos nocivos do latifúndio injusto e dos intermediários comerciais (Mendonça, 2002, p. 31).

Contudo, esse modelo de cooperativismo foi perdendo força no Brasil, surgindo um novo paradigma de cooperativismo na década de 1970.

Sonia Mendonça afirma ainda que o embate para formalizar uma diretriz do cooperativismo no Brasil no período de 1903 a 1945 foi intenso sendo constituído uma verdadeira “guerra de posição” entre os distintos projetos que geraram, nesse período, nada menos que sete decretos-leis (Idem, pp. 41-44). Não é nossa intenção fazer um histórico completo do cooperativismo no Brasil. Queremos apenas destacar que, no período após a II Guerra Mundial (1939-1945), no Brasil, a doutrina cooperativa passou a ser sinônimo de organização empresarial e passaram a dominar importantes ramos da produção, sobretudo para abastecimento alimentar, sofrendo, portanto, sua segunda ressignificação.

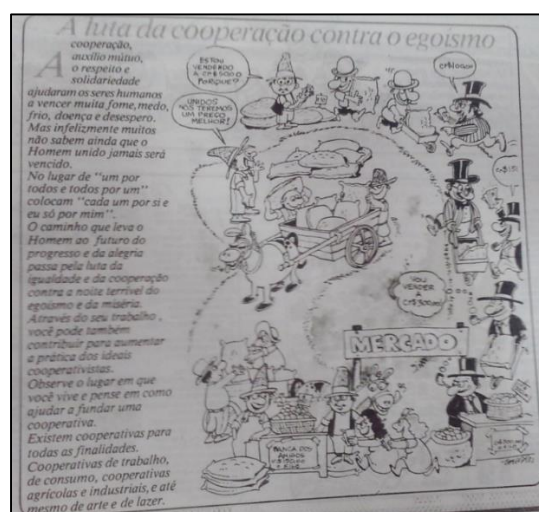
Figura 5: Os princípios cooperativistas



Fonte: *Jornal do Cooperativismo*, jan. 1983, p. 23

A ilustração acima foi publicada no periódico da OCB na década de 1980 e retrata muito bem os seis principais princípios veiculados pela doutrina cooperativista no Brasil. Baseada em valores positivos como “a democracia”, “a liberdade” e o “protagonismo individual” seria possível superar todas as dificuldades e enriquecer. Silêncio sobre as contradições do sistema capitalista, sobretudo em relação à desigualdade da propriedade da terra e à exploração inerente do capital sobre o trabalho. A postura democrática em direção aos pequenos proprietários, sem tocar nos privilégios dos grandes produtores fica ainda mais claro na ilustração reproduzida abaixo.

Figura 6: A luta da cooperativização contra do egoísmo



Fonte: *Jornal do Cooperativismo*, jan. 1983, p. 23

Com o título de “A luta da cooperação contra o egoísmo” a ilustração evoca a questão da unidade entre os homens, como mecanismo de superação. Observa-se que no texto ao lado da imagem há uma clara relação entre a socialização do homem com o cooperativismo: “A cooperação, auxílio mútuo, o respeito e solidariedade ajudaram os seres humanos a vencer muita fome, medo, frio, doença e desespero”. O egoísmo teria corrompido a união dos “Homens” – com “h” maiúsculo – pois teria inserido o egoísmo nas relações humanas. A ilustração representa duas modalidades de circulação de mercadorias. Do lado direito seria a circulação de mercadorias com intermediários “egoístas”(figurados como banqueiros ou comerciantes, que não participavam da produção) e do lado esquerdo a representação da circulação de mercadorias através do cooperativismo. Nota-se que na parte “egoísta” o produtor seria refém e vítima do intermediário, que compraria a produção barata e venderia mais cara no “mercado”.

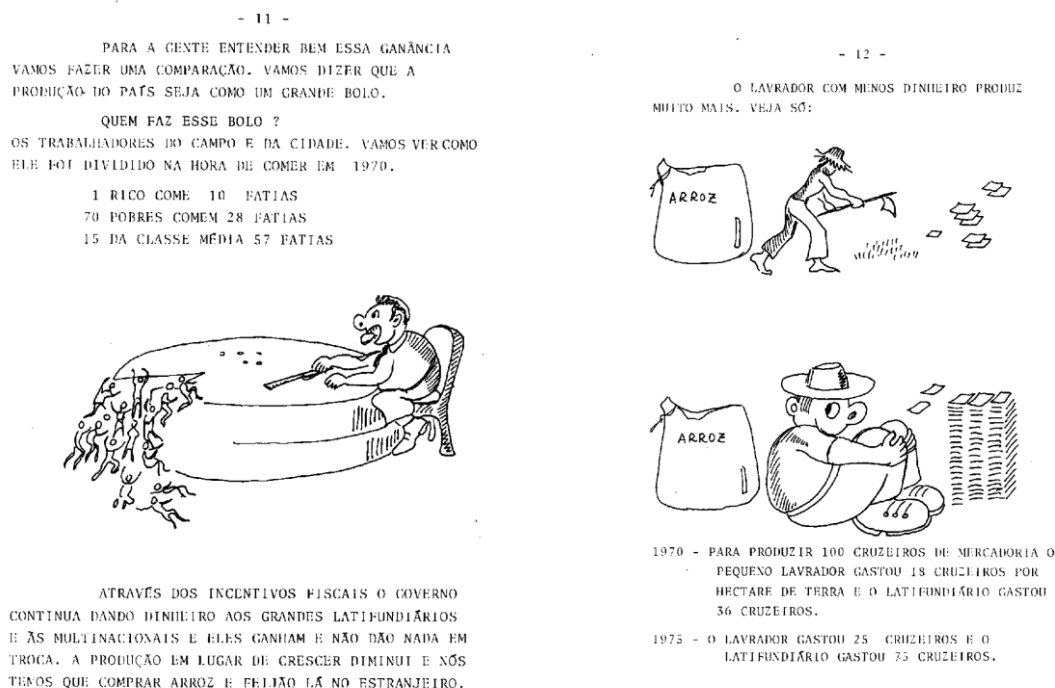
Em contrapartida, na parte da “cooperação” todo o processo de armazenamento, estocagem e transporte é realizado pelo conjunto de produtores associados eliminando, portanto, a intermediação. O resultado da cooperação, segundo a ilustração, seria benéfico tanto para o produtor quanto para o consumidor, uma vez que a produção tornar-se-ia mais barata no mercado e, conseqüentemente, o retorno financeiro do produtor maior. Todos os produtores (proprietários) aparecem como iguais. Não há grandes ou pequenos, não há latifundiários ou trabalhadores parcelares. Retoma expressão então corrente, e propõe ser uma ferramenta de “transformação social”.

Esse modelo de apresentação em desenhos e com textos curtos e diretos tinha forte apelo para a comunicação popular, transmitindo a doutrina cooperativista em linguagem clara e de fácil apreensão. Tal estratégia comunicativa foi absorvida das cartilhas produzida por movimentos como o da Comissão Pastoral da Terra⁶⁴ (CPT), criado em 1975. Assim, é

⁶⁴A comissão foi criada oficialmente em 1975 durante o encontro da CNBB. A CPT era uma organização nacional, de caráter religioso e que reunia também outras entidades religiosas, como as Igrejas Evangélicas, como a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Contudo, desde o início da década bispos e padres, sobretudo, nas regiões rurais do país vinham denunciando e combatendo a violência, a superexploração do trabalho e a pobreza extrema das comunidades rurais. Dom Pedro Casaldáliga, bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia, no Mato Grosso, lançou ainda em 1971, uma carta pastoral intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” que se tornaria um importante marco dentro da Igreja Católica. Havia ainda outros padres como Leonardo Boff e Frei Betto que militavam e divulgavam a Teologia da Libertação, apoiando a formação das Comissões Eclesiais de Base (CEB’s) que se tornaram um dos primeiros espaços de discussão sobre a realidade social e política entre os setores subalternos do campo (Fernandes, 1996, p. 71-78) De certa maneira, a CPT é a materialização das ações políticas oriundas da Teologia da Libertação que via a pobreza como condição da estrutura do capitalismo “da economia e do amor ao dinheiro”. Assim, os pobres, sobretudo as comunidades rurais, deveriam ser agentes transformadores de suas realidades de pobreza

relevante ressaltar que o cooperativismo estava em claro enfrentamentos dos movimentos sociais contra hegemônicos, disputando o mesmo público alvo. Abaixo, reproduzimos uma cartilha produzida pela CPT intitulada “O que é CPT?” do ano de 1982, que trazia a apresentação sobre a questão agrária no Brasil:

Figura 7: Cartilha da CPT (1982)



Fonte: CPT. O que é CPT?. Goiânia, 1982, p. 11 e 12

Na obra de João Vitorino Benato intitulada *O ABC do cooperativismo* (1997). Publicado pela Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (OCESP) na década de 90, podemos encontrar não somente a evolução da doutrina cooperativista como ainda a incorporação argumentativa de interlocução com a crítica ao capitalismo realizada pela esquerda naquele momento. Apesar de ter sido produzida por uma organização estadual, a obra possuiu quatro edições e teve ampla circulação no Brasil e apresentava-se como um manual “doutrinário” sobre os princípios cooperativistas. Nela, já se observa uma mudança: agora, ele pretende atingir não apenas pequenos proprietários, mas também os trabalhadores. Benato afirma que existem três sistemas na história: i) o sistema capitalista; ii) o sistema socialista e iii) o sistema cooperativista (Idem, p. 13). Enquanto que no primeiro sistema há a valorização

através da luta política abandonando o assistencialismo e o paternalismo “de cima para baixo”. (Boff, 1996). O movimento em torno da pobreza e da justiça social promovidos pela Teologia da Libertação surgiu na América Latina na década de 1970 e se enraizou profundamente nas comunidades eclesiais de bases (CEBs).

do capital no segundo sistema há a subserviência do homem pelo Estado, que não pode ser livre. Somente no sistema cooperativista haveria a valorização do homem, sua real igualdade e liberdade. Portanto, a doutrina cooperativista seria uma “doutrina econômico-social” que privilegia o “homem” e teria como objetivo: “[...] *corrigir a sociedade em todos os sentidos e em todos os momentos.*” (Idem, p. 28). Assim, ele conclui:

Enquanto a empresa privada tem, como primado, o lucro, independentemente de ser o homem explorado, enquanto a empresa pública tem, como primado, o cunho social voltado ao homem, independentemente de ser o mesmo homem explorado por impostos abusivos, a empresa cooperativa tem, como primado, a satisfação das necessidades do homem através do próprio homem. Como doutrina é a essência econômica. Como filosofia é a essência social (Idem, p. 150)

Ora, tal discurso possui uma dimensão de poder simbólico refinada emascara a dominação e a exploração de classe que continua sendo reproduzida na dinâmica do cooperativismo. Diferentemente das ilustrações anteriores da década de 80, que não faz nenhuma menção ao “capitalismo”, Benato coloca o cooperativismo como uma “alternativa” viável para os trabalhadores e produtores rurais se apropriando de definições, como capitalismo e socialismo veiculadas por partidos políticos de esquerda e movimentos sociais que estavam em ascensão nos anos 90.

Seja como for, nenhuma transformação social realmente pode ser realizada dentro da manutenção da essência do próprio capital. Dessa forma, o silogismo aqui possui longa maturação e constitui-se de refinamento tal como de perversidade ao defendera superação do capitalismo pelo cooperativismo no qual a transformação social ocorreria sem nenhuma mudança na relação capital/trabalho e com a permanência da extração do mais-valor.

Devemos destacar ainda que o cooperativismo no Brasil não foi uma resposta de segmentos subalternos à exploração e falta de amparos sociais, tal como sua origem, a doutrina cooperativista foi importada e convertida pelas frações da classe dominante agroindustriais aos seus próprios interesses, que buscou incorporar alguns segmentos de pequenos produtores, todavia, de uma maneira subordinada. Logo, este cooperativismo brasileiro é uma *ideologia da classe dominante*.

Como vimos, o cooperativismo procurava promover amplo consenso não somente no sentido horizontal – entre os grandes produtores –, mas também de maneira vertical, incorporando pequenos produtores que não tinham condições de promover a modernização da agricultura. A integração das cadeias produtivas juntamente com a necessidade de investimento em tecnologia na produção agropecuária requer altas somas de investimentos. Como vimos anteriormente, o crédito rural subsidiado, desde os anos de 1950 e sistematizado na década de 1960 com a SNCR não conseguia atender aos pequenos produtores. Com efeito,

só tinha acesso ao crédito rural grandes produtores. O cooperativismo de crédito, portanto, foi o primeiro tipo de cooperativa a popularizar-se, mas ainda inexpressivo se comparado a massa de produtores rurais sem acesso ao crédito.

Nesse sentido, vemos que as cooperativas de crédito permitiram somente que uma pequena parcela dos produtores de baixa renda tivessem acesso a empréstimos do crédito rural para a modernização da agricultura. A suposta possibilidade de retirar alguns intermediários no processo de melhoramento e/ou industrialização da produção agropecuária, introduzia novos – os agentes de crédito – e mantinha os pequenos totalmente subalternizados. Isso porque a direção das cooperativas continuavam nas mãos de grandes produtores rurais. Além disso, no decorrer dos anos 70 o cooperativismo experimentou processo significativo de concentração de capitais, massacrando por completo as pequenas cooperativas que eram compradas, ou fundidas às grandes cooperativas empresariais para não sucumbirem.

A dissertação de Maria Domingues Benetti (1992) apresenta a formação das principais cooperativas empresariais de trigo e soja no Rio Grande do Sul – a Cooperativa Tritícola Serrana LDTA (COTRUJÚ) e a Cooperativa Tritícola Regional Santo Ângelo (COTRISA) – além da origem da Fecotrigo. Benetti ressalta que a tentativa de industrialização – extração do óleo de soja e a moção da produção de trigo – foram os objetivos originais das cooperativas empresariais na década de 1960. Contudo, essas cooperativas quase não sobreviveriam devido as desvantagens comparativas para um cooperado naquele momento, isto é, era mais lucrativo economicamente exportar a soja e moer o trigo nas moendas que já existiam. Esse cenário só mudaria depois de uma intensa campanha por parte das cooperativas junto aos produtores do Rio Grande do Sul, além da mudança da política agrícola que ocorreu na década de 1970 graças a representantes das cooperativas em órgãos do governo do estado do Rio Grande do Sul:

[...] as cooperativas tornaram-se atrativas ao produtor, à medida que foram consolidando uma série de vantagens não-monetárias, como a prestação de assistência técnica e creditícia direta – é o caso das compras em sua seção consumo, que poderiam ser pagas por ocasião da safra – e indireta, quando repassava o crédito bancário à lavoura (Idem, p. 68).

Outra questão importante abordada por Maria Benetti é a mudança no estatuto das cooperativas na década de 1970 que tornou possível seu empresariamento.

A leitura dos trechos apresentados [dos Estatutos das cooperativas] permite observar, ainda, que passa a existir uma separação entre cooperativa e associado. **Agora a cooperativa atua em nome do produtor assim como em seu próprio benefício.** Esse ponto é, com efeito, mais do que um detalhe e, em nosso entender, marca o nascimento da cooperativa como uma empresa em si mesma, com objetivos econômicos próprios, sem deixar, contudo, de buscar servir ao associado. Nesse aspecto, deixa de ser a cooperativa tradicional (característica da década de 60), aproximando-se a uma empresa qualquer (Idem, p. 76, grifos nossos)

Isso desvinculou a direção das cooperativas de seus cooperados. As assembleias tornaram-se meras formalidades, a gerência e os cargos administrativos das cooperativas foram sendo ocupados por profissionais especializados e não mais por cooperados.

Sabemos que as trajetórias e origens das cooperativas no país variam conforme a região e o tipo de cooperativa. A trajetória das cooperativas do Nordeste não são idênticas às trajetórias das cooperativas do Sul do país. Contudo, o fenômeno do cooperativismo e o seu empresariamento, conforme está descrito por Benetti, não é um fenômeno isolado, mas antes uma mudança generalizada na estrutura cooperativa que, por sua vez, está intimamente ligado à modernização da agricultura e a necessidade de encontrar estratégias de integrar as cadeias produtivas, predominando o modelo de cooperativismo propagado pela OCB que veremos adiante. E mais, foi assegurado e apoiado pela lei 5.764 de dezembro de 1971, que estruturou o formato das cooperativas no Brasil.

Assim, o cooperativismo foi uma solução possível para um segmento expressivo de produtores, médios e pequenos alcançarem a modernização, mas não representou, de forma alguma, a “liberdade”, muito menos a “igualdade” veiculadas na retórica da doutrina cooperativista, pelo contrário; aumentou a dependência e a subordinação do produtor às cooperativas, agora com padrões de produção mais penosos e com dívidas contraídas através do crédito rural.

Ainda na década de 1960 surgiram as duas principais agremiações representantes das principais cooperativas empresariais: Aliança Brasileira Cooperativa (Abcoop) e a União Nacional das Associações Cooperativas (Unasco). A disputa entre essas duas agremiações pela representação oficial das cooperativas teve uma solução *sui generis*: o Ministro da Agricultura, Luiz Fernando Cirne Lima, criou por decreto uma nova entidade que reuniu as duas entidades nacionais pondo fim ao conflito (Mendonça, 2010d, p. 184). Assim, em 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), cuja hegemonia interna seria das frações dominantes de São Paulo, ligadas a Ucesp e a Acapesp⁶⁵. Em 1970, a fundação da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp) forneceu os meios da nacionalização da representatividade e poder da OCB.

Mendonça afirma que no ano de 1974 – mesmo ano de criação da EMBRATER – a entidade ganharia novo fôlego com a injeção de recursos provenientes da nova Contribuição das Cooperativas (Mendonça, op. cit., p. 185-190) regulamentado pelo Instituto Nacional de

⁶⁵O processo de cooperativização em São Paulo foi muito semelhante ao caso do Rio Grande do Sul estudado por Benetti, ou seja, as cooperativas empresariais paulistas eram grandes empresas rurais geridas por grandes proprietários.

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) – criado em 1970 para substituir o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)⁶⁶. – que ficaria responsável, até a década de 1980, em cadastrar as cooperativas existentes no país.

O cadastramento e a contribuição específica para as cooperativas realizadas no Estado restrito pelo INCRA constituíam-se numa primeira vitória da OCB. Mesmo sem representantes diretos da entidade no INCRA havia grande influência da organização nesse órgão estatal. Sabemos ainda que a *Revista Nacional do Cooperativismo* (RNC), publicada no período de 1978 até 1981, era uma publicação conjunta da entidade com o INCRA. O instituto lançaria, em 1975, os chamados Projetos Integrados de Desenvolvimento Cooperativista (PIDCOOPs), com o intuito de melhorar a integração entre as cooperativas da região e racionalizar o desempenho administrativo. Esse projeto, segundo a reportagem extraída do jornal *O Globo*, contava com ampla participação das entidades da sociedade civil patronal, entre elas a OCB, e agências estatais, entre elas a EMBRATER que deveria, através das empresas estaduais onde o projeto seria implantado, dar assistência técnica e extensão rural às cooperativas (*O Globo*, 03 out. 1975, p. 1).

O cerne do discurso veiculado pela OCB era o do cooperativismo como estratégia de organização eficaz, que superava barreiras e conflitos entre “patrão” e “trabalhador”, assim como democratizava a distribuição dos lucros, sendo a cooperativa administrada pelo princípio da gestão coletiva representativa, cuja máxima era *um homem um voto*.

O consenso na sociedade civil entre as agremiações patronais em torno desta peculiar doutrina cooperativista foi imenso. As principais entidades do patronato rural estimulavam e propagandeavam o cooperativismo no campo em suas publicações. Havia na revista *A Lavoura* da SNA uma seção desde a década de 1970 denominada “Mosaico Cooperativista”. Nos periódicos da CNA⁶⁷ a seção era intitulada “Painel Cooperativista”. Não há indícios de uma seção parecida na revista da SRB, contudo, sabemos que a entidade publicava matérias sobre o cooperativismo em seu periódico intitulado *A Rural*. A OCB constantemente alardeava na RNC que eles chamavam de “consenso generalizado” da doutrina cooperativista:

⁶⁶ Tanto o INDA quanto o IBRA foram criados a partir do Estatuto da Terra de 1964. Contudo, enquanto o INDA estava vinculado diretamente do Ministério da Agricultura, o IBRA estava vinculado diretamente à secretaria da Presidência. A bibliografia aponta que as ações deste último foram ínfimas em comparação com a proposta do referido estatuto (Ramos op. cit. e Natividade, 2013)

⁶⁷ A Confederação oficial do patronato rural publicou de 1964 a 1973 a revista *Gleba*, mudando sua titulação para *A Força Verde* e, novamente, em 1978, passou-se a se chamar *Campo Verde*.

Em Seminário sobre o cooperativismo de Crédito realizado no Rio de Janeiro em 1976, sob o patrocínio de vários credos religiosos, o padre Félix Neeffes, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil [CNBB], afirmou “o cooperativismo é sem sombra de dúvidas, um poderoso instrumento para a promoção humana e para uma integração participante na vida sócio-econômica (sic) de parte das camadas marginalizadas da sociedade”. Disse ainda que “o movimento cooperativista está a exigir uma colaboração maior e um apoio mais decisivo da parte da Igreja, em vista da participação histórica da Igreja na origem de várias cooperativas [...]” (RNC, jul./ago., 1980, p. 11).

Assim, a afirmação da historiadora Sonia Mendonça sobre a OCB ter se tornado, nesse período, a “nova hegemonia ruralista no Brasil” é inquestionável. A hegemonia da ideologia cooperativista só foi possível depois do rearranjo no âmbito da sociedade civil do patronato rural de um aparelho privado de hegemonia capaz de estabelecer o consenso e unir os projetos para o setor e de sua materialidade no Estado restrito formando políticas públicas.

A OCB não somente estabeleceu a hegemonia entre as frações intraclasses dominante rural, como procurou ativamente seduzir setores subalternos das classes rurais no Brasil. Em matéria intitulada “*Um Brasil em pequenas, médias ou grandes fatias?*” a RNC trouxe um grande debate sobre a existência/resistência da pequena propriedade diante do processo de modernização da agricultura acelerado e se havia ainda espaço para esse tipo de produtor. A matéria garantia que o “progresso” sempre vitimou o pequeno produtor, pois:

Ela [a pequena propriedade] não consegue se capitalizar e acaba cedendo às pressões circundantes, tanto da crescente especulação de terras quanto das dívidas que são contraídas junto aos bancos para financiar a sua sobrevivência. Em regiões onde o capitalismo mais avançou, com São Paulo, este tipo de propriedade é praticamente inexistente. (RNC, set./out., 1980, p. 26)

A única solução da sobrevivência de pequenos produtores seria, ou a vinculação direta à produção capitalista intermediada por uma empresa industrial, como a Sadia, ou a Souza Cruz realizavam, sobretudo nas regiões Sul do país (RNC, set./out., 1980, p. 29), ou através da organização de cooperativas de produção:

Estaria a pequena propriedade fadada ao desaparecimento no país? A realidade mostra que não. A pequena propriedade apesar das dificuldades e dos atropelos, vem demonstrando possuir grande resistência, mesmo que para sobreviver acabe se integrando ao mercado capitalista. Ela ainda é grande responsável pela absorção de significativo volume de mão-de-obra no campo e também um dos fatores que ajudam a equilibrar o fornecimento de gêneros alimentícios para os grandes centros urbanos. Por outro lado, aos poucos vai encontrando formas de organizar em cooperativas e em torno de canais de reivindicação, aumentando o seu poder de pressão junto aos aparelhos da política econômica do governo (Idem, p. 31)

A doutrina do cooperativismo defendida pela OCB era seletiva, isto é, sua proposta de cooperativização não era a solução para diversos segmentos subalternizados no campo e, portanto, vemos aqui que seu discurso destoava da prática. O debate em torno da criação de cooperativas de “boias frias”, em 1979, revela bem a seletividade nesse tipo de organização e

a face hegemônica desse modelo de cooperativa. Em 1979, a OCB convocou uma reunião com representantes da CNA, CONTAG, BNCC e intelectuais da academia para debater “*o difícil consenso*” sobre a organização das cooperativas de trabalhadores rurais (RNC, dez./jan., 1979, p. 26).

A polarização era clara entre a CNA, que era a favor da cooperativização dos “boias frias” e da CONTAG, que era contra. O assessor técnico da CNA, Santino Correia Queiroz, afirmava que os trabalhadores não queriam formar vínculo com as fazendas e, portanto, a cooperativa era um meio de melhorar o “poder de barganha” do trabalhador volante no momento de fixar sua remuneração. O secretário geral da CONTAG, Francisco Urbano de Araújo Filho, defendia que as cooperativas poderiam ser manipuladas a favor dos fazendeiros e que o único meio de organização eficaz para defender os direitos dos trabalhadores rurais era o sindicato. Além disso, Urbano também destacou que as cooperativas de trabalhadores rurais mascaravam o problema maior dos baixos salários pagos pelos fazendeiros, da instabilidade do trabalho rural, sobretudo da insistência do grande produtor em não contratar por período fixo trabalhadores, preferindo utilizar as contratações de trabalho precarizadas:

Santino (CNA) – Estou de acordo com a criação dessas cooperativas. A CNA é a favor, desde que se corrija certas distorções que estão ocorrendo. Dessa forma, de nada adiantaria, porque tudo ficaria na mesma situação em que se está. Então, ter-se-á que fazer toda uma estrutura que garanta também esse homem como pessoa humana, seus direitos com o mínimo necessário para que ele possa viver com alguma dignidade. Não sei se a CONTAG estaria de acordo também.

Urbano (CONTAG) – Se os trabalhadores se organizarem por conta deles e derem o nome que quiserem, mas desde que sejam eles que o façam, pois vamos tentar fazer com eles sejam atuantes no sindicato. Mas, concordar com a cooperativa vertical – vinda do governo e do patrão – não iremos concordar nunca, principalmente no contexto nacional de hoje. A cooperativa não representa de fato o objetivo a que se propõe, pois o seu objetivo deveria ser elevar o nível de vida dos trabalhadores e da forma como foi proposta – de cima para baixo – visa garantir mão-de-obra barata para o empregador. [...]

Santino (CNA) – Pois a CNA estará de portas abertas para recebe-los [as cooperativas de trabalhadores rurais] lá.

Urbano (CONTAG) – Nós recebemos o convite com todo o prazer.

Santino (CNA) – Buscaremos uma solução para o problema, como também o pessoal aqui da OCB, porque tanto nós produtores como vocês, trabalhadores, precisam. O Brasil praticamente está começando hoje com cooperativas, e toda e qualquer esperança, toda e qualquer ajuda, mesmo que pequena, e a OCB está também praticamente começando, tudo isso será muito válido. E nós, empresários rurais, não podemos de maneira alguma viver sem um sistema de cooperativas, sob pena de passarmos por crises como a que estamos passando. (RNC, dez.1978/jan. 1979, p. 31-32)

O representante do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Eugênio Giovenardi, colocou explicitamente o receio dos grandes produtores:

Realmente não me entra na cabeça porque, em havendo trabalho numa determinada fazenda para 50 pessoas permanentemente instaladas lá dentro essas pessoas não

possam lá se instalarem. Eu vejo, evidentemente ali certos perigos por parte do proprietário da terra. Essas famílias podem encontrar uma forma de organização interna de pressão junto ao produtor, junto ao fazendeiro, e, pode ocorrer o que ocorre em muitas áreas: que a justiça seja feita pelas suas próprias mãos ou pelo grupo que habita a fazenda ou pelo proprietário da fazenda. Isso tem ocorrido e não é novidade. (RNC, dez.1978/jan., 1979, p. 31)

Diante dessa polarização/apoio ao cooperativismo pelos representantes do patronato rural, Moacir Palmeira, que estava presente como assessor da CONTAG na reunião, apresentou uma questão crucial para o debate: a intervenção do Estado restrito nos sindicatos de trabalhadores rurais após o golpe de 1964 que engessou a atuação dos mesmos e desmobilizou a organização dos trabalhadores que se viram desassistidos tornando-se superexplorados.

Por exemplo, nós tivemos em 1971 e 1972 uma série de intervenções na área de Pernambuco e na mesma época foram 32 sindicatos de uma só vez, além da própria Federação do Ceará. Na Zona da Mata de Pernambuco, na área de maior miséria, que é a Mata Sul, o Sindicato de Palmares passou mais de cinco anos sob intervenção, em flagrante contradição com a lei, de que a intervenção não pode passar de 40 dias.

Assim, Moacir Palmeira colocou em xeque o argumento da falta de organização dos trabalhadores rurais e lançaria uma pergunta desconcertante:

Moacir (CONTAG) – Eu acho difícil a gente pensar em cooperativa apenas em termos de princípios, eu me pergunto o seguinte: será que essas distorções das cooperativas de mão-de-obra (sic) são causais? Será que isso não reflete uma maneira de um determinado sistema funcionar? (RNC, dez./jan., 1979, p. 31)

Tentando responder a tal pergunta – que ficou sem resposta na transcrição do debate publicado na revista – recorreremos ao trabalho de Gilvando Leitão Rios sobre as cooperativas do Nordeste, nos anos 70, que destaca a dominação o funcionamento hegemônico dos grandes produtores nas cooperativas:

A longa permanência no cargo [de diretores das cooperativas] reflete um verdadeiro sistema de cooperação, malgrado a adesão formal à fraseologia democrática, sintetizada no princípio cooperativista “um homem, um voto”. [...] Queremos dizer com isso que o contraste entre a fraseologia democrática da Doutrina Cooperativista, adotada formalmente, e o comportamento efetivo de líderes autoritários e paternalistas é muito forte e gritante. O ritual das eleições [...] preenche então funções opostas às declaradas. Longe de exprimir um processo de participação, significa ao contrário a legitimação de tradicionais dominações (Rios, 1979, p. 82)

Dessa forma, não foi sem sentido, ou desproporcional, a desconfiança dos representantes da CONTAG na formação de cooperativas de trabalhadores rurais, como não parecia desinteressada, ou altruísta a defesa da CNA do cooperativismo dos “boias frias”. A organização dos trabalhadores volantes rurais por meio de cooperativas beneficiava somente o “empregador” – que no caso aqui seria o grande produtor –, pois quando contratasse uma cooperativa de “boias frias” não estaria diretamente estabelecendo um vínculo individual com o trabalhador, ele estaria contratando um serviço e, por isso, estaria isento da responsabilidade

dos direitos trabalhistas. Logo, a defesa dos produtores por uma cooperativa de “boias frias” era a defesa de uma nova estratégia de precarização e intensificação da exploração do trabalhador, uma vez que este não tendo contrato de trabalho não podia reivindicar seus direitos. Com efeito, a cooperativa teria em suas “mãos” toda a carga da legalização do trabalhador temporário e, portanto, assumiria a responsabilidade por eventual quebra de direitos trabalhistas já que ela estaria como intermediária entre o contratado e o contratante.

Nessa discussão, a OCB, colocou-se como “neutra” alegando seu papel de mediadora ao promover a discussão em sua revista. Contudo, a organização que agregava as principais empresas e cooperativas empresariais não tinha como se esconder nessa “máscara” de debatedor político e claramente corroborou com a intervenção dos representantes da CNA ao longo da publicação desse número apresentando matérias que reforçavam a tese da organização de cooperativas dos trabalhadores como estratégia de combate à pobreza e a precarização do trabalho no campo. Dessa forma, a cooperativa de setores dos subalternos servia até o ponto em que havia vantagens para as classes dominantes. Por isso, a cooperativa era vista com desconfiança pela organização dos subalternos, pois se apresentava antes como uma ressignificação estratégica na década de 1970-80, a serviço das classes dominantes do patronato rural brasileiro.

O casamento entre a extensão rural e cooperativismo seria próspero e duradouro. A EMBRATER e suas empresas estaduais, ao longo de toda a sua existência, propagaria a cooperativa como a principal e mais eficiente forma de organização para o pequeno produtor. Isso reforça o caráter da dominação simbólica contida nas ações extensionistas. Nesse capítulo nos concentraremos nas iniciativas entre EMBRATER e cooperativismo até 1978. Cabe apenas destacar aqui que essa relação foi intensificada ao longo dos anos e, na Nova República em 1985, tem o seu apogeu quando Athos Almeida Lopes é indicado à direção da EMBRATER, que será desenvolvido no capítulo quatro.

O I Programa Nacional do Cooperativismo (PRONACOOP), com vigência entre 1976 e 1979 foi o primeiro de abrangência nacional de fôlego de larga participação da EMBRATER. A execução do PRONACOOP seria realizada numa ação conjunta do INCRA, da EMBRATER, do BNCC e da OCB. Essa composição é curiosa, pois a OCB não era uma instituição do Estado restrito, mas sim uma agência da sociedade civil, demonstrando a consolidação de sua ascendência nas disputas pela hegemonia de “toda a classe dominante rural brasileira”, através da difusão do cooperativismo junto a todos os segmentos rurais.

Quadro 4: Programação do I PRONACOOP (1975)

	ATIVIDADES	INCRA	BNCC	EMBRATER	OCB
1	Autorizar e cancelar o funcionamento das Coop.	X			
2	Registrar as Cooperativas	X			
3	Cadastrar Cooperativas	X	X		X
4	Averbar reformas de Estatutos	X			
5	Divulgar estudos, pesquisas e estatísticas	X	X	X	X
6	Divulgar leis, documentos, portarias e resoluções	X	X	X	X
7	Auditoria	X	X		X
8	Consultoria		X		X
9	Controle e fiscalização	X			
10	Intervenção e sanções	X			
11	Proceder liquidações	X			
12	Convênios e acordos	X	X	X	X
13	Promover o cooperativismo	X	X	X	X
14	Capacitar associados em cooperativismo	X		X	
15	Estudo de viabilidade e integração	X	X	X	X
16	Assistência técnica aos cooperados			X	
17	Estimular a intercooperação cooperativa	X	X	X	X
18	Treinamento em todos os níveis	X	X	X	X
19	Financiar as cooperativas	X	X		
20	Assistência Técnica à nível de carteira e empresas	X	X	X	

Fonte: INCRA. *I Programa Nacional de Cooperativismo – PRONACOOP(76/79)*. Brasília: 1975, p. 11.

A Quadro4apresenta as atividades da EMBRATER e demais agências integrantes do PRONACOOP. A EMBRATER não tinha atribuições de cunho financeiro, concentrando-se sua atividade, sobretudo, na assistência técnica aos cooperados (itens 5,6,13,16,17). Outra atividade em destaque era o treinamento dos cooperativados tendo em vista que a EMBRATER contava com Centros de Treinamento herdados da ABCAR e espalhados por alguns Estados do país. Além disso, a EMBRATER promovia constante treinamento de seu pessoal no exterior, sobretudo nos EUA. Com isso, os técnicos da empresa eram considerados altamente qualificados com as mais modernas técnicas e tecnologias estadunidenses (EMBRATER, 1980d).

As Federações de cooperativas, ligadas à OCB também promoveriam parcerias com o SIBRATER. Em março de 1976 ocorreu o Primeiro Encontro Cooperativo de Assistência Técnica e Extensão Rural – I ECATER. O evento foi promovido pela Fecotrigo, com a presença do presidente da EMBRATER, Renato Simplício Lopes (*O Globo*, 15 mar., 1976, p. 27). O encontro propôs que cinco por cento das sobras líquidas das receitas das cooperativas deveriam ser aplicados ao extensionismo, através de um convênio firmado entre a Fecotrigo e a EMBRATER. O documento final também recomendava o assessoramento mais intenso e permanente dos departamentos técnicos do cooperativismo ao sócio para a aquisição e o uso correto dos defensivos agrícola (*O Globo*, 26 mar., 1976, p. 25). Esse tipo de assessoramento

era especialidade da extensão rural, que promovia campos de demonstração de defensivos agrícolas em propriedades de líderes rurais que aceitavam participar desse tipo de experimento.

A parceria entre a OCB e a EMBRATER não se limitou ao PRONACOOP. No IX Congresso Brasileiro de Cooperativismo, realizado em 1980, juntamente com várias outras instituições da sociedade política como a EMBRAPA, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Comissão Executiva do Plano da Lavoura (CEPLAC), a EMBRATER detinha um *stand* responsável a apresentar os programas de extensão rural ligados ao cooperativismo (RNC, jan./fev., 1980, p. 31). Além disso, nesse mesmo Congresso, a EMBRATER sugeriu o projeto das “pré-cooperativas” que seriam uma espécie de associação de produtores mais simples que as cooperativas em termos legais. Coube ao Ministro da Agricultura, Amaury Stábile⁶⁸, em seu discurso de abertura do Congresso propor tal projeto que visava:

[...] despertar nas classes rurais que ainda não convivem com o cooperativismo, o interesse pela sua instituição, através da doutrinação constante e enfática, reunindo-se os produtores em agrupamentos e associações informais que, pelos objetivos visados, se resolveu denominar de pré-cooperativas” (*A Força Verde*, abr./mai., 1980, p. 6)

A publicação oficial da EMBRATER, nesse período – o boletim informativo *Intercom* – regularmente trazia diretrizes da EMBRATER enfocando o cooperativismo como a melhor forma de organização no meio rural brasileiro:

Será enfatizado o trabalho com organizações de produtores, especialmente cooperativas, como condições básicas para se alcançar maior abrangência e eficácia nas ações de assistência técnica e extensão rural, bem como para superar problemas decorrentes da atomização de seu próprio esforço (*Intercom*, jun./jul./ago. 1979, p. 6)

Contudo, não era somente a EMBRATER a veicular seu apoio ao projeto do cooperativismo. As empresas estaduais de extensão rural criariam também diversas iniciativas

⁶⁸Paulista, Amaury Stábile formou-se em economia na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), onde foi colega de Antônio Delfim Netto. Desde então, ambos se tornaram amigos e aliados. Quando Delfim Netto deixou o Ministério da Agricultura, para assumir o Ministério do Planejamento, ainda no governo Figueiredo, indicou o amigo para o cargo, onde permaneceu até ser demitido com a eclosão de um escândalo de corrupção no Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC). Dentre as realizações como Ministro contam-se a criação do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (1983) e a regularização das terras da região do Araguaia-Tocantins. Por outro lado, autorizou o Grupo Monteiro Aranha a derrubar uma imensa área de Mata Atlântica no Espírito Santo, ensejando forte reação de setores ecologistas. Sobre a demissão do então ministro, Sebastião Nery afirma que foi criada uma empresa chamada Coalbra - Coque e Álcool de Madeira do Brasil – cujas verbas eram aplicadas no mercado financeiro. A descoberta do esquema fraudulento resultou na queda de Stábile que foi substituído pelo gaúcho Nestor Jost, que promoveu a demissão em massa da equipe anterior. Da Coalbra restou um rombo de 250 milhões de dólares, e as ruínas do empreendimento na cidade de Uberlândia (MG). Na iniciativa privada trabalhou no Grupo Sharp, onde presidiu o conselho administrativo no Brasil em 1995, quando ali retornou após deixar o governo. Mudou-se para Nova Iorque, onde faleceu.

com o objetivo de promovê-lo como estratégia central da organização dos pequenos produtores. No livro de comemoração dos 40 anos da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPRAGRI)⁶⁹ no capítulo “*A opção cooperativa*”, os autores enfatizam o cooperativismo como “alternativa ideal” para pequenos e médios produtores. No final dos anos 70 a Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina (EMATER-SC) uniu as pequenas cooperativas para melhorar sua competitividade no mercado mediante a formação de cooperativas regionais (Furtado Filho; Franco; Silva, 1996, p. 61).

O caso mais significativo do estímulo à cooperativização promovido pela extensão rural pode ser encontrado na criação da Cooperativa Central Agrícola do Nordeste Ltda. (Cocane). Em matéria publicada pela própria revista da OCB sobre a origem e história da Cocane vemos que ela “*surgiu no ano de 1967, com o nome de Cooperativa Central Agrícola de Pernambuco (Cocepe), por iniciativa de uma série organismos governamentais então ligados ao setor (Ancarpe [Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco], hoje Emater [Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural de Pernambuco], Sudene [Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste], DAC (Departamento de Assistência ao Cooperativismo) e Inda, atual INCRA*” (RNC, set. /out., 1979, p. 45-46, grifos nossos). O principal objetivo da recém-criada cooperativa era eliminar os intermediários na comercialização da produção de bananas e tentar diversificar a produção dos cooperados. Contudo, o fato mais emblemático é que o gerente da Cocane de 1974 era também extensionista concursado de uma empresa pública: “*João Ribeiro agrônomo da EMATER-PE há 11 anos como gerente da Concane, narra as lutas do cooperativismo em Pernambuco. A Central, até chegar a ter sede e depósito, viveu dias sombrios, que só o empenho pessoal pôde superar.*” (Idem, p. 47). João Ribeiro, na entrevista, chega a dizer que a empresa estadual de Pernambuco emprestou materiais próprios para o funcionamento da cooperativa.

Até 1979 –ano da publicação da matéria – João Ribeiro era agrônomo da EMATER-PE, incluso nos quadros da empresa pernambucana desde 1968 (Idem, p. 47). Assim, entendemos esse como um exemplo máximo da relação orgânica entre cooperativas e extensionismo rural, uma vez que nesse episódio não houve apenas uma ajuda, mas sim o

⁶⁹ A EPAGRI é uma fusão da antiga EMATER-SC com a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (EMPASC) ocorrida em 1990 com a extinção da EMBRATER, pois suas Empresas estaduais passaram à responsabilidade dos governos estaduais.

envolvimento e liderança direta de um extensionista de carreira da empresa estadual de Pernambuco na organização e direção da cooperativa.

Por outro lado a pesquisa localizou ainda um extensionista na vice-presidência da OCB. No anexo 8 apresentamos a diretoria da OCB, no período de 1969 a 1990. Vemos a presença de Guntolf Van Kaick – paranaense; agropecuarista, formado em agronomia, era também administrador de empresas e *extensionista rural da EMATER-SC (Santa Catarina)*. Em sua trajetória consta ainda como passagem pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR) e diretor da Associação de Orientação às Cooperativas do Paraná (ASSOCEP). Foi ainda assessor técnico da Cooperativa Agrícola de Cotia, membro da Comissão Nacional de Sementes e Mudas (Conasem) e primeiro vice-presidente do Centro de Comércio e Exportação do Paraná (CEXP), vinculado ao estado do Paraná. Há ainda a presença de Nelson Victor Trombeta que era paulista; formado em agronomia e classificado como “especialista” da EMATER. Trombeta foi superintendente da OCB no período de 1989-1991, ou seja, na última gestão de Roberto Rodrigues a frente da organização.

Apesar destes membros da OCB estarem ligados às empresas estaduais de extensão rural encontramos apenas uma referência de um diretor da EMBRATER na década de 1980 ligado diretamente à OCB. A composição da diretoria da EMBRATER era formada, em sua maioria, por “extensionistas de carreira, conforme podemos ver nos anexos 2 e 3.

Em primeiro lugar, vemos que tanto na presidência quanto na composição da diretoria da EMBRATER foi localizado apenas um porta-voz da OCB (Athos Almeida Lopes) e um membro da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) – Renato Simplicio Lopes. Curiosamente, ambos compuseram a direção da empresa no mesmo período (1985) e, portanto, nas décadas anteriores não encontramos nenhum outro representante direto de aparelhos privados de hegemonia do patronato rural, ou mesmo de entidades contra hegemônicas. Em segundo lugar, percebemos que a maioria dos membros da direção da EMBRATER eram extensionistas de carreira, ou mesmo pessoas ligadas às atividades no meio rural. E mais: cinco, dos dez diretores e dois, dos três presidentes, cursaram especificamente o curso de agronomia.

Dessa forma, a marca de distinção dos dirigentes da EMBRATER encontra-se na formação acadêmica. Isso é uma importante traço que reforça a *aposição de classe* (Bourdieu, 2011) dos extensionistas. Se compararmos com os membros da direção da ABCAR – agência antecessora que coordenava a extensão rural no Brasil (Anexo 10) – percebemos que estes

eram basicamente proprietários de terras e, em sua maioria, representantes diretos da CNA, além de políticos de carreira, advogados, entre outros. Consta apenas dois formados em agronomia (Luiz Fernando Cirne Lima e Marcos Carvalho Pereira).

Podemos afirmar que os cursos de agronomia possuíam uma tradição de formação específica, de acordo com seu local e sua origem (Mendonça, 1999). No caso do extensionismo vemos uma especificidade nas escolas de agronomia mineiras, sobretudo na Escola Superior de Agronomia e Lavras e na Universidade Federal de Viçosa, do qual os dois primeiros presidentes da EMBRATER – Renato Simplício Lopes e Glauco Olinger – estudaram.

Como foi já foi mencionado no capítulo um, a trajetória da Universidade Federal de Viçosa esteve ligado à própria criação da primeira agência de extensão rural no Brasil, no Estado de Minas Gerais. Portanto, o curso de agronomia detinha em sua formação curricular e em seu modelo pedagógico as escolas de agronomia dos Estados Unidos. Isso a difere de outras escolas de agronomia no Brasil que detinham outras tradições, sobretudo se compararmos com a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (ESALQ) e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), transformada no pós-1930 em Escola Nacional Agronomia (ENA) do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro(UFRRJ) (Idem):

Cada uma delas [ESALQ e ESAMV] correspondeu a demandas de setores de grandes proprietários rurais organizados junto a entidades de classe específicas, sobretudo duas delas: a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) – fundada em 1897 no Rio de Janeiro e aglutinadora de interesses contra hegemônicos no seio da própria classe dominante – e a Sociedade Rural Brasileira (SRB) – junto à qual se organizavam as frações da burguesia agroindustrial paulista, fundamentalmente voltadas para a exportação cafeeira e a industrialização. (Mendonça, 2010b, p. 128).

A historiografia sobre o ensino superior em agronomia mineiro é consciente da influência norte-americana. Esse caso não foi o único, Ribeiro lembra que

[...] houve uma série de convênios mediante os quais a [Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Social] USAID desenvolveu ações localizadas em algumas instituições de educação superior brasileiras. Entre estas, a Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, onde a USAID promoveu assistência técnica e financeira aos cursos de pós-graduação em Economia, encampando acordo anteriormente existente entre a instituição e a University of Southern Califórnia. O Instituto Tecnológico da Aeronáutica foi outra instituição beneficiada pela agência, que assumiu o convênio firmado nos anos 1950 com o Massachusetts Institute of Technology e passou a pagar as despesas de professores norte-americanos que ali trabalhavam. A Universidade do Ceará também teve pesquisas financiadas pela USAID, a qual promoveu a cooperação com a University of Califórnia, de Los Angeles (Cunha, 1988, 1989; Tavares, 1980). Já a Universidade de São Paulo recebeu apoio para o seu curso de pós-graduação em Economia e para o Instituto de Energia Atômica, que “foi contemplado com recursos financeiros e consultores para desenvolver cursos de pós-graduação em campos relacionados com problemas

econômicos de energia nuclear e de rejeitos radioativos” [...] (Ribeiro, 2009, p. 456-457)

De maneira geral, sabemos ainda que a maioria dos cursos de agronomia no Brasil introduziram em sua grade curricular, ao longo da década de 1950-70, disciplina de extensão rural, como afirmam Maria Leal e Geraldo Braga:

Assim, o Relatório do Encontro de Diretores de Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil (1958) e o documento do IV Congresso Brasileiro de Agronomia (1965), mostram a preocupação com a integração das universidades na região sócio-econômica em que se localizam. Referindo-se à extensão rural, registram a necessidade da criação, nas universidades rurais e escolas de Agronomia e de Veterinária, de departamentos ou serviços de extensão, oferecendo aos universitários disciplinas como Extensão Rural, Sociologia Rural, Relações Humanas e Administração, buscando, sobretudo, estreitar o entrosamento com outros serviços de extensão e entidades de classe (BRAGA e LEAL, 1997, p. 274-275)

No caso específico da Universidade de Viçosa, destaca-se a formação do Centro de Ensino de Extensão (CEE), criado em 1963, em parceria com o ETA, a Universidade e a ABCAR e algumas associações estaduais. O CEE foi montado dentro da Universidade de Viçosa e os treinamentos dos extensionistas que ingressavam na ABCAR e nas associações estaduais do Sudeste, sobretudo, faziam seus primeiros cursos ali (Idem, p. 276). O ensino de extensão rural restringia-se na apresentação das “técnicas de comunicação” e métodos educativos usados pelos extensionistas “sem que se priorizasse a reflexão/questionamento sobre as causas responsáveis pelos problemas que a realidade rural apresentava (Idem, p. 280). Contudo, houve uma tentativa de reestruturação desse modelo na década de 1970. Em 1977 ocorreu a Primeira Reunião Técnica de professores de Extensão Rural em Belo Horizonte (Bordenave, 1977). Abaixo, reproduzimos o currículo do curso de extensão rural oferecido pelo Dr. Luíz Carlos Guedes Pinto⁷⁰ no curso de agronomia da Universidade de Brasília que foi destacado por Juan Bordenave como o modelo de ementa para os cursos de extensão rural:

Programa da Cadeira de Extensão Rural

Duração: 60 horas/aulas Créditos = 4

1. Introdução ao curso. Conceitos básicos
2. Formação da economia brasileira. Marcos principais
3. Agricultura e desenvolvimento econômico
4. A estrutura agrária brasileira
5. Política agrícola. Conceitos gerais. As políticas agrícolas atuais.
6. Extensão rural: histórico, conceito, filosofia, objetivos. Análise crítica. Evolução do conceito.
7. Métodos e técnicas de extensão rural.
8. O Sistema Brasileiro de Extensão rural. Organização e funcionamento.
9. A agricultura brasileira: análise global e visão prospectiva.
10. A organização como base para um programa rural. (Idem, p. 12-13)

⁷⁰ Formado em agronomia, foi suplente da direção da ABRA e professor na Universidade de Brasília.

Nota-se que os tópicos apresentados na ementa do curso possuem um viés sociológico e generalizante. Os itens 2 a 5 constituem-se em tópicos sobre a realidade social, política e econômica do Brasil, no geral, e do setor agrícola, em particular. A proposta crítica, contudo, deve ser relativizada, posto que a aplicação dessa ementa e da própria realidade em sala de aula, da formação dos professores e de toda a estrutura do curso de agronomia ainda se mantinham tradicionais e conservadores, principalmente no que se refere à modificação da realidade rural brasileira. Sobre o caso específico da Universidade Federal de Viçosa, Leal e Braga reforçam a afirmação acima, pois:

A tendência descrita neste momento relacionava-se à definição de objetivos/conteúdos que desse à disciplina caráter mais crítico, na verdade não se consolidou na terceira fase [1970-1990], embora os fatores condicionantes para tal estivessem relacionados a questões internas da estrutura de ensino (Idem, p. 281)

Retomando a questão dos dirigentes da EMBRATER, percebemos que o penúltimo presidente da instituição, possuía um caráter distinto dos demais presidentes e da maioria dos diretores. A trajetória de Romeu Padilha de Figueiredo, apesar de ser também extensionista com ilibada carreira acadêmica, possui algumas singularidades tornando-o um destaque em relação aos demais e nos conduz à discussão de um outro período vivenciado pela EMBRATER que teve grande impacto em sua decadência, como veremos no capítulo 4.

De qualquer forma, mesmo com apenas uma representação direta, é inegável a continuidade dos interesses das frações da classe dominante agroindustriais, sobretudo nos projetos desenvolvidos pela EMBRATER e também diante do já debatido alargamento do público alvo.

2.3 – Articulação Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural – criação da COMPATER

A pesquisa sobre a extensão rural revelou uma espécie de “deslocamento” dos porta vozes do patronato rural para uma instância “superior” da EMBRATER e também da própria EMBRAPA que não encontra referência na historiografia sobre o tema. Para estabelecer uma maior convergência entre a pesquisa agropecuária e a extensão rural visando o cumprimento do II PND foi criada pelo Decreto nº 74.154, de dia 6 de junho de 1974, a Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e de Assistência Técnica e Extensão Rural (COMPATER). Devemos notar que tal comissão foi pensada juntamente com a criação da EMBRATER, pois a publicação do decreto-lei a instituiu foi publicado apenas meses depois. A justificativa para a criação dessa comissão provinha do argumento de “convergência” dos

planos anuais e programas de pesquisa agropecuária, crédito rural e extensão rural produzido pelas agências responsáveis por tais setores:

Terá o Ministério da Agricultura, portanto, um mecanismo próprio que **promova e controle** o desejado entrosamento entre a pesquisa e a assistência técnica, tendo em vista a melhor adequação funcional e programática das entidades envolvidas no processo, proporcionando, destarte, condição satisfatória para uma boa conjugação, em alto nível, com as diretrizes para aplicação do crédito rural. (EMBRATER, 1975a, p. 5, grifos nossos)

O trecho acima evidencia o caráter de superioridade em suas determinações em relação a EMBRAPA e a EMBRATER. Como uma espécie de “poder moderador” a COMPATER detinha a função de aprovar os programas e planos anuais de tais empresas:

- I – proceder à compatibilização de planos e programas anuais e plurianuais elaborados pelas entidades de pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, vinculadas ao Ministério da Agricultura;
- II – aprovar os planos e programas referidos no inciso anterior e, bem assim, os respectivos orçamentos (Idem, p. 6)

Como um conselho superior, a COMPATER ditaria os objetivos tanto da pesquisa agropecuária, coordenada pela EMBRAPA, quanto pela assistência técnica e extensão rural, dirigidas pela EMBRATER com o objetivo de convergirem para as “diretrizes” do crédito rural já em voga pelo SNCR. É interessante notar que a bibliografia sobre a COMPATER é quase inexistente e a documentação produzida pelo conselho como atas, diretrizes e informativos é igualmente ínfima, prejudicando uma análise mais detalhada de sua composição e funcionamento. Na documentação disponível sabemos que no decreto que criou a COMPATER havia uma cláusula que estabelecia representantes da sociedade política e da sociedade civil de caráter paritário: o presidente do conselho era escolhido diretamente pelo Ministro da Agricultura, os demais integrantes da comissão foram estabelecidos da seguinte maneira: dois representantes ligados diretamente ao Ministério da Agricultura – presidente da EMBRAPA, presidente da EMBRATER – um representante do Banco Central do Brasil, dois representantes do sindicato oficial – um da CNA e outro da CONTAG –, dois membros escolhidos de fora do Estado restrito. Os nomes dos conselheiros assim como suas trajetórias de vida encontram-se no quadro abaixo:

Quadro 5: Membros da COMPATER (1974-1977)

Período	Cargo	Nome	Trajetória	
1975-1976	Presidente	Paulo Afonso Romano	<p>Mineiro, formou-se em engenharia agrônoma pela Escola Superior de Agricultura de Viçosa.</p> <p>Curso de Elaboração de Projetos e Avaliações Políticas promovido pelo Banco Mundial em Washington</p> <p>Secretário-Geral do Ministério da Agricultura de 1974 a 1979 e Interino do Ministro Alysson Paulinelli.</p> <p>Deputado Federal por Minas Gerais (período não encontrado)</p> <p><i>Fonte:</i></p> <p>http://agricultura.mg.gov.br/politica-de-privacidade/page/36-curriculo-paulo-afonso-romano</p> <p>http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/ministerios</p>	
	Secretário Executivo	José Arlindo Ayres de C. Pacheco	<p>Paulista, formado em 1946 pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq)/USP. Iniciou sua carreira em 1947, no Instituto Agrônomo, na Divisão de Experimentação e Pesquisas do Departamento de Produção Vegetal (PDV), um dos órgãos precursores da Coordenadoria de Assistência Técnica e Informação (CATI) da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, no qual coordenava as ações de extensão rural em São Paulo. Passou por inúmeros cargos de chefia e diretoria dentro da própria Secretaria de Agricultura de SP, inclusive chegou a ser chefe de Estação Experimental do DPV. Foi também chefe da seção de milho da Divisão de Assistência Técnica Especializada (DATE), assessor técnico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de SP, diretor do Departamento de Orientação Técnica (DOT) da CATI, Coordenador da CATI e Secretário Nacional da Produção Agropecuária do Ministério da Agricultura.</p> <p>Representante no Conselho da CATI.</p>	
	Membros do Conselho		José Irineu Cabral	<p>Pernambucano, bacharel em Direito e economista, era pecuarista de tradicional família de Pernambuco. Diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura de 1954 a 1958; diretor do ETA de 1961 a 62. Foi ainda diretor executivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (ACIDA), em Washington, DC (EUA). Participou do conselho e diretoria da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Social (USAID), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Comissão Especial para América Latina e Caribe (Cepal). Foi representante do IICA em 1964, enquanto era diretor da ABCAR contribuindo para a implantação de um escritório do IICA no Rio de Janeiro na sala da sede da ABCAR.</p> <p>Foi ainda consultor de missões do Banco Mundial e sócio dirigente da ABCZ.</p> <p><i>Fonte:</i> Oliveira, 2013, p. 153.</p> <p>Representante no Conselho da EMBRAPA, cujo era presidente da mesma.</p>
			Renato Simplício Lopes	<p>Ver trajetória no Quadro IX</p> <p>Representante no Conselho da EMBRATER</p>
		José de Ribamar Melo	<p>Diretor de Crédito rural do Banco Central (BNCC) em 1979.</p> <p>Representante no Conselho do Banco Central do Brasil.</p>	
		Francisco Urbano de Araújo Filho	<p>Meeiro, indicado pela Juventude Agrária Católica para fazer um treinamento sindical (1961). Ligado a Serviço de Assistência Rural (SAR). Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de São Paulo e de Potegi, no Rio Grande do Norte.</p>	

		<p>Vice-presidente (1966-1969) e presidente (1969-1974) da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte. Consultor em áreas do governo ligadas à agricultura familiar e prestador de serviços para a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2010).</p> <p>Exerceu diversos cargos na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG): 2º vice-presidente da de 1971 a 1974; secretário-geral e, dois mandatos (1974-1977/1977-1980) e, finalmente, tesoureiro geral também por dois mandatos (1980-1983/1983-1986)</p> <p>Representante no Conselho da CONTAG.</p> <p><i>Fonte: Ramos, op. cit., p. 252</i></p>
	<p>José Cassiano Gomes dos R. Junior</p>	<p>Paulista, formou-se como engenheiro agrônomo pela ESALQ. Na secretaria de agricultura, exerceu as funções de chefe de Seção de Fruticultura. Membro da Comissão que estudou a criação do Serviço de Agrônomos Regionais do Estado de São Paulo, diretor da Divisão de Classificação e Fiscalização de Produtos Agrícolas, diretor do Fomento Agrícola e diretor-geral do Departamento da Produção Vegetal. Foi ainda membro da comissão do Plano SALTE no governo Dutra (1946-1951). Foi ainda Superintendente na Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo e chefe do Serviço de Azeites e Óleos Alimentícios, ambos subordinados à Coordenação de Mobilização Econômica. Representante da lavoura do Estado de São Paulo na Junta Administrativa do Instituto Brasileiro do Café (IBC). Diretor do IBC e da SRB, exercendo neste último a função de 1º secretário no período de 1961 a 1963. Foi fundador e diretor da FARESP e presidente da Federação das Cooperativas de Cafeicultores. Presidente do Sindicato Rural de Jaú e do Departamento de Pecuária de Leite da FARESP e da Associação da Campanha Educativa do Leite. Vice-presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos e membro do Alto Conselho Agrícola do Estado de São Paulo e do Departamento do Café, Cana e Política Agrária da FARESP. Membro da Associação Paulista de Agronomia. Administrador de diversas fazendas, sócio fundador da Nazareth Agro Pecuário S.A., com projeto pela SUDAM, com área de 13.200 ha, na qual estava prevista a formação de 1.250 ha de pastos em 1970.</p> <p>Foi ainda Vice presidente da OCB de 1978 a 1979.</p> <p>Era o representante no Conselho da OCB.</p> <p><i>Fonte: São Paulo, Who is who in Brazil editorial Ltda., 1971, V.III, p. 1586.</i></p>

		José Pastore	<p>Paulista, formando em Ciências Sociais pela USP, é mestre em Ciências Sociais pela Pós-Graduação de Sociologia e Política de São Paulo (1963) e doutor em Sociologia pela <i>University of Wisconsin, Madison</i>, em Wisconsin, EUA, em 1968. Recebeu pela mesma Universidade estadunidense o título de Doutor Honoris Causa em Ciência no ano de 1989. Foi professor de Sociologia Econômica na Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP de 1969 a 1984. Especializado em Pesquisa, Ensino e Consultoria nas Áreas de Relações do Trabalho, Emprego, Recursos Humanos e Desenvolvimento Institucional. Ocupou alguns cargos dentre os quais destacamos: Diretor Acadêmico da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-FIPE (1974-1977), chefe da Assessoria Técnica do Ministério do Trabalho (1979-85), membro do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1990 a 1991, consultor em Relações do Trabalho da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Confederação Nacional do Comércio (CNC); Febraban e várias Federações Estaduais de Indústria e Comércio, Centrais Sindicais de Trabalhadores; e Associações Industriais Setoriais.</p> <p>Membro da Academia Internacional de Economia e Direito, da Comissão de Sistematização do Fórum Nacional do Trabalho, 2003-2006 e da Academia Paulista de Letras.</p> <p>Representante no Conselho da Academia (USP);</p> <p>Fonte: <http://www.josepastore.com.br/imprensa.htm http://www.usp.br/imprensa/?p=35057> acesso em 10 dez. 2015</p>
		Antônio Secundino de São José	<p>Mineiro, nasceu em 10 de fevereiro de 1910 na comunidade de Santa Rita de Patos, atual município de Presidente Olegário (MG). Abandonou o curso de Direito em Belo Horizonte para ser aluno da primeira turma de agronomia da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), que se tornaria a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Após concluir os estudos em 1931, conseguiu uma bolsa de estudos nos Estados Unidos para estudar genética de alimentos com o pesquisador E. W. Lindstrom, que, naquela época, desenvolvia as primeiras espécies de milho comercial dos EUA. Tornou-se professor de agronomia da UFV e desenvolveu a primeira semente de milho adaptadas ao clima tropical. Foi reitor da UFV de 1947 a 1951.</p> <p>Representante, no Conselho da Agroceres</p> <p>Fonte: <http://www.personagens.ufv.br/?area=antonioSecundino http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2011/01/10/interna_ciencia_saude,231596/antonio-secundino-levou-o-brasil-a-ser-maior-plantador-de-milho-do-mundo.shtml http://www.tdnet.com.br/vicosa/Secundino.htm> acesso em 10 dez. 2015</p>
1977		<p>Todos anteriores, exceto: Paulo Afonso Romano José Cassiano José Arlindo</p> <p>Antônio Ferreira Alvares da Silva</p>	<p>Dados não encontrados Representante da CNA</p>

Fonte principal: EMBRATER, 1975^a, 1976b, 1977b

A composição do conselho é curiosa e apresenta a organicidade do Estado ampliado. O quadro acima revela representantes de diversos setores da sociedade civil, inclusive dos trabalhadores da Agricultura representados por Francisco Urbano de Araújo Filho, da CONTAG que foi membro da diretoria da confederação desde 1971 (Ramos, op. cit., p. 248). Contudo, na diretoria predominavam membros ligados diretamente às entidades do patronato rural – José Cassiano Gomes dos R. Junior, Antônio Secundino de São José e Antônio Ferreira da Silva – enquanto que a representação dos movimentos sociais no campo ficava restringida ao diretor da CONTAG, além da representação da área acadêmica com José Pastore, economista de carreira acadêmica consolidada no Brasil, formação nos Estados Unidos e certo prestígio internacional.

Quanto ao presidente da COMPATER, Paulo Afonso Romano, poucos dados estão disponíveis sobre sua trajetória política. Sabemos que ele era mineiro, formado em engenharia agrônoma pela Universidade Federal de Viçosa e que exerceu o cargo de secretário de Agricultura em Minas Gerais, se tornando consultor permanente⁷¹. Ao mesmo tempo em que era presidente da comissão Romano era ministro interino do então titular da pasta de agricultura Alysson Paulinelli. Como vimos acima, Paulinelli era ligado à SNA. Assim, a composição da diretoria da COMPATER bem como sua presidência revelam a influência da representação patronal rural na condução das políticas agrícolas no período do II PND considerando que esse órgão visava a elaboração das principais diretrizes a serem seguidas tanto pela EMBRAPA quanto pela EMBRATER.

2.4 – Mensurando a extensão rural no Brasil

Ter a exata dimensão do alcance dos programas de extensão rural no Brasil é complicado por diversos fatores. O principal deles centra-se na questão da dificuldade de mensuração da população rural nas variadas formas de relação com a terra e a propriedade. Tentaremos a seguir cruzar alguns dados dos censos agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) das décadas de 1970 e 1980 bem como as estatísticas produzidas pela própria EMBRATER. Queremos com isso entender quatro questões principais: 1) perceber a dimensão do SIBRATER no Brasil; 2) acompanhar a evolução da

⁷¹Disponível em <<http://agricultura.mg.gov.br/politica-de-privacidade/page/36-curriculo-paulo-afonso-romano>>, acesso em 25 de jun. 2014.

concentração fundiária; 3) perceber quais regiões foram mais privilegiadas; 4) confirmar, ou refutar a hipótese de que a extensão rural contribuiu para a concentração fundiária.

O anuário Estatístico do Brasil apresenta algumas estatísticas sobre a assistência técnica e a extensão rural na década de 1970. Apresentamos abaixo duas tabelas que representam a dimensão da estrutura do extensionismo nos estados do país de 1971 a 1981:

Tabela 4: Escritórios Municipais abrangidos pelos Serviços de Extensão Rural por Unidades da Federação (1971-1981)

Unidades da Federação	Municípios abrangidos										
	1971	1972	1973	1974	1975*	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Rondônia	2	2	2	2	2	2	6	7	7	7	7
Acre	7	7	7	7	6	9	12	12	12	12	12
Amazonas	20	20	28	34	34	37	37	38	38	37	40
Roraima	-	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Pará	18	34	41	44	59	61	67	65	68	68	78
Amapá	-	-	-	1	4	5	5	5	5	5	5
Maranhão	52	98	106	103	120	129	117	115	123	121	119
Piauí	31	38	42	44	72	92	104	114	114	114	114
Ceará	95	110	100	104	122	134	139	140	141	141	141
Rio G. do Norte	85	88	100	101	93	128	128	119	122	139	139
Paraíba	132	149	159	141	140	140	158	165	171	171	168
Pernambuco	81	107	98	98	84	92	124	146	146	146	146
Alagoas	39	36	48	43	46	56	50	74	75	84	93
Sergipe	48	52	67	67	74	74	74	74	74	74	74
Bahia	91	105	160	160	253	262	262	259	271	270	270
Minas Gerais	505	552	610	670	670	686	714	686	686	577	597
Espírito Santo	53	53	53	53	53	53	52	53	54	53	53
Rio de Janeiro	52	53	54	54	54	61	62	64	64	61	64
Paraná	129	121	191	192	198	232	272	290	290	290	298
Santa Catarina	150	151	150	151	165	192	195	197	195	195	197
Rio Grande do Sul	94	94	94	92	96	110	124	167	170	157	177
Mato Grosso	55	47	61	76	75	89	91	91	56	50	55
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	38	55	60
Goiás	93	98	107	87	131	202	202	202	202	204	193
Distrito Federal	8	7	14	14	-	-	-	-	1	1	1
São Paulo	-	-	-	-	573	-	-	-	-	-	-
BRASIL	1.840	2.022	2.294	2.340	3.126	2.848	2.997	3.086	3.125	3.034	3.103

Fonte: *Anuário Estatístico do Brasil de 1974*, vol. 35. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.
Anuário Estatístico do Brasil de 1976, vol. 37. Rio de Janeiro, IBGE, 1976.
Anuário Estatístico do Brasil de 1979, vol. 40. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
Anuário Estatístico do Brasil de 1982, vol. 43. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.

Tabela 5: Municípios abrangidos pelos Serviços de Extensão Rural (1971-1981)

Unidades da Federação	Escritórios Municipais										
	1971	1972	1973	1974	1975*	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Rondônia	2	4	4	4	8	11	11	12	11	12	12
Acre	9	7	8	8	7	10	14	15	16	12	24
Amazonas	10	13	15	17	21	24	26	26	22	20	25
Roraima	-	-	-	2	6	7	8	9	12	10	13
Pará	18	24	45	66	94	95	62	68	64	68	65
Amapá				2	6	7	8	8	7	9	10
Maranhão	42	63	63	63	66	95	62	68	64	101	98
Piauí	28	38	34	38	52	7	8	8	7	83	90
Ceará	80	86	83	83	86	72	74	80	86	102	121
Rio G. do Norte	42	60	52	53	52	63	68	76	78	88	88
Paraíba	48	49	55	55	55	62	66	66	67	127	131
Pernambuco	58	58	63	62	66	71	89	109	122	133	133
Alagoas	20	22	26	24	24	26	22	38	40	59	56
Sergipe	20	26	27	27	29	38	38	38	36	33	36
Bahia	28	32	35	55	76	108	119	130	132	140	179
Minas Gerais	225	256	285	291	291	298	300	302	300	322	345
Espírito Santo	48	47	46	46	44	44	45	46	47	49	51
Rio de Janeiro	50	50	50	50	50	52	53	62	64	58	58
Paraná	69	71	120	123	133	159	164	202	221	239	245
Santa Catarina	136	138	136	141	159	180	184	188	191	191	192
Rio Grande do Sul	94	94	94	92	96	96	96	141	156	157	177
Mato Grosso	33	33	34	39	45	52	56	65	35	54	48
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	34	40	48
Goiás	62	65	81	81	99	112	112	112	112	112	113
Distrito Federal	8	11	18	18	-	-	-	-	11	12	13
São Paulo	-	-	-	-	423	-	-	-	-	-	-
BRASIL	1.130	1.247	1.398	1.440	1.987	1.787	1.817	2.013	2.086	2.231	2.371

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil de 1974, vol. 35. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

Anuário Estatístico do Brasil de 1976, vol. 37. Rio de Janeiro, IBGE, 1976.

Anuário Estatístico do Brasil de 1979, vol. 40. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

Anuário Estatístico do Brasil de 1982, vol. 43. Rio de Janeiro, IBGE, 1982.

A distribuição do organograma da EMBRATER se manteve semelhante ao da ABCAR: o Escritório Nacional comandava Escritórios Estaduais que gerenciavam os escritórios regionais distribuídos pelo estado que, por sua vez, supervisionava escritórios locais sediados nos municípios ver (anexo 1). Um escritório local ou regional poderia atender a mais de um município ou região, contudo, a pesquisa não encontrou escritórios interestaduais, o que leva a crer na inexistência destes. Nas tabelas 4 e 5 vemos a distribuição, entre 1971 e 1981, dos escritórios locais das empresas em cada estado do Brasil, bem como o número de municípios atendidos por tais escritórios. A EMBRATER foi inaugurada em 1974, portanto, de 1971 a 1974 os dados das Quadros referem-se ao período do extensionismo ainda coordenado pela ABCAR.

Mantivemos os dados de toda a década de 1970, pois assim é possível visualizar a transição de uma entidade para outra. As partes coloridas correspondem a seguinte classificação: aquelas em “verde” correspondem aos cinco estados com maior número de escritórios locais (Tabela 4) e de municípios abrangidos (Tabela 5) – que denominamos de +5. As áreas pintadas de “vermelho” indicam os cinco estados com menor número de escritórios locais (Tabela 4) e de municípios atendidos pelo extensionismo (Tabela 5) – intitulado de -5. A classificação em ambas as Quadros somente aplicada nos estados que possuíam dados completos para todo o período delimitado. Dessa forma, Roraima, Acre, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal foram excluídos da classificação estabelecida. O anuário estatístico do Brasil de 1976 foi o único que contabilizou os dados de São Paulo nos quadros da assistência técnica, colhendo informações na Coordenadoria de Assistência Técnica e Informações (CATI) vinculada à Secretaria de Agricultura de São Paulo. Assim, destaco que o extensionismo praticado nesse estado não se vinculava à EMBRATER nem a sua antecessora e, portanto, também foi excluído da classificação.

A primeira observação a ser feita da análise das tabelas é o crescimento constante do número de escritórios (Tabela 4) e de municípios atendidos (Tabela 5). Na linha “Brasil” é possível perceber tais aumentos, salvo apenas um decréscimo no intervalo entre 1979 e 1980 na Tabela 5. O crescimento geral de escritórios locais foi da ordem de 52,3%, enquanto o crescimento de municípios atendidos ficou em 40,7%. Contudo, uma análise mais detalhada das tabelas torna possível perceber o constante crescimento na dimensão da extensão rural nos estados. Em outras palavras, o extensionismo cresceu onde já era grande, isto é, proporcionalmente, em todas as unidades da federação. Essa análise corrobora para pensarmos que não houve mudanças significativas em relação a estrutura da extensão rural desde o período da ABCAR. Onde o extensionismo era mais presente continuou mais presente, onde era menos, continuou escasso.

Se analisamos a classificação dos cinco estados com o maior número de escritórios locais e de municípios abrangidos (+5) com os cinco estados menos contemplados com escritórios e municípios assistidos (-5), Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina aparecem na Tabela 4 e na Tabela 5, em toda década de 1970, no topo da classificação. Em contrapartida, Rondônia e Acre surgem em último lugar, como piores índices tanto em número de escritórios, quanto na quantidade de municípios atendidos, em igual período.

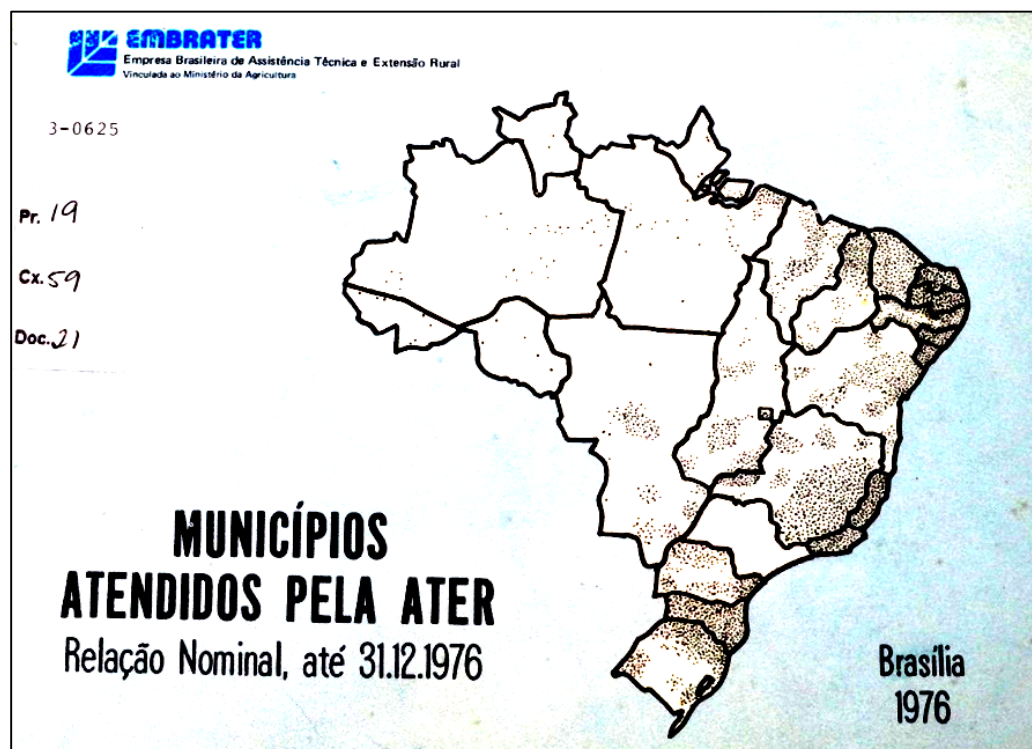
As oscilações dessa classificação em alguns estados são sutis, mas também devem ser consideradas. A primeira delas é o Ceará que aparece somente no período 1971-74 entre os

(+5), na Tabela 4 e entre os anos 1971-72 na Tabela 5, ou seja, somente na gestão da ABCAR. A Paraíba, apesar de não se configurar em nenhum momento como um estado com maior número de escritórios (Tabela 4), durante 1971-75, ou seja, somente no período da ABCAR, manteve-se como um dos que contou com mais municípios assistidos (Tabela 5). No período da EMBRATER esses estados do Nordeste apresentam um decréscimo dos dados apresentados em ambas as tabelas, exceto a Bahia que passou a constar dentre os (+5), nas duas tabelas. Após 1975 vemos o estado de Goiás inserir-se entre os (+5), o que pode representar a assistência técnica voltando-se para a expansão da fronteira agrícola então em curso no Centro-Oeste. Nesse período o número de pesquisas agropecuárias voltadas para o cultivo no cerrado também foi grande e contribuiu para o crescimento da produtividade agrícola na região, sobretudo de soja.

Em resumo podemos afirmar que: 1) a região Sul foi a mais assistida pela extensão rural; 2) a região Norte foi a menos assistida pela extensão rural e 3) Minas Gerais foi o estado incomparável em números absolutos de escritórios e municípios assistidos pelo extensionismo.

A título de melhor visualização das tabelas, reproduzimos abaixo o mapa de 1976 que apresenta através de “pontos pretos” a localização dos escritórios no território brasileiro.

Figura 8: Mapa do Brasil com a distribuição dos escritórios locais do SIBRATER (1976)



Fonte: EMBRATER. *Municípios atendidos pela ATER*. Brasília, Embrater, 1976c, capa.

Uma análise final das tabelas indica que o público alvo do extensionismo continuava a ser o dos **proprietários**. Infelizmente, pela análise quantitativa e pelos dados disponíveis não é possível verificar o tamanho das propriedades e também os dados disponíveis sobre o número de produtores é impreciso, pois ora eram classificados como “famílias rurais”, ora como “produtores rurais”, ora somente como “agricultores”. Os únicos dados encontrados que permitiram verificar uma dimensão do tamanho da propriedade seriam as tabelas destacadas nos anexos 5 e 6 para os anos de 1976 a 1979. Neles é possível verificar os dados absolutos e relativos dos chamados “beneficiários” do extensionismo classificados por “renda”. O período abarca somente o período EMBRATER e decidimos mantê-lo como uma amostra.

Há o predomínio do atendimento das ações do SIBRATER para os produtores denominados como “produtores de alta e média renda” em todo o período. Uma análise por região revela que em termos absolutos ocorre uma variação grande entre 1976 e 1979 das regiões onde houve o maior número de assistidos de média e alta renda. O mesmo caso não se repete em relação aos beneficiários de baixa renda; a região Sul teve o maior predomínio em todo o período.

Em todas as regiões houve o crescimento do número de beneficiários de alta e média renda, exceto no Sul. Esse comportamento é semelhante para os produtores de baixa renda. Em termos absolutos, contudo, verifica-se o aumento dos beneficiários de média e alta renda enquanto que o número dos de baixa renda decresce.

Há ainda a classificação do atendimento para as “cooperativas”. Os dados apresentados mostram o predomínio do atendimento à cooperativas na região Sudeste e Nordeste, seguidas da região Sul. Contudo, os dados não distinguem as cooperativas empresariais das pequenas cooperativas de produção, crédito e serviços, o que dificulta uma real mensuração, pois o auxílio a uma cooperativa como a Cotrujuí no Sul é totalmente diferente da assistência há uma cooperativas de pequenos produtores no Nordeste, ou no Norte de caráter não empresarial. De qualquer forma, os dados do anexo 6 mostram que o Sul é a única região do país onde as cooperativas aumentaram na coluna beneficiários em relação aos demais.

Por fim, tentando estabelecer um vislumbre do tamanho médio da propriedade dos produtores assistidos pelo extensionismo trouxemos abaixo os dados referentes a área média e mediana, em hectares, nas décadas de 1970 e 1980:

Tabela6: Área média e mediana (em hectares) por estabelecimento agrícola (1970-1980)

Unidades da Federação	Área média (ha)			Área mediana (ha)		
	1970	1975	1980	1970	1975	1980
Rondônia	230,4	121,0	108,0	109,2	100,3	72,1
Acre	178,4	172,5	149,4	114,9	109,2	100,4
Paraná	26,4	32,7	36,1	9,3	10,1	10,8
Santa Catarina	33,9	33,3	34,6	15,2	14,4	14,0

Fonte: Hoffmann e Ney, 2010.

Constam na tabela 6 apenas os estados que apresentavam os extremos durante todo o período nas tabelas 4 e 5. A área média dos estabelecimentos rurais⁷², em hectares, em Rondônia e no Acre é quase seis vezes superior à área média do Paraná e Santa Catarina, em 1970, se mantendo a discrepância nos demais períodos, apesar de uma diminuição desse percentual, sobretudo pelo decréscimo da área média dos estados do Norte do país. Comparando as áreas medianas nesse mesmo período, percebemos a predominância da grande propriedade (mais de 100 ha) nos estados do Norte e da pequena propriedade (menos de 15 ha) na região Sul. Dessa forma, nos estados onde a presença do extensionismo é maior os estabelecimentos rurais são bem menores do que nos estados onde tal presença é quase inexistente.

Por fim deve-se esclarecer que é recorrente na documentação a questão da EMBRATER como coordenadora da “extensão rural privada”. A promulgação da lei que criou a empresa foi de 1974, contudo, observa-se que apenas em 1976 ocorreu uma consolidação das normas e diretrizes da EMBRATER. É nesse ano que foi publicada a Deliberação nº 002 de janeiro de 1976 intitulada *Normas e credenciamento de empresas privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica*. A documentação definia como “assistência técnica” entidades que exercessem o planejamento e orientação técnica e gerencial, “a nível de empresa rural”, compreendendo atividades de difusão de conhecimentos científicos de natureza técnica, econômica e social (EMBRATER, 1976d, p. 3).

Dessa forma, se tornavam elegíveis:

⁷² A tabela original faz a distinção dos tipos de produtor – proprietários, arrendatários, parceiros, ocupantes e outros – contudo, a título de limitação de páginas do referido relatório e para não ficar confusa a leitura da Tabela 3 optamos por incluir somente o total das regiões. Para uma visualização completa das tabelas nos estados ver Hoffmann e Ney, 2010.

Empresas privadas – pessoa jurídica – especializada na prestação de serviços de assistência técnica;

a) Órgão associativo de produtores rurais, com unidade especializada de assistência técnica;

b) Fundação, com unidades especializadas de assistência técnica. (Idem)

Todavia, essas entidades não poderiam “[...] *exercer atividade relacionadas com a produção e venda de insumos; comercialização, beneficiamento, armazenagem e industrialização de produtos agropecuários; bem como de mecanização rural*” (Idem, p. 4). Isso quer dizer que uma empresa de extensão rural privada não poderia ser dona, ou ser representante de qualquer produto específico. Além disso, deveria ser obrigação ter um técnico de nível superior na entidade na área de ciências agrárias⁷³. Abaixo podemos conferir o quadro das empresas privadas, órgãos associativos – que eram constituídos predominantemente por cooperativas – e técnicos em agronomia autônomos credenciados na EMBRATER.

⁷³ Em 1978 ocorre a aprovação de uma nova deliberação sobre as normas de credenciamento de empresas de extensão rural privadas, contudo não há nenhuma alteração significativa em relação à deliberação de 1976. (EMBRATER, 1978c).

Quadro 6: Dados operacionais das empresas de órgãos privados de assistência técnica credenciadas pela EMBRATER (1978)

Unidades da Federação	CATEGORIA			TÉCNICOS			UNIDADES EXECUTORAS	PROJETOS ELABORADOS		BENEFICIÁRIOS	
	Empresa (nº)	Órgãos Associativo (nº)	Fundação (nº)	Credenciados (nº)	Consultores (nº)	Próprios (nº)		Nº	Cr\$ 1.000,00	Orientação Técnica (nº)	Fiscalização (nº)
NORTE	13	-	-	13	18	35	5	185	203.460	1.288	139
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	1	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-
Amazonas	1	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	11	-	-	13	15	29	5	185	203.460	1.288	139
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORDESTE	61	-	-	71	113	223	46	754	477.549	1.072	322
Maranhão	4	-	-	12	8	14	1	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	8	-	-	24	21	48	7	4	1.720	27	3
Rio G. do Norte	1	-	-	2	-	2	2	10	4.283	5	5
Paraíba	3	-	-	2	1	5	3	73	38.353	70	37
Pernambuco	4	-	-	3	7	11	2	56	32.481	14	-
Alagoas	1	-	-	4	8	15	-	396	251.217	361	-
Sergipe	2	-	-	5	2	3	-	-	-	-	-
Bahia	38	-	-	19	56	125	31	215	149.495	595	277
SUDESTE	149	11	1	309	388	1.085	153	16.577	3.702.312	9.594	15.713
Minas Gerais	53	3	-	29	128	280	54	2.001	851.963	5.236	1.001
Espírito Santo	7	-	-	15	12	39	1	1.166	326.882	574	176
Rio de Janeiro	8	1	1	9	31	143	4	1.270	602.274	1.534	82
São Paulo	81	7	-	246	217	623	94	12.140	2.021.195	2.250	14.454
SUL	144	77	-	196	240	1.060	67	20.601	3.367.837	26.876	16.160
Paraná	57	14	-	74	104	367	19	11.610	1.909.968	12.319	7.894
Santa Catarina	18	7	-	14	31	134	7	1.377	487.351	3.546	1.140
Rio G. Sul	69	56	-	108	105	359	41	7.614	970.518	11.011	7.126
CENTRO OESTE	74	5	1	66	58	336	20	5.573	3.182.908	9.155	2.841
Mato Grosso	29	2	-	36	22	114	13	3.222	2.158.157	4.606	2.245
Goias	37	3	-	19	15	142	5	2.336	1.020.438	4.466	564
Distrito Federal	8	-	1	11	21	80	2	15	4.313	83	12
BRASIL	441	93	2	655	817	2.739	292	43.690	10.934.066	47.985	35.175

Apesar do quadro acima apresentar apenas o ano de 1978, acreditamos ser ilustrativo da abrangência da extensão rural privada no Brasil. Antes da análise em si devemos destacar que os dados sobre a região de São Paulo, apesar de ser um estado do qual não havia atividade de extensão rural ligada diretamente à EMBRATER, entendemos que as empresas privadas, órgãos associativos e profissionais autônomos estavam credenciados na EMBRATER e, portanto, foram mantidos na contabilidade. A primeira questão a ser destacada é o predomínio, tal como a distribuição espacial das empresas e escritórios estaduais públicos, na região Sudeste e Sul do país, seja de empresas, seja de liberais autônomos. Contudo, na coluna de “crédito” – contabilizado em Cr\$ 1.000, 00 – vemos que a região Centro-Oeste se destaca acima das demais, concentrando o montante de mais de três bilhões de Cruzeiros, com uma diferença pequena da segunda região com maior volume de crédito rural, a região Sul. Portanto, podemos confirmar que o extensionismo rural privado era destinado aos médios e grandes produtores bem como também se concentravam nas regiões de maior produtividade agrícola, inclusive o Centro-Oeste que, em comparação com as ações da extensão rural públicas eram muito menos proíficas, sobretudo no período da EMBRATER.

Ocorria ainda, mesmo que não legalmente falando, a assistência técnica oferecida pelas empresas de produtos agropecuários de insumos agrícolas. A ilustração abaixo foi encontrada em alguns periódicos das entidades patronais como *A Lavoura* e o *Jornal do Cooperativismo* ao longo das décadas de 1970 e 1980.

Figura 9: Propaganda de extensionista rural de empresa de insumos agrícolas



Embaixo deste boné você encontra o técnico da Ciba-Geigy.

Quando você precisa um homem da Ciba-Geigy em sua fazenda, você não está procurando apenas um vendedor. Ele é muito mais do que isso. É um técnico que recebe treinamento especializado para a região em que irá trabalhar. Tem a região, ele conhece tudo: tipo de solo, clima, cultura, pragas, doenças, ervas daninhas, etc.

E há sempre o melhor produto, com a dose da maior linha de defensivos agrícolas e produtos veterinários no Brasil. Porque a Ciba-Geigy possui mais de 80 produtos agrícolas, e cada produto está sempre sendo desenvolvido de acordo com as pesquisas e experiências.

Por isso, quando ele vier visitá-lo, aproveite: você estará falando com um especialista no assunto.

A Ciba-Geigy mantém 200 engenharias, agrônomos e médicos veterinários trabalhando para você no campo. Faça perguntas. Sua assistência técnica é gratuita.



CIBA-GEIGY
LABORATÓRIOS DE AGROFARMACIA

Fonte: Jornal do Cooperativismo, abr. 1982, p. 11

O texto da propaganda faz alusão ao “técnico da Ciba-Geisy” não como um mero vendedor de insumos agrícolas, mas como um profissional capacitado, treinado para desempenhar o papel de um extensionista. O texto reforça o caráter do conhecimento do técnico da região, mostrando a preocupação com a especificidade de cada lugar, passando a imagem do desenvolvimento tecnológico personalizado para cada região. Por fim, a propaganda afirma a gratuidade da assistência técnica do técnico privado revelando o extensionismo rural privado como uma verdadeira vitrine especializada dos produtos da empresa.

Assim, podemos concluir que as dimensões do SIBRATER no Brasil eram significativas e cresceram constantemente ao longo das décadas de 1970-80, apesar de não ter ocorrido nenhuma modificação na proporção entre as regiões comparado com as décadas anteriores. A concentração fundiária foi favorecida pela extensão rural que atendia proprietários, em sua maioria, principalmente grandes produtores. Se tomarmos a literatura especializada e as estatísticas que afirmam que no Brasil o número de pequenos produtores sempre foi superior ao número de grandes produtores e olharmos para o crescimento constante da quantidade de beneficiários de “alta e média renda”, na segunda metade dos anos 70 em relação aos de “baixa renda”, a política de extensão rural claramente privilegiou os grandes e decresceu em ajuda aos pequenos. Isso somente talvez não seja um argumento suficiente para afirmar a relação direta entre extensão rural e concentração fundiária, mas tomando o processo de modernização da agricultura como um todo e a questão da difusão técnica e tecnológica propagada pelo extensionismo, há uma exclusão, ou escamoteamento contínuo, do pequeno produtor em relação ao grande.

2.5 – Do sonho ao pesadelo: fracasso do II PND?

O otimismo gerado pelo governo Geisel através do II PND rapidamente seria minimizado ao longo dos primeiros anos de seu governo. Em 1976, apenas três anos após a divulgação do plano, os programas em desenvolvimento e a estratégia de industrialização descentralizada se tornaram inviáveis, tornando o “sonho” de crescimento econômico acelerado um “pesadelo” para o regime ditatorial. Diversos autores questionam-se do motivo do fracasso das diretrizes do II PND.

Para o economista Carlos Lessa, o II PND foi um sonho fracassado na medida em que o governo Geisel não conseguiu levar adiante seu novo plano de industrialização ao ser barrado politicamente pelos setores da burguesia industrial paulista insatisfeita com seu papel secundário no plano. Além disso, as empresas estatais não tiveram condições de absorver a produção das empresas de bens de capital nacionais quebrando a corrente do desenvolvimento econômico elaborado pelo II PND, uma vez que as essas empresas dependiam da demanda da indústria estatal. Assim Lessa afirma que: “*a prática do autoritarismo, a carga ideológica do positivismo, a euforia e a sensação de onipotência oriundas do milagre levaram o Regime a supor a empresa estatal um instrumento de seu poder*”. (Lessa, op. cit., p 154).

Diferente de Lessa, Antonio Barros de Castro (1979) afirma que o II PND não “fracassou”, mas como visava objetivos de longo prazo não pode concretizar-se como planejado, pois perdeu continuidade diante de uma série de fatores políticos. Guido Mantega, concordando com Castro, enfatiza que o II PND não agravou a dívida externa e, pelo contrário, ajudou o país a reduzir a vulnerabilidade da balança de pagamentos diminuindo a dependência de importação de matérias primas e alguns bens de capital (Mantega e Moraes, op. cit.).

Seja como for, o fato é que as principais entidades do patronato rural passaram a criticar o governo Geisel de ter privilegiado a industrialização ao invés da agricultura, sendo esse um dos fatores de seu insucesso. Mendonça adverte que a SRB voltaria a circular, em 1978, sua publicação oficial como “voz ativa” em face do possível suicídio da agricultura diante do corte de subsídios e da extinção do SNCR nesse mesmo ano (Mendonça, 2010d, p. 86-149).

É nesse mesmo ano que ocorreu as mudanças nos cálculos dos juros do crédito rural causando o aumento significativo dos custos dos empréstimos, pondo um fim do subsídio repassado aos produtores rurais através de juros negativos. A SNA publicaria em sua revista, *A Lavoura*, citando o próprio Ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, insatisfeito com a medida do Ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen em relação a modificação dos juros do crédito rural: “*Se todo agricultor vendesse suas terras e fosse especular no mercado financeiro ganharia mais dinheiro do que com a atividade agrícola*” (*A Lavoura*, mai./jun., 1978, p. 14).

Nota-se que a SNA não culpava diretamente o seu Ministro da Agricultura, mas direcionava suas críticas a Simonsen a frente da pasta da Fazenda:

O comando da agricultura saiu da mão dos técnicos do Ministério da Agricultura, onde há pessoal competente, treinado, conhecedor dos problemas agrícolas, para a decisão de leigos do Ministério da Fazenda. Gostaria de ver, a fazer valer tal procedimentos, os resultados da entrega do comando do Ministério da Educação ao Ministério dos Transportes, ou vice-versa, do comando do Ministério da Aeronáutica ao Ministério da Saúde... (*A Lavoura*, jul./ago., 1978, p. 6)

Assim, o crédito para investimentos que custeava a compra de insumos agrícolas e maquinaria, estava escasso inclusive para àqueles que detinham maior capital, os médios e grandes produtores e, portanto, quase nulo para os pequenos. Isso dificultaria a ação extensionista junto aos pequenos produtores sendo um duro golpe e condenando a tempos difíceis para o extensionismo no meio rural na década de 1980. O então presidente da EMBRATER, Renato Simplício Lopes, advertiu que o crédito rural não chegava aos pequenos produtores que produziam alimentos:

Além disso, eles [pequenos produtores] se tornaram as principais vítimas da política anti-inflacionária de controle dos preços de gêneros alimentícios, apesar de serem responsáveis pela produção, no País, de 78,6% do total da mandioca, 73,4% do feijão e do arroz em casca, 64,4% do milho e 58,3% do algodão em caroço. As informações são do presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), Renato Simplício Lopes, em conferência para o plenário do XI Congresso Interamericano de Nutrição. (*O Estado de São Paulo*, 31/08/1978, p. 16).

É nesse momento que vemos que a EMBRATER que detinha um papel principal passar por períodos de turbulência, pois estava intimamente ligada ao crédito rural. Assim, o rompimento do tripé crédito rural contribuiu para o esmorecimento do extensionismo.

Não era somente o patronato rural que se encontrava insatisfeito com os rumos da política do regime militar. O *Manifesto dos Oito*⁷⁴, como ficou conhecido, marcou uma importante insatisfação do empresariado brasileiro, sobretudo ligado ao setor de bens de produção, consternados com o rumo das ações tomadas no plano econômico e político. Álvaro Bianchi afirma que esse manifesto, não pode ser considerado como uma ruptura desse setor da burguesia brasileira com o regime ditatorial, pois “*o ano de 1978 é todo ocupado pelas articulações para a sucessão do general Ernesto Geisel e as incertezas da política de ‘abertura’, por um lado, e por outro, pela súbita retomada do movimento grevista*” (Bianchi, 2001, p. 46). Contudo, a relação estabelecida entre um

⁷⁴ O manifesto assinado pelos oito maiores empresários brasileiros – Cláudio Bardella, ex-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base (Abdib), Severo Gomes, diretor-presidente do grupo Parayva e ex-ministro da Indústria e Comércio, José Midlin, diretor da Federação de Indústria de São Paulo (FIESP), Antônio Ermínio de Moraes, diretor-presidente do grupo Votorantim, Paulo Villares, ex-presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia, Paulo Velinho, vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Laerte Setúbal Filho, diretor-presidente do Grupo Duratex e Jorge Gerdau Johanpeter, diretor do Grupo Gerdau.

regime democrático liberal era mais conveniente para absorver os conflitos de classe que nesse momento estavam “subindo pelas paredes”⁷⁵, segundo constava no manifesto.

Nesse período veremos a EMBRATER procurar, através de seu corpo técnico – os extensionistas – se aproximar dos movimentos sociais rurais para legitimar sua ação junto aos pequenos produtores como uma estratégia fundamental para a implantação da reforma agrária proposta no primeiro governo civil através do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) em 1985. Bianchi aponta o trecho destacado à súbita greve nos anos 80. Essa insurreição não se limitou ao trabalhadores urbanos, no campo os trabalhadores rurais também se organizaram e passaram a reivindicar à reforma agrária inaugurando uma nova fase na correlação de forças no Brasil. 2.6 – A procura do inalcançável: humor (negro) diante da luta de classes no campo

Figura 10: Seção Humor da Revista da OCB



⁷⁵ Vale lembrar ainda que esse grupo que assinou o *Manifesto dos oito* assumiram, em 1979, a direção da FIESP, que nesse momento era o principal aparelho privado de hegemonia da burguesia industrial brasileira/paulista. (Bianchi, 2001, p. 47).

Fonte: RNC, São Paulo: set./out., 1979

Esta tirinha encontra-se na RNC da OCB do final do ano de 1979. O suposto “humor” dessa história estaria contido em torno da “crise” estabelecida após o insucesso do II PND e do período de desaceleração da economia brasileira no qual impedia o desenvolvimento das forças produtivas e do próprio consumo de todas os segmentos de classe. Assim, “andar de jumento” era o melhor do que ter um automóvel, em 1979 – para a frustração do “menino pobre”. Contudo, a leitura dessa tirinha dentro de uma revista da principal entidade do cooperativismo brasileiro em plena fase de ascensão da dominação do patronato rural nos apresenta muito mais do que uma visão da crise do capitalismo. A frustração e angústia do “inalcançável” sucesso do “jovem muito pobre” – representado caricaturalmente como feio, magro, com barriga inchada chamado de Zé – cercado de “amigos ricos” pode ser lido como uma metáfora da *violência simbólica* (Bourdieu, 2007) contida no projeto extensionista, no geral, e no projeto cooperativista, em particular.

Temos clareza que existem infinitas leituras possíveis, mas a publicação de tal “humor” numa revista de um aparelho privado de hegemonia da classe dominante é muito significativo e nos força a relacionar tal história com o projeto político, afinal toda cultura e, conseqüentemente sua expressão, é política (Gramsci, 2011b).

Uma das leituras possíveis seria a descrição do menino descrito como “muito pobre, fraco, infeliz mesmo” personificar os setores subalternos do campo, cercado dos grandes produtores apresentados como “amigos ricos e com brinquedos novos”. A relação de suposta amizade entre eles pode ser descrita como baseada na hierarquia e no escárnio, uma vez que seus amigos ricos sempre que podiam exibiam seus “brinquedos novos” para “curtir com a cara dele”.

O mais impactante, contudo, é a surpreendente postura do menino pobre diante dessa relação, pois não há qualquer representação de “revolta”, tampouco quebra dessa relação baseada na inferioridade e no desprezo. Pelo contrário, o jovem pobre a todo custo de sua força de trabalho tenta alcançar seus amigos ricos adquirindo produtos semelhantes, entretanto, inferiores. Aqui nos é apresentado o anseio da classe dominante diante dos setores dominados: a assimilação dos valores capitalistas e sua incessante busca de superar sua condição de inferioridade por meio de “todo esforço”, insistentemente tentando acompanhar a evolução dos seus amigos dito “superiores”. A ignorância do personagem “Zé” em não saber que contexto ele vive é retratada no penúltimo quadrinho quando finalmente consegue exibir um carro similar ao seu amigo

rico e é surpreendido pelo “atraso” com que alcançou tal empreendimento, pois sua façanha estava deslocada diante da crise, assim, “andar de jumento” era melhor. Aqui a face da violência simbólica torna-se mais visível, pois todo o esforço revelava-se inútil diante da condição e posição de classe marginalizada e subalterna que se encontra o jovem pobre. Assim, o choro incontrolável do “Zé” no último quadrinho representar o real posicionamento das classes rurais subalternas no Brasil? Ou, talvez, o conformismo diante de tal condição seja apenas o anseio das classes dominante agroindustriais?

CAPÍTULO 3: *INTERMEZZO*: PENSANDO OS EXTENSIONISTAS COMO INTELLECTUAIS ORGÂNICOS

3.1 – *Für ewig*

A EMBRATER inaugurou algumas rupturas com a sua antecessora. A mais expressiva delas foi o fato de a empresa passar a coordenar e fiscalizar a extensão rural privada, cadastrando empresas, cooperativas e extensionistas autônomos que podiam exercer assistência técnica e extensão rural⁷⁶, sobretudo para os grandes produtores que podiam arcar com esse tipo de despesa. Contudo, antes de avançarmos nas mudanças após o esgotamento do II PND, gostaríamos de concentrar esforços para estabelecer uma análise crítica em alguns pontos de continuidades que se seguiram na trajetória do extensionismo rural. Isso não quer dizer que essa trajetória seja homogênea. Pelo contrário, diversas rupturas e ressignificações ocorreram, todavia, há uma história da extensão rural do Brasil construída por elementos comuns que se perpetuaram nos diferentes momentos históricos, às vezes, evocados pela documentação dos aparelhos de Estado que conduzem o extensionismo até os dias atuais estabelecendo o que chamaremos de *filosofia extensionista*.

O desafio de trabalhar com o pensamento de Gramsci – e talvez de qualquer autor – concentra-se em não fazer uma “expropriação” de trechos e temas pinçados em sua obra para dar conta de atender aos “meus” interesses e ideias, mas tentar estabelecer uma interpretação baseada em questões que o marxista sardo desenvolveu em seus escritos, tendo o cuidado de ver o texto em seu contexto (Germino, 2003, p. 131).

O conceito, de filosofia merece, em si, uma tese. Não é nosso propósito entrar nessa ceara sobre “o que é filosofia?” diante da limitação de nosso conhecimento, bem como da perda do horizonte da temática proposta. Admitimos, portanto, que utilizaremos a noção de filosofia no sentido gramsciano, de uma “visão de mundo” e, portanto, historicamente construída a partir de escolhas provenientes dos conhecimentos e da cultura que cada grupo social tem acesso (Gramsci, 2001).

⁷⁶ Deliberação nº 002 de 12 de janeiro de 1976. *Normas de credenciamento de empresas privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica*. Brasília: Embrater, 1976d.

A filosofia de um grupo social pode ser apreendida pelas expressões culturais manifestas em diversos acontecimentos. Na carta endereçada à Tania Schucht – cunhada de Gramsci e principal interlocutora dele durante seu período carcerário, datada de 19 de março de 1927⁷⁷, Antonio Gramsci revela o sua intenção de fazer algo *für ewig* (para sempre) e esboça os principais temas que tinha interesse de escrever:

Pensei em quatro temas até agora, e já isto é um indicador de que não consigo me concentrar. São eles: 1) uma pesquisa sobre a formação do espírito público na Itália no século passado; em outras palavras, uma pesquisa sobre os intelectuais italianos, suas origens, seus agrupamentos segundo as correntes culturais, seus diversos modos de pensar, etc., etc. [...] 2) um estudo de linguística comparada! Nada menos que isto. [...] 3) um estudo sobre o teatro de Pirandello e sobre a transformação do gosto teatral italiano que Pirandello representou e contribuiu para produzir. [...] 4) um ensaio sobre os romances de folhetim e o gosto popular na literatura. (Gramsci, 2005, p. 128-129)

Em 25 de março de 1929, isto é, dois anos depois de seu primeiro esboço das temáticas que queria estudar, Gramsci apresenta uma síntese de outros temas, agora muito mais criteriosa e sucinta do que a anterior. Nota-se que Gramsci estava desde o início preocupado com a questão cultural ao elencar a linguística comparada e a cultura popular com o teatro de Pirandello⁷⁸ e, de maneira gradual, chega a temas mais definidos e voltados para a política:

Decidi me preocupar, predominantemente, e tomar nota sobre os três assuntos seguintes: 1) a história italiana do século XIX, com especial referência à formação e ao desenvolvimento dos grupos intelectuais; 2) A teoria da história e da historiografia; 3) O americanismo e o fordismo. (Idem, p. 329)

Antonio Gramsci se dedicou, no caderno número 11, intitulado *Introdução ao estudo da filosofia*, ao debate sobre a relação desta com correntes do pensamento político, sobretudo com Benedetto Croce. Após o parágrafo nº 12 Gramsci levanta diversos “apontamentos” sobre o estudo da filosofia e da história da cultura. Esse subtítulo não é aleatório, ele registra uma aproximação entre as temáticas: filosofia, história, e cultura, ou história da cultura. O marxista sardo declara que “[...] *todos os*

⁷⁷ É digno de nota que Antonio Gramsci fora preso em 1927, após o fracasso de um atentado à vida de Mussolini que era o *Dulce* da Itália desde 1922. Num primeiro momento logo após a sua prisão todos seus esforços se concentraram a recorrer de seu julgamento e de sua sentença expedida um ano depois, em 4 de junho de 1928 – 20 anos de prisão expedida pelo juiz Enrico Macis. Nesse período, houve ainda diversas trocas de instituições prisionais, debilitando suas condições de saúde já precárias. Soma-se a isso a burocracia colossal que era exigida para que chegar até o prisioneiro o direito de obter livros e revistas e de ter permissão para portar material para escrever. (Vacca, 2014).

⁷⁸ Álvaro Bianchi destaca que Gramsci se ocupou mais da questão da cultura nos escritos antes do cárcere do que especificamente nos Cadernos do Cárcere. Contudo, entendemos que a abordagem de Gramsci sobre a questão cultural entremeada com a questão política – numa espécie de cultura política, sem a noção que está em voga – seja uma abordagem original iniciada nos Cadernos.

homens são 'filósofos' definidos os limites e as características desta 'filosofia espontânea' [...]" (Gramsci, op. cit., p. 93). Gramsci está, nessa passagem, se contrapondo ao seu principal interlocutor – Benedetto Croce – que defendia uma noção de “filosofia do espírito”, aproximada ao que Hegel chamava de filosofia idealista. (Bianchi, 2007). Dessa forma, Antonio Gramsci está tentando mostrar que “todos pensam” e o ato de pensar está contido em uma ação, ação política, não podendo separar filosofia da materialidade da vida.

Generalizar uma categoria para provocar sua relativização e, ao mesmo tempo, sua crítica é comum na elaboração do pensamento de Gramsci. Em diversas passagens dos *Cadernos do Cárcere*, Gramsci afirma que “*tudo é política*” (Coutinho, 2011, p. 108; Germino, op. cit., p. 128), assim como em outros momentos ele diz que “*todos são intelectuais*”. Tais afirmativas não são reducionistas, pelo contrário, elas constituem em afirmações contundentes contra determinados paradigmas instituídos por seus interlocutores que serão desenvolvidos pelo autor na dinâmica do pensamento dialético. Essas premissas totalizantes revelam também o caráter revolucionário do pensamento gramsciano e a centralidade do homem na sua ação política, pois ao colocar o homem como objeto central da política ele está, ao mesmo tempo, convidando-o a sair da inércia na qual ele se encontra lastreada pelo conservadorismo de cientistas políticos em voga no seu tempo. Não podemos perder no horizonte que Gramsci era um “homem de partido”, isto é, um intelectual que não perdia o foco de pensar na ação política, na intervenção política para a construção do momento revolucionário. Assim, o pensamento do marxista sardo revela uma íntima relação entre pensamento e ação dos homens, tomando sempre como horizonte a ação revolucionária⁷⁹.

Era expressivo no pensamento político italiano do início do século XX a *teoria das elites* de Mosca e Pareto. Em poucas palavras, tal tradição no pensamento político

⁷⁹ Para alguns autores a questão da revolução passiva e da guerra de posição ser, para Gramsci de “longa duração” e um dos momentos anteriores ao levante armado – momento da guerra de movimento, ou situação político militar – suscita um reducionismo ao relegar ao pensamento de Gramsci como sendo reformista, chegando até mesmo a negar sua ligação marxista (Leal, 2014, p. 42). Para esses autores limitamos apenas relembrar a biografia de Antonio Gramsci, sobretudo na sua veemente negação a qualquer pedido de “perdão” ao governo fascista de Mussolini que poderia tê-lo colocado em liberdade. Gramsci tinha consciência que esse pedido escondia a vitória do fascismo e era uma admissão que não era mais vinculado ao Partido Comunista Italiano sendo essas condições uma espécie de suicídio político. Assim, ele preferiu assinar sua sentença de morte, pois sabia que sua saúde frágil não aguentaria as condições precárias do cárcere fascista da qual foi submetido por uma década. (Vacca, 2012 e Lepre, 2001). Nesse mesmo diapasão Bianchi afirma que Gramsci é claro em estabelecer o marxismo, ou como ele chamava “a filosofia da *práxis*” como uma filosofia da ação revolucionária. Portanto, Gramsci acreditava que o marxismo era a “filosofia do combate” (Bianchi, 2007, p. 72).

italiano naturalizava a noção de que há *governantes e governados*, isto é, havia um determinado grupo ativo que pensava e executava a política, o poder e, portanto, possuem o direito natural de comandar o Estado restrito enquanto existia uma enorme “homens massa” que eram dirigidos pelo primeiro grupo. Estes seriam naturalmente passivos, presos ao cotidiano que os tornaria conformistas, uma vez que não seriam capazes de ocuparem-se com questões políticas. Nota-se que tal concepção distanciava a política da vida cotidiana e anulava qualquer possibilidade *ativa e espontânea* por parte dos governados na ação política, pois estes não detinham condições de pensar, muito menos de agir. É contra esse tipo de pensamento que Gramsci estava escrevendo. O exercício de pensar “todos” os homens como intelectuais, como filósofos e universalizar a política, pode ser interpretado como o questionamento de tradições do pensamento político que elitizavam o papel da política e da atividade dos homens, excluindo, portanto, a “massa” de trabalhadores urbanos e camponeses italianos, em particular, e europeus, em geral. Essa postura combativa de Gramsci, reunindo teoria e ação, aproxima-se do pensamento marxiano de *totalidade* e da relação entre ação humana e estruturas sociais: “*Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram*” (Marx, 2011, p. 25). As “circunstâncias” descritas por Marx são as condições históricas que estruturam determinadas relações sociais, culturais e ideológicas.

Com efeito, a partir do que Marx propunha, Antonio Gramsci considerava a filosofia e a história numa relação intrínseca: “*Não se pode separar a filosofia da história da filosofia, nem a cultura da história da cultura*” (Gramsci, 2001, p. 94-95). O conceito de filosofia não poderia ser abstrato e ahistórico, pois a visão de mundo de dada sociedade é historicamente, geograficamente, e socialmente determinada, bem como modifica-se conforme o modo de produção da vida é alterado no curso da história, sofrendo influências de toda a vida social. Portanto, a proposta de Gramsci ao refletir sobre o conceito de filosofia de um dado período era buscar a historicidade de uma dada visão de mundo, para não cairmos em certas redundâncias nem mesmo reproduzir acriticamente esta concepção filosófica em um dado momento histórico como se fosse original e singular quando, na verdade, ela é apenas uma (re)produção de determinado período histórico:

Por isso a filosofia de uma época não pode ser nenhum sistema individual ou de tendência: ela é o conjunto de todas as filosofias individuais e de

tendências, mais as opiniões científicas, mais a religião, mais o senso comum. (Idem, p. 128).

Logo, podemos perceber, na citação acima, que sua noção de filosofia não era historicamente estabelecida como também admitia não existir somente um tipo de filosofia, ou uma filosofia hegemônica. Assim, existe mais de uma filosofia formada por costumes, tradições, cultura, folclore, tudo isso unido pelo amálgama de um sentimento subjetivo como a fé que, conduzia, ou melhor, daria o sentido da ação política dos homens e, por isso, ação e pensamento seriam inseparáveis. (Idem, p. 96)

Chegamos a uma encruzilhada que devemos responder: qual seria a relação entre *filosofia e ideologia*? Seria, então, *ideologia* sinônimo de filosofia no pensamento de Gramsci?

O conceito de ideologia⁸⁰, nos escritos marxianos, possui, basicamente, duas principais definições. A primeira delas podemos encontrar em *A Ideologia Alemã*, escrito por Marx e Engels nos anos de 1845-1846 (Marx, 2007). O sentido de ideologia nessa obra é *crítico-negativo*, ou seja, ideologia seria toda construção cultural/intelectual construída por um ideólogo, a qual generaliza um dado momento histórico, tornando seu sentido uma *falsa consciência*. Assim, ideologia não seria uma “mentira”, mas um conhecimento falso, criado a partir de condições específicas de determinada conjuntura, elevado a formas de pensamento universais.

O segundo conceito de ideologia reside no prefácio escrito por Marx em 1859 para seu texto *Contribuição à Crítica da Economia Política* (Marx, 2008). Em seu prefácio, Marx amplia o conceito de ideologia, ao elencar uma série de estruturas superficiais (superestruturas) da base econômica (infraestrutura) que ele chama de “ideologia”.

Quando se considera tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com ajuda das ciências físicas e naturais – e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas **ideológicas** sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim (Idem, p. 48, grifos nossos)

Podemos inferir que Gramsci conhecia o texto acima, mas não teve acesso à obra *A ideologia alemã*, pois esta ficaria inédita até 1932, período que Gramsci já encontrava-se no cárcere. Assim, podemos entender que o pensador italiano, ao tratar do

⁸⁰ Existem diversos estudos que foram importantes para essa discussão sobre ideologia e suas correntes (Chauí, 2008; Mészáros, 2012; Baldi, 2013). Também há uma palestra sobre ideologia e política em Lukács proferida pelo professor José Paulo Netto disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jWCjQVptv7w>, acessado em 20 dez. 2015.

conceito de ideologia no marxismo, teria, entre outras referências, esse prefácio de Marx. Constatamos em diversas passagens nos *Cadernos* a aproximação do conceito de ideologia do autor com o de Marx. Carlos Nelson Coutinho afirma também sobre essa questão que Antonio Gramsci “[...] *busca demonstrar que a distinção entre filosofia e ideologia é apenas de grau, já que ambas são ‘concepções de mundo’*”. (Coutinho, op. cit., p. 123). Para ser mais específico, Coutinho cita ainda a passagem contida no caderno 10 que vale apenas ser reproduzida na íntegra aqui:

Parece-me que Croce não consegue, nem mesmo de seu ponto de vista, manter a distinção essencial em seu modo de pensar e em sua polêmica com a filosofia da práxis. Acredita tratar de uma filosofia e trata de uma ideologia; acredita tratar de uma religião e trata de uma superstição [...] Croce que, depois de ter distinguido filosofia de ideologia, termina confundindo uma ideologia política com uma concepção de mundo, demonstrando na prática que a distinção é impossível, que não se trata de duas categorias, mas de uma mesma categoria histórica, e que a distinção é apenas de grau. É filosofia a concepção do mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma determinada vida prática) de todo um grupo social concebido em movimento e considerado, conseqüentemente, não apenas em seus interesses atuais e imediatos, mas também nos futuros imediatos e restritos. Mas, para as grandes massas da população governada e dirigida, a filosofia ou religião do grupo dirigente e dos seus intelectuais apresenta-se sempre como fanatismo e superstição, como motivo ideológico próprio de uma massa servil. (Gramsci, op. cit., p. 302)

Gramsci, portanto, possui uma noção de ideologia semelhante à noção de *filosofia*. Portanto, não seria errado utilizar essas noções como categorias semelhantes em conteúdo e forma. Para finalizar, lembramos da pedagoga Aparecida Santos, em sua obra sobre a proximidade entre Gramsci e Paulo Freire, que veremos mais adiante, a qual possui um resumo relevante para entendermos a relação entre filosofia e ideologia em Gramsci: “*Gramsci estabelece relação estreita entre filosofia e ideologia, referindo-se àquela como ‘chave-mestra’ desta*” (Santos, 2000, p. 20). Assim, ideologia e filosofia, no sentido gramsciano, possuem uma relação orgânica profunda, não sendo impossível entender o que chamamos de *filosofia extensionista*, como uma *ideologia*. Contudo, diante da teoria marxiana e gramsciana entendemos que a *filosofia extensionista* fazia, na verdade, parte de uma ideologia maior (maior no sentido de abarcar outros pensamentos e ideias), a ideologia do desenvolvimentismo na década de 1950 e da modernização conservadora da agricultura, na década de 1970. Dessa forma, na tentativa de estabelecer uma coerência teórica, ou melhor, uma uniformidade com a questão teórica gramsciana, na qual se insere esta pesquisa e, consciente dos riscos que tal escolha possa acarretar, utilizaremos o termo *filosofia extensionista*, não sendo errado, contudo, entendê-la como uma ideologia extensionista.

Esta longa explanação serve para mostrar nossa tentativa de evitar expor uma visão simplista da extensão rural, ou mesmo de cair no “canto da sereia” da documentação e reproduzir o discurso das fontes, ou ainda generalizar uma ação extensionista em uma década anterior e transpô-la, sem nenhuma crítica, à “década seguinte”. O desafio proposto aqui é tentar entender como foi construída a *filosofia* extensionista, ou seja, historicizar o discurso dessa política agrícola para desmistificá-la e criticá-la, sem perder no horizonte os elementos de continuidade que sustentaram por mais de quatro décadas – e até os dias atuais – suas práticas, bem como seus agentes que reproduzem mais do que produzem uma *filosofia* extensionista autodenominada de apolítica, ou simplesmente técnica, mas que na verdade possui um forte caráter político e, conseqüentemente, de dominação em seu sentido mais amplo: coerção, consenso, exploração e expropriação.

Dois aspectos serão destacados nesse capítulo: o primeiro engloba a questão de o discurso extensionista apresentar-se como ação “educativa” e o segundo centra-se nos agentes sociais dessa política: os extensionistas.

3.2 – Extensionismo e educação rural

A principal caracterização da extensão rural, pelas fontes oficiais, é apresentá-la como uma política **educativa extra escolar, ou complementar**: “*extensão rural é um tipo informal de educação [...] de jovens rurais e outras pessoas que tenham interesse no melhoramento da agricultura e do Lar*” (ABCAR, 1960b, p. 5); “*extensão é educação e educação é comunicação [...]*” (ABCAR, 1964, p. 23 *apud* Gonçalves, 2012, p. 43); “*extensão rural é um processo de educação e capacitação permanente [...]*” (EMBRATER, s.d.b, p. 3); “[...] *um dos meios mais eficazes de difusão de inovações é via processo educativo, onde o produtor rural aprende como fazer, incorporando novos conhecimentos à sua cultura*” (Ribeiro, 2000, p. 7); “*Objetivo do Sistema EMBRATER: melhoria das condições de vida e de trabalho das famílias, grupos e comunidades rurais através de ações educacionais voltadas à elevação da produção, produtividade e renda real líquida das suas atividades econômicas*”. (EMBRATER, 1986d, p. 15).

O extensionista mineiro Eliseu Alves aproxima a noção do extensionismo ao conceito de “fomento” pela questão educativa do contato entre um técnico e o “agricultor” (Alves, 1973, p. 231, grifos do autor). Assim, Alves conclui que: “[...] *não*

vingou a tentativa de caracterização clara dos dois conceitos [extensão rural e fomento] tendo educação – considerada amplamente – como o único critério de análise”. Baseado nessa premissa, Mauro Marcio de Oliveira conclui que

A hipótese básica que se coloca é a de que tal caráter educacional representa um “conceito composto” (ou um “conglomerado de conceitos”), no sentido de que a educação proporcionada pela Extensão Rural pode ser decomposta em partes e a cada uma delas corresponder uma forma apropriada de entendimento. (Oliveira, 1988, p.178).

Dessa forma, vemos que o uso da noção sobre extensão rural como educação é nebulosa, reproduzida acriticamente inclusive por especialistas críticos. Muitos acreditam que por ser a extensão um processo educativo que ela seria positiva. Fernando Ferreira Piza, ao comentar sobre o artigo de Mauro Marcio de Oliveira, chama atenção para o caráter proposital e/ou consciente de uma noção vaga de educação para definir a extensão rural, “*de um conceito indefinido podemos concluir o que quisermos: que fomento é educação, que investimento é educação. Parece-me que foi o que fez Alves e que faz também você [Oliveira]*” (Piza, *apud*, Oliveira, op. cit., p. 184). Partilhamos do argumento de Fernando Piz, para ir mais além, entendemos que a indefinição do conceito de educação em extensão rural não é somente consciente, mas acima de tudo uma estratégia vital de propagação e de adequação dessa política no meio rural para estabelecer o consenso e, conseqüentemente, tornar a dominação durável produzindo o *conformismo*, situação de verdadeiro entrave revolucionário, pois suscita mais do que uma passividade diante das contradições do capitalismo, suscita um conservadorismo:

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios das ciências mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torna-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. (Gramsci, 2001, p. 94).

O sentido “extra escolar” requer também uma explicação mais aprofundada. A política de extensão rural não se vinculou, em nenhum momento, ao sistema escolar normativo que, desde 1961, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, foi unificada no Ministério da Educação (Mendonça, 2010b, p. 22-23). O ensino nas zonas rurais do país foi marcado, desde os anos 1940, por uma disputa

entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Educação e Saúde, este criado em 1932. Tradicionalmente, o Ministério da Agricultura, como vimos no capítulo 1, hegemônico pela SNA, defendia a diretriz de uma *educação para o trabalho* e não uma proposta propedêutica, tal como era o projeto do Ministério da Educação e Saúde. Sonia Mendonça revela que “[...] *tudo leva a crer que a versão de ensino agrícola, advogada pela pasta da Educação, acabaria por render-se à dimensão técnica e profissionalizante inerente ao projeto do Ministério da Agricultura*” (Idem, p. 65).

Oriowaldo Queda e Tamás Szmrecsányi afirmam que:

O movimento extensionista surgiu no Brasil como uma reação ao malogro da educação rural, tendo sido definido pelos seus idealizadores como um processo de educação extra-escolar. Seu ponto de partida é a noção de **comunidade rural**, vista como uma organização social homogênea e não estratificada, sem conflitos internos e interesses. Sob esse rótulo são agrupados os grandes fazendeiros, os minifundiários e os trabalhadores agrícolas, incluídos todos no chamado *público de assistência técnica*. (Queda e Szmrecsányi, 1973, p. 272, grifos do(s) autor(es)).

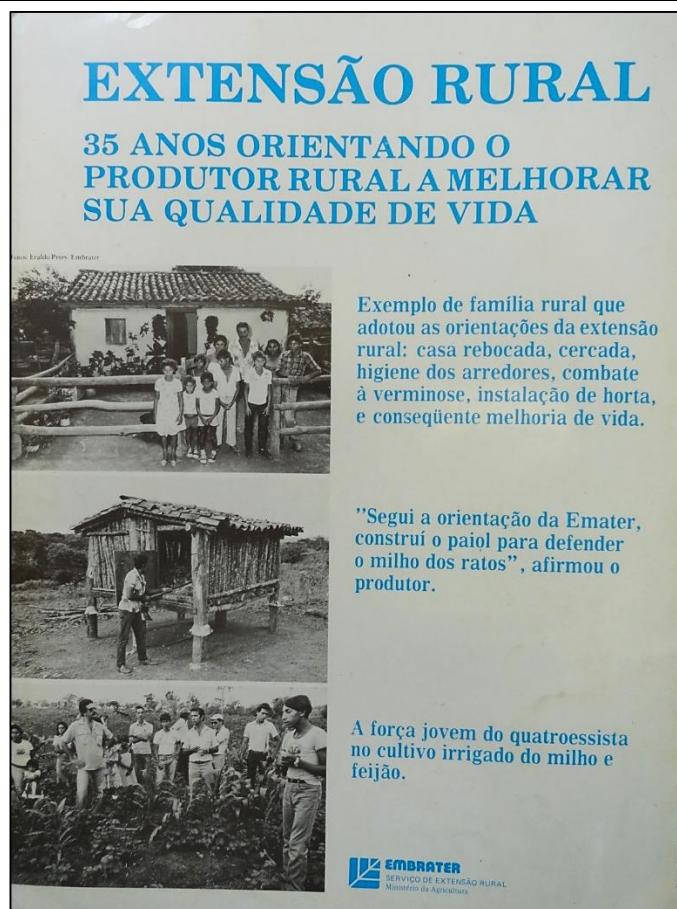
A ideologia de “ajudar a ajudar-se”, oriunda da matriz estadunidense do *self mad men*⁸¹, também é um dos pontos importantes da noção de educação extensionista: “A *extensão rural considera o homem o verdadeiro agente do seu próprio progresso como indivíduo [...]*” (*Extensão Rural*, jan. 1971, p. 12); “*Aprender a fazer, fazendo*” (*Extensão Rural*, jul./set., capa) e “*ajudar o homem do campo a ajudar-se a si mesmo*” (Silva Filho, 2005, p. 43) são variações do mesmo princípio introduzido por Nelson Rockefeller (Silva, 2009). Essas expressões são encontradas em toda a documentação para definir a metodologia educativa baseada numa pseudo-autonomia trazida pelo extensionista através da implantação, para o consumo de maquinarias e insumos agrícolas tanto no período da ABCAR (1956-1974), quanto no período da EMBRATER (1974-1990). Como bem sinaliza Claiton Silva, essa proposta seria uma tentativa de eliminar o “paternalismo” presente nas ações filantrópicas das décadas anteriores ao mesmo tempo em que implicaria na imposição de um modo de organização social e econômica estadunidense aos considerados países subdesenvolvidos (Idem). A difusão tecnológica transmitida pela extensão rural possibilitava o desenvolvimento autônomo

⁸¹ “Trazendo experiências desenvolvida nos tempos da guerra, Nelson Rockefeller esboçaria em algumas folhas de papel escrito a lápis e com letra um pouco compreensível, as ideias de uma agência dedicada ao trabalho técnico para os países que fossem caracterizados pelos seguintes aspectos: “*porverty*” (miséria), “*illiteracy*” (analfabetismo) e “*disease*” (doença). [...] Com isto, seria iniciado um processo onde as pessoas poderiam alcançar estágios de desenvolvimento sem mais necessitar de auxílio paternalista: “Ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”, escreveria Rockefeller em seu esboço.” (Silva, 2009, p. 67 e 69)

da agricultura. Em poucas palavras, o objetivo era associar o consumo de novas tecnologias, insumos e técnicas agronômicas ao desenvolvimento rural.

Essas estratégias ditas educativas concentravam-se em quatro propostas básicas da ação extensionistas: 1) visitas aos pequenos proprietários; 2) atividades educativas e organizativas junto à juventude rural; 3) programas de comunicação em massa, como rádio, cartazes e folhetos; e 4) campos de demonstração. Essas modalidades apresentam-se de diferentes formas e nuances, ou mesmo complementavam uma a outra.

Figura 11: Propaganda de 35 anos da política de extensão rural



Fonte: Revista *Extensão Rural*, out./dez. Brasília, Embrater, 1983, contracapa

A figura acima é ilustrativa das ações extensionistas realizadas e do caráter da *continuidade* nas ações praticadas pelos extensionistas. A campanha ressalta em seu título o “aniversário” de trinta e cinco anos do extensionismo, exaltando-o como um agente direto da elevação da qualidade de vida do “produtor rural” (escrito de forma genérica). A seguir, apresenta-se três ilustrações seguidas de legendas. A primeira imagem é de uma família numerosa descrita genericamente como uma “família rural” e exibida como um “caso exitoso” do extensionismo, pois eles teriam conquistado a

“melhoria de vida” através das orientações realizadas pela extensão que foram adotadas: “casa rebocada, cercada, higiene dos arredores, combate à verminose, instalação de horta”.

A segunda imagem é de um paiol suspenso do chão que, segundo a descrição ao lado, foi uma técnica ensinada pela “Emater”. Essa imagem ressalta a difusão tecnológica trazendo benefícios ao produtor rural. O detalhe é que a legenda dessa imagem é uma suposta fala do próprio produtor, indicando que ele mesmo reconhece o “sucesso” da técnica transmitida pelo extensionista.

O trabalho com a juventude rural é o exemplo mais bem-acabado da ação extensionista nesse período e, por isso foi colocado na propaganda comemorativa da extensão rural como a última imagem. Vemos nessa imagem uma reunião de jovens intitulados de “quatroessistas” ou “quatrossentistas” com extensionistas ensinando sobre o cultivo de milho e feijão. A legenda destaca a “força jovem” potencializada pela extensão rural com o programa dos clubes 4-S. Mas o que seriam esses clubes?

Inspirado nos Clubes 4-H de juventude rural – *Head* [cabeça], *Heart* [coração], *Health* [saúde], *Hands* [mãos] – dos EUA⁸² e em outros países latino-americanos, a ACAR-MG promoveu, em 1953, a criação de Clubes 4-S – Saber, Sentir, Servir, Saúde, representada por um trevo de quatro folhas com um “S” desenhado em cada uma delas, inspirada no símbolo dos clubes da Costa Rica (Figura 12). Esses clubes tinham o compromisso principal de ensinar as técnicas agrícolas para que os associados – identificados como “quatrossentistas” – pudessem colocar em práticas o que aprenderam, retransmitindo aos seus pais e/ou na comunidade em geral. Inicialmente,

⁸² A modalidade dos Clubes 4-H foi exportada por toda a América Latina. A Costa Rica foi o primeiro país implantar os clubes ainda em 1949. Ao todo foram encontrados trinta e seis entre Clubes de Juventude e Clubes Agrícolas – este último ligado as escolas primárias – em vinte e cinco países: Argentina, Belice, Bolívia, Brasil, Guiana Inglesa, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haití, Honduras, Jamaica, México, Antilhas Neerlandesas, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, Suriname, Uruguai, Venezuela (Jones, 1962, p. 20 https://books.google.com.br/books?id=8-QNAQAAIAAJ&pg=PA2&lpg=PA2&dq=Programa+Interamericano+para+a+juventude+rural&source=bl&ots=JUVRJx7joK&sig=iBkkZYMJXs5dneBnoIE1zXfHDc&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjQxa7Z_Z3JAhXRm5AKHdmbADgQ6AEIIDAB#v=onepage&q=Programa%20Interamericano%20para%20a%20juventude%20rural&f=false). Havia um periódico denominado *Extensión en Las Americas* publicado na Costa Rica que veiculava notícias dos Clubes existentes em toda a América Latina. (Gonçalves, 2012). O Encontro de Líderes de Clubes que ocorreu em São José, na Costa Rica, no ano de 1974 e reuniu representantes de mais de 33 países na América Latina e Espanha em torno do tema “*La juventude rural y sus decisiones para la década de 1980*” (La Nación, Costa Rica, 20 de maio de 1974. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=oA5tAAAAIAAJ&pg=RA1-PR51&dq=Costa+Rica+clubes+4+s&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwie6Or5-p3JAhWGNpAKHVIEoANoQ6AEILDAB#v=onepage&q&f=false>>. Acessado no dia 20 nov. 2015.

apesar de serem organizações de caráter voluntário, esses clubes não comportavam a noção de aparelhos privados de hegemonia, uma vez que sua estrutura de trabalho, objetivos e diretrizes vinham diretamente da extensão rural que era uma política emanada do Estado restrito.

Figura 12: Trevo de quatro folhas, símbolo dos Clubes 4-S no Brasil (esq.) e da Costa Rica (dir.)



Fonte: ABCAR. *Primeira Reunião de líderes estaduais de clubes 4-S*. Rio de Janeiro: Abcar, 1959, capa

Contudo, o desenvolvimento dessa política foi tomando proporções cada vez maiores e, em certa medida, se autonomizando. Ainda em 1964, foi criado o Comitê Nacional dos Clubes 4-S (CNC4-S) com uma diretoria própria, formada por representantes de diversas empresas e contanto com inúmeros patrocinadores.

Faça o Brasil crescer por dentro, investindo na Juventude Rural – é o tema central da Campanha que a *Agência Brasileira de Comunicação* (Rio) acaba de criar e ofertar ao COMITÊ NACIONAL DE CLUBES 4-S. O Comitê que completa em agosto um Decênio de atividades, é uma Entidade Educacional, sem fins lucrativos e de utilidade pública, cuja finalidade básica é incentivar e apoiar o movimento da Juventude Rural em todo o País. [...] A finalidade da Campanha é lembrar ao empresariado brasileiro o potencial de mercado que se encerra nos 13 milhões de jovens rurais (10 a 24 anos), dos quais 300.000 já organizado em torno de 10.000 clubes agrícolas. (*A Lavoura*, jul./ago. 1974,p. 38).

O Comitê era formado por mais de setenta empresas, em 1969, conforme podemos visualizar no quadro abaixo:

Quadro 7: Agências e agentes mantenedores do Comitê Nacional dos Clubes 4-S de**1969**

AGÊNCIAS NORTE AMERICANAS	
1	Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID/Brasil)
2	Associação Internacional Americana (AIA)
3	Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA)
4	Fundo Norte-Americano para Assistência Social (FNAS)
BANCOS	
5	Banco Brasileiro de Descontos S/A
6	Banco da Lavoura de Minas Gerais S/A
7	Banco do Estado de São Paulo S/A
8	Banco Lar Brasileiro S/A
9	Banco do Nordeste do Brasil S/A
10	Banco Itaú América S/A;
11	Banco Andrade Arnaud S/A
12	Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais
13	União dos Bancos Brasileiros S/A (Banco Agrícola Mercantil)
ENTIDADES DE CLASSE	
14	Comitê Estadual de Clubes 4-S de Minas Gerais (CEC 4-S)
15	Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI)
16	Cia. Ind. e Com. Brasileira de Produtos Alimentares (NESTLÉ)
17	CNA
18	Associação Brasileira de Ex-IFYEs (ABEI)
19	Federação do Comércio do Estado de São Paulo (FCESP)
20	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)
EMPRESAS DE RAMOS DIFERENCIADOS	
21	B.F. Goodrich do Brasil S/A
22	Esso Brasileira de Petróleo S/A
23	IBM do Brasil S/A
24	Indústria e Comércio de Minério S/A (ICOMI)
25	Indústria de Pneumáticos Firestone S/A
26	Magazine Mesbla S/A
27	Sears Roebuck S/A – Comércio e Indústria
28	Singer Sewing Machine Company
29	Standard Propaganda S/A
30	Varig – Viação Aérea Rio Grandense S/A
AGÊNCIAS ESTATAIS	
31	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR
32	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA)
EMPRESAS LIGADAS À AGROPECUÁRIA	
33	Arbor Acres – Avicultura S/A
34	Cargill Agrícola S/A
35	Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda
36	Biacro Velsicol Produtos para Agricultura Ltda
37	Ford Willys do Brasil S/A
38	Granja Bandeirante
39	Granja Guanabara
40	Iretama S/A – Comércio e Indústria de Fertilizantes
41	Manah S/A – Comércio e Indústria de Adubos e Rações
42	Máquinas D'Andrea S/A
43	Massey Ferguson do Brasil S/A
44	Produtos Alimentícios Fleischmann Royal Ltda
45	Refinações de Milho Brasileiro Ltda
46	Scal-Rio S/A
47	Sementes Agrocere S/A

48	Sementes Hortiçeres S/A
49	Sementes Seleccionadas
50	Sementec Ltda
51	Sotreq S/A – Tratores e Equipamentos
52	Squibb Indústrias Químicas S/A
53	Union Carbide do Brasil S/A
COLABORADORES INDIVIDUAIS (DADOS NÃO ENCONTRADOS)	
54	Alberto Martins Torres
55	Claire M. Reck
56	Gerônimo Chaves
57	Martha Leight
58	Oswaldo Silva
59	Santiago Duran Apodaca
60	Terezinha Mariz
61	Vinícius Costa

Fonte: CNC4-S, 1969, p. 39

Analisando o quadro acima podemos afirmar que havia um total de sessenta e um financiadores do Comitê Nacional de Clubes 4-S, dos quais o predomínio era de empresas do ramo agropecuário (39,6%), seguido de empresas de outros ramos (18,8%) e dos Bancos – públicos e privados – (16,9%). Os menos expressivos eram as agências do Estado restrito, constando-se apenas de duas delas⁸³. Ora, o predomínio do financiamento do Comitê Nacional de Clubes 4-S por empresas privadas ligadas ao setor agropecuária, sobretudo de insumos agrícolas e maquinaria, reforça a relação direta entre os interesses econômicos corporativos dessas empresas e as atividades dos clubes 4-S. A divulgação que esse tipo de clube possibilitava para os produtos agropecuários era significativa. Em outras palavras, os Clubes 4-S eram “garotos propagandas” de sucesso. É difícil dizer sobre a continuidade do financiamento desses agentes e agências ao Comitê dos clubes, contudo, não é equivocado supor a continuidade do financiamento desses clubes durante a década de 1970, tendo em vista que não se encontra na documentação oficial nenhum relatório, encontro, ou outro tipo de registro que apresente uma mudança efetiva da ação dos clubes nas décadas seguintes.

A escolha da direção do Comitê Nacional era realizada a cada dois anos. Elegia-se um conselho diretor para o CNC4-S que deveria elaborar um Plano Anual com um tema, objetivos e atividades para serem realizadas naquele período. O CNC4-S foi

⁸³ A percentagem foi calculada retirando em conta os colaboradores individuais, pois estes não foram encontrados dados diretos sobre suas trajetórias, contudo, decidimos mantê-los na tabela tal como foi encontrado na documentação oficial. Sabemos ainda, segundo a consulta a documentação, que algumas dessas contribuições advinham não diretamente de dinheiro, mas de objetos para servirem de prêmio nos campeonatos de produtividade, ajuda no deslocamento dos líderes dos clubes nas reuniões estaduais e nacionais – no caso da Varig, entre outros.

considerado uma “*entidade da sociedade civil sem fins lucrativos de utilidade pública*”, em 1974 (*A Lavoura*, jul./ago. 1974, p. 38). O anexo 4 nos dá uma visão da diretoria no ano de 1969. A primeira coisa a ser destacada é a representação direta de empresários do setor agroindustrial como Ney Bittencourt de Araújo – Tesoureiro e presidente da Agroceres, Millo Ganbini, publicitário, integrante e fundador da Federação Nacional das Agências de Propagandas (Fenapro⁸⁴), proprietário da Milho Refinaria Brasil e membro da Associação Brasileira de Indústrias da Alimentação (ABIA). Ganbini integrou a primeira diretoria da ABIA⁸⁵ como conselheiro fiscal, ainda em 1964. Contudo, o cargo de maior importância no CNC4-S era o secretário-executivo, responsável pela confecção de diretrizes e objetivos compostos nos planos anuais.

Não sabemos exatamente a composição do secretariado durante toda sua trajetória, nem mesmo quando o CNC4-S chegou ao fim. Um detalhe que nos chamou atenção, que pode ser observado no anexo 4, foi a imagem do secretário-executivo estar acima das demais imagens dos membros da diretoria, inclusive do presidente e de seus vices. Assim, inferimos que esse era o cargo de maior relevância, prestígio e poder. Na cerimônia de posse do novo secretário executivo do CNC4-S, em 1973, estavam presentes, J. A. Drummond Gonçalves, presidente da ANDA, Carlos Catelli Gandolfo, diretor do Moinho Santista e presidente do CNC4-S (*Frente Rural*, fev. 1973 *apud* IICA, 1973). No ano seguinte a revista *A Lavoura* publicou uma notícia relatando a doação da empresa Nestlé de 25 mil cruzeiros para colaborar com as atividades do CNC4-S no programa de “Comunicação Aplicada”. O cheque foi recebido pelo então secretário-geral do Comitê, Arthur Barbosa. A notícia ainda trazia um panorama estatístico para enfatizar a abrangência dessa atividade:

[...] cujo o objetivo é promover o aperfeiçoamento tecnológico e o desenvolvimento cultural das populações jovens da zona rural brasileira, que somam 13 milhões de moças e rapazes, só contando a faixa etária de 10 a 24 anos, dos quais cerca de 260 mil já reunidos nos 8 mil e 500 clubes e agremiações agrícolas existentes no país. (*A Lavoura*, jan./fev., 1974, p. 13)

Ao fim da matéria foi destacado o verdadeiro objetivo da doação da empresa de alimentos derivados do leite, comprovando a articulação orgânica do incentivo de tais programas com os interesses privados:

Ainda em 1974 a NESTLÉ deverá desenvolver um convênio com o CNC4-S, com a finalidade de atingir, através de um programa de informação didática, os filhos e filhas de pecuaristas das três principais bacias leiteiras do Brasil, localizadas em São Paulo, Minas Gerais, e Estado do Rio de Janeiro. (Idem)

⁸⁴ http://www.fenapro.org.br/gera_boleto/fenapro/associados/sp/sp.shtml. Acesso em 18 jan. 2016.

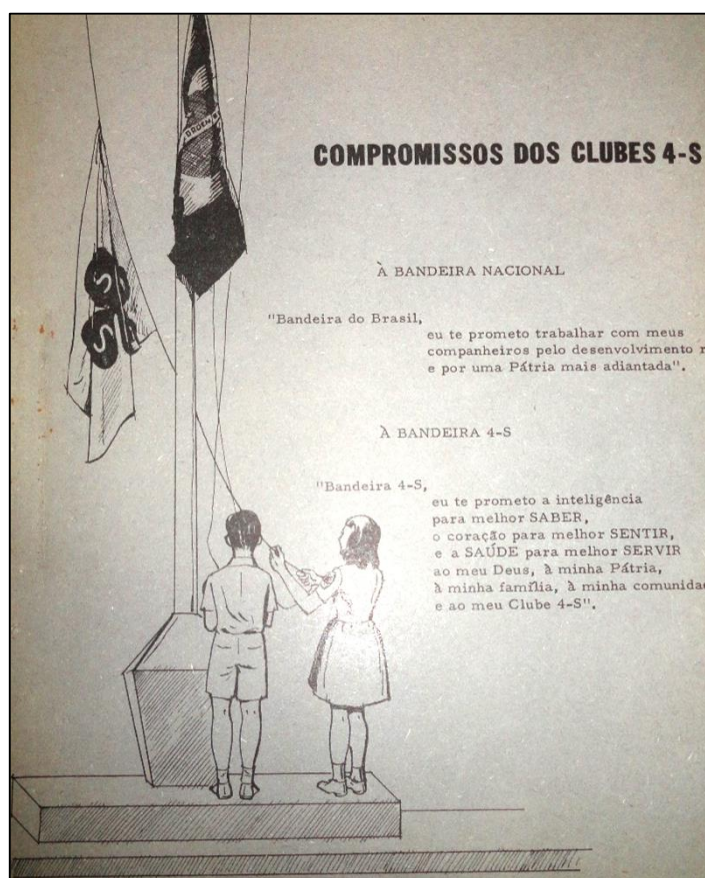
⁸⁵ ABIA. 50 anos da ABIA. São Paulo: DBA, 2013, p. 34.

Nos chama atenção ainda essa reportagem ser encontrada na revista *A Lavoura* publicada pela SNA que, apesar de não fazer parte dos sócios mantenedores apoiava e divulgava o trabalho dos Clubes 4-S em todo o Brasil. Por fim, vale destacar que a agremiação fluminense sempre apoiou o extensionismo rural praticado pela ABCAR e continuaria apoiando a EMBRATER durante as décadas de 1970 e 80.

Assim, consideramos os clubes verdadeiros espaços de disciplinamento para o trabalho, tal como veiculado no projeto das frações da classe dominante agrária, propagando uma “educação para o trabalho” no sentido gramsciano (Gramsci, 2011a). É interessante destacar também a desqualificação do ensino propedêutico nas mensagens de alguns Clubes através de panfletos e cartilhas, pois “[...] *as escolas elementares rurais só ensinam noções de português, aritmética, história, geografia e ciências, não dando ensinamentos práticos complementares, que ajudem a preparar os jovens para a vida.*” (ABCAR, op. cit., grifos nossos). O projeto de “educação para o trabalho” está devidamente exemplificado nessa documentação.

Os clubes realizavam reuniões periódicas para tratar de diversos assuntos, relatar algumas atividades, ou mesmo aprender alguma técnica trazida pelo extensionista. O ritual nesses encontros envolvia o juramento à Bandeira Nacional: “*Bandeira do Brasil eu te prometo trabalhar com meus companheiros pelo desenvolvimento rural e por uma Pátria mais adiantada*” (CNC 4-S, 1967, *apud* Gomes, 2014, p. 239), seguida do juramento à bandeira do clube 4-S: “*Bandeira 4-S eu te prometo a inteligência para melhor SABER, o coração para melhor SENTIR e a SAÚDE para melhor SERVIR ao Deus, à minha pátria, à minha família, à minha comunidade e ao meu Clube 4-S*” (Idem, grifos do autor). É importante observar que mesmo com a organização sendo realizada pelos extensionistas, cabia aos próprios jovens a administração do clube, no sentido de organização de diversas reuniões, festas, concursos, tesouraria, recrutamento de outros jovens, entre outras atividades. (Idem, p. 242).

Figura 13: Ilustração do hasteamento da Bandeira Nacional em reunião dos Clubes 4-S



Fonte: ABCAR. *Clubes 4-S, manual para extensionistas*. Rio de Janeiro: Abcar, 1964.

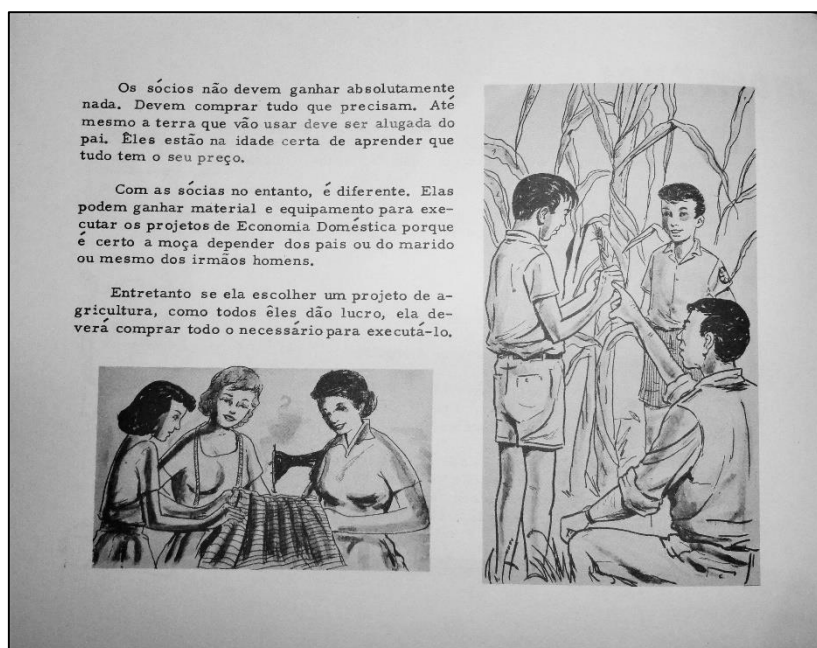
Em 1959, ocorreu o Primeiro Encontro Nacional de Líderes Estaduais de Clubes 4-S, no Rio de Janeiro. Esse evento contou com a participação de diversos dirigentes dos clubes de cada estado do Brasil e desse encontro foi produzido uma espécie de “manual”, para padronizar as atividades de todos os Clubes no país. Ora, um dos objetivos principais traçados nesse documento é o combate ao êxodo rural na juventude para “fixar” o homem no campo.

Havia dois tipos de projetos: 1) os projetos destinados a atividades baseadas na divisão sexual do trabalho – as meninas quatrocentistas eram instruídas em projetos que, em geral, detinham uma cartilha específica voltada a atividades domésticas, sobretudo em aulas de corte e costura, melhoramento nutricional e na estrutura da cozinha, cuidados de saúde e higiene.

Para os meninos o aprendizado limitava-se ao cultivo, produção, adubação, armazenamento da produção e apresentação de maquinaria agrícola; 2) Havia também programas de maior envergadura como, por exemplo, o desenvolvimento de projetos

para obtenção de crédito rural destinado à construção de um campo demonstrativo do próprio clube, ou promoção de concursos de produtividade, regionais e/ou intermunicipais, com a distribuição de prêmios para os chamados “campeões de produtividade”.

Figura 14: Divisão sexual das atividades dos Clubes 4-S



Fonte: ACAR-MG. *O líder de clubes 4-S*. Belo Horizonte: Acar-MG, s.d., p. 13

Acima é possível apreender que a questão do ensinamento para o menino voltava-se para estabelecer uma visão patriarcal, como o que “sustentaria a casa e o lar com o trabalho”. Dessa forma, eles deveriam “comprar” e até mesmo “alugar” o espaço da propriedade de seus pais que estivessem realizando os projetos de agricultura, pois “tudo tem seu preço”. Já as moças era permitido a “dádiva” da doação de material para seus projetos nos clubes, pois “é certo a moça depender dos pais ou do marido ou mesmo dos irmãos homens”. Para elas também era permitido escolher projetos de agricultura, o que era vedado aos meninos que não tinham poder de escolher as atividades domésticas.

Abaixo reproduzimos uma cartilha produzida pela ACAR-MG com a temática voltada para as meninas dos clubes quatrossentistas e também um trecho de uma cartilha produzida por uma associação estadual do Nordeste, a ANCARPE, com um conteúdo semelhante à cartilha da associação mineira:

A jovem de hoje
...é ativa. Ela joga vôlei, costura, vai a festas e excursões, ajuda nos trabalhos da casa, cuida dos irmãos menores.

...é inteligente – Ela pensa nas coisas que lê ou vê, pensa a seu respeito e a respeito do seu futuro.

...faz planos – Planeja para ter tempo de fazer tudo que deseja. Planeja para aproveitar melhor o seu dinheiro. Planeja sua vida futura.

...é amiga – É amiga de sua família, de seus professores e dos colegas. Ela mostra sua amizade de várias maneiras.

...é a dona de casa de amanhã. Ela será dona de casa e mãe no futuro. Necessita saber como planejar para administrar seu lar corretamente.

VOCÊ É UMA JOVEM MODERNA (Idem, s.d., p. 1)

Prezada Sócia:

Você que pertence ao Clube 4-S, pode fazer muita coisa para melhorar sua casa e o lugar onde mora. / Este guia de projeto servirá de orientação para você. / Leia com atenção e siga os ensinamentos com a orientação de sua Líder de Projeto e da Extensionista da ACARPE. / Seja uma boa sócia. Assim, no futuro você será uma boa dona de casa. / Ensine as pessoas que você conhece o que você aprende no Clube. (ANCARPE, s.d., p. 1)

A “jovem moderna” pertencente ao clube era instruída a permanecer no ambiente doméstico como dona de casa. A maternidade era também evocada como um dos atributos das jovens rurais. Dessa forma, a “modernidade” trazida pelo extensionismo no âmbito da economia doméstica continuava a ser o da reprodução do patriarcalismo, no qual o espaço feminino era o espaço da casa e da geração de filhos. A única diferença para a geração não instruída era o fato de que essas atividades domésticas seriam modernizadas.

Na cartilha “melhoramento da cozinha” – reproduzida a seguir – vemos que uma das autoras é identificada como “Joana d’Arc Brumano”. Mesmo sem uma datação exata, é possível delimitarmos a elaboração dessa fonte da década de 1950-60 devido a referência a Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG), extinta em 1975 quando muda de nome para empresa estadual – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG). Em 1981, sete anos depois da criação da EMBRATER e suas empresas estaduais associadas, foi lançada outra cartilha também intitulada “melhoramentos da cozinha”, dentre as autoras citadas encontramos a extensionistas Joana D’arc Brumano Vieira, que também aparece como autora na anterior. Apesar de uma encadernação mais moderna, o conteúdo continuava muito semelhante à primeira edição de duas décadas anteriores, o que nos leva a inferir que a segunda cartilha foi atualizada e/ou reeditada com base na primeira, mantendo a referência dos autores da década de 1950-60 de estímulo à divisão sexual do trabalho pelas extensionistas da EMBRATER, isto é, limitando a mulher ao ambiente doméstico e à maternidade.

Figura 15: Cartilhas sobre melhoramento da cozinha. Projetos dos Clubes 4-S para economia doméstica



Fontes: ACAR-MG. Melhoramento da Cozinha. Belo Horizonte: Acar-MG, s.d., capa e contra capa
 ACAR-MG. Projeto básico de economia doméstica. Belo Horizonte: Acar-MG, s.d., capa, p. 61.
 EMATER-MG. Melhoramento de Cozinha. Belo Horizonte: Emater-MG, s.d., capa e contracapa.

Como vimos acima, os meninos “quatrossentistas” deveriam realizar especificamente projetos ligados à produção agropecuária, como construção de hortas, criação de animais, sobretudo introduzindo técnicas e tecnologias orientadas pelos extensionistas.

O sócio pode escolher somente entre os seguintes projetos, no momento: alho, horta, mudas de café, mudas de eucalipto, soja, milho híbrido, gado leiteiro, avicultura, criação de suínos e mudas citrus (sic).

Para os Projetos de Economia Doméstica não há escolha nos primeiros 4 anos. Depois que a sócia termina os quatro anos básicos é que ela pode escolher entre:

Projeto de bolos

Projeto de roupas brancas

Projeto de melhoramento da cozinha, etc.

O sócio pode escolher somente entre os seguintes projetos, no momento

O líder do Clube 4-S, geralmente era um jovem e não uma jovem.

(ACAR-MG. op. cit., p. 12)

O relatório da II Reunião Nacional de Clubes 4-S, datado de 1969, destaca uma modalidade de crédito rural voltado exclusivamente para os jovens dos clubes: o Crédito Rural Juvenil. Esse crédito específicos para jovens tinha a finalidade de prover os recursos para as despesas administrativas dos clubes. O montante foi doado pela USAID e contava com a participação de bancos privados.

No editorial da revista *Extensão Rural* de 1981, o presidente da EMBRATER, Glauco Olinger, resgata os mesmos objetivos dos clubes 4-S para ressaltar a importância do trabalho com a juventude rural:

Uma gama variada de fatores, que começa com a preocupação do êxodo rural – principalmente migrações para os centros urbanos – e que poderia terminar, até, na própria vocação agrícola do território brasileiro (e, neste caso, a crise de alimentos por que passa a humanidade sugere reflexões) leva a Extensão Rural a repensar sobre o assunto.

Admitir o trabalho com a juventude rural é, antes de tudo, acreditar – e, em acreditando, investir – no futuro. (*Extensão Rural*, jan./fev., 1981, p. 2).

No editorial da revista *Extensão Rural* de 1981, o presidente da EMBRATER, Glauco Olinger, resgata os mesmos objetivos dos clubes 4-S para ressaltar a importância do trabalho com a juventude rural:

Uma gama variada de fatores, que começa com a preocupação do êxodo rural – principalmente migrações para os centros urbanos – e que poderia terminar, até, na própria vocação agrícola do território brasileiro (e, neste caso, a crise de alimentos por que passa a humanidade sugere reflexões) leva a Extensão Rural a repensar sobre o assunto.

Admitir o trabalho com a juventude rural é, antes de tudo, acreditar – e, em acreditando, investir – no futuro. (*Extensão Rural*, jan./fev., 1981, p. 2).

A abrangência do programa pode ser medida pelos relatórios existentes da ABCAR e da EMBRATER. Contudo, a documentação, bem como os quadros quantitativos dos clubes 4-S no Brasil, não são padronizados, ocorrendo uma descontinuidade das informações que impede uma análise mais precisa e abrangente da trajetória desses clubes. Os quadros I e II mostram o número de clubes 4-S e de adultos nas décadas de 1960 e 1970.

Quadro 8: Clubes e grupos organizados de jovens e adultos (situação em 31 de

Região	Estados	Clubes 4-S		Clubes e Grupos de Adultos			
		Número	Membros	Donas de Casa		Agricultores	
				Grupos	Membros	Grupos	Membros
Nordeste	Maranhão	2	36	11	139	7	92
	Ceará	32	1.224	28	1.007	7	154
	Rio Grande do Norte	22	393	45	973	9	139
	Paraíba	83	4.527	33	752	30	726
	Pernambuco	227	4.375	119	1.937	88	1.493
	Alagoas	4	77	10	232	12	141
	Sergipe	14	171	24	257	1	12
	Bahia	30	730	88	1.743	25	566
	Total	414	11.533	358	7.040	179	3.323
Sudeste	Minas Gerais	227	4.719	247	3.268	281	3.746
	Espírito Santo	35	858	-	-	-	-
	Rio de Janeiro	19	335	33	380	21	143
	Total	281	5.912	280	3.648	302	3.889
Sul	Paraná	65	1.304	5	75	-	-
	Santa Catarina	81	1.715	258	3.927	227	5.109
	Rio Grande do Sul	180	3.988	124	2.035	118	2.443
	Total	326	7.007	387	6.037	345	7.552
Centro Oeste	Mato Grosso	-	-	13	219	3	84
	Goiás	28	614	27	248	25	246
	Total	28	614	40	467	28	330
Sistema ABCAR		1.049	25.066	1.065	17.192	854	15.094

março de 1966)

Fonte: ABCAR. Relatório dos Trabalhos realizados à conta do crédito de Cr\$ 1.000.000.000 concedidos à ABCAR pelo F.F.A.P., em decorrência do convênio assumido em 31-XII-1965. Rio de Janeiro, Abcar, 1966, p. 9.

Quadro 9: Clubes e grupos organizados pela extensão rural (1975)

Regiões	Clubes 4-S		Grupos de Jovens		Adultos Líderes	Jovens Líderes	Capacitação de Mão de obra		
	Número	Membros	Número	Membros			Mecânico, bombeiro	Carpinteiro, pedreiro	Artesanato, outros
Norte	24	491	51	1.305	68	47	-	201	400
Nordeste	254	6.340	127	4.128	364	348	-	109	2.122
Sudeste	577	15.755	320	9.688	2.651	2.335	426	2.152	15.781
Sul	682	19.428	54	1.180	1.262	924	-	-	2.231
Centro Oeste	62	1.717	58	1.314	159	175	-	28	589
SIBRATER	1.599	43.731	610	17.615	4.504	3.829	426	2.490	21.123

Fonte: EMBRATER. *Relatório de Atividades, 1975*. Brasília, Embrater, 1976g, p. 51.

Nos quadros acima existem algumas diferenças importantes de serem entendidas. A primeira questão é referente ao aumento do número de sócios dos clubes 4-S em menos de uma década de aproximadamente 74,5%, enquanto que o número total dos clubes aumentou aproximadamente 52,5%. Detendo-nos nos dados por região, é possível destacar que em todas as regiões houve um aumento do número de clubes 4-S, exceto na região Nordeste, que teve um decréscimo – mesmo se somarmos número de clubes com o número de “grupos de jovens”. Esse comportamento é idêntico no número de membros que participavam desses clubes. Esses dados podem corroborar para a constatação do êxodo rural no Nordeste, nesse período, ou ainda a preferência desses jovens de participarem de outras atividades e organizações políticas (nesse momento a Comissão Pastoral da Terra e outras atividades da Igreja Católica disputavam a atenção dos jovens no campo). A região Sul apresenta os maiores números nos dois períodos, tanto em número de clubes, quanto em números de membros. Isso pode ser compreendido pela questão da região Sul ser uma das mais tradicionais regiões em extensão rural depois de Minas Gerais.

Outra questão importante seria o acréscimo de cursos de capacitação de mão de obra para especialidades específicas, sobretudo na construção civil – carpinteiros, pedreiros, bombeiros, enquanto que esse tipo de empreendimento no quadro 8 na coluna “grupos de adultos” existia apenas uma divisão sexual do trabalho: homens na agricultura e mulheres nas atividades domésticas.

De qualquer forma, mesmo realizando uma comparação imprecisa, o número de jovens que participavam das atividades organizadas pelo extensionismo era, em ambos os períodos, superior ao próprio número de adultos. Isso reforça a tese da atividade extensionista ter privilegiado a ação com a juventude, recorrendo a ideologia da penetração da “modernidade” ser melhor difundida entre os jovens do que entre os adultos, além do fato do princípio da fixação do “homem do campo” e do combate ao êxodo rural que deveria ser combatido desde a tenra idade.

Por fim, um último detalhe com relação ao quadro do período de 1975: vemos que houve uma ampliação na modalidade de ação com os jovens rurais. Outro trabalho com jovens iniciados nos anos 1980 foi o projeto “Jovem Multiplicador”. Esse programa foi lançado pela EMBRATER e exerceu suas atividades em paralelo com a atividade dos Clubes 4-S, com o objetivo de beneficiar jovens entre 18 a 30 anos que tivessem uma escolaridade mínima e que pudessem realizar treinamentos mais intensivos junto aos extensionistas para que estes tornarem-se uma espécie de “extensionistas mirim” e, portanto, multiplicar o alcance dos escritórios locais no interior do país que, nesse período, atingia 16% das

propriedades numa população – de pequenos proprietários – estimada em 4 milhões: “*Se o extensionista não pode participar do ‘dia-a-dia’ dos proprietários e produtores que assiste, o Jovem Multiplicador será sua presença cotidiana e atuante na comunidade rural.*” (EMBRATER, 1980c, p. 1).

Esse programa englobava o aprendizado de práticas extensionistas tais como: reuniões de motivação e divulgação do Programa; treinamento e seleção de outros jovens rurais para serem multiplicadores; instalação de lavouras demonstrativas e das criações demonstrativas; formações de grupos de produtores; promoção e divulgação de mensagens educativas sobre a utilização em comum de máquinas e equipamentos agrícolas. (Idem, p. 9). A diferença maior entre esse programa e os clubes 4-S era que o “jovem multiplicador” tinha um caráter muito mais formal e um treinamento mais intenso do que o caráter informal que sempre marcou os clubes de juventude rural.

Finalizado o treinamento desses jovens nos Centros de Treinamento da EMBRATER, seu trabalho consistia em assistir “proprietários, arrendatários ou parceiros” que fossem “mini, pequenos ou médios produtores”, isto é, somente aqueles que detinham de alguma forma um vínculo direto com a propriedade. Dessa forma, o trabalhador rural assalariado e/ou posseiros eram segmentos excluídos do benefício do “jovem multiplicador” (Idem, p. 14). Ora, ao eleger somente produtores proprietários como seu público alvo, vemos que a EMBRATER realizava uma espécie de desmobilização política, dividindo as classes rurais subalternas em “proprietários” e não proprietários, tal como ocorria anteriormente – vide quadro 16 que classificava os “marginais”, isto é, aqueles que deveriam receber a assistência da extensão rural, como os “pequenos proprietários”. Isso pode ser lido como uma estratégia de afastar os mini e pequenos produtores proprietários do sindicalismo dos trabalhadores da agricultura, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e o Movimentos dos Sem Terra (MST), criado somente em 1984, mas que já davam sinais de mobilização e que veremos no último capítulo.

3.2.1 – Problematizando a educação extensionista

Como discutimos acima, a documentação oficial da EMBRATER afirma que o extensionismo é uma forma educação complementar. Existe uma bibliografia que problematiza o caráter educativo da ação extensionista que precisa ser debatida antes de focarmos na reflexão sobre o extensionista. Podemos adiantar que entendemos a extensão

rural como prática educativa. Mas, o que é importante responder as seguintes indagações: que tipo de educação ela produz? Com que finalidade?

Uma primeira crítica de fôlego ao caráter educativo não “libertador” evocado pela extensão encontra-se em *Extensão ou comunicação* por Paulo Freire (1985). O educador pernambucano coloca em “xeque” a natureza opressora presente no projeto extensionista ao autodenominar-se de “educativa”. Inicialmente Freire recorre à análise linguística da palavra “extensão” que possui o sentido de “estender algo a”. Dessa forma, “[...] *busca o extensionista não estender suas mãos, mas seus conhecimentos e suas técnicas*”. (Freire, 1983, p. 11). Assim, Freire identifica a extensão rural como uma *invasão cultural* contrária ao diálogo, desde o sentido semântico do próprio termo, no qual apenas ocorreria uma transmissão de conhecimento no sentido “agrônomo-educador” para o “agricultor”.

A capacidade de ação do extensionista, segundo Freire, estaria em transmitir certo saber estranho ao educando que, ao receber esse aprendizado, torna-se objeto da experiência educativa e não um dos sujeitos numa relação pedagógica: “[...] *aquele que é ‘enchido’ por outro de conteúdos cuja inteligência não percebe; de conteúdos que contradizem a forma própria de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende.*” (Idem, p. 16). Assim, o termo sugere que o extensionista é o agente, o sujeito ativo do processo de extensão rural, enquanto que o “agricultor” seria o sujeito passivo.

A natureza da educação, para Paulo Freire, não está em uma relação de sujeito-objeto, persuasão, ou mesmo de transmissão/substituição de conhecimento. Educação possui um sentido de *libertação* no qual há o diálogo entre dois sujeitos que, mutuamente, realizam uma troca de experiência.

Por isso mesmo, a expressão ‘extensão educativa’ só tem sentido se se toma a educação como prática de ‘domesticação’. Educar e educar-se, na prática da liberdade não é estender algo desde a ‘sede do saber’, até a ‘sede da ignorância’ para ‘salvar’, com êste (sic) saber, os que habitam nesta. (Idem, p. 15).

Por fim, Freire identifica na extensão uma invasão cultural no sentido antidialógico. “*Assim, é que toda invasão cultural pressupõe a conquista, a manipulação e o messianismo de quem invade*” (Idem, p. 27).

A pesquisadora Aparecida dos Santos, em sua obra *Desigualdade social e dualidade escolar: conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci* (2000), aproxima o pensamento desses dois autores, sobretudo marcando a influência de Gramsci nos escritos de Paulo Freire. Santos afirma que Freire possui duas fases de produção de seu pensamento: uma antes do exílio e outra após seu retorno do exílio, em 1980. Na segunda fase, haveria uma forte

influência marxista e gramsciana, reconhecida pelo próprio autor em seus escritos⁸⁶. (Idem, p. 25). Ela ressalta que a pedagogia de Freire é condizente com sua concepção de “natureza humana” que, por sua vez, seria definida no sentido relacional. Em outras palavras, Freire define ser humano como determinante da relação social do ser humano com o mundo, no sentido mais geral possível (Idem, p. 31). Assim:

A pedagogia condizente com a concepção de natureza humana de Paulo Freire deverá estar solidamente alicerçada na valorização do ser humano, respeitando-o em sua busca de realização, fomentando a expansão de sua criatividade e estimulando a tomada de consciência frente à realidade. Não poderá ter outros objetivos que não incluam o engajamento do indivíduo, transformando-o então em sujeito, na prática social transformadora (Idem, p. 35)

Nesse viés, Santos estabelece um diálogo entre a escola unitária de Gramsci e a concepção dialética da instituição escolar de Freire. Em geral, a essência de ambos os pensamentos, que une as duas concepções, consiste no caráter *transformador, revolucionário*, de superação contra hegemônica das “classes populares”. Assim, para ambos os autores educação é uma ação política de conscientização de classe. Ora, se educação é ação política então o processo de constituição de hegemonia poderá valer da escola, e da própria educação. Retomando o texto de Freire, agora com as lentes de Santos, vemos que Freire estabeleceu uma interpretação crítica do processo de educação extensionista, uma vez que esta não continha os traços de uma educação transformadora, mas sim de uma educação que visava a dominação de um tipo de ideologia, a ideologia da classe dominante.

Assim como Aparecida Santos, entendemos que é possível estabelecer um diálogo entre Paulo Freire e Antonio Gramsci na discussão sobre educação. Este refere-se a educação primária italiana como uma supressão da cultura no qual a criança foi socializada:

[...] a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna, cujos elementos primitivos e fundamentais são dados pela aprendizagem da existência de leis naturais, como algo objetivo e rebelde, às quais é preciso adaptar-se para dominá-las, e de leis civis estatais, produto de uma atividade humana, que são estabelecidas pelo homem e podem ser por ele modificadas tendo em vista seu desenvolvimento coletivo [...]. Pode-se dizer, por isso, que o princípio educativo no qual se baseavam as escolas primárias era o conceito de trabalho. (Gramsci, 2011 a, p. 42-43).

Dessa maneira:

O “certo” se torna o “verdadeiro” na consciência da criança. Mas a consciência da criança não é algo “individual” (e muito menos individualizado): é o reflexo da fração da sociedade civil da qual a criança participa, das relações sociais tais como se aninham na família, na vizinhança, na aldeia, etc. (Idem, p. 44)

⁸⁶ A partir da leitura de Aparecida Santos podemos classificar o escrito *Comunicação ou extensão* de Paulo Freire como um escrito pós exílio e, portanto, com uma influência marxista predominante.

A constatação do caráter opressor da escola primária italiana possui aproximações ideológicas com a proposta educativa do extensionismo, igualmente opressora, como coloca Paulo Freire. Assim, somente quando a educação realiza o papel de tomada de consciência é que ela pode ser transformadora e, sendo transformadora ela é libertadora e, conseqüentemente, revolucionária. Temos, portanto, a relação marxiana da relação capital-trabalho fundada na alienação⁸⁷ e, portanto, a “liberdade” evocada por Freire na educação popular tem um caráter revolucionário dentro da luta de classes.

Estamos convencidos de que, qualquer esforço (*sic*) de educação popular, esteja ou não associado a uma capacitação profissional, seja no campo agrícola ou no industrial urbano, de ter, pelas razões até agora analisadas, um objetivo fundamental: através da problematização do homem-mundo ou do homem em suas relações com o mundo e com os homens, possibilitar que êstes (*sic*) aprofundem sua tomada de consciência da realidade na qual e com a qual estão. (Idem, p. 21)

Contudo, os pontos de inflexão terminam aqui. Antonio Gramsci e Paulo Freire pensando sobre os projetos de educação e/ou escolas para transpor a barreira do conformismo e da estratificação social divergem. Enquanto Freire enxerga a possibilidade de uma superação através da consciência crítica do extensionista, Gramsci propõe um novo modelo de escola e, portanto, de proposta pedagógica, que engloba certa isonomia educacional, ou seja, uma educação que permita desenvolver o processo do conformismo social e, portanto, da própria dominação:

A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a **perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional**, dirigente ou instrumental. Se se quer **destruir esta trama**, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige. (Idem, p.49, grifos nossos).

Identificar a crítica de Paulo Freire à extensão rural é, em certa medida, inteligível. Contudo, Freire aposta numa mudança na ação do extensionista, realizando uma efetiva educação humanista e dialógica, superando, portanto, a própria *filosofia* extensionista criticada pelo autor. Em outras palavras, Freire tem uma proposta de “aprimorar” o extensionismo rural, tornando-o verdadeiramente libertador. Talvez aqui cabe a pergunta: seria possível o extensionista realizar uma função humanista e, em certa medida, libertadora diante de sua formação e de seu lugar social?

⁸⁷ Alienação aqui é tomado no sentido restrito de “falsa consciência” e não no sentido marxiano de alienação do trabalho no processo de produção capitalista tal como descreve Marx nos manuscritos econômicos-filosóficos. (Netto, 2012).

Seria muita pretensão realizar uma negação eminente dessa proposta. A aproximação entre extensionistas e os segmentos mais expropriados dos produtores e trabalhadores rurais pode sim imprimir certa associação entre ambos. Contudo, como já afirmamos aqui, a formação extensionista, bem como a *filosofia* extensionista trazem, em sua essência, a desigualdade e a expropriação de saberes, possuindo uma matriz de viés hegemônico e dominador. Assim, a ação de superar o caráter da dominação do extensionismo modificando seus objetivos educativos sem descaracterizar a própria extensão enquanto *filosofia* nos parece inviável, ou muito difícil de ser trilhado. A relação entre capital e trabalho nas áreas rurais continuava baseada na expropriação – em particular aqui de saberes – e na manutenção da exploração produtivista permeada pela difusão tecnológica. Contudo, a retórica de um caráter “humanista” contida no discurso extensionista vai ser importantíssima na década de 1980 para a aproximação desses extensionistas aos aparelhos privados contra hegemônicos que emergem nesse momento, sobretudo o MST, que será o foco do último capítulo.

Voltando ao debate crítico ao extensionismo pela historiografia especializada, além de Freire, a pedagoga Maria Lousa da Fonseca nos ajuda a entender melhor a natureza capitalista do projeto educativo da extensão rural. Fonseca identifica o responsável pela adaptação do modelo de extensão rural norte-americano para os países na América Latina, o agrônomo Evertt Rogers. A partir do programa de extensão rural dos Estados Unidos, criado ainda no início do século XX, Rogers adaptou essa política propondo um projeto de cunho *difusionista-inovador*: “o claro entendimento desse processo de ensino-aprendizagem é o ponto central da abordagem rogeriana, pois nele está a chave capaz de abrir portas que impedem a passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento [...]” (Fonseca, 1985, p. 44). A autora ainda alerta para a questão da relação entre desenvolvimento social subordinado ao desenvolvimento econômico.

Na ótica de tais programas, o objetivo básico era levar as camadas populares rurais ao alcance de duas metas essenciais para a conquista do desenvolvimento econômico-social: 1) a obtenção de melhores índices de produtividade, aliada a uma maior racionalização da produção agrícola e, 2) melhores condições de vida no campo. (Idem, p. 48). Assim, é possível entender, a partir desses princípios rogerianos, que somente os pequenos proprietários rurais seriam capazes de “arcar” com os custos da produção capitalista e educacional do extensionismo, sendo difícil realizar uma conceituação do tipo de educação rural praticada por seus pares. Vemos ainda como Rogers deixou claro que a extensão rural era parte de uma ideologia desenvolvimentista, como comentamos anteriormente.

Maria Sibebe Portilho (1998;1999) possui uma dissertação que também estuda a “prática educativa informal” do extensionismo. Tal como Fonseca, Portilho afirma que a prática educativa extensionista não era “neutra”, proferindo um discurso “ideológico” e representando uma “relação de poder”. Ela produz um resumo muito bem articulado sobre a problemática da questão da educação como prática da extensão rural. Nas palavras da autora o extensionismo: “*é uma prática educativa assistencialista, interventora e contribuidora para o processo de dominação*”, inclusive baseada, implicitamente, na teoria do “capital humano” e do “ideário positivista” que inclui o pensamento “evolutivo”, com o objetivo final de alcançar “ordem” no campo (Portilho, 1999, p. 132). Assim, o princípio do “bem-estar social” era o meio e o fim, da educação extensionista, que teve continuidade do período da ABCAR para o período da EMBRATER. A autora produz uma sólida reflexão crítica da problemática do extensionismo que traduz a discussão do caráter da “pedagogia extensionista”:

A Extensão Rural ao desenvolver um trabalho educativo assistencialista e controlador, impossibilita que o pequeno produtor desenvolva criticamente sua consciência e dinâmica, e as relações de poder existentes na mesma. São homens, mulheres, jovens, crianças, limitados e “assistidos”, que paulatinamente distanciam-se da dimensão de sujeitos históricos, sociais, de práxis. Sua prática educativa transforma em “moderno” o “pequeno produtor e sua família” e é uma excelente forma, para o capital, de controlar a terra e o seu uso. A existência humana só é possível num processo de construção social-histórico, em sua totalidade. (Portilho, 1999, p. 137).

Nesse mesmo viés de Portilho, Fonseca explicita ainda a combinação da ideologia do desenvolvimento rural com a “educação” extensionista. O processo de superação do subdesenvolvimento passaria pela atitude difusionista da extensão rural como um projeto capitalista. Amparada em pesquisa histórica de grande fôlego, ela estabelece uma crítica ao extensionismo em assumir um projeto para o capital cuja desmobilização política dos setores miseráveis dos produtores rurais se perpetua devido ao caráter excludente e reprodutor das desigualdades produtivas no campo. Com efeito, a autora afirma que a extensão rural, no período da ABCAR, aumentava o fosso da desigualdade entre os produtores rurais ao privilegiar somente aqueles produtores que poderiam arcar com os custos de uma produção capitalista:

Quadro 10: Classificação das famílias rurais em uma determinada área

<i>Classificação</i>	Grupo A (super-marginais)	Grupo B (marginais)	Grupo C (submarginais)
<i>Posse de Terras</i>	Latifundiários. Grandes proprietários Médios proprietários Grandes arrendatários Personalidades jurídicas	Pequenos proprietários Médios arrendatários Médios parceiros Alguns posseiros	Minifundiários. Pequenos arrendatários. Pequenos parceiros. Posseiros. Trabalhadores rurais.
<i>Capacidade de pagamento</i>	Boa atual	Pequena atual. Boa potencial	Escassa atual e potencial.
<i>Facilidade de crédito</i>	Boas em condições razoáveis. Sabem como obtê-los	Conseguem em condições razoáveis. Não sabem como obtê-los	Não gozam de crédito em condições razoáveis, e não conseguem obtê-lo.
<i>Produção</i>	Boa para negociar. Pequena para consumo. Razoavelmente eficiente	Para venda e consumo, porém ineficiente para os recursos que têm.	Exclusivamente para consumo ou pequena para venda. Muito escassa. Agricultura de manutenção.
<i>Conhecimentos</i>	Bons de administração. Bons ou escassos técnicos	Escassos técnicos e de administração	Ignorantes de administração e escassos técnicos.
<i>Condições de vida</i>	Média ou acima da média. Participam da vida da comunidade	Ruins, abaixo da média. Pequena participação na vida da comunidade.	Péssima. Má alimentação, má saúde. Escassa participação na vida da comunidade.

Fontes: ABCAR. *Programa do curso intensivo de extensão em agricultura*. s.d., p. 29, *apud*. FONSECA. Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil*, um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985, p. 179.

O quadro acima reproduzido é encontrado no trabalho de Fonseca como exemplo dos critérios de seleção que a extensão rural, na década de 1960, se baseava. Tanto o grupo A (super-marginais), quanto o grupo C (submarginais), estariam excluídos do público alvo preferencial do extensionismo, num primeiro momento, pois o primeiro grupo tinha condições de obter crédito rural – como mostra o item “facilidade de crédito” – para modernizar sua propriedade, enquanto que o terceiro grupo não teria nenhuma condição de aumentar a sua produtividade devido ao estado de pobreza e subnutrição que se encontravam. Além disso, enquanto os submarginais não teria como oferecer qualquer garantia aos bancos para obterem qualquer tipo de financiamento, os super-marginais contavam com regular acesso à empréstimos. No entanto, o grupo B conseguiria obter linhas de crédito junto às instituições bancárias, só não sabia como fazê-lo. Por isso, no item “capacidade de pagamento”; somente o grupo B tem a avaliação de “potencial” em relação ao grupo C, enquanto que o grupo A seria identificado com plena capacidade de pagar suas dívidas.

No item “posse de terras”, apenas os grupos A e B são classificados como proprietários de terras, o grupo C seria composto, em sua maioria, de trabalhadores rurais, pequenos arrendatários, pequenos parceiros e posseiros. Por fim, o quadro acima também nos

mostra que apenas nos grupos A e B encontravam-se proprietários de terra, o que demonstra a divisão exercida entre proprietários e não proprietários, eliminando o caráter de classista na questão de expropriação e exploração que tornava o grupo “B” e “C” mais próximos, confirmando a estratégia de segmentação das classes subalternas.

Podemos, então, falar numa centralidade do crédito rural em relação aos critérios elencados pela extensão rural de seus beneficiadores? Entendemos que é positiva a resposta dessa pergunta. A aproximação da extensão rural e do crédito rural foi desenvolvida no capítulo um, mas vale a pena retomar aqui rapidamente. O crédito rural, na década de 1950-60, seria uma política complementar importante e, na década seguinte – quando a EMBRATER foi criada –, houve a identificação direta entre crédito rural, extensão rural e pesquisa agropecuária. Contudo, essa configuração do perfil ideal do público alvo, seria diferente período da EMBRATER. Houve o deslocamento deste modelo de público alvo do grupo B para o grupo A, pois estes traziam resultados de aumento da produtividade “mais rápido” do que o grupo B. Contudo, a exclusão de produtores do grupo C permaneceria.

3.3 – Extensionista como vocação

Depois de executarmos uma digressão sobre a crítica ao discurso educativo devemos nos concentrar na reflexão do agente da extensão: o extensionista. O desafio desta tarefa encontra-se em não reproduzir o discurso do extensionismo como uma profissão de “vocação”, ou seja, um verdadeiro sacerdote no campo. Não é difícil encontrar na documentação oficial declarações sobre o extensionista personificado como “destinado” a realizar uma “missão civilizatória”, chegando-se até a identificá-lo como um “herói brasileiro”, que realizava uma verdadeira cruzada pelo interior do país:

Eu creio
Na extensão rural como ação educativa, matriz e ideias e desejos de progresso, mobilizadora de vontades e recursos para a promoção do desenvolvimento;
Em mim mesmo eu creio, no meu preparo profissional e vocação de servir, na minha identificação com os aspectos vitais da comunidade a que pertenço, na determinação que tenho de ajudar a construir a grandeza e o progresso de meu país e, assim, tornar útil a minha própria vida.

E porque eu creio, sou extensionista.

(EMBRATER, s.d.b, p. 1)

A documentação oficial constantemente utilizava a premissa “um homem, uma mulher e um jipe” para designar a mobilidade e ação da extensão rural no interior do Brasil. A

interpretação é simples: “um homem” seria o extensionista técnico, formado em agronomia (de nível médio e/ou superior), responsável pela execução direta das atividades técnicas; “uma mulher” era a economista doméstica, responsável pelas ações assistencialistas, “melhoramentos” do lar, ensinamentos de práticas sanitárias, de higiene, também de corte e costura, além de organizações de festividades. O “jipe” era o símbolo estadunidense máximo, a herança da origem (lembrando que todos os jipes eram importados dos Estados Unidos) e representava a mobilidade e a capacidade de interiorização da extensão rural no país (Anexo 14).

Na cartilha intitulada “*Extensionista: uma profissão de fé*”, José Paulo Ribeiro destaca o extensionista como uma liderança no meio rural que precisava estimular a crença dos produtores rurais para conduzi-los a uma nova forma de produção:

Uma liderança se constrói com ingredientes insubstituíveis. O mais importante é se fazer crer. Não somente os líderes carismáticos, arrebatadores, condutores de legiões são os que precisam instilar confiança. Também os líderes serenos, como vocês, extensionistas, que se impõem por uma inquestionável ascendência de capacidade, precisam ser respeitados pela qualidade que lhes é inerente, a de transmitir mensagens acreditáveis. E tudo isso é possível, porque o grupo que vocês constituem é composto por pessoas, onde, da divergência de personalidades, nasce a convergência de interesses que, no caso, é o destino do nosso sistema. (Ribeiro, 1984b, p. 11)

A “áurea” de sacralidade em torno da profissão não se limitava à questão da crença. Havia uma rígida conduta de vida a ser seguida para manter-se como modelo ideal de comportamento na vida privada. Havia, nesse caso, uma moral imposta que tinha como principal algoz a extensionista mulher:

Nesta história de meio século, convém salientar o início de um trabalho de verdadeiro cunho **missionário**, com regras rígidas e disciplina férrea, onde a **vida particular do extensionista era supervisionada da mesma forma que as metas de trabalho que ele desenvolvia**. Sua imagem na comunidade era fundamental, para que os grupos o respeitassem também como liderança repleta de exemplo de vida, de correção pessoal.

Em relação à mulher extensionista, então, a cobrança pessoal exorbitava ao comportamento em si, pois a ela era imputada uma condição inclusive de não poder contrair núpcias, de ser condenada ao celibato como forma condicional de continuar no serviço. O casamento era uma forma de demissão sumária [...] (Silva Filho, 2005, p. 20).

A extensionista tinha uma função especial junto ao público feminino levando técnicas de costura, procedimentos de saúde e cuidados domésticos, como na preparação de comidas, manutenção da casa e sua limpeza. A consulta de três manuais sobre a administração do lar e da casa da ACAR-MG, ACAR-RJ e ACAR-PE nos revela a estrutura uniformizada existente na educação extensionista e também como era reproduzida uma visão conservadora de sociedade, todos eles baseados no modelo estadunidense. Basicamente, os manuais eram divididos em três itens básicos: 1) Administração do Lar – como organizar os móveis, os

utensílios, dicas de economia para administrar a renda da família; 2) Alimentação – técnicas de higiene de alimento, instalação de filtros de água, ou fervura da água, receitas caseiras e produção de horta no quintal da casa para a subsistência e 3) Vestuário – técnicas de costura para a fabricação de roupas, escolha de itens de costura. Podemos perceber essa padronização do extensionismo nas três cartilhas com a presença, em todas elas, do ensinamento da fabricação do cabide a partir de pedaços de madeira, como bambus, ou de utensílios reciclados, como vassouras já usadas (Anexo 13).

Para realizar essas tarefas, era estimulada a aquisição de equipamentos domésticos, como máquinas de costuras (figura 16) numa clara influência ao consumo de tais produtos e reforço da divisão sexual do trabalho, no qual a mulher teria um papel limitado ao lar, “da casa, do lar e dos filhos”⁸⁸ (Pinheiro, 2016).

Figura 16: Corte e costura – Projeto Vestuário num Clubes 4-S de Goiás



Fonte: CNC4-S. *Relatório dos Clubes 4-S à Nação*. Rio de Janeiro, SIDCNC4-S, 1969, p. 38

Os critérios para ser “uma extensionista” iam desde “equilíbrio emocional”, “boa aparência”, “mente aberta”, até “convicções religiosas e filosóficas” (Idem, p. 83). Sobre essa questão, Camila Pinheiro destaca que:

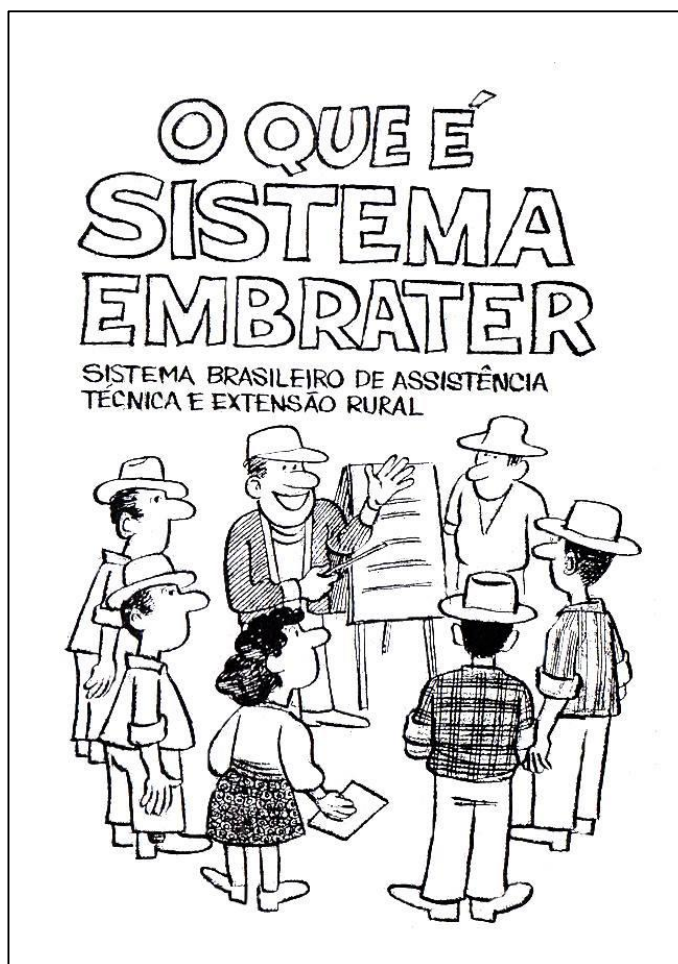
[...] o que chama mais atenção é o aspecto físico e a exigência estética por “boa aparência”. Mais do que ser intelectualmente aptas, as supervisoras [extensionistas] deveriam atender aos padrões de beleza vigentes à época, em uma clara objetificação

⁸⁸ É digno de nota uma certa contradição do discurso com a prática. As extensionistas que reproduziam o discurso e ensinavam a mulher na conservação do lar, no cuidado com os filhos, higiene, etc., sem problematizar o papel subalterno que a mulher detinha, ao mesmo tempo possuía um perfil de vida completamente distinto: tinha um grau de instrução elevado – a maioria era formada em economia doméstica – trabalhavam fora de casa – como extensionistas – longe dos pais e maridos, em sua maioria.

da figura feminina que se coadunava com a desvalorização dos seus aspectos profissionais/técnicos (Idem, p. 84)

Assim, a extensionista deveria ser uma verdadeira “vitrine” do padrão moral exigido no período. Não há qualquer relato de que tenha ocorrido mudanças no “padrão de extensionista” nas décadas seguintes, seja nos critérios de seleção das extensionistas, seja nos objetivos e funções que elas deveriam exercer, indicando uma continuidade nesse aspecto. Isso fica mais claro na figura 15, onde apresentamos duas cartilhas, uma da década de 60 e outra da década de 70, as quais ambas tratavam da mesma temática (melhoramento de cozinha) e possuíam uma mesma autora (Joana D’Arc Brumano Vieira).

Figura 17: Imagem da capa da cartilha sobre o SIBRATER distribuída no interior do país



EMBRATER. *O que é Sistema EMBRATER*. Brasília: Embrater, [s.d.b], capa

Na capa da cartilha, produzida pela própria EMBRATER e reproduzida acima, há uma ilustração que representa uma típica reunião entre o extensionista homem e os produtores rurais. É possível destacar que somente a representação do extensionista – de boné ao lado do cavalete – estaria falando, pois ele é o único personagem desenhado com uma boca. Os

demais personagens não possuem boca e, portanto, somente escutam “o saber” (re)produzido pelo extensionista, conhecimento esse alheio a sua própria experiência e cultura. Não há diálogo tampouco debate crítico para promover qualquer aprendizado.

Figura 18: Propaganda no jornal *O Globo* sobre a ação dos extensionistas da EMBRATER



ESTE HOMEM ARRANCOU A GRAVATA, ARREGAÇOU AS MANGAS E SUMIU NO MATO. HOJE É DIA DE TIRAR O CHAPEU PRA ELE.

Ele é um herói anônimo da agricultura brasileira. Um dos 22.162 profissionais do sistema Embrater.

Eles estão espalhados pelo Brasil, em quase 3.200 municípios de 25 unidades da federação. Há mais de 30 anos. Cada um desses homens e mulheres, entre os quais há mais de 12 mil técnicos, arregaçou as mangas e entrou em campo para ajudar a construir um novo estilo de desenvolvimento rural.

Aproximando-se do agricultor, de sua família, de suas organizações, de sua comunidade. A tarefa é educativa: tem o propósito de estimular

pequeno e médio, a melhorar sua produtividade e suas condições de vida, respeitando o meio ambiente.

O homem da extensão rural assessora as atividades agropecuárias, incentiva a produção de alimentos básicos, apóia os jovens e as mulheres, procura fortalecer as estruturas comunitárias, como o cooperativismo e outras formas de associação. Mas, acima de tudo isso, ele comunga com o homem do campo de uma

perspectiva: a de que é possível viver da terra com dignidade.

Hoje, quase 1 milhão e meio de agricultores atendidos têm consciência disso. Em 1956, quando se iniciou o sistema brasileiro de extensão rural, a produção de grãos era de 13,2 milhões de toneladas.

A meta atual do governo é produzir 72 milhões.

O homem da extensão rural está lá, ajudando a plantar esta idéia. Mas ele não aparece. O que aparece é o seu trabalho.

EMBRATER
Serviço de Extensão Rural
MINISTERIO DA AGRICULTURA

Fonte: Jornal *O Globo*, 05 de dezembro, 1986, p. 23

A propaganda acima foi publicada no jornal *O Globo*, de ampla circulação nacional na década de 1980⁸⁹. Nela podemos observar, novamente, a representação do extensionista como um “herói anônimo”, de atividade não burocrática, mas de ação efetiva, braçal; afinal, a propaganda sugere que o extensionista “arrancou a gravata e arregaçou as mangas”. Os dados apresentados no texto evidenciam ainda a abrangência do sistema que, apesar de sua pouca

⁸⁹ Encontramos essa mesma propagando em periódicos da SNA.

repercussão – reforçado pelo caráter do anonimato – o extensionista possuía uma poderosa presença no meio rural recuperando a “dignidade” de se viver pela e para a terra num país predominantemente urbano em meados dos anos 80. Portanto, aqui cabe uma pergunta: quem são esses “heróis” extensionistas?

A pesquisa sobre os extensionistas e seu perfil é menos expressiva na historiografia sobre a extensão rural. A partir da leitura da documentação primária, é possível inferir apenas que a maioria dos extensionistas que estavam espalhados no interior do país tinham escolaridade técnica, de nível médio, oriundos, em grande parte, das classes subalternizadas do campo, inclusive alguns filhos de produtores atendidos pela extensão rural⁹⁰. Antonio Dantas (1981), em sua pesquisa sobre a composição dos extensionistas da EMATER de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, no período de 1977-1980, avalia o perfil social dos extensionistas que compunham o quadro de funcionários. Por meio de uma análise quantitativa e da aplicação de questionários aos extensionistas das empresas estaduais Dantas chegou ao seguinte padrão do perfil do extensionista: homem, na faixa etária entre vinte e quatro anos, formado em escolas técnicas de agronomia da região, com um salário maior do que a renda média local. Dantas observa ainda que a maioria destes extensionistas são a primeira geração de letrados pobres:

As escolas profissionalizantes aparecem somente após a universalização do ensino primários, como uma necessidade para impedir que a multidão de candidatos vindos do povo, invadissem os Cursos Superiores numa verdadeira ameaça à Universidade. Referidas escolas diferenciaram-se das Clássicas, como Escolas Interessadas ou de Formação para o Trabalho. As escolas Agrícolas de nível médio, como profissionalizantes, atualmente entre as mais evidentes, guardam ainda as marcas, certos traços e estilos e, mais do que isto, uma clientela característica e tradicionalmente ligada ao trabalho do campo: o homem rural, o trabalhador e sua descendência – pobre e com as aspirações e expectativas educacionais reprimidas e estrategicamente bloqueadas pelo sistema político administrativo do capitalismo (Idem, p. 57)

Nesse sentido, os técnicos que estavam nos escritórios locais no interior do país projetavam na profissão de extensionista a possibilidade de mobilidade do estrato social, uma vez que conseguir uma vaga nesses escritórios conferia uma condição financeira que estava acima da média da renda de sua comunidade de origem e, muitas vezes, maior do que a própria renda de seus pais.

Desse perfil sócio econômico o autor conclui ainda outras questões importantes: a primeira delas é que o cargo de extensionista era o “primeiro” emprego do egresso das

⁹⁰ Assim cabe observar que a massa de camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais “orgânicos” e não “assimila” nenhuma camada de intelectuais “tradicionais”, embora outros grupos sociais extraiam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa. (Gramsci, op. cit., p. 16)

escolas de agronomia sendo, portanto, o Serviço de Extensão Rural destes estados a principal demanda de técnicos. Em segundo lugar, Dantas observa que dentro das empresas estaduais ocorre uma divisão por tarefa:

Aparentemente isto faz crer que se processa uma ascensão dos técnicos de nível superior na escala de atividades da Entidade, passando Agrônomos e Veterinários para funções mais especializadas como coordenação, administração e supervisão e outros trabalhos junto a produtores de média e alta renda, desocupando dessa forma, lugares mais apropriados para os técnicos de nível médio. (Idem, p. 64)

Dessa forma, os extensionistas presentes nos escritórios da EMATER de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul com formação superior eram os responsáveis pelos programas e projetos direcionados para médios e grandes produtores, enquanto que os técnicos formação de nível médio ficavam com os projetos “mais simples”, eram relegados para populações de baixa renda e pequenos produtores. Assim, a pesquisa estabelece uma espécie de “cisão” das atividades dos extensionistas dentro da empresa a partir da qualificação profissional: o extensionista técnico de nível médio para os pequenos e o extensionista de nível superior para os grandes produtores. Isso revela um *acesso seletivo* promovido no interior das EMATER’s do Sul do país ao separar a difusão tecnológica simplificada aos setores ditos “mais atrasados”. Tal prática, portanto, reforça uma contradição entre o discurso e a ação uma vez que o extensionismo não estaria contribuindo para a “elevação do bem estar” como sua propaganda insistia em propagar, mas reforçava e aprofundava a desigualdade social no campo. Contudo, essas conclusões poderiam ser generalizadas para todos os Estados?

Antonio Dantas coloca em dúvida se esse perfil dos extensionistas e a prática de divisão entre os extensionistas de grau superior e técnico seria apenas um fenômeno das EMATER’s de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul: “*Tavares*⁹¹ encontrou semelhante resultado para os egressos dos colégios agrícolas do Nordeste, no que se refere a contratação para as EMATERs” (Idem, p. 67). Essa é a única indicação no trabalho do autor que pode significar uma resposta positiva à generalização do perfil do extensionista médio que ele encontrou no sul do país para a região Nordeste, todavia, Dantas não afirma a divisão do público pelo grau de formação do extensionista e, infelizmente, não tivemos acesso ao trabalho mencionado.

Sabemos que havia uma diferença regional importante. Uma primeira distinção crucial que ocorre era a diferença entre os extensionistas do Sul e Minas Gerais com os extensionistas

⁹¹ TAVARES. Carlos Alberto. *Estudo comparativo entre a aspiração profissional do aluno concluinte do curso técnico agrícola e sua ocupação real*. Recife, UFRP. Imprensa Universitária, 1972. Apud. Dantas, 1981.

do Nordeste (Rodrigues, 1994, p. 232). Mesmo sendo a maioria (tabela 11), os extensionistas nordestinos não tinham tanto destaque em relação aos mineiros. Conforme foi visto no capítulo um, a implantação do primeiro núcleo institucional da extensão rural no Brasil foi em Minas Gerais e a Universidade Federal de Viçosa foi o celeiro das primeiras gerações de extensionista e, de certa forma, foi também o ponto de difusão do modelo extensionista para todo o país. Isso pode ser comprovado não somente pelo principal centro de treinamento dos extensionistas ser em Viçosa, criado em 1964, como ainda o aparecimento do curso de economia doméstica para voltado para formar profissionais para atuar na extensão rural na área de assistência social. Seria da extensão rural mineira a “safra” dos principais intelectuais orgânicos do extensionismo como José Paulo Ribeiro⁹² (MG), Glauco Olinger⁹³ (SC), Renato Simplício Lopes⁹⁴ (MG) – estes dois últimos inclusive foram presidentes da EMBRATER – que publicavam diversas cartilhas da EMBRATER sobre variados temáticas.

Leila Chalub Martins (2001) afirma que os alunos de Viçosa estavam sujeitos a um *habitus* de caráter “repressivo e tolhedor” de qualquer “espírito crítico”. Assim, o “espírito esaviano” tinha o caráter conservador e tradicionalista. Esse traço de conduta seria de acordo com o público da própria escola que era composto por membros da classe dominante agrária: “*Pode-se afirmar que a grande maioria dos alunos da Escola era composta por filhos de proprietários de terra, prioritariamente da região, ou da zona rural de Estados vizinhos, como Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.*” (Idem, p. 179). Ou seja, o *habitus* esaviano refletia a própria origem de classe de seus alunos.

Martins continua: “*Ora, levando-se em conta o regime de internato da Escola, desde sua origem, pode-se supor que a manutenção desses alunos na Escola, durante um período de 4 a 8 anos – incluindo o curso médio de Técnico Agrícola – tenha sido bastante onerosa para suas famílias*” (Idem, p. 181).

⁹² Ribeiro, José Paulo. Políticas para produtos agropecuários: uma necessidade para o direcionamento da ação. Brasília: Embrater, 1980. *O papel da extensão rural no desenvolvimento da agricultura brasileira*. Brasília: Embrater, 1983. *Políticas: uma necessidade para o direcionamento da ação extensionista*. Brasília: Embrater, 1984; *Extensionista: uma profissão de fé*. Brasília: Embrater, 1984; *Oportunidades para um extensionista rural*. Brasília: Embrater, 1984; *O desenvolvimento do sistema de Extensão rural e a necessidade de se discutir o futuro*. Brasília: Embrater, 1985; *Executivos no serviço de extensão rural*. Brasília: Embrater, 1985; *Plano de administração da propriedade rural como veículo de modernização da agricultura*. Brasília: Embrater, 1985;

⁹³ OLINGER, Glauco. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: Epagri, 1996; *Como melhorar a eficácia da extensão rural no Brasil e na América Latina*. Brasília: Embrater, 1984; *Processo de Extensão Rural e Sistema de Convivência com a Seca no Nordeste*. Brasília, Embrater, maio 1984; *Extensão rural e Política Agrícola*, Brasília, Embrater, 1984. Glauco Olinger no período em que foi presidente da EMBRATER, ver quadro III, escrevia o editorial da revista *Extensão rural*, publicada pela empresa mensalmente.

⁹⁴ LOPES, Renato Simplício. *A extensão rural e a assistência técnica no Brasil: um compromisso com o futuro*. Brasília: Embrater, 1989; *Evolução Conceitual da Extensão Rural no Brasil*. Brasília, Embrater, s.d.

A maioria dos alunos eram homens, sendo o público feminino relegado ao curso superior de ciências domésticas. O perfil das alunas era de “*filhas e mulheres dos alunos e docentes da Escola de Agronomia*” (Idem, p. 182). Sobre essa questão o trabalho de Camila Pinheiro nos oferece mais pistas do perfil das extensionistas. Em seu trabalho sobre a formação das mulheres da extensão rural, ela destaca sua formação nas escolas de economia domésticas.

No ano de 1967, quando teve suas atividades encerradas, a SEAV [Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário] regulava o funcionamento de 6 colégios de Economia Doméstica Rural, 3 cursos técnicos de Economia Doméstica Rural anexo a colégios agrícolas, 1 curso técnico de Economia Doméstica Rural da Fazenda Rosário em Ibitité-MG, 30 cursos de preparação de Economia Doméstica e 9 cursos vocacionais de Economia Doméstica. (Idem, p. 73)

De maneira geral, a formação principal das extensionistas era de nível técnico secundário (Idem, p. 74). Havia apenas em Viçosa um curso superior de economia doméstica que recrutava nas escolas da região suas alunas. O acesso às escolas de economistas domésticas era maior que nos cursos superiores – mas, se comparado com os cursos técnicos para homens, era bem inferior. Além disso, a proliferação dos cursos em economia doméstica acompanharam o crescimento da extensão rural, que demandava esta mão de obra qualificada (Idem, p. 80). Outro dado curioso é que não encontramos na direção geral da EMBRATER nenhuma extensionista, o que reforça a questão da inferioridade das economistas domésticas extensionistas diante do extensionista com formação em agronomia, ou veterinária. Na década de 1970, houve um declínio da profissional em economista doméstica nos serviços de extensão rural. Isto está diretamente ligado a desvalorização do assistencialismo em contraste com a valorização do produtivismo no período da EMBRATER.

Seja como for, tanto os extensionistas quanto às extensionistas de nível superior e técnico estavam em contato direto com os trabalhadores rurais imprimindo uma nova *filosofia* não produzida pela própria classe subalternizada, mas antes pela sua classe oriunda, a classe dominante, como afirmou Gramsci. Podemos perceber que a maioria dos extensionistas com formação técnica, que era composta de maioria dos extensionistas, não eram filhos ou oriundos diretamente de grandes proprietários. Contudo, as escolas de agronomia imprimiam o *habitus conservador* da classe dominante agrária, assim como sua superioridade conquistada pelo seu trabalho como extensionista colocava-o em uma posição mais elevada financeiramente e simbolicamente na sua região (não há indício de deslocamentos grandes de extensionistas entre os estados, permitindo inferir que o recrutamento dos extensionistas era feito nas escolas de agronomia da região). Além disso, a formação escolar especializada também introduzia nos extensionistas o discurso desenvolvimentista e da racionalidade

econômica e técnica que carrega em si uma desmobilização política e social que afetam diretamente na formação e organização de uma consciência de exploração e expropriação na qual enfrentam.

Aqueles extensionistas formados em escolas superiores como, por exemplo, os agrônomos “esavianos” de Viçosa, carregavam um *habitus* mais forte do que aqueles das escolas técnicas, uma vez que estes tiveram a socialização familiar de grandes produtores de terras e, portanto, sua posição de classe era maior dentro da própria extensão rural. Isso já foi indicado no trabalho de Dantas, quando ele afirma que os extensionistas de nível superior executavam trabalhos de maior complexidade junto aos grandes produtores rurais.

No início dos anos 70, quando o agrônomo ingressava na EMBRATER, ele recebia apenas cursos de capacitação para entender o programa extensionista, mas sem nenhum conteúdo pedagógico incluso. A preocupação de uma sistematização no processo de formação somente ocorreu em 1982 com as “*Diretrizes gerais e normas operacionais de capacitação inicial para técnicos do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER)*”. Nesse documento – que não servia de uma regulamentação, mas apenas de sugestão para os escritórios regionais – havia três módulos que o extensionista deveria percorrer: “*módulo 1 – experiência inicial de campo / módulo 2 – Fundamento teórico-prático / módulo 3 – Experiência final de campo*” (EMBRATER, 1982a, p. 12-18). A proposta era que o extensionista tivesse maior contato com a realidade social que a população rural assistida, para que houvesse um melhor progresso em sua “vocação”, ou seja, o aprofundamento do *habitus* adquirido em sua formação escolar. Vale a pena lembrar ainda que, desde a década de 1960, a maioria dos currículos dos cursos de agronomia – de nível médio e superior – contavam com uma cátedra de extensão rural, conforme vimos no capítulo dois.

Guardando as devidas proporções entre as regiões, é possível pensar no extensionista brasileiro como um verdadeiro intelectual subalterno orgânico diretamente envolvido com as comunidades rurais reproduzindo, mais do que produzindo, uma espécie de *filosofia* extensionista, isto é, uma visão de mundo modernizante superando o senso comum dos saberes de produção já existentes por outros “mais adequado” à concepção moderna do patronato rural brasileiro (Gramsci, 2001, p. 116), “*criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos sociais subordinados*” (Gramsci, 2011b, p. 41). Essa *filosofia* extensionista ensinada pelo extensionista pode ser identificada como o “outro senso comum” de caráter moderno e, com isso, mais eficaz para o processo de consolidação da hegemonia do capitalismo no campo brasileiro.

Não é somente a temporalidade que reside na qualificação de um intelectual orgânico, nem mesmo podemos entender que só existiria um tipo de intelectual orgânico. Entender a posição do intelectual dentro do processo da correlação de forças políticas internas e externas é extremamente importante para determinar qual condição de classe e qual posição que ele ocupa. Em geral, acreditamos que os extensionistas possuíam o papel de *intelectual subalterno orgânico*-das classes dominantes agrárias cuja sua posição dentro da classe seria de subalternidade, ou seja, dominada em relação aos intelectuais orgânicos dirigentes, àqueles diretamente ligados às frações da classe dominante agroindustrial que conduziam, as políticas agrícolas no Estado restritas nas instâncias superiores como o Ministério da Agricultura. Nesse caso, o extensionista era um intelectual dominado da classe dominante⁹⁵, cumprindo, assim, uma função *ambígua* diante de sua posição intraclasses intermediária em que ocupava, mantendo um equilíbrio instável:

A posição de um indivíduo ou de um grupo na estrutura social não pode jamais ser definida apenas de um ponto de vista estritamente estático, isto é, como posição relativa (“superior”, “média”, “inferior”) numa dada estrutura e num dado momento. O ponto da trajetória que um corte sincrônico apreende, contém sempre o sentido do *trajeto social* [...] (Bourdieu, 2011, p. 7).

Para dialogar com essa afirmação de Bourdieu precisamos novamente recorrer às reflexões do pensador italiano Antonio Gramsci que, ao teorizar sobre a relação entre Estado e sociedade civil, considera o papel dos intelectuais como fundamental para a organização do Estado ampliado:

Por outro lado, eu amplio muito a noção de intelectuais e não me limito a noção corrente, que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo leva também a certas determinações do conceito de Estado, que, habitualmente, é entendido como sociedade política (ou ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento), e não como um **equilíbrio** da sociedade política com a sociedade civil (ou hegemonia de um grupo social sobre toda a sociedade nacional, exercida através das organizações ditas privadas, como a igreja, os sindicatos, as escolas, etc.), e é especialmente na sociedade civil que operam os intelectuais. (Gramsci, op. cit., p. 84).

Esse trecho foi extraído das cartas do cárcere de Gramsci e data de 1931. Aqui vemos que Gramsci já considerava todos como intelectuais – apesar de nem todos exercerem a função de intelectuais –, mas ainda restringe a atuação destes na sociedade civil. O caderno de número 12 *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais* é do ano de 1932, ou seja, um ano após a carta, acima citada, ser escrita. Vemos que neste Caderno Gramsci de fato ampliou noção de intelectuais ao considerá-lo como:

⁹⁵ Os escritores e artistas constituem, pelo menos desde a época romântica, uma *fração dominada da classe dominante*, que, em virtude da ambiguidade estrutural de sua posição na estrutura da classe dominante, vê-se forçada a manter uma relação ambivalente tanto com as frações dominantes da classe dominante (“os burgueses”) como com as classes dominadas (“o povo”), e a compor uma imagem ambígua de sua posição na sociedade e de sua função social (Bourdieu, op. cit., p. 192, grifos do autor)

“[...] ‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso ‘espontâneo’ [...]; 2) dos aparelhos de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não ‘consentem’” (Idem, p. 21).

Além disso, Gramsci, ainda no mesmo Caderno, apresenta uma divisão entre intelectual orgânico e o intelectual tradicional. O intelectual orgânico seria representante dos interesses da classe da qual ele é oriundo. Em outras palavras, o intelectual orgânico estaria organicamente ligado à classe ou fração da qual fora forjado. Já os intelectuais tradicionais seriam resquícios de intelectuais de um modo de produção que foi substituído e deixou de existir. Isso quer dizer que antes de serem tradicionais eles foram orgânicos. Dessa forma, entendemos que a principal distinção dos intelectuais tradicionais e dos orgânicos reside na temporalidade. O exemplo que Gramsci traz para a reflexão sobre os intelectuais tradicionais são os eclesiásticos, pois eles foram intelectuais orgânicos do modo de produção feudal e que, a partir do século XIX, com o surgimento do modo de produção capitalista, não deixaram de existir, mas também não são organicamente oriundos do capitalismo (Wood, 2001). De qualquer forma Gramsci ressalta que o padre – como intelectual tradicional arregimentado pela burguesia italiana, no início do século XX, era um dos “intelectuais mais numerosos”, e estavam diretamente envolvidos com a hegemonia sobre as classes subalternas (Gramsci, op. cit., p. 112). Assim, seu papel não era educar, mas antes produzir consenso imprimindo um conformismo desmobilizador que reforça a condição do “homem-massa” e do seu senso comum.

É tentador tentar interpretar os extensionistas como intelectuais tradicionais. Contudo, descartamos essa possibilidade, pois acreditamos que o extensionista não constitui-se num segmento de alguma classe ou fração de classe que deixou de existir. Porém, também compreendemos que tentar entendê-los como intelectuais orgânicos subalternos possui limitações inerentes à sua vinculação orgânica com entidades e organizações do âmbito da sociedade civil. Mesmo assim, a noção de intelectuais orgânicos, qualificando-os numa posição de subalternidade dentro da classe dominante, pode ser mais adequada para entendermos os extensionistas do que denominá-los como “burocratas”, ou apenas “técnicos do Estado”.

A pesquisa do professor Rodrigo Lamosa nos ajuda a pensar melhor sobre essa questão do intelectual orgânico subalterno. Em sua tese, Lamosa estudou o projeto da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) intitulado “agronegócio na escola”. Esse programa constitui-se em promover a imagem do agronegócio nas escolas públicas no município de Ribeirão Preto (SP) onde predomina a produção de cana de açúcar, usinas e é a

sede da “coirmã” mais poderosa da ABAG, a ABAG-Ribeirão Preto (ABAG-RP). A execução deste programa destaca a assimilação do professor da escola pública que trabalha com os alunos esse projeto, inclusive reproduzindo o material didático confeccionado pela própria entidade e não oriundo do material disponível pelas secretarias de educação dos municípios. Lamosa afirma que *“O apoio dos educadores é fundamental para o sucesso da entrada do empresariado na escola pública. A assimilação destes intelectuais é indispensável para a difusão da boa imagem das empresas”* (Lamosa, 2014, p. 212).

Assim, o autor parte da noção de intelectual orgânico para entender a ação desses professores destacando que estes não são nem dirigentes do processo, mas também não podem ser pensados numa perspectiva de passividade, ou mesmo de resistência a essa ação de consolidação da hegemonia do agronegócio dentro da formação dos alunos que estão, por sua vez, dentro de uma escola pública, ou seja, numa educação dirigida pelos aparelhos de Estado. *“O papel dos profissionais da educação nos projetos empresariais e de mediação entre os interesses privados das empresas e os alunos das escolas públicas”* (Idem).

Um primeiro aspecto, imediatamente identificado nas primeiras entrevistas com os professores, é que os docentes, em certa medida, reproduzem o discurso entoado também pelas representantes da ABAG-RP de que o sucesso ou o fracasso da participação dos professores no programa se deve a eles mesmos (Idem, p. 226)

O curioso é que Lamosa identifica, nos discursos entre os professores entrevistados que realizam o programa “agronegócio na escola”, uma consciência do que representa essa iniciativa, porém os tipos de resistência presentes estão relacionados a *“precarização do trabalho docente e não à qualquer postura crítica dos docentes”*. (Idem, p. 249). Nesse sentido, Rodrigo Lamosa afirma o papel desses professores como intelectuais orgânicos do “agronegócio”, mesmo que de forma subalterna.

Estabelecendo uma aproximação teórica entre os professores que participam do programa agronegócio na escola e os extensionistas, estes possuem uma entrada subalterna no processo de constituição da hegemonia das frações agrária da classe dominante. Ancorados num discurso de “autonomia pedagógica” do professor, esses intelectuais orgânicos subalternos, ou intermediários, utilizam-se desse discurso para argumentar a sua não filiação a ABAG e muito menos aos seus interesses “por trás do projeto”.

A professora argumenta que não é uma “funcionária da ABAG” e que, portanto, não estaria preocupada com os interesses da associação empresarial, embora reconheça que “existe uma intenção dela por trás disto”. No entanto, segundo a professora é melhor não parar pra pensar muito em quanto está sendo usada pela associação, pois caso contrário “não faço o projeto (Idem p. 252)

Os professores são responsáveis por produzirem projetos educativos visando difundir uma imagem construída por meio dos materiais e pela “capacitação” da ABAG. A relação professor-ABAG se constitui num processo em que a

“autonomia” é ilusória. Neste sentido os professores tornam intelectuais orgânicos do projeto de hegemonia do “agronegócio”. (Idem, p. 258).

Entendemos que os extensionistas, tal como os professores que executaram o projeto “agronegócio na escola” da ABAG, realizavam ações no sentido de construir uma dada hegemonia do ruralismo brasileiro, sobretudo se tratando pelo seu *habitus* adquirido na formação educacional forjada nas escolas de agronomia – superior ou de nível técnico secundário – e pela sua ação como extensionistas reproduzindo o discurso da modernidade através da difusão tecnológica. Desta forma, *identificamos o extensionista não como um educador, mas como promotor direto na construção de uma hegemonia das frações da classe dominante agroindustrial sobre setores subalternos da qual seu conhecimento, adquirido em sua formação em agronomia, seja de nível superior, seja de nível médio técnico, foi originário*. Assim, seu projeto educativo não possuía o objetivo de libertar, ou mesmo construir uma dada consciência de classe organizadora e libertadora, mas sim de reafirmar a dominação e manter a exploração submetida pela própria estrutura social vigente.

Uma segunda diferenciação deve ser estabelecida dentro dentro do segmento extensionista que complexifica ainda mais a discussão: a hierarquia entre os extensionistas. Conforme já discutimos ao longo do capítulo, existiam extensionistas que estavam exercendo suas atividades em contato direto com as comunidades rurais no interior do país e aqueles extensionistas que ocupavam postos na diretoria da EMBRATER e cargos de direção nos escritórios estaduais. Estes últimos ocupam uma posição de direção em relação àqueles extensionistas que estão no “chão da fábrica”, ou melhor, na “terra”. Todavia, ambos são dirigidos em relação aos intelectuais orgânicos oriundos diretamente do patronato rural. Portanto, o lugar e a atividade que exerciam como extensionistas também será importante para destacar sua posição de dirigente, ou dirigido, no interior da política de extensão rural.

Os quadros abaixo mostram a composição da presidência e da diretoria da EMBRATER no período de 1974 a 1990, a trajetória dos presidentes da EMBRATER e de seus diretores. Como vimos no capítulo anterior, a EMBRATER detinha uma posição centralizadora na formulação e sistematização dos objetivos gerais da extensão rural.

**Quadro 11: Presidentes do Brasil, Ministros da Agricultura e diretoria da EMBRATER
(1974-1990)**

Períodos	1974-1979	1979	1979-1984	1984-1985	1985	1985-1989	1989-1990
Presidente da República	GEISEL	FIGUEIREDO			SARNEY		COLLOR
Ministro da Agricultura	Alysson Paulinelli (MG)	Delfin Netto (SP)	Ângelo Amaury Stábile (SP)	Nestor Jost (RS)	Pedro Simon (RS)	Íris Rezende Machado (GO)/Joaquim Roriz (GO)	José Bernardo Cabral (AM) Antonio Cabrera Mano Filho (SP)
Presidente da EMBRATER	Renato Simplício Lopes	Glauco Olinger			Romeu Padilha Figueiredo		Renato Simplício Lopes
Diretor da EMBRATER	Pedro Merçon Vieira	Renato Simplício Lopes	Adolfo Nunes Corrêa	Athosde Almeida Lopes	Luiz Dal Farra	Ludgério Monteiro Correa	
Diretor da EMBRATER	Josemar Ferraz Rodrigues	Luiz Carlos de Barros Novita (SP)	Jorge Raymundo Castro Vieira	Vicente Benjamin de Albuquerque	Genésio Mazon	Helvécio Magalhães Ribeiro	Paulo Roberto Costa Ferreira

O quadro 11 permite constatar a estabilidade dos mandatos na presidência da EMBRATER em relação a troca de ministros da agricultura. Assim, a mudança na presidência só ocorria quando havia a mudança de governo. Contudo, não houve a permanência longuíssima de presidentes na EMBRATER tal como houve com sua antecessora, a ABCAR, no qual João Napoleão de Andrade só saiu do comando da associação por problemas de saúde (ver anexo 10). Assim, a permanência do cargo de presidente da EMBRATER obedecia algum critério mais ligado à troca de governo do que a mudança de ministros na pasta. Além disso, o quadro 11 nos permite visualizar a posição de subalternidade do presidente da EMBRATER em relação ao Ministro da Agricultura uma vez que sua permanência no cargo estava diretamente condicionada à indicação do político que ocupava o Ministério da Agricultura.

Em relação aos quadros contidos nos anexos 2 e 3, alguns aspectos gerais devem ser destacados para nos ajudar a compreender a posição e diferenciação dos extensionistas no interior da EMBRATER, são eles: 1) nenhuma mulher nos quadros de direção da EMBRATER, 2) predomínio de extensionistas de carreira, com ensino superior em agronomia na direção, 3) ínfima representação direta de intelectuais orgânicos do patronato rural ocupando postos de

direção da empresa, apenas Athos Almeida Lopes, diretor na década de 1980 e diretor da OCB.

No anexo 2 vemos que tantos os presidentes, como os diretores possuem alguma formação, ou especialização em agronomia, ou área afim, quando não são ligados ao ramos produtivos, tais como Athos Almeida Lopes e Genézio Mazón. Podemos afirmar ainda que todos os presidentes tiveram carreira como extensionistas. No caso dos diretores, apenas 50% foram extensionistas, com a maioria tendo já ocupado direção em empresas estaduais. Por fim, merece ser mencionado que Pedro Merçon Vieira detinha estreitas ligações junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), que configurava-se um instituto de pesquisa em agropecuária importantíssimo na América Latina.

Como vimos anteriormente, a alta qualificação que pode ser vista no quadro de dirigentes da EMBRATER não era o padrão dos extensionistas que estavam nos escritórios locais e regionais espalhados pelo interior do país. Assim, devemos diferenciar, problematizar e, de maneira nenhuma, generalizar a composição do quadro da direção da empresa, considerando-os como espelho de todos os extensionistas. Havia uma entrada maciça de profissionais com formação de nível médio técnico oriundos de escolas de agronomia no país.

Ora, mesmo que o quadro dirigente seja composto por extensionistas de carreira e não por representantes diretos das entidades patronais, isso permite afirmar a desvinculação do extensionismo como projeto oriundo e apoiado por pelas frações da classe dominante agroindustrial? Para responder tal questionamento, recorreremos aos escritos de Gramsci quando ele apresenta gradações de intelectuais através da metáfora militar, ainda no Caderno 12⁹⁶:

De fato, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus também do ponto de vista intrínseco, graus que, nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma autêntica diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser postos os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte, etc.; no mais baixo, os mais modestos “administradores” e divulgadores da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada. O organismo militar, também nesse caso, oferece um modelo destas complexas gradações: oficiais subalternos, oficiais superiores, Estado-Maior; e não se devem esquecer os cabos e sargentos, cuja importância real é superior ao que habitualmente se crê. (Gramsci, op. cit., p. 21-22).

⁹⁶ Uma ressalva aqui é importante: acreditamos que Gramsci norteou seus escritos como sua própria interpretação original do diplomata italiano Nicolau Maquiavel, isto é, Gramsci quis deixar em seus escritos uma espécie de “diretrizes” para a organização política das classes subalternas. Nesse sentido, o marxista sardo ao escrever seu *“Príncipe no Cárcere”* tem como interlocutor as organizações que deveriam formar seus próprios intelectuais contra as organizações das frações da classe dominante hegemônicas e que, portanto, já tinham o conhecimento e a prática de realizar tais aparelhos, ou partidos. Logo, essa interpretação sobre a hierarquia dos intelectuais não somente ocorre nos partidos dos subalternos, mas sobretudo nas classes e frações das classes dominantes. Em outras palavras, Gramsci está espelhando na formação das classes dirigentes para construir uma proposta de análise e organização oposta a ela que poderíamos chamar de “contra hegemônica”.

No caderno 19, intitulado *Risorgimento italiano*, escrito entre os anos de 1934-35, ou seja, um de seus últimos escritos, Gramsci fez uma análise da relação entre cidade e campo para entender a ação dos camponeses italianos no período do *Risorgimento* (1815-1870) e o efeito que tiveram os intelectuais, em especial os oficiais militares, na constituição de uma experiência político organizativa ocasionando um racha no bloco rural. Assim, Gramsci identifica uma camada singular de intelectuais que conduziram esse processo no campo italiano:

Por intelectuais, deve-se entender não só aquelas camadas comumente compreendidas nesta denominação, mas, em geral, todo o estrato social que exerce funções organizativas em sentido lato, seja no campo da produção, seja no da cultura e no político-administrativo: correspondem aos suboficiais e oficiais subalternos no Exército e também, em parte, aos **oficiais superiores de origem subalterna** (Gramsci, 2011a, p. 93, grifos nossos).

A partir dessa reflexão o professor Edmundo Fernandes Dias faz uma leitura sobre essa questão hierárquica entre os intelectuais, crucial para entendermos a mudança na diretoria da EMBRATER em relação à ABCAR:

Nessa metáfora gramsciana, um partido é democrático quando cada soldado puder chegar a ser general. Por dois motivos: primeiro, por um motivo democrático básico, se você limita, esteriliza, vai ter seguidores não vai ter camaradas, não vai ter companheiros, não vai ter efetivamente com quem discutir, porque estão acostumados a obedecer; e, segundo, por um motivo fundamental, você tem que pensar uma estrutura organizativa que permita a este partido, sindicato, organização sobreviver e manter a luta. Lembremos que Gramsci produziu sob o fascismo e no cárcere. Se cair a primeira linha, tem que ter uma segunda linha que seja capaz de comandar o exército; se cair a segunda, tem que ter uma terceira. (Dias, 2013, p. 119-120)

Seriam, esses dirigentes da EMBRATER um quadro de oficiais de origem subalterna que conquistaram uma posição de liderança privilegiada contida em suas carreiras no campo político e acadêmico em agronomia e no extensionismo rural? Achamos que sim. Cabe aqui lembrarmos de Nicos Poulantzas, para estabelecermos uma análise sobre o extensionista como intelectual orgânico. O filósofo grego afirma que o “pessoal do Estado” constitui um papel crucial na luta de classes na ossatura material do Estado:

Mesmo se esse pessoal constitui uma *categoria social* detentora de uma unidade própria, efeito da organização do Estado e de sua autonomia relativa, ele não deixa de deter um lugar de classe (não se trata de um grupo social à parte ou acima das classes) e é, então, dividido. Lugar de classe diferente da origem de classe (ou seja das classes de onde esse pessoal se origina) e que está relacionado à situação desse pessoal na divisão social do trabalho tal como ela se cristaliza no arcabouço do Estado (inclusive sob a forma de reprodução específica da divisão do trabalho intelectual/trabalho manual no próprio seio do trabalho intelectual concentrado no Estado): incumbência ou lugar de classe burguesa para as altas esferas desse pessoal, pequena-burguesia para os escalões intermediários e subalternos dos aparelhos de Estado.” (Poulantzas, op. cit., p. 157)

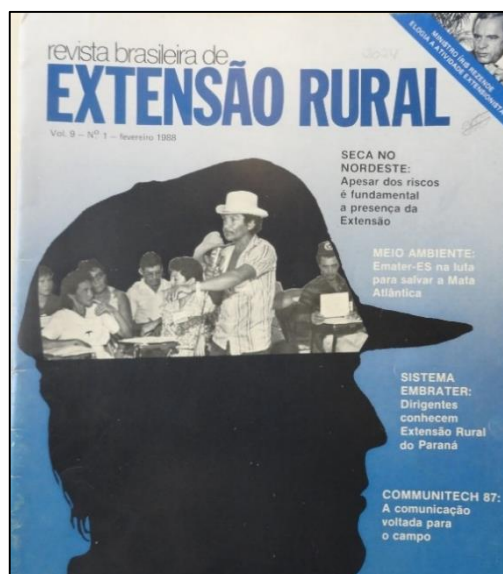
Isso quer dizer algo muito simples: o pessoal do Estado tem classe e é a partir dela que eles se organizam e agem. Logo, a relação entre sociedade civil e sociedade política pode ser

mais evidente no cruzamento dos dirigentes dos aparelhos privados de hegemonia das frações da classe dominante agroindustrial no período da ABCAR. Todavia, mesmo que o quadro da diretoria da EMBRATER não tenha diretamente esse perfil, a ocupação dos cargos por extensionistas altamente qualificados reforça a hegemonia da ligação do projeto extensionista com o projeto hegemônico dos setores dos grandes produtores, pois a formação extensionista reproduz a classe social à qual a adere. Assim, a formação na Universidade Federal de Viçosa dos dois primeiros presidentes da EMBRATER – Renato Simplício Lopes e Glauco Olinger – reforça um *habitus* específico da formação de agrônomos por essa escola superior de agronomia. Portanto, não é incompatível identificarmos esses extensionistas como “extensionistas dirigentes”, intelectuais orgânicos subordinados, ligados por adesão às frações da classe dominante que produzem e reproduzem a *filosofia* extensionista com objetivos de estabelecer o consenso pela conformidade e da dominação “simbólica” pela introdução da técnica/tecnologias às classes subalternas, expropriando-os de seus saberes e formas de organização.

3.4 – O boné: liderança rural em disputa

Vimos que o extensionista tinha como proposta não somente uma *filosofia* extensionista, mas ainda tinha a pretensão de ocupar um espaço de liderança no meio rural. O nível de atração que existia na proposta extensionista não estava circunscrito à questão econômica, mas sim à questão política. Analisando a representação do extensionista nas figuras 17 e 18 – vemos que ele é caracterizado sempre com um “boné” tal como as figuras abaixo:

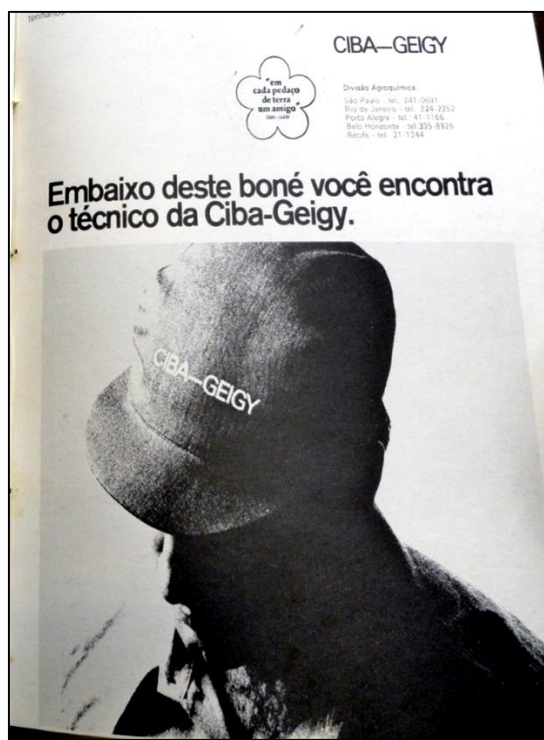
Figura 19: Extensionista rural com boné na Revista *Extensão Rural* (1988)



Fonte: Revista *Extensão Rural*. Brasília, Embrater, vol. 9, nº 1, fev. 1988, capa.

Podemos perceber que o uso do boné se tornou um símbolo forte de liderança em diversas regiões rurais no Brasil, inclusive sendo utilizada em propagandas de empresas de insumos agrícolas:

Figura 20: Propaganda da empresa de insumos químicos Ciba-Geigy na revista A Lavoura(1977)



Fonte: *A Lavoura*, mar./abr., 1977, p. 49

O “boné” pode ser interpretado como um meio de identidade de uma possível liderança no meio rural. O MST surgiu em 1984 e conseguiu estabelecer o protagonismo da ação política na luta pela propriedade e reacendeu a discussão sobre a questão agrária no país. O uso do boné vermelho como símbolo do apoio ao movimento se tornou uma marca, pois os líderes desse movimento utilizavam o boné do MST. Marcelo Rosa, em sua pesquisa antropológica sobre o surgimento de vários acampamentos na região canavieira de Pernambuco nos anos 2000, entrevistou diversas lideranças do movimento nessa região para entender como surgiu o engajamento e ação política dessas lideranças. Em um desses relatos ele afirma que: “*Em nossa conversa, ele [Motor, um dos líderes do MST em Pernambuco] fez questão de apontar a mudança que ocorreu em sua vida depois de ter passado a usar o boné do MST*” (Rosa, 2011, p. 59, grifos nossos).

Assim, não é difícil inferir sobre uma “disputa de bonés” entre o extensionista e demais líderes possíveis de serem alçados de outros tipos de organização de aparelhos privados de

hegemonia, o que reforça seu papel de intelectual orgânico subalterno. Seja como for, a presença física de um extensionista era extremamente importante como presença de uma liderança poderosa que poderia influenciar a vida política da comunidade, sobretudo por ser uma figura igualmente de liderança como um sindicalista rural, ou qualquer outro líder de boné vermelho do MST.

A eclosão de uma consciência sobre sua condição no processo de produção, que culmina na *catarse*, leva o homem ao nível de ser um intelectual orgânico não é um processo mecânico, muito menos padronizado. Gramsci faz alusão, no Caderno 11, ao “homem ativo de massas”. Este seria uma espécie de indivíduo que através de sua experiência pessoal de exploração resolveu exercer algum tipo de ação política. Contudo, Gramsci é claro em dizer que “*o homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma.*” (Gramsci, 2001, p. 103). Dessa forma, esse homem ativo, com uma consciência ainda difusa, foi compelido a agir mais como uma reação do que como necessariamente uma ação consciente de sua condição de opressão.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma **luta de hegemonias políticas**, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (Idem).

Essa passagem é a síntese do processo de *catarse*. Queremos destacar aqui que a formação de um intelectual orgânico ocorre dentro do que ele chamou de uma “luta de hegemonias políticas”. Logo, o intelectual orgânico revolucionário tem sistematizado o conhecimento e a origem de sua condição e posição de classe dentro do sistema capitalista. Assim, sua liderança decorre de uma completa harmonia entre consciência e ação política, cuja ação política possui um sentido de superação revolucionária das estruturas que o oprimem. Contudo, tanto do homem ativo de massas quanto o intelectual orgânico lideram uma ação coletiva. A diferença entre ambos consiste na consciência de suas ações.

O extensionista detinha consciência de sua liderança política dentro da comunidade rural? Novamente, recorreremos a divisão hierárquica para entendermos essa questão. Acreditamos que aquele extensionista mais diretamente imbuído das atividades nos escritórios locais no interior do país estava disputando, na localidade em que se encontrava, a liderança não somente dos pequenos produtores rurais, mas também de todas as classes subalternas presente naquela região. Contudo, sua ação decorre a partir de uma reprodução de uma

filosofia extensionista incorporada em seu aprendizado nas escolas agrícolas de nível médio, ou em alguns casos de nível superior, talvez, em grande parte, acriticamente.

Por outro lado, aqueles extensionistas de “maior patente”, inscritos nos quadros dirigentes da EMBRATER e que produziam as cartilhas e diretrizes para serem aplicadas em todas as empresas estaduais, possuíam uma consciência política da contribuição de sua ação para estabelecer a dominação de um modelo de produção agrícola e castração de lideranças espontâneas dentro do meio rural através das organizações políticas. Esses sim, produziam e refinavam a *filosofia* extensionista com o passar dos anos conscientes de seu lugar social e da dominação que exerciam. Todavia, em ambos os casos, eles são intelectuais orgânicos subalternos e não propriamente homens ativos de massa.

Figura 21: Professor Roberto Leher recebendo a investidura de Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, O Globo (2016)



Fonte: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/novo-reitor-da-ufjr-afirma-que-universidades-publicas-poderiam-gerar-dobro-de-vagas-do-fies-com-mesmo-investimento-16655995>> (acessado em 04 jan. 2016)

Aqui cabe a seguinte reflexão: se a prática extensionista decorre anteriormente à insurreição dos movimentos sociais do campo, logo não seria incompatível a ligação do movimento como representação de uma liderança ter origem na figura dos extensionistas de “boné”. Assim, o boné verde se tornaria vermelho na década de 1980.

Seja como for, a questão principal aqui evocada é a questão dos intelectuais como organizadores da vontade coletiva, uma vez que eles possuem o saber sistematizado e consciência de sua condição de classe. A formação de um intelectual coletivo, ou partido no sentido gramsciano, passaria, necessariamente, pelo protagonismo exercido pelo intelectual

orgânico que, por sua vez, detém um lugar central para o estabelecimento da hegemonia, e/ou da contra hegemonia.

CAPÍTULO 4: CRISE, DECADÊNCIA OU NOVOS RUMOS NA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL (1978-1990)?

4.1 - Recapitulando

Vimos no capítulo 1 a origem do extensionismo rural no Brasil a partir de um modelo de difusão tecnológica estadunidense importado para o Brasil em 1948 pela iniciativa privada do norte-americano Nelson Rockefeller, filho do magnata do petróleo John David Rockefeller. A presença norte-americana durante a década de 1950 foi intensa e incluiu o financiamento do crédito rural e do extensionismo. Estes recursos foram iniciados por empréstimos concedidos pela AIA de Rockefeller – denominada como uma organização “filantrópica”. Posteriormente, a manutenção da extensão rural foi realizada por recursos diretos do programa do governo norte-americano *Ponto IV*, com o auxílio técnico do ETA e do programa *Aliança para o Progresso* que auxiliaram também na nacionalização do extensionismo através da formação da ABCAR, em 1956⁹⁷.

Durante todo esse período, contou-se com a presença de agrônomos e especialistas em extensão rural estadunidenses na direção de associações estaduais, como a ACAR-MG e compondo o conselho da ABCAR. Esse intercâmbio estreito entre Brasil e Estados Unidos foi encerrado na década de 1960, antes mesmo do golpe empresarial militar de 1964, contudo, a extensão rural prosseguiu nas mãos de técnicos brasileiros treinados por norte-americanos. Nesse momento, o Estado restrito brasileiro consagrou a política de extensão rural como uma política agrícola nacional.

No decorrer do capítulo dois discorremos sobre a EMBRATER que inaugurou o aprofundamento do produtivismo que teve como principal diretriz durante o início da década de 1970. De caráter administrativo misto, a empresa pública substituiu a ABCAR no processo de direção da extensão rural, alinhando os objetivos produtivistas definidos no II PND. Contudo, o plano não foi adiante e o crescimento econômico não foi como esperado e, logo após ser lançado, o II PND não foi realizado plenamente.

A crise que se abateu no Brasil nesse período teve efeitos diretos na manutenção da política extensionista. A assinatura do empréstimo milionário da EMBRATER com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a principal instituição do Grupo

⁹⁷ Uma análise mais detalhada desse processo se encontra em Oliveira 2013.

Banco Mundial⁹⁸ seria uma tentativa de contornar a falta de recursos para empresa. Contudo, antes de adentrarmos na análise sobre a estrutura e as consequências desse projeto nas diretrizes da extensão rural no Brasil é preciso entendermos o que é o Banco Mundial e seus objetivos com essa parceria.

A preocupação desta tese não é analisar a estrutura interna e os interesses existentes nos variados projetos, consultorias e volumosos empréstimos que executa o Banco Mundial, mas sim um projeto específico dele no Brasil. Assim, a pergunta chave é: porque investir na extensão rural no Brasil? E ainda: quais seriam os motivos que levaram esta agência multilateral investir no extensionismo brasileiro naquele momento, daquela forma, e não de outra?

Para avançar na relação entre Banco Mundial e extensionismo, propomos os seguintes passos: i) apresentar sucintamente a estrutura do Banco Mundial; ii) contextualizar o tema da extensão rural no Banco Mundial; iii) analisar de forma mais acurada dois empréstimos realizados, um em 1978 e o outro em 1986, do BIRD à EMBRATER. A seguir faremos uma discussão sobre a extinção da EMBRATER diante da nova correlação de forças que se instaurou na década de 1980 em torno das lutas de classes que teve como eixo principal a discussão da Reforma Agrária no I Plano Nacional de Reforma Agrária e na constituinte.

4.2 – Banco Mundial e suas diretrizes para a agricultura

Segundo João Marcio Mendes Pereira, o Banco Mundial foi criado, em 1944, no acordo de Breton Woods, que estabelecia também a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e a indexação das moedas pelo lastro dólar. O Grupo Banco Mundial (GBM) é composto, atualmente, de sete instituições, são elas: o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), a Corporação Financeira Internacional (CFI), o Centro Internacional para Conciliação de Divergências em Investimentos (CICDI), a Agência Multilateral de Garantias de Investimentos (AMGI), o Instituto do Banco Mundial (IBM) e por fim o Painel de Inspeção⁹⁹. Utilizaremos a expressão Banco Mundial como sinônimo do BIRD para facilitar a identificação da entidade. Sua função estabelecida em sua criação é de promover empréstimos

⁹⁸ O Banco Mundial é composto por diversas instituições. No caso que estamos apresentando aqui, usaremos a nomenclatura do Banco Mundial como sinônimo de uma das instituições do BIRD, ou seja, BIRD seria a metonímia de Banco Mundial, tal como foi utilizada por João Marcio Mendes Pereira em *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)* (Pereira, 2010).

para os países membros e serviços não financeiros como análise e assistência técnica (Pereira, 2010, p. 40).

A correlação de forças internas ao Banco Mundial é singular em relação à outras organizações internacionais, como as Nações Unidas (ONU). O equilíbrio de forças no Banco Mundial é proporcional a quota dos países membros. Isso quer dizer que quanto maior é a contribuição da “taxa” do clube, maior será sua bancada de diretores. Ao longo da trajetória do Banco, até a década de 1990, os Estados Unidos contribuía com a maior contrapartida de todos os países. Assim, a palavra final fica a cargo dos norte-americanos nas decisões do Banco. Pereira afirma que isso é uma indicação do Banco Mundial como um importante instrumento do imperialismo norte-americano no pós-II Guerra Mundial, consolidando a força dos EUA no cenário internacional. Por outro lado, João Pereira é cuidadoso em demonstrar que o Banco não era apenas um “comitê” de execução da política externa estadunidense. Ele defende que o Banco Mundial detinha certa autonomia relativa em relação à política externa norte-americana. Isso fica claro em alguns episódios onde ocorreram conflitos declarados entre a direção do Banco Mundial e o legislativo estadunidense, que era responsável em aprovar a cota paga pelos EUA ao Banco. Assim, em concordância com Pereira, podemos identificar o Banco Mundial⁹⁹ como um “*ator político, intelectual e financeiro*” tendo os Estados Unidos o estado nação mais influente em suas diretrizes (Idem, p. 29), isto é como “*parte da rede de poder ‘infraestrutura’ externo dos Estados Unidos*” (Wade, 1997, p. 386 *apud*. Pereira, 2006, p. 14).

A autonomia da instituição frente ao seu principal acionista sempre foi – e continua sendo – limitadíssima. Em todas as questões consideradas estratégicas, os EUA impuseram o seu ponto de vista, com ou sem a negociação prévia com os grandes acionistas (Pereira, op. cit., p. 92).

Dessa forma, não é nenhuma coincidência que projetos, consultorias, ou empréstimos realizados pelo Banco Mundial nunca entraram em rota de colisão, ou sequer atrapalharam a política externa norte-americana sendo, portanto, impossível considerá-lo longe da perspectiva de um instrumento importante para o imperialismo estadunidense no mundo,

⁹⁹Segundo João Marcio Pereira o capital do Banco Mundial foi formado pelas subscrições dos países membros, isto é, o Estado restrito de cada país paga uma quantia para participar do Banco Mundial, essa é sua reserva. Todavia, esse montante constitui-se apenas vinte por cento do capital que o Banco opera. A maior parte, cerca de oitenta por cento, vem da venda de ações do próprio Banco no mercado financeiro, pois: “*como o capital do Bird é, na prática, garantido politicamente pelos Estados-membros, os bônus que emite gozam de solidez notável, expressa pela qualificação de risco AAA, a máxima outorgada por agências especializadas do mercado financeiro*” (Pereira, op. cit., p. 44). Logo, sua base financeira e organizativa provém de dinheiro público, mas seu capital para realização de projetos e empréstimos são captados com papéis seguros no mercado financeiro privado.

sobretudo quando a política externa bilateral não podia ser realizada, necessitando da ação de uma instituição multilateral.

Na década de 1960, o presidente dos EUA, John Kennedy (1960-1963), anunciou que aquela seria a “década do desenvolvimento”. Para a América Latina houve a criação de alguns programas de desenvolvimento, em especial o programa Aliança para o Progresso. Esse projeto consistia numa ajuda bilateral em diversas áreas (Ribeiro, 2006). Nesse momento o Banco Mundial estreitou sua ação com a política externa dos EUA intensificando seus empréstimos para o sul da Ásia e para a América Latina (Pereira, 2010, p. 151). O então presidente do Banco, George Woods (1963-1968), defendia as ações do Banco com o seguinte argumento: o endividamento dos países subdesenvolvidos não seriam um problema, mas uma solução possível (Idem, p. 158). Dessa forma, o Banco Mundial realizou o crescimento e a diversificação de seus empréstimos numa verdadeira expansão de seu raio de influência. Pereira afirma que foi nesse período que a agricultura seria uma área contemplada pelo Banco Mundial, tornando-se mesmo o terreno operacional preferencial do Banco, uma vez que o desenvolvimento da agricultura trazia resultados diretos sobre o aumento da produtividade e a redução da pobreza (Idem, p. 171).

Desde 1944 o Brasil integrava o BIRD como um dos países membros e também beneficiados com empréstimos do Banco. Contudo, esses empréstimos concentravam-se na área de infraestrutura, como a construção de estradas, ferrovias, redes de eletricidade, entre outros. O aumento dos investimentos em projetos ligados ao desenvolvimento rural ocorreria no fim da década de 1960 seguindo o projeto da chamada revolução verde.

O termo “revolução verde” foi utilizado pela primeira vez em 1966 por William Gown para indicar uma revolução em contraposição à revolução vermelha (socialista), através do desenvolvimento tecnológico na agricultura, aumentando a produtividade agrícola dos países e superando as barreiras do “subdesenvolvimento”. A base desta suposta revolução consistia na intensiva utilização de sementes híbridas, na forte mecanização da agricultura e no uso de insumos industriais, como fertilizantes químicos para o plantio. Como afirma Susan George o mote da revolução verde era fazer crescer “*duas espigas onde apenas uma crescia*” (George, 1978, p. 105).

A gestão de Robert McNamara iniciada em 1968 deu continuidade intensificando ainda mais as ações em relação ao seu antecessor. Curioso constatar que McNamara foi o primeiro presidente do Banco Mundial que não possuía uma trajetória de vida ligada as frações da classe dominante financeira de Wall Street e, antes de assumir a presidência do

Banco, fora presidente da Ford Motors, secretário de Estado dos governos Kennedy (1961-1963) e Johnson (1963-1969) (Idem, p. 91).

O novo presidente do Banco Mundial construiu ao longo do seu primeiro mandato o arcabouço teórico que fundamentasse seu pensamento aliando o desenvolvimento com a questão da segurança nacional estadunidense, forjando o termo “pobreza absoluta” (Idem, p. 198). O Banco deveria ser responsável por “assaltar a pobreza” mediante a oferta de empréstimos aos países considerados subdesenvolvidos¹⁰⁰. Em conformidade com o programa da revolução verde, o setor da agricultura, seria o mais beneficiado entre os projetos de combate à pobreza, nas palavras de Pereira:

A novidade dava suporte operacional à identificação de “focos de pobreza” (absoluta) no meio rural, que deveriam, então, ser atacados mediante projetos de “desenvolvimento rural” voltados para o aumento da produtividade da terra – e não do trabalho – de “pequenos agricultores”, mediante a aplicação de técnicas de ponta e insumos industriais (Pereira, op. cit., p. 203)

De 1967 a 1980 houve a aprovação de diversos projetos voltados para o desenvolvimento rural no Brasil. A tabela abaixo destaca os principais acordos firmados entre o Banco Mundial e o Brasil em nível estadual e federal no período de 1970 a 1978. O período recortado abrange o início da década de 1970, quando foi realizada uma pesquisa qualitativa de fôlego sobre a agricultura no Brasil (*survey*) e termina com o primeiro empréstimo à EMBRATER.

¹⁰⁰ A rigor, não se tratava de uma novidade, mas sim da retomada de iniciativas postas em prática pelo governo estadunidense desde os anos 1950 e 1960, como o Desenvolvimento de Comunidade e a Aliança para o Progresso, sob nova roupagem (Pereira, 2010, p. 202).

Tabela 7: Operações do Banco Mundial no Brasil (1970-1978)

ANO	MUTUÁRIO	SETOR	MONTANTE (US\$ MILHÃO)	NÃO DESEMBOLSADO (US\$ MILHÃO)
Antes de 1970	38 projetos completamente desembolsados	Variados	1,091.8	-
1970	Furnas – Centrais Elétricas Marimbondo	Energia	80.0	3.3
1971	Centrais Elétricas do Sul do Brasil – Salto Osório	Energia	70.0	4.3
1971	Ministério da Educação e Cultura (MEC)	Educação	8.4	1.1
1971	Companhia de Docas de Santos	Porto	45.0	17.7
1971	Rede Ferroviária Federal	Ferrovia	46.0	4.8
1972	Companhia Siderúrgica Nacional	Indústria	64.5	.3
1972	Companhia Siderúrgica Paulista	Indústria	64.5	1.9
1972	Centrais Elétricas de Minas Gerais – São Simão	Energia	60.0	.3
1972	Companhia de Colonização do Nordeste	“Liquidação de terras” (land settlement)	6.7	4.2
1973	Furnas – Centrais Elétricas Itumbiara	Energia	125.0	57.5
1973	Banco Central (Crédito Rural)	Agroindustrial	54.0	32.1
1974	Cia, Hidrelétrica de Paulo Afonso IV	Energia	81.0	41.3
1974	Banco Nacional de Habitação	Abastecimento de água	36.0	10.2
1974	MEC (Programa Nacional de Ensino Médio – PRODEM)	Educação	23.5	22.4
1974	Rede Ferroviária Federal	Ferrovia	175.0	57.7
1975	Rodovia em Minas Gerais	Estradas	110.0	64.3
1975	Companhia Siderúrgica Nacional	Indústria	95.0	91.9
1975	Companhia Siderúrgica Paulista	Indústria	60.0	57.9
1975	CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco)	Agricultura	23.0	17.8
1975	FEPASA - Ferrovia Paulista	Ferrovia	75.0	52.2
1976	Estado do Rio Grande do Norte	Desenvolvimento rural	12.0	11.3
1976	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)	Desenvolvimento financeiro	85.0	78.7
1976	BNDE	Ferrovia	55.0	55.0
1976	EMBRAPA	Agricultura	40.0	39.0
1976	Petrobrás Fertilizantes	Fertilizante	50.0	38.9
1976	Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL)	Energia	52.0	47.1

1976	Eletróbrás	Energia	50.0	48.0
1976	Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PANAN)	Nutrição	19.0	18.6
1976	Banco Nacional da Habitação	Abastecimento de água	40.0	37.6
1976	Banco Central (crédito rural)	Agroindústria	83.0	83.0
1977	ELETROSUL	Energia	82.0	69.5
1977	Minas Gerais (gov., estadual)	Desenvolvimento rural	42.0	39.9
1977	Petrobrás Fertilizantes	Fertilizantes	64.0	61.9
1977	VALEFERTIL (Fertilizantes Vale do Rio Grande do S. A.)	Fertilizantes	82.0	75.1
1977	Fundacentro/SENAC/SENAI/SENAR/SINE/EMBRATER	Treinamento vocacional	32.0	32.0
1977	Banco Central/Banco do Brasil/Banco do Nordeste	Desenvolvimento rural Ceará	17.0	17.0
1978	Banco Nacional da Habitação	Esgoto (estado de São Paulo)	110.0	110.0
1978	EMBRATER	Agricultura	100.0	100.0
Total			3,409.40	
Total reembolsado ao Banco			459.9	
Total em circulação			3,003.5	
Total dos empréstimos			3,086.5	
Total não desembolsado				1,505,80

Fonte: BIRD, 1978, p. 29, adaptado pelo autor.

A tabela 7 revela alguns dados interessantes para entendermos a evolução nos interesses do Banco no Brasil. Estabelecendo um *ranking* dos setores financiados¹⁰¹ teríamos nos três primeiros lugares, respectivamente, o setor de energia US\$, 475 milhões (1º), ferrovia, US\$ 296 milhões (2º) e Indústria, US\$ 284 milhões (3º). O setor de agricultura como está descrito na tabela, somaria US\$ 163 milhões, ficando em sétimo lugar. Contudo, considerando agricultura, desenvolvimento rural e agroindústria juntos teríamos um total de US\$ 371 milhões, subindo para a segunda posição.

Outra questão importante é o aumento exponencial do número de empréstimo no ano de 1976 comparados aos outros anos na década de 1970 – 10 empréstimos aprovados ao todo – que pode indicar a tomada de empréstimo pelo governo Geisel para a realização do II PND, lançado no mesmo ano. Observando atentamente a tabela 7 podemos perceber que, entre 1976 e 1977, os setores beneficiados foram aqueles priorizados pelo plano (energia, transporte). Ademais, nenhum dos empréstimos realizados nesse período foi para o estado de São Paulo, ou Rio de Janeiro, confirmando também a afirmação do deslocamento regional proposto no II PND.

No caso do empréstimo para a EMBRATER, verifica-se que o valor foi o mais elevado no setor de agricultura, inclusive superando o total do empréstimo realizado para a EMBRAPA. Foi também o maior empréstimo se considerarmos todos os setores que possuem alguma relação com a produção agropecuária como o desenvolvimento rural, nutrição, agroindústria e fertilizantes.

Acreditamos, portanto, que o primeiro projeto destinado à EMBRATER, no ano de 1978 foi uma prioridade na área de agricultura, alinhando-se tanto com os objetivos e interesses do Banco Mundial em “combate à pobreza” relacionando esta diretriz com o desenvolvimento rural, à luz da teoria da revolução verde, quanto com a política de modernização conservadora da agricultura nacional.

Assim, o conteúdo do projeto acordado entre o BIRD e a EMBRATER, deve ser melhor estudado. Concentraremos nossa reflexão no primeiro projeto, de 1978 e sua execução, pois o segundo projeto, em 1986, por ser uma segunda edição do primeiro, continha muitas semelhanças e poucas diferenças. Além disso, não foi possível localizar o relatório final de avaliação produzido em 1994.

¹⁰¹ Consideramos as áreas descritas na tabela elaborada pelo BIRD destacando os setores que aparecem somente uma única vez como o de “treinamento vocacional”. Somados esses setores dariam um total de US\$ 102,7 milhões.

4.2.1 – Projeto EMBRATER/BIRD de 1978

Segundo a documentação consultada, as negociações para a realização do projeto EMBRATER/BIRD iniciaram-se ainda em 1976 a pedido do Ministério da Agricultura. No ano seguinte, o Banco Mundial enviou ao Brasil duas missões – uma em março e outra em novembro – para avaliar a política extensionista coordenada pela EMBRATER. Segundo o relatório, a missão contou ainda com uma delegação brasileira formada pelo presidente da EMBRATER, Renato Simplício Lopes e representantes da Secretaria de Planejamento da presidência da República e do Ministério da Fazenda¹⁰² (BIRD, 1978a, p. 14). Não podemos saber se de fato o pedido do empréstimo partiu do Ministério da Agricultura ou não, pois não existem outros registros em fontes de jornais, tampouco nas documentações oficiais que apresente alguma consideração diferente dessa afirmação¹⁰³. Para Susan George no livro *O Mercado da Fome* (1978) na maioria das vezes não eram os governos dos países que idealizavam os projetos e levavam ao Banco Mundial, mas ele próprio fabricava suas demandas e apresentava aos governos:

Em princípio, um projeto é escolhido por um governo membro que irá, então, pedir financiamento ao BIRD ou a um dos bancos regionais de desenvolvimento. Na prática, não é assim que as coisas acontecem. No Banco, um projeto verdadeiramente definido por um governo é ave rara. [...] Logo, o que realmente acontece é que o próprio Banco estabelece os esquemas de possíveis empréstimos – um por país e um por tipo de projeto – e depois envia seus próprios peritos para localizar projetos viáveis. Cerca de 40 a 50% desses projetos são “descobertos” por peritos do Programa Cooperativo da FAO-Banco Mundial. (George, op. cit., p. 241)

Contudo, diante da necessidade de financiamento do II PND, conforme vimos no quadro acima, não seria surpreendente que o pedido tenha realmente partido da ditadura

¹⁰² Não há a menção dos nomes dos representantes dessas agências estatais, portanto, não foi possível localizar suas trajetórias.

¹⁰³ É difícil medir o grau de imposição que o Banco Mundial exercia na condução e execução desses projetos. No relatório de avaliação dos projetos de pesquisa agropecuária e extensão rural no mundo publicado pelo próprio Banco, evidencia-se a queixa de alguns funcionários dos países tomadores de empréstimos da imposição dos técnicos do Banco: “*Several of the country officials interviewed on the preparation and appraisal of R&E [Research and Extension] components or projects felt that the Bank tended to impose a certain form of organization for research or extension on the country. These officials argued that consultants who prepared R&E components and projects on behalf of governments tended to concentrate more on finding out what ideas were “in vogue” in the Bank than on studying the local situation and discussing with local people how best to address the constraints they faced. In these officials’ view, consultants often started their work with certain R&E organizational structures and methodologies already fixed in their minds*” (BIRD, 1985, p. 32). Porém, uma afirmação direta do grau de imposição do Banco é delicada de ser confirmada. Havia alguns mecanismos de controle da gestão do princípio, mas no caso específico do projeto EMBRATER/BIRD não havia a menção de técnicos do Banco atuando no país diretamente. O projeto somente afirma que a cada ano deveria ser enviado ao Banco Mundial, em Washington D.C., um relatório detalhado com as atividades e os gastos realizados. A aprovação pelo Banco desse relatório anual era uma das condições do depósito da remessa do ano seguinte.

brasileira, pois era necessário recursos para promover o II PND. Seja como for, evidencia-se que o projeto EMBRATER/BIRD convergia com as diretrizes do próprio plano, não ocorrendo, portanto, nenhuma imposição radical, ou alguma mudança brusca no direcionamento da política agrícola brasileira imposta pela agência multilateral. O relatório do projeto assinado pelo presidente do Banco enaltece o II PND que tinha a proposta de desenvolvimento em privilegiar as áreas do Nordeste e Norte do país, avaliando positivamente os projetos POLONERDESTE, POLOCENTRO e POLOAMAZONIA (BIRD, 1978b, p. 10).

Havia ainda a expectativa de estreitar a relação entre a pesquisa agropecuária e extensão rural como modelos complementares de política agrícola de desenvolvimento rural nos países subdesenvolvidos. Em tese, enquanto o primeiro produziria a inovação tecnológica, o segundo seria o distribuidor dessa tecnologia. Por isso, no documento apresentado à diretoria do Banco Mundial para aprovação do empréstimo à EMBRATER no item “justificativas” foi mencionado o projeto EMBRAPA/BIRD¹⁰⁴ subscrito dois anos antes. O valor total (US\$ 185,4 milhões) e a parcela do BIRD (US\$ 40 milhões) neste projeto era menor em relação à proposta de empréstimo para a empresa de extensão rural. A estimativa total do EMBRATER/BIRD era de US\$ 284,9 milhões dos quais US\$ 100 milhões eram provenientes do Banco Mundial, correspondendo a 35% do valor total, conforme podemos ver no tabela 8 abaixo. Na sequência o tabela 9 apresenta a distribuição das parcelas do empréstimo por ano.

Tabela8: Plano de financiamento do projeto EMBRATER/BIRD 1978

Instituições envolvidas	US\$ milhão	%
Governo Federal	111	39
Governo estadual	73.9	26
BIRD	100	35
Total	284.9	100

Fonte: BIRD, 1978a, p. iii

Tabela9: Estimativa de desembolso da parcela do BIRD em US\$ milhão

	1979	1980	1981	1982
Anual	18.5	26.2	31.8	23.5
Acumulado	18.5	44.7	76.5	100

Fonte: BIRD, 1978a, p. iii

Nota-se que na maioria dos projetos do Banco Mundial que envolvessem empréstimos em dinheiro havia uma contrapartida de cinquenta por cento, ou mais, do

¹⁰⁴O valor final do projeto EMBRAPA/BIRD era de 189,4 milhões de dólares, sendo 40 milhões proveniente do empréstimo do Banco Mundial, ou seja, 21% do total.

valor total do projeto, a ser assegurado pelo país que recebia o empréstimo. Essa contrapartida ficava a cargo de alguma entidade do Estado restrito, seja Ministérios da autarquia federal, secretarias estaduais, ou mesmo ambos os entes federados, como é o caso do projeto EMBRATER/BIRD de 1978. O projeto firmado com o governo de Minas Gerais em 1977, por exemplo, foi estimado em US\$ 139 milhões dos quais US\$ 42 milhões (cerca de 40% do total) provinha do BIRD. O restante era proveniente do governo estadual (40%) e do governo federal (20%) do custo do projeto, estimado em 139 milhões de dólares. A princípio, essa estratégia visava a divisão dos ônus dos projetos e também garantia a manutenção de um fluxo contínuo de recursos públicos para a realização das atividades previstas. O Banco Mundial não se responsabilizava totalmente com o custo dos projetos.

O valor do empréstimo concedido era transferido para a EMBRATER em parcelas anuais em uma conta específica, apartada da sua conta regular para recebimento dos recursos provenientes de outras fontes¹⁰⁵. A quantia não era depositada em dólares, mas sim convertida em moeda nacional, no caso brasileiro era o cruzeiro. Segundo o relatório, a taxa de conversão já era prevista pelo Banco Mundial nos cálculos preliminares do empréstimo. Com a valorização do dólar, o montante final do empréstimo aumentava anualmente. Dessa forma, o valor da contrapartida realizada pelo governo tornava-se maior, pois aquela estava fixada no projeto em dólar e acompanhava a desvalorização da moeda nacional. Com o passar dos anos, os valores reajustados levavam ao endividamento crescentado do governo brasileiro.

Os projetos consultados tinham o prazo de execução em torno de cinco anos, com um período de carência em torno de três, e entre dez a vinte anos para a amortização da dívida. No caso do EMBRATER/BIRD o cronograma de execução previsto era de 1978 a 1982, a amortização da dívida era de quinze anos, com carência de três anos a contar do primeiro ano de depósito. (BIRD, 1978a, p. 18) e cinco anos de execução. Assim, valor final do empréstimo concedido ao Banco Mundial pagos pelo governo tinha elevação exponencial absurda.

¹⁰⁵ Lembrando apenas que tal como a EMBRAPA a EMBRATER era uma empresa pública e, portanto, seus recursos poderiam ser adquiridos mediante à parcerias e convênios fechados com entidades e empresas de capital privado nacional e internacional. Todavia, ao longo da trajetória da EMBRATER nota-se que seus principais financiadores eram do Estado restrito, sobretudo o Ministério da Agricultura e os governos estaduais. Haviam alguns projetos específicos, como a parceria entre a ABCAR e a FAO garantiam recursos externos e o pagamento de alguns projetos de extensão para os serviços de crédito rural por parte de grandes produtores. Este último, porém, não pode ser confirmado totalmente.

O Banco Mundial delegava inteiramente a responsabilidade da EMBRATER de realizar a distribuição dos recursos às filiadadas estaduais, bem como a contratação de pessoal, compra de equipamentos e elaboração dos cursos de treinamentos e etc., previstos no projeto. Havia, uma Coordenação específica em cada empresa estadual com o objetivo de monitorar o andamento dos recursos do EMBRATER/BIRD bem como se o destino final desses recursos estavam sendo realizados corretamente. Cabia à EMBRATER a produção de relatório anual sobre a execução do projeto como pré-condição para a autorização do envio da parcela do ano seguinte.

O projeto determinava ainda a concentração dos recursos nas chamadas “áreas menos desenvolvidas” que, segundo o relatório, abrangiam as regiões do Nordeste, Norte e Centro-Oeste do país. A avaliação do presidente do Banco Mundial para a diretoria que decidia os projetos aponta como principal objetivo:

It would strengthen the national agricultural extension system to enable it to provide improved agricultural extension services, primarily in the less developed regions of the Northeast, North and Center-West and with particular emphasis on assistance to low-income farmers¹⁰⁶; (BIRD, 1978b, p. 6)

Para realizar esse objetivo era previsto a expansão da estrutura da EMBRATER nos estados através da construção de novos prédios para abrigar escritórios locais e também a modernização de alguns escritórios já existentes. A estimativa inicial era atingir mais de setecentas mil “famílias rurais”, ou mais especificamente, 1,3 milhões de produtores (BIRD, 1978, p. 22). O relatório do Banco Mundial não é, em momento nenhum, muito claro em relação a nomenclatura “família rural”, “produtores”, ou “agricultores”, utilizando-se desses termos como sinônimos. Percebemos que essa imprecisão conceitual pode ser uma forma de disfarçar os beneficiários do projeto, dando margem para o beneficiamento de grandes produtores rurais. Isso fica mais claro no relatório na sessão “beneficiários” no qual já se admite uma porcentagem pequena de pequenos produtores atingidos: “*Project target population of 1,300,000 farmers will be composed of 55% 1/ (715,000) low income farmers and 45% (585,000) other farmers*” (Idem, p. 51).

Além disso, incluía-se nos objetivos gerais elencados neste projeto todos os setores de produção agropecuária, seja para exportação, seja para o mercado interno. O cálculo da taxa de crescimento do setor agropecuário previsto era realizada

¹⁰⁶ Seria fortalecer o sistema de extensão agrícola nacional a fim de proporcionar melhores serviços de extensão agrícola, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste e com especial ênfase na assistência aos agricultores de baixa renda. (tradução livre).

considerando o total de produtores e da produtividade agrícola do país, nivelando pequenos e grandes produtores.

- The target group of farmers selected collectively provides adequate representation for all crops that are grown in Brazil.
- The average present annual rate of increase in agricultural production (7%) is distributed evenly between the Project participants (1.3 million farmers) and the remainder of farm holdings, i.e., 3.6 million for the current total of 4.9 million farm holdings in Brazil.¹⁰⁷ (Idem, p. 51)

Isso é, no mínimo, contraditório com o objetivo principal de desenvolvimento dos pequenos produtores pobres do Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Devemos lembrar que os pequenos produtores, no Brasil, produziam, em sua maioria, alimentos, com a venda dos excedentes para o mercado interno (Silva, 1981, p. 37). Portanto, os objetivos descritos e o cálculo preliminar de crescimento da produção agropecuária elaborados no projeto anulam, ou no mínimo, minimizam, os objetivos de desenvolvimento de pequenos produtores nas regiões mais “pobres” do país ao juntar a produção agropecuária de produtos exclusivamente destinado à exportação como soja, café, cacau e de produtos como trigo, milho e feijão.

Consciente do paradoxo entre aumento da produtividade pelo desenvolvimento rural priorizando pequenos produtores em áreas mais atrasadas, o relatório admite que essa “prioridade” poderia ser por via indireta. Em outras palavras, o Banco entendia que se o empréstimo estivesse estimulando o desenvolvimento dos serviços de saúde (postos de vacinação, controle e prevenção de doenças, etc.), educação, nutrição e assistencialismo em geral, mesmo que o empréstimo não fosse diretamente para o pequeno produtor, já estava cumprido o objetivo principal. Esses itens aparecem no relatório como “benefícios incomensuráveis” (BIRD, 1978a, p. 52). Os benefícios mensuráveis eram relacionados diretamente com o aumento da produtividade agrícola por meio da difusão tecnológica. Estimava-se uma elevação de 18% que incluía todos os “produtores” no período de doze anos. Assim, o projeto em si continha uma imbricada argumentação para alinhar o objetivo principal de ajudar aos produtores rurais pobres de regiões “subdesenvolvidas” e sua efetiva mensuração que previa o aumento da produtividade em geral, incluindo a produção agropecuária no seu total, o que dava margem para o beneficiamento direto de grandes produtores rurais.

¹⁰⁷“O público alvo dos agricultores selecionados coletivamente fornece representação adequada para todas as culturas cultivadas no Brasil./- A média da taxa anual de crescimento da produção agrícola (7%) é distribuída uniformemente entre os participantes do Projeto (1,3 milhão de agricultores) e o restante das explorações agrícolas, ou seja, 3,6 milhões para o total de 4,9 milhões de explorações agrícolas no Brasil. (tradução livre).

Em todo o momento do texto do projeto essa contradição está presente quanto aos seus objetivos, sua metodologia e as estratégias de realização. Admite-se, por exemplo, que aumento da produtividade somente ocorreria diante da articulação da extensão rural com outros recursos e programas, incluindo crédito rural, irrigação, acesso à compra de maquinaria e etc. Esses itens não estavam disponíveis para o pequeno e médio produtor, sobretudo o crédito rural. Assim, o projeto define a extensão rural como única política para o público alvo supostamente prioritário, apesar de reconhecer sua baixa eficiência

A argumentação do Banco Mundial é nitidamente tendenciosa. As avaliações dos projetos insistem em argumentos instáveis, relacionando o aumento da produtividade agropecuária com o combate à fome e à pobreza no país e com a melhoria de vida dos pequenos produtores unicamente através da política de extensionismo rural, que garantiria o aumento da produtividade agrícola. Repete-se, portanto, o velho paradigma do desenvolvimento rural sem discussão da estrutura fundiária e, naquele momento da modernização extremamente desigual da agricultura. A estratégia do Banco Mundial para o combate às desigualdades sociais e econômicas resultantes da expansão do capitalismo nos países ditos subdesenvolvidos era nada mais do que a promoção de “mais capitalismo”. O Banco Mundial tentava unir o inconciliável: desenvolvimento dos países periféricos através do combate à “pobreza absoluta” com expansão da exploração do trabalho e das expropriações.

4.2.2 – Banco Mundial e Extensão rural: execução conturbada

Para tentarmos entender o estreitamento da ideologia do Banco Mundial com a extensão rural praticada pela EMBRATER decidimos percorrer a revista *Extensão Rural (ER)* – publicada pela própria empresa – e os principais periódicos da década de 1980. O entrecruzamento desta documentação é uma tentativa de avaliar como foi a execução do projeto do Banco Mundial de 1978 para a extensão rural no Brasil.

A revista *Extensão Rural* foi criada no período da ABCAR e trazia notícias dos principais projetos e programas da extensão rural. Contudo, com a extinção da associação em 1974, houve a suspensão de sua publicação. A EMBRATER somente retomaria esse periódico em 1980, em substituição ao seu boletim interno. Logo, podemos considerar essa revista como um dos principais veículos oficiais de comunicação da empresa, pois essa data coincide com o início da primeira remessa do

empréstimo do BIRD que incluía a melhoria no sistema de comunicação da EMBRATER. Portanto, inferimos que a publicação da revista pode ter sido possível depois do andamento do projeto. A revista ER possuiria uma ampla tiragem, em comparação com o boletim interno da EMBRATER mantendo assinantes regulares. O modelo de revista aproximava-se das revistas das entidades patronais abordando diversos assuntos ligado ao extensionismo, como propagandas de adubos, fertilizantes químicos, tratores e outras maquinarias agrícolas, entrevistas e informações gerais sobre os principais projetos de extensão rural executados em todo o país. Assim, depreendemos que a revista ER voltava-se para um público mais amplo e, portanto, não era mais um meio de circular as informações internas, como o boletim anterior, mas sim um importante veículo de comunicação da extensão rural.

Muitas matérias veiculadas pela ER nesse primeiro momento destacavam os projetos realizados no Nordeste. Em alguns editoriais há uma defesa da região Nordeste, Norte e Centro Oeste como prioridades, tal como definido no empréstimo do Banco Mundial. O editorial de 1981 tem como título “Nordeste, água e extensão rural”: *“Pela primeira vez em sua história, encontram-se as unidades estaduais do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural do Nordeste do Brasil mobilizadas para atacar de frente o que já de denominou o ‘flagelo’ daquela região: a seca”* (*Extensão Rural*, mai./jun., 1981, p. 1).

No ano seguinte a revista apresentava uma edição com a temática de “um novo caminho”, ressaltando a novidade da política de extensão rural daquele momento em atender prioritariamente os pequenos produtores:

A decisão de enfatizar ações extensionistas prioritariamente aos pequenos e médios produtores foi uma das primeiras atitudes políticas, na estruturação da Extensão Rural, tanto na órbita federal quanto a nível de Estados e Territórios.

Evidentemente, não basta, apenas, o desejo. Na esteira da decisão, uma série de condicionantes afloram, cada qual exigindo comportamentos específicos. O dimensionamento de pessoa, a ordenação de projetos, a eleição de prioridades, a implementação de ações básicas e a preparação de auxílios visuais constituem em algumas delas. (*Extensão Rural*, mai./jun., 1982, p. 2)

Havia ainda a propagação do discurso do “retorno às origens” junto ao pequeno produtor numa referência à prática extensionista da década de 50 e 60. Com o título de “de volta ao bom senso” o editorial da revista publicada, em 1982, ressaltava a temática de valorização do Nordeste e de pequenos produtores contida no projeto EMBATER/BIRD:

Na medida em que a Embrater assumiu, como diretriz de trabalho a ser

implementada por suas Associadas, a prioridade de atendimento técnico aos pequenos e médios produtores, certas atitudes foram adotadas, para melhorar o desempenho das lavouras conduzidas por esse segmento de beneficiários do Sistema.

Não bastava acenar com tecnologias modernas, se as condições para colocá-las em práticas inexistissem ou fossem difíceis de obter. Falar em aumento de produção e de produtividade, sem levar em conta as chances de viabilizá-las, não se coaduna com o padrão de comportamento do extensionista, perante seu público. Este entende que aquele como alguém que aí está para ajudá-lo a solucionar seus problemas e não ampliá-los. (*Extensão Rural*, jul./set., 1982, p. 2)

A revista *ER* não explicita nem em suas matérias, tampouco em seu editorial, que a extensão resulta do empréstimo do Banco Mundial e o alinhamento das diretrizes das empresas com as do Banco. Nota-se que o trecho acima sugere que o suposto “novo caminho” teria sido traçado pela iniciativa da empresa, sem influências externas. Assim, é somente no cruzamento dessa fonte com os relatórios do Banco que é possível vislumbrar que, na verdade, o novo caminho foi pavimentado com o cimento comprado, em parte com dinheiro do Banco Mundial e, em parte, com recursos públicos brasileiros.

De igual modo, os contratemplos relacionados a continuidade do projeto BIRD/EMBRATER não eram veiculados na revista. As adversidades para o pagamento das contrapartidas do governo brasileiro foram somente descobertas na pesquisa dos jornais de grande circulação e nos relatórios internos. Entre a aprovação do projeto e sua execução houve a troca de presidentes na EMBRATER. O general presidente Figueiredo, que assumiu em 1979, substituiu o Ministro da Agricultura, Alysso Paulinelli, por ninguém menos do que Delfim Netto. Este, por sua vez, trocou Renato Simplício Lopes por Glauco Olinger¹⁰⁸ da presidência da EMBRATER. A mudança de cargos não alterou as diretrizes da extensão rural elaboradas anteriormente, privilegiando a continuidade das ações da EMBRATER e da própria condução da política agrícola no geral. Todavia, o retorno do “pai do milagre” não resultaria em um novo milagre na economia.

¹⁰⁸Glauco Olinger nasceu numa fazenda em Lages, Santa Catarina, de seu pai Olímpio, que abastecia a capital com carne de gado. Olímpio Olinger vendeu a fazenda e instalou negócios em Florianópolis, onde acabou se tornando sócio de Celso Ramos e amigo de Irineu Bornhausen. “Meu pai fincou os pés nos dois partidos oligárquicos”, lembra com ironia Glauco. Ao concluir o científico, equivalente ao 2º grau, Glauco mudou-se para Viçosa a fim de cursar Agronomia. A sua trajetória profissional foi: secretário de estado, fundador da ACARESC, pró-reitor de Planejamento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fonte: <http://www.correiolageano.com.br/htmNoticia.php?id=22059&c=12> acessado em 26/06/2011.

Nesse período tornou-se cada vez mais difícil o repasse dos recursos para a EMBRATER. Diversas notícias veiculadas nos jornais de grande circulação traziam denúncias do novo presidente da empresa de paralisação dos serviços de extensão rural devido à falta de dinheiro: “[...] *o Brasil não depositou sua parte, nem a incluiu em seu orçamento monetário*” (*O Globo*, 11/04/1979, p. 28). Durante todo o ano de 1979 o presidente da empresa voltaria aos jornais reclamando da falta de recursos inclusive para dar continuidade ao pagamento de funcionários:

Glauco Olinger queixou-se ontem da falta de recursos para a agricultura [...] Informou que todos os projetos do Nordeste na área de extensão rural – que representam 70 por cento dos custos da empresa – estão paralisados. A expectativa da Embrater, agora, é a de receber um empréstimo do BIRD. (*O Globo*, 20/07/1979, p. 18).

O presidente da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), Glauco Olinger, afirmou ontem estar muito preocupado com a falta de definição de recursos para o próximo exercício, pois, “se não houver uma correção pelo menos com base na inflação vamos ter que demitir 6 mil funcionários, entre os quais cerca de 3 mil técnicos” (*O Estado de São Paulo*, 24/11/1979, p. 26)

Nessa retração de gastos, alguns projetos que a EMBRATER tinha em parceria com outras agências do Estado restrito sofreram as consequências. Um dos setores mais afetados pelos cortes de gastos foram os projetos ligados à segurança alimentar como o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição¹⁰⁹ (PLANAN) e aqueles de desenvolvimento do Nordeste e Norte dirigidos pela própria EMBRATER. Ou seja, os programas assistencialistas foram entre os mais atingidos pelos cortes de gastos e atraso nos recursos.

Outra estratégia adotada pela empresa foi de redirecionar sua ação extensionista. Com a alta dos preços do petróleo, a EMBRATER defenderia projetos para pequenos produtores que representavam alternativas simplificadas, afastando-se do discurso de investimento em tecnologia e maquinário que consumisse combustível fóssil e aliando-se ao Programa Nacional do Álcool (Proálcool), lançado em 1975, mas que tomou um fôlego maior a partir de 1979, incluindo o lançamento do primeiro carro em série movido à álcool. A EMBRATER lançou a campanha da criação das chamadas microdestilarias que poderiam ser instaladas com baixo custo e em pequenas

¹⁰⁹Esse projeto era uma parceria entre a EMBRATER e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) durante a década de 1970: “*O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição iniciará este ano [1975] a aplicação do projeto de produção de alimentos e nutrição em áreas de baixa renda em todos os Estados do Nordeste, o que beneficiará cerca de 10 mil famílias de agricultores. [...] O projeto será executado pela Embrater, por meio de seus serviços estaduais de extensão rural, com a colaboração da Unicef.*” (*O Globo*, 20/07/1975, p. 3).

propriedades. Recomendava-se a separação de metade, ou um terço das terras para a plantação de cana de açúcar que deveriam ser processadas numa pequena usina construída no próprio terreno. O objetivo era a produção de álcool combustível para venda no mercado:

A microdestilaria é uma forma do pequeno agricultor ingressar nessa industrialização do produto agrícola e obter uma renda maior. [...] Um agricultor que tem 200 hectares de terra pode separar uma parcela para instalar uma microdestilaria, plantando a cana com tração animal. Esse mesmo animal pode transportar a carga para a destilaria e mover as moendas, sem qualquer gasto de energia elétrica ou qualquer outro tipo de energia externa. (*O Globo*, 20/04/1980, p. 34)

Curiosamente, esse projeto também era defendido pela Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA). No artigo intitulado, “*Uma alternativa não concentradora para o Proálcool – a pequena unidade de produção e a micro/mini destilaria*”, José Gomes da Silva e Joaquim de Barros Alcântara, defendem a produção de álcool em mini e micro destilarias alegando que, ao contrário do que argumentavam os grandes usineiros, não havia a perda de produtividade nesse tipo de empreendimento, em comparação com as grandes destilarias:

Com a tecnologia da Difusão Contínua do Bagaço, ou seja, com a lavagem do bagaço com água quente durante 40 minutos, é possível extrair até 98% da sacarose existente na cana. Os equipamentos necessários são baratos, simples e fáceis de serem construídos em qualquer oficina média no Brasil.

Com essa extração, que não é novidade pois já é largamente usada na África do Sul e no Egito, é possível então, numa mini-destilaria, obter facilmente aquele rendimento de 70 litros por tonelada, igual ao das grandes usinas que operam com moendas de alto custo. (*Reforma Agrária*, jan./fev., 1981, p. 39)

O estímulo da instalação de microdestilarias era justificada como um mecanismo de aumento da renda do produtor. Contudo, a essência do projeto é contraditória uma vez que ao mesmo tempo em que o objetivo era reduzir esses gastos, o pequeno produtor era obrigado a separar parte de sua propriedade para plantar cana de açúcar, diminuindo a área da propriedade destinada à produção de alimentos. A documentação pesquisa indica que o projeto não teve sucesso e foi barrado pelo próprio Ministério da Agricultura.

Outro projeto de igual envergadura seria amplamente apoiado pela EMBRATER: o retorno da tração animal ou, como foi popularmente chamado, “burromecanização”. A tração animal, nesse período, surgiu como “a melhor” sugestão de tecnologia para os pequenos produtores. As declarações do presidente da EMBRATER eram cautelosas diante da proposta, pois as empresas de máquinas agrícolas criticaram a ideia:

Glauco Olinger disse que não deseja abrir nenhuma campanha contra as

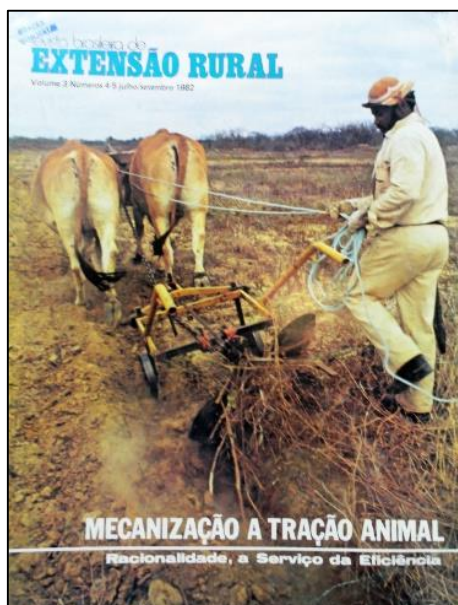
empresas multinacionais que fabricam tratores e peças utilizadas na mecanização moto-motores; minha briga – acentuou – não é contra os tratores. Simplesmente, defendo a utilização da mecanização e a tração animal para os pequenos produtores e a mecanização motora para os grandes (*O Globo*, 30/04/1979, p. 165)

Tal empreendimento possibilitou a busca de novos parceiros internacionais para firmar acordos de cooperação técnica como no caso do acordo com o Centro de Estudos Experimentais de Maquinaria Agrícola Tropical de Paris – Ceemat:

O Brasil vai importar da França equipamentos agrícolas de tração animal, com o objetivo de melhorar o rendimento dos pequenos produtores rurais do Nordeste [...]. O equipamento a tração animal – disse Jean Bouvier [engenheiro agrônomo francês] é largamente usado pelos pequenos proprietários franceses, inclusive com o objetivo de economizar combustível e, importante, é que, principalmente no Brasil, nas regiões mais pobres do País, alguns agricultores não possuem equipamentos (*O Globo*, 11/08/1979, p. 27).

Em outra publicação afirma-se que as máquinas criadas de tração animal foram exportadas para países como Equador e Chile em protótipos a serem copiados pelos produtores latino-americanos. (*Extensão Rural*, out./nov./dez., 1984, p.2). Abaixo reproduzimos a capa da ER de 1982 no qual apresenta uma dessas máquinas de tração animal:

Figura 22: Capa da Revista Extensão Rural sobre mecanização agrícola 1982



Fonte: Revista, *Extensão Rural*, Brasília, jul./set., 1982, capa

A figura 22 reproduzida acima tem a seguinte legenda no interior da revista: “Força dos animais, criatividade do homem, aliadas, renovam o trato da terra,

preservando mais a natureza” (*Extensão Rural*, jul./set., 1982, contracapa). A ER defenderia a tração animal como um projeto “racional e eficiente” e, agora, ecologicamente correto. O editorial desse trimestre enaltecia a tração animal como um retorno ao “bom senso”, condenando como equivocada a difusão de produtos químicos e maquinarias agrícolas de ponta, pois seriam considerados ineficientes em pequenas propriedades e ainda não contribuiriam para o aumento real da produtividade (Idem, p. 2).

Todas essas propostas seriam em maior escala apresentadas aos produtores da região Norte e Nordeste, tal como estabelecia o acordo com o Banco Mundial. Dessa forma, vemos que a análise da revista ERaponta para um contínuo esforço da EMBRATER em promover os objetivos traçados no projeto BIRD/EMBRATER.

4.2.3 – Avaliação do primeiro projeto BIRD/EMBRATER

O relatório final de avaliação do primeiro projeto EMBRATER/BIRD de 1978 foi somente publicado em 1985 pela EMBRATER. A execução do programa estabelecido no projeto sofreu atraso devido a diversos fatores, entre eles, o já mencionado contratempo dos repasses, sobretudo do governos federal(EMBRATER, 1985, p. 21). Em 1983, houve uma nova reorientação do empréstimo com a redução do percentual das esferas estaduais e da esfera federal de 65% para 53% fechando o total de recursos em, aproximadamente, US\$ 212,6 milhões e não mais os US\$ 284,9 milhões previsto originalmente (Idem, p. 42). Diante da dificuldade em conseguir o repasse do valor pelo governo federal as remessas do empréstimo do Banco Mundial foram atrasadas e o início do projeto adiado por dois anos. Logo, a execução do projeto iniciou em 1980 e não em 1978, como no projeto original. Contudo, o relatório aponta que o projeto foi concluído e todos os recursos foram depositados pelo BIRD assim como as contrapartidas nacionais. O relatório, logo em sua introdução, admite que o projeto EMBRATER/BIRD foi fundamental para a continuidade do sistema de extensão rural no Brasil:

Não faltaram propostas que se esbarrassem sempre em falta de recursos capaz de inibir toda ação que se voltasse para um melhor desempenho do sistema. O empréstimo do Banco Mundial para o financiamento do projeto EMBRATER/BIRD a partir de 1978 representou, portanto, uma grande conquista dos Sistema, vindo a suprir grande parte das suas dificuldades e viabilizar muitas de suas propostas. (Idem, 1985, p. 17)

A tabela abaixo mostra o valor inicial da alocação dos gastos da parcela do empréstimo do BIRD e sua real execução:

Tabela10: Alocação dos recursos da parcela do BIRD

Categorias de gastos	Programação inicial US\$ 1 milhão	Reprogramação US\$ 1 milhão	Execução us\$ 1 milhão
Salários	47,0	57,5	57,199,765
Bolsas de Estudos, cursos e treinamento	4,0	6,0	4,975,332
Consultoria	1,0	0,5	564,635
Veículos	8,0	6,5	6,036,365
Mobiliário e equipamentos diversos	12,0	11,0	11,223,984
Construção e obras civis	21,0	17,0	18,457,272
Fertilizantes e despesas com reuniões	2,0	1,5	1,459,773
Outros	5,0	-	82,874
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: EMBRATER. Relatório final, projeto EMBRATER/BIRD. Brasília: EMBRATER, 1985, p. 44

Podemos notar que o maior volume de recursos gastos foi no pagamento de salários, para os funcionários administrativos e extensionistas do SIBRATER. Em segundo lugar, temos a expansão da infraestrutura com a construção de prédios e obras civis em geral. A desproporção entre a programação e a execução foi pequena, sobretudo nos itens “bolsas de estudo, cursos e treinamento”, “veículos” e “fertilizantes e despesas com reuniões”. O restante dos itens tiveram aumento no valor dos gastos se comparados a coluna da execução com da reprogramação. Um dos dados mais significativo apresentados na tabela acima é a distribuição das despesas no qual o pagamento de salários que concentra mais da metade do total de recursos do BIRD destinados ao projeto. *Isso ressalta a importância do empréstimo na manutenção do funcionamento regular da EMBRATER e das empresas estaduais.*

Comparando o número total de funcionários técnicos – extensionistas homens e mulheres – e administrativos de 1978 com o 1985, teremos um aumento em torno de 30% de ambas as categorias. Abaixo apresentamos o quadro com a distribuição do número de técnicos e pessoal administrativo por região considerando o ano de aprovação do projeto EMBRATER/BIRD e o ano final:

Tabela 11: Número de funcionários em atividades no SIBRATER antes e depois do empréstimo(1978-1985)¹¹⁰

		Nº técnicos	Nº administrativos
Sul	1978	1.550	1143
	1985	3.000	1894
	%	48	39
Centro-Oeste	1978	753	587
	1985	1.273	955
	%	40	38
Norte	1978	752	1.209
	1985	902	1.225
	%	37	26
Nordeste	1978	3.251	2.713
	1985	5.116	4.061
	%	36	33
Sudeste	1978	1.969	1.125
	1985	2.251	1.462
	%	12	23
Total SIBRATER	1978	8.275	12.549
	1985	6.470	9.597
	%	34	32

Fonte: EMBRATER, 1985b, p. 30, adaptado pelo autor

De maneira geral, os dados apresentam, que todos tiveram o número de pessoal aumentado. No item “total SIBRATER” vemos que o aumento foi de 34% e 32%, respectivamente, em ambas as colunas. A distribuição por região revela que o Sul, seguido do Centro-Oeste foram as regiões que tiveram maior aumento percentual da equipe de extensão rural. Outra informação relevante é que o projeto não alterou por completo a configuração anterior da distribuição de pessoal da extensão rural no país, com a região Nordeste contendo o maior número de funcionários. Apenas a região Centro-Oeste passou a ter um número maior em relação ao Norte, porém a diferença é pequena. O Sudeste, em comparação com os demais teve a menor elevação de seu pessoal tanto de nível técnico quanto de nível administrativo.

As tabelas abaixo mostram a incorporação de funcionários totais ocorridas durante o projeto – extensionistas e pessoal administrativo – e sua distribuição por região. Segundo o relatório, do total de 3.887 funcionários, 3.335 eram extensionistas e 552 da área administrativa.

¹¹⁰ As percentagens foram retirada com valores aproximados em relação a diferença entre o ano final – 1985 e o inicial 1978.

Tabela 12: Pessoal incorporado ao SIBRATER por região, programação, reprogramação e realização (1977, 1981 e 1985)

	Programação inicial 1977	Reprogramação 1981	Realização 1985
Norte	645	541	587
Nordeste	1.624	1.883	1.056
Centro-Oeste	541	586	615
Sul	316	1.119	1.018
Sudeste	508	521	566
Embrater	100	104	45
SIBRATER	3.734	4.754	3.887

Fonte: EMBRATER, 1985b, p. 17

Além disso, os recursos provenientes do Banco Mundial permitiram a expansão da estrutura física do SIBRATER, mesmo num período de retração dos gastos públicos, conforme podemos verificar no quadro abaixo:

Tabela 13: Expansão da estrutura do SIBRATER em 1985

DISCRIMINAÇÃO	Reprogramado	Realizado	%
Sede EMBRATER	1	1	100
Construção Sede estaduais	23	21	91
Construção Escritórios regionais	18	-	-
Construção Escritórios locais	354	336	95
Treinamento Regionais	6	1	67
Treinamento estaduais	19	12	63
Bibliotecas	25	25	100
Bibliotecas microrregionais		160	-
Veículos adquiridos	5.224	4.036	77

Fonte: EMBRATER, 1985b, p. 12.

Por fim, devemos lembrar aqui que o empréstimo do BIRD foi de cem milhões de dólares com o restante do total do projeto bancada pelo Estado restrito brasileiro. Após a reprogramação em 1981 a contrapartida nacional alcançou mais de US\$ 112.500 milhões, equivalente a 53% do total dos recursos. É latente que a contrapartida nacional foi maior do que o empréstimo realizado pelo Banco Mundial causando o endividamento altíssimo por parte do Estado restrito para garantir a execução do projeto, algo até então ignorado pela documentação.

Além disso, inferimos que, durante o período de 1981 a 1985, o projeto foi a principal fonte de recursos tanto da esfera nacional quanto internacional para a EMBRATER que permitindo não somente sua expansão estrutural num momento de recessão econômica vivido no país como a manutenção da política. Talvez seja por isso que o relatório de avaliação do II Projeto EMBRATER/BIRD foi elaborado ainda no

ano de 1985 e sua aprovação foi rapidamente aceita no ano seguinte pelo Banco Mundial (BIRD, 1986).

Assim, podemos concluir que mais do que uma questão de imposição de diretrizes do Banco para a EMBRATER ocorreu uma convergência de interesses aliando o projeto de combate à pobreza e da revolução verde da agricultura com a proposta do II PND. Contudo, a execução do projeto e seu atraso em quase dois anos mostra o fracasso do esforço em manter o crescimento do país com as mesmas estratégias de endividamento externo largamente utilizada pela ditadura até o momento.

A dependência da empresa em relação ao Banco pode ser relativizada, mas não esquecida e sua publicação refletiu as orientações e objetivos traçados pelo primeiro projeto em diversos programas e no favorecimento do pequeno produtor. Mesmo assim, não verificamos o afastamento do conteúdo produtivista evocado na sua criação:

O autor deste documento, que esteve na direção da EMBRATER de 1979 a 1985, argumentou para o Ministro da Agricultura, Delfim Netto, ser inconveniente um empréstimo financeiro, principalmente de um banco internacional, para cobrir despesas com a folha de pagamento de pessoal. Quanto terminassem as disponibilidades financeiras provenientes do empréstimo, o país teria que arcar com as despesas sozinho ou realizar novos empréstimos. Era sabido que o Ministério da Agricultura não dispunha de recursos suficientes para cobrir as despesas de pessoas do Sistema, referentes a 40% do total das folhas de pagamento, que vinham sendo pagas com os recursos do BIRD. [...]

A resposta do ministro Delfim foi que quanto terminasse aquele empréstimo outro seria feito. (Olinger, 1996, p. 156)

Ocorreria exatamente o que Delfim Netto antecipou ao presidente da EMBRATER. Logo após o fim do primeiro empréstimo foi aprovado, ainda em 1986, um segundo empréstimo do Banco Mundial para a EMBRATER. O projeto tem mais semelhanças do que diferenças em relação ao primeiro projeto de 1978¹¹¹, demonstrando uma continuidade da dependência financeira e ideológica do extensionismo rural no Brasil. O segundo empréstimo à EMBRATER foi estimado num total de US\$ 349 milhões de dólares, dos quais US\$ 155 milhões eram provenientes do Banco Mundial. O restante desse total provinha dos governos federal e estaduais (BIRD, 1986, p. 2). O projeto previa atingir 700 milhões de “pequenos produtores”, num total estimado em 150 mil “famílias rurais”, uma programação mais modesta se

¹¹¹A remessa das parcelas do empréstimo foram alteradas. Enquanto que no empréstimo de 1978 houve progressivo aumento da parcela do Banco Mundial e uma regressiva percentagem da contrapartida do Estado brasileiro, o empréstimo de 1986 inverteu a situação, colocando em sua programação a remessa regressiva do recurso do BIRD.

comparada ao primeiro projeto que estimava atingir 1,3 milhões de produtores e mais de 700 mil famílias.

Por fim, destacamos uma menção importante que não havia no primeiro projeto EMBATER/BIRD: menção e apoio dados à reforma agrária. “*The plan puts emphasis on land reform as a means of reducing economic and social inequalities in rural areas*¹¹²” (BIRD, 1986, p. 3). Peter Rosset afirma que a expressão “reforma agrária” era um tabu dentro do Banco Mundial, mas passou a ser largamente utilizada na década de 80. Contudo, a reforma agrária idealizada pelo Banco Mundial não era a mesma defendida pelos movimentos sociais rurais em todo o mundo. Logo, reforma agrária formulada pelo Banco restringia-se à compra e venda de terras (Rosset, 2004), temática amplamente desenvolvida no interior do Banco, mobilizando uma gama de agentes e agências para a estruturação da chamada “reforma agrária de mercado”¹¹³. Na década de 90, o Banco Mundial exportou a reforma agrária de mercado para a América Latina, inclusive para o Brasil (Pereira, 2004; Martins org., 2004, Sauer, 2010).

No contexto brasileiro, essa referência à reforma agrária no relatório também estava associada ao retorno do debate da temática no país na década de 80 em função de diversos fatores na correlação de forças, dentre eles: o acirramento das lutas sociais no campo, as ocupações de latifúndios pelos movimentos sociais rurais, a criação do MST, em 1984, e a elaboração I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) no ano seguinte. Verifica-se que neste momento houve uma indefinição dos rumos a serem tomados pela política agrícola, em particular e pela política nacional, em geral. É possível observar uma postura quase ambígua do extensionismo rural e uma dupla representatividade da sociedade civil na EMBATER; uma de caráter patronal, com um cooperativista/extensionista dos quadros da OCB, e outra de caráter mais contra hegemônico, com um membro da ABRA.

¹¹²[O plano enfatiza a reforma agrária como um meio de reduzir as desigualdades econômicas e sociais nas áreas rurais]. Tradução livre

¹¹³ Em poucas palavras esse modelo de reforma agrária era nada mais do que a mercantilização da reforma com a compra e venda das terras para o “assentado” financiado através de empréstimo tomados junto às instituições bancárias. No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso implantou a reforma agrária de mercado pelo programa Cédula da Terra, em 1997. Para mais informações ver Pereira, 2004.

4.3 – Nova velha República: transição pelo alto

A formação do primeiro governo civil em 1985¹¹⁴ era esperado como o retorno da democracia e o fim da ditadura militar. A bibliografia especializada (Fernandes 1989; Saes, 2001; Santos, 1994; Codato 2005; Fontes 2010) afirma que esta questão deve ser vista com cautela para não incorrerem no anacronismo e reproduzir o discurso do período. Em 1985 Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral, portanto, de forma indireta, encerrando o longo período de presidentes militares, mas não pondo fim ao período ditatorial. A chegada de Neves à presidência foi vista como uma forma de estabelecer uma grande “conciliação nacional” entre todos os setores da sociedade, incluindo os trabalhadores, militares, burguesia e etc. Este pacto foi costurado ainda no governo Geisel e, portanto, não pode ser considerado como o retorno à democracia nem mesmo nos moldes liberais, mas sim a continuidade da ditadura militar inaugurada em 1964 com um presidente civil. Tiago Monteiro, afirma, por exemplo, que na composição ministerial montada por Tancredo Neves, havia seis ministros militares, sobretudo de origem da corrente militar predominante, a dos “Esguianos”¹¹⁵ (Monteiro, 2012, p. 27) representando vinte e um por cento do ministério de Neves (Idem, p. 31).

Por alguma peripécia do destino, Tancredo Neves não chegou a assumir a presidência vindo a falecer antes de sua posse. Seu vice-presidente, José Sarney – político tradicional do partido da ditadura militar, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – assumiu a faixa presidencial e manteve de início todo o gabinete proposto por Neves. Dessa forma, a estrutura ministerial montada por Tancredo Neves favoreceu o trânsito da dominação de classes, tentando contemplar algumas demandas do movimentos populares para acalmar as tensões sociais que se alastravam. Contudo, a permanência de ministros militares garantia a manutenção da política da Doutrina de

¹¹⁴ A literatura sobre o fim do regime militar é extensa e igualmente heterogênea. Alguns consideram que o regime militar somente foi extinto com a constituinte de 1988, pois o presidente civil Tancredo Neves foi eleito pelo colégio eleitoral e, portanto, de maneira indireta. Além disso, com sua morte repentina antes mesmo de assumir o cargo o vice-presidente da chapa, José Sarney, tomou posse. Este foi presidente da ARENA – partido de apoio à ditadura e, portanto, foi considerado por muitos uma continuidade da política ditatorial somente com outra face. (Mattos, 2008).

¹¹⁵ Monteiro identifica como corrente esguiana aqueles militares que se formaram na Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em 1949 nos moldes do Colégio Nacional de Guerra dos Estados Unidos (National War College). Entre os esguianos de maior envergadura é o primeiro general presidente, Castelo Branco. Tinham clara influência positivista defendendo a concepção da supremacia tecnocrática na governança do Estado restrito. (Monteiro, 2012).

Segurança Nacional, que tranquilizava a classe dominante brasileira e garantia continuidade à dominação burguesa no Brasil.

O fato é que o novo governo com um presidente civil à frente depois de quase duas décadas de generais presidentes e a instabilidade social, política e econômica, gerava expectativas de mudanças reais¹¹⁶. Contudo, ao longo do ano, estas expectativas foram minguando, evidenciando que o retorno de um civil à presidência não encerrou a ditadura militar e a dominação das classes dominantes em geral e do patronato rural, em particular (Fernandes, 1986).

Tanto na cidade quanto no campo havia resistências e lutas contra as formas opressoras de dominação que exploravam de maneira aguda os trabalhadores que foram as principais vítimas da ditadura. O arrocho salarial que levava a reais perdas salariais dos trabalhadores e a intensa exploração do trabalho tornaram o cenário político e social brasileiro insustentável. As greves dos metalúrgicos no complexo industrial do ABC paulista, a campanha da “diretas já”, e as ocupações do MST configuram nos mais importantes episódios da agudização das tensões da luta de classes no Brasil. Assim, as décadas de 1970 e 80 assistiram a reorganização dos trabalhadores rurais e urbanos, “[...] *que afrontavam em sua multiplicidade a seletividade repressiva dominante. As lutas populares foram intensas, complexificando efetivamente os processos de direção e de construção de hegemonia.*” (Fontes, op. cit., p. 227).

A violência era, e ainda é, a principal relação entre o trabalhador rural e o proprietário de terras, onde os jagunços eram, e ainda são, os intermediários da dominação, inclusive através de chacinas¹¹⁷. O boletim de setembro/outubro de 1983 da ABRA foi dedicado a contar a história de Margaria Alves, líder sindical da Paraíba assassinada em agosto daquele mesmo ano ao regressar de uma reunião na Diocese local sobre reivindicações dos trabalhadores. O caso ganhou um número especial devido à repercussão que ocorreu na mídia na época. O boletim, contudo, destacava que este terrível episódio era apenas um dos inúmeros casos semelhantes de assassinatos e outras

¹¹⁶ A composição governamental conservadora, de um lado, e as pressões populares organizadas, de outro, em favor de reformas sociais, resultarão, provavelmente, em algumas mudanças (Martins, 1986, p. 30).

¹¹⁷ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) organiza e divulga, desde a década de 1970, diversas denúncias de assassinatos e conflitos no campo. Atualmente, elas foram reunidas num banco de dados disponível no site da CPT, possível acessar por este link: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc/centro-de-documentacao-dom-tomas-balduino>. Vale ainda registrar que as informações sobre assassinatos no campo ainda permanecem deficientes, pois muitos casos não eram registrados por medo, ou pressão de qualquer tipo de represália. Assim, o quantitativo de violência no campo são muito maiores do que tem-se registro.

formas de violência física no campo no Brasil. Dessa forma, o caso de Margarida Alves era apenas um exemplo do nível da violência no campo que se intensificou na década de 1980 devido à modernização da agricultura, resultando na reconcentração fundiária (Buainan, 2008, p. 24). A resistência por parte da massa de expropriados do campo foi a organização de movimentos sociais, retornando o debate sobre a reforma agrária no país. Surgiram ainda novas formas de atuação dos trabalhadores rurais sem terra como as ocupações de latifúndios por famílias de produtores rurais em diversas regiões do Brasil:

Após a ocupação da gleba Macali em 25 de dezembro de 1979, setenta famílias ocuparam uma gleba vizinha, a gleba Brilhante, também no município de Ronda Alta. A luta cresce e em outubro cento e cinquenta famílias ocupam a fazenda Anoni no município de Sarandi e são despejadas. Desta luta nasce o histórico acampamento da Encruzilhada do Natalino. Cinco anos depois, em outubro de 1985, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em suas mil e quinhentas famílias de quarenta municípios do nordeste e noroeste do Rio Grande do Sul ocupam a fazenda Anoni (Fernandes, 2006, p. 76)¹¹⁸.

Essas ocupações ocorreram em diversas regiões do país simultaneamente (Idem, p. 77) e serviram de uma importante forma de enfrentamento político efetivo dos trabalhadores rurais, sobretudo, organizados pelas novas entidades contra hegemônicas¹¹⁹ que ajudariam a reorganizar os setores subalternos do campo. A Igreja Católica teve um papel central nesse processo, pois as paróquias locais do interior do país se tornaram espaços privilegiados de discussão e organização dos trabalhadores rurais. Nesse processo houve a criação da CPT, em 1975 que se tornou uma das primeiras organizações de caráter nacional que coordenava uma resistência contra a grande propriedade e ainda denunciava o processo violento de expropriação e exploração dessas populações (Ricci, 1999, p. 142-145). Na década de 1980, no ventre da própria CPT e de outros movimentos foi criado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984.

¹¹⁸Nova forma de luta pela terra: Acampar. Artigo escrito por Ricardo Abramovay, ABRA, mai./jul., 1985, p. 55-59. O livro organizado por Lygia Sigaud, Marcelo Hernandez e Marcelo C. Rosa Ocupações e acampamentos (2010) tenta relativizar a questão das ocupações do MST a partir de 1979 como um marco nesse tipo de luta pela terra. Porém, as experiências anteriores detinham uma abrangência mais regional e de lutas mais imediatas, sendo, portanto, os acampamentos do MST um marco na forma de ação política e ideológica sistematizada.

¹¹⁹Gramsci não utiliza o termo contra hegemônica para designar os aparelhos privados de hegemonia que desafiavam a ordem das frações da classe dominante. Contudo, essa expressão ganhou força nos estudos gramscianos e passou a ser uma importante chave de leitura de contraposição aos aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes. Assim, as entidades provenientes dos dominados, ou que apoiavam as lutas das classes e frações da classe subalternas são chamadas de contra hegemônicas, pois estão diretamente em oposição à hegemonia estabelecida.

Assim, a consciência da classe trabalhadora rural e a resistência organizada havia se tornado uma realidade difícil de ser contida pelas balas e jagunços:

A história dos posseiros é uma história errante e de resistência. Mas nesse seu longo caminhar pela vida, encontra ele uma situação um tanto diferente de 20 anos atrás. De um lado, o seu próprio nível de organização e de mobilização tem aumentado. Os sindicatos são um testemunho. De outro lado, há organismos como os ligados à Igreja Católica – CPT, ACR, MER – bem como a ABRA, a FASE e tantos outros que somam sua voz e sua luta à dos trabalhadores rurais para reclamar JUSTIÇA SOCIAL e justiça social significa primeiramente TERRA PARA QUEM NELA TRABALHA (*Reforma Agrária*, set./out., 1983, p. 1).

Diante deste quadro, o governo Sarney tentou dar alguma resposta aos movimentos sociais no campo. Frente à questão agrária, Sarney criou o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário¹²⁰ (MIRAD) ao qual o INCRA tornou-se subordinado, saindo da esfera do Ministério da Agricultura. Este novo ministério foi criado especificamente para tratar a reforma agrária e foi ocupado pelo político Nelson Ribeiro¹²¹. Para assumir a presidência do INCRA foi convidado o agrônomo paulista José Gomes da Silva¹²² – histórico defensor da reforma agrária e um dos relatores do

¹²⁰É sabido que os principais quadros técnicos do MIRAD saíram dos quadros da ABRA e foram importantíssimos para a elaboração do primeiro projeto do PNRA. (ABRA, ago./dez., 1985, p. 3).

¹²¹Advogado, paraense, Ribeiro fez carreira no setor público e na Universidade Federal do Pará, da qual foi vice-reitor e professor do mestrado em Planejamento Regional. Nelson Ribeiro tinha forte ligação com a Igreja Católica, apesar de não ter diretamente nenhuma relação com a questão da reforma agrária quando assumiu o MIRAD. (*Reforma Agrária*, jan./fev./mar./abr., 1985, p. 51).

¹²²Nasceu em Ribeirão Preto/SP. Em 1964 formou-se em agronomia na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo/USP, Em 1950 obteve o título de "*Master of Science*" pela University de Illinois, nos EUA e, em 1954, tornou-se "Doutor em Agronomia" pela Universidade de São Paulo/USP. A partir de 1963, participou de vários cursos internacionais sobre Reforma Agrária, patrocinados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA. Foi bolsista da OEA e visitou projetos de Reforma Agrária em diversos países. Silva tem vastíssimo currículo no serviço público, que iniciou em 1959, como Diretor da Divisão de Assistência Técnica Especializada do Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Em 1964, foi Presidente da Superintendência de Política Agrária/SUPRA e responsável pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA. No ano seguinte, foi membro do Grupo de Trabalho de Regulamentação do Estatuto da Terra (GRET), instituído junto ao Gabinete do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica e assumiu a Coordenadoria do Grupo de Trabalho do Programa Específico de Cooperativas Açucareiras de Reforma Agrária. Foi o idealizador e fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária/ABRA, em 1967, foi seu Diretor-Executivo e Presidente reeleito por diversas gestões. Foi ainda Consultor da FAO/IICA nos Estudos do Comitê Especial da FAO sobre Reforma Agrária em Roma, na Itália. Consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na preparação de informe sobre "Capacitação de Camponeses para a Reforma Agrária e Colonização" em 1972 e Consultor da FAO em 1975 na Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional na preparação do estudo: "Novas Formas da Organização da Produção Agrícola" em Berlin, na República Federal da Alemanha. Como empresário, José Gomes da Silva exerceu o cargo de Diretor da Cooperativa Agrícola de Pirassununga e da Cooperativa Agropecuária de Campinas. Em 1983, assumiu o cargo de Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Em 1984, como Vice-Presidente do Conselho Estadual de Energia, ficou encarregado dos programas de biomassa, especialmente do Proálcool e suas implicações fundiárias. Convidado pelo Presidente eleito Tancredo Neves, assumiu em 1985, no governo Sarney, a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ INCRA e coordenou a equipe que

Estatuto da Terra. Silva seria responsável pela elaboração da primeira versão do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que movimentou a luta de classes na sociedade civil.

4.4 – I PNRA: o natimorto plano de reforma agrária

O primeiro esboço do Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) foi apresentado pelo presidente Sarney em maio de 1985 no IV Congresso da CONTAG e constitui-se numa importante forma de estabelecer um mínimo de consenso diante de um contexto de elevada tensão e reorganização dos segmentos dominados do campo, e também da cidade.

A proposta do PNRA foi duramente contestada pelos aparelhos privados de hegemonia do patronato rural que, em uníssono, condenaram qualquer tipo de reforma agrária, defendendo a bandeira da propriedade rural. Sonia Mendonça afirma que a estratégia da SRB, por exemplo, tentaria desqualificar o plano, saindo em defesa da “reforma agrícola” – que se resumia na defesa da modernização conservadora da agricultura. Lideradas pela entidade paulista, as principais agremiações dos grandes proprietários e empresários rurais realizaram, logo em julho de 1985, o primeiro Congresso dos Proprietários de Terras. Nas palavras do próprio presidente da SRB, Flávio Menezes:

Esse congresso foi fundamental. [...] se alguém não te puser no Jornal Nacional¹²³ você morre anônimo. Você não existe, é invisível. [...] E nós conseguimos isso, naquele dia, naquela reunião, naqueles dois dias. A partir daí o governo percebeu que a reação no Plano era muito forte, que era preciso dialogar, conversar, reelaborar e, se fosse o caso, rever tudo o que foi feito (Carvalho e Bruno, 2009, p. 51)

Regina Bruno e Abdias Carvalho ressaltam que a SRB detinha o discurso de defesa da “primazia” da política agrícola sobre a política agrária. (Carvalho e Bruno, op. cit., p. 47). Todavia, o mais paradoxal nesse processo seria a defesa pelo patronato rural

elaborou o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária da Nova República-PNRA. Em 1990, foi coordenador da área de Agricultura e Reforma Agrária do Governo Paralelo da Frente Brasil Popular. <http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2010/12/nasceu-em-ribeirao-preto-sp.html> acessado em 12 de abril de 2015.

¹²³Programa jornalístico da Rede Globo de televisão que possui, até o momento, a maior audiência do horário nobre na tv brasileira.

do Estatuto da Terra, este mesmo patronato que havia se contraposto ao Estatuto no momento de sua promulgação em 1964¹²⁴:

Um dos argumentos de Flávio Menezes (presidente da SRB) é o de que o I PNRA, ao criar um setor reformado, estaria extrapolando os preceitos legalmente estabelecidos do Estatuto da Terra: “Eu acho que aplicar o Estatuto da Terra era uma coisa. Mas estavam extrapolando o Estatuto da Terra, ao criar o setor reformador e tudo. Isso não está no Estatuto da Terra”, diz. (Idem, p. 49)

As reações não pararam por aí; foi nesse momento que surgiria a União Democrática Ruralista (UDR). O novo aparelho privado de hegemonia congregaria um dos setores do patronato rural mais truculentos e atrasados em relação à modernização tecnológica em curso na década passada, os pecuaristas. Criada e liderada por Ronaldo Caiado¹²⁵, a ação política era baseada na violência física explícita e coerção simbólica, numa espiral de radicalização do discurso em comparação com as demais entidades patronais até então existentes. A UDR ganhou força e rapidamente conquistou espaço político, largando na frente na disputa pela direção da classe dominante agrária que encontrava-se em suspenso. O período de maior atuação da UDR seria na contestação do I PNRA e, posteriormente, discussão da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) nos anos de 1987 e 1988 (Mendonça, 2010a). José Graziano da Silva no boletim *Reforma Agrária*, descreve com precisão as bases sociais da UDR:

No início apenas um grupo restrito de grandes pecuaristas com um discurso radical em defesa da intocabilidade da propriedade privada. Depois, uma proposta de articulação nacional que ganhou rapidamente dimensões políticas e ideológicas. A necessidade de ganhar representatividade e ampliar o seu público potencial para todos os proprietários-produtores levou a UDR a “competir” com as organizações existentes do patronato rural, ameaçando especialmente a sua representação real. (Reforma Agrária, ago./nov., 1986, p. 65)

Este processo de radicalização simbólica e da violência dos proprietários de terra produziu também, segundo Bruno, as “UDRzinhas”, isto é, entidades regionais formadas por proprietários de terras que pegavam em armas para enfrentar as ocupações realizadas pelos assentamentos do MST e dos demais movimentos sociais estaduais, atacando com violência em nome da “sagrada propriedade da terra”. Abaixo elaboramos um quadro a partir das informações obtidas em Bruno (2003) para ilustrar o panorama da disseminação da ideologia radical produzida pela UDR:

¹²⁴Ver capítulo 1.

¹²⁵Médico pecuarista de Goiás, Ronaldo Caiado foi presidente e fundador da UDR em 1985 se licenciando da presidência da entidade, mas nunca de sua liderança em 1988. Teve expressiva participação na discussão sobre reforma agrária na constituinte. (Mendonça, 2010a).

Quadro 12: Principais Grupos de Defesa da Propriedade por região

Principais Organizações Patronais	Estado	Presidente (s)	Representantes
Associação dos Empresários da Amazônia	AM	Geraldo Andrade de Carvalho	Grandes proprietários de terras
Associação dos Produtores Rurais do Sul do Pará	PA	Fausto Ribeiro Marques	Grandes fazendeiros da região.
Comando Democrático Cristão (CDC)	PA	-	Latifundiários, pistoleiros, setores da Polícia Militar e Polícia Civil do Sul do Pará
Associação de Defesa da Propriedade	PE	-	Grandes proprietários de terra e usineiros
Milícia Rural da Região do Araguaia	MT	-	Grandes latifundiários e grandes fazendeiros da região
Grupo de Defesa da Propriedade de Andradina	SP	-	Grandes proprietários de terra de Andradina
Grupo de Defesa da Propriedade de Eduardo Barros	SP	-	Grandes proprietários de terra de Eduardo Barros e adjacências
Pacto de União e Resposta Rural (PUR)	RS	Valy Albrecht, Tasso Jobim, Antonio Celso Cavalcante	Fazendeiros e grandes proprietários de terra. Vários municípios do RS (Cruz alta, Carazinho, Santo Ângelo, Passo Fundo, Erechim, Sertão, Não-me-Toque, Espumoso, Santa Bárbara do Sul, Palmeira das Missões, etc.)
Sociedade do Sudoeste do Paraná	PR	Assis Bandeira	Grandes proprietários do sudeste do Paraná.
Associação de Defesa da Propriedade Privada do Paraná	PR	-	Grandes proprietários do Paraná
Associação de Defesa da Propriedade Privada do Sudoeste Catarinense	SC	-	Grandes proprietários catarinenses
Sindicato dos Proprietários Rurais	SC	-	Grupo de 65 fazendeiros

Fonte: BRUNO, Regina. “Nova República: a violência patronal rural como prática de classe”. In: Revista *Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul./dez 2003, p. 295. (Quadro adaptado).

As mobilizações intraclasse foram relativamente rápidas para confrontar a UDR e garantir a hegemonia da representação no interior da classe patronal. A OCB tomou a frente da reação contra a nova entidade e organizou, em 1986, a chamada Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAA). A frente constituía-se de um total de trinta e sete entidades fundadoras, conforme podemos visualizar na tabela abaixo, e representava uma importante aglutinação das entidades patronais mais tradicionais, como a CNA, SNA e a SRB, com a OCB na liderança do movimento. Ademais, haviam outras entidades estaduais, como as federações de agricultura e organizações das cooperativas estaduais, além de algumas entidades mais específicas, como os aparelhos privados de hegemonia ligados à produção pecuária.

Quadro 13: Composição da Frente Ampla da Agropecuária (FAA) - 1986

Entidades Nacionais	
1	OCB
2	SRB
3	CNA
4	SNA
5	Conselho Nacional de Pecuária e Corte (CNPC)
6	Sindicato Nacional dos Pecuáristas de Gado de Corte
7	Associação Brasileira de Produtores de Sementes (ABRASEM)
8	Associação dos Empresários da Amazônia (AEA)
9	Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)
10	Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais
Organizações de Cooperativas Estatuais	
11	OCERGS – Rio Grande do Sul
12	OCEPAR – Paraná
13	OCESC – Santa Catarina
14	OCESP – São Paulo
15	OCEERJ – Rio de Janeiro
16	OCEMG – Minas Gerais
17	OCEMAT – Mato Grosso
18	OCEMS – Mato Grosso do Sul
19	OCEG 0 Goiás
20	OCEES – Espírito Santo
21	OCEMA – Maranhão
22	OCEPA – Pará
23	OCEPE – Pernambuco
24	OCEAL – Alagoas
25	OCEC – Ceará
26	OCEB – Bahia
27	OCEPB – Paraíba
28	OCEPI – Piauí
Federações de Agricultura Estaduais	
29	FAESC – Santa Catarina
30	FAEMG – Minas Gerais
31	FAEP – Paraná
32	FAESP – São Paulo
33	FAEG – Goiás
34	FAEB – Bahia
35	Sociedade Mineira de Agricultura
Outras entidades:	
36	Associação dos Produtores Rurais do Estado do Mato Grosso
37	Associação dos Produtores Rurais do Mato Grosso do Sul

Fonte: Jornal do Cooperativismo, jun. 1986, p. 7

A FAA tornou-se uma importante catapulta para a OCB como protagonista das frações da classe dominante agrárias que disputaria com a UDR. Isso porque a organização ainda não tinha condições de sozinha disputar a hegemonia interna da classe com a nova entidade de Caiado e teve como estratégia consolidar amplo consenso intraclasse para dar maior legitimidade a disputa pela hegemonia da classe rural, isto é, assegurar a direção política desse setor da classe dominante. Assim, vemos que esse período constata-se uma ascensão de lutas contra hegemônicas, ao mesmo tempo em

que havia uma latente instabilidade e/ou impasse na hegemonia intraclasse do patronal rural.

Mesmo com um caráter mais moderado, a FAA tinha o explícito interesse em impedir qualquer avanço nas discussões sobre reforma agrária na constituinte. Apesar da UDR não ter sido convidada a participar da FAA (Mendonça, op. cit., p. 157), podemos inferir que ambas tinham os mesmos objetivos estratégicos, apesar de táticas diferentes, ao menos naquele período. Ambas trabalhavam para o mesmo fim, isto é, acabar com qualquer tentativa de reforma agrária no Brasil.

A mobilização do patronato rural em torno do I PNRA durou até as discussões da Constituinte, e conseguiu impedir a que o texto base sobre a reforma agrária entrasse na Constituição de 1988. Isso mostra a força e organicidade com que a classe dominante agrária brasileira se mobiliza quando sente seus interesses ameaçados.

Os movimentos sociais rurais, em geral, defenderam a promulgação do I PNRA. Tanto o MST quanto à CONTAG, por exemplo, viam como positiva a elaboração do plano e tinham relativas esperanças diante da própria elaboração, entregue nas mãos de José Gomes da Silva, à frente do INCRA. Contudo, de maio – mês da sua apresentação no IV Congresso da CONTAG – até a outubro de 1985 – dia da promulgação do I PNRA – foram redigidas nada menos do que doze versões do plano. O primeiro rascunho do I PNRA continha onze artigos e dois anexos; a versão final conteria oito artigos e um anexo. Os três artigos retirados diziam respeito diretamente a questão da demarcação das áreas prioritárias para a reforma agrária e, portanto, influenciavam na execução da reforma. Assim, a versão final do I PNRA não estabelecia nenhuma área efetiva para a reforma agrária, deixando essa decisão para os planos regionais de reforma agrária que seriam elaborados pelos governos estaduais, por isso “[...] *o que foi assinado como PNRA não é o PNRA, conseguindo o Governo habilmente protelar o início da Reforma Agrária, até que os Planos Regionais estejam assinados*” (Silva, 1985, p. 15)¹²⁶.

O plano, contudo, manteve as metas consideradas ousadas do primeiro texto como o assentamento de 1,4 milhão de famílias em todos os estados do país num período de quatro anos. Era previsto também a assistência técnica como um importante “programa de apoio” aos assentados:

¹²⁶ SILVA, José Graziano. “O ‘Pnarex’, aquele que parece o PNRA, mas não é”. In: Reforma Agrária, ago./dez., 1985, p. 15.

As instituições integrantes do Sistema EMBRATER, serão atribuídas **funções relevantes** no processo de Reforma Agrária, junto aos beneficiários e/ou organizações, entre as quais destacam-se:

- **participação na organização dos beneficiários e na formulação dos projetos de assentamento.**

- assistência às organizações de beneficiários, nos aspectos de gerência e informações sobre políticas agrícolas e setoriais que interferem no processo de Reforma Agrária, particularmente: **mecanismos de crédito e financiamento**, sistemas de comercialização, preços e mercados.

- **transferência de tecnologia** e melhoria dos padrões de alimentação, higiene e saneamento;

- informações sobre os serviços públicos passíveis de serem utilizados nos projetos de assentamento, nos campos da saúde, previdência, nutrição e educação. (I PNRA, 1985, p. 37, grifos nossos).

Desse modo, a EMBRATER fora colocada no centro do plano juntamente com o INCRA, cabendo-lhe um papel crucial na sua execução nas áreas de assessoramento, organização, crédito e transferência de tecnologias adaptadas. Por outro lado, a EMBRAPA não teria semelhante papel, tampouco fora considerada relevante no I PNRA, pois somente seria lembrada uma única vez em todo o documento, não havendo modificação da última versão em relação à primeira. Evidencia-se, com isso, que a participação da EMBRATER não foi alterada da primeira versão do plano para a última. E o mais importante: o extensionismo rural foi resinificado, afastando-se de seu caráter original de política alternativa à reforma agrária para *parte integrante e executor* da reforma agrária o que evidencia o atravessamento da correlação de forças do período que conferiu uma alteração importante na relação de forças internas na empresa.

Não satisfeitos em implodirem os itens mais progressistas do I PNRA houve ainda a elaboração de um plano de contrapartida para as classes dominantes: o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural (PNRD). O Ministro Chefe da Casa Militar do governo Sarney, Rubens Bayma Denis, disse que o PNDR foi elaborado pela Secretaria do Conselho de Segurança Nacional e entregue ao Ministério da Agricultura (*Reforma Agrária*, ago./nov., 1986, p. 66). Em linhas gerais, não há nenhuma novidade no plano em relação aos outros planos de política agrícola. O suposto novo plano era dividido em três partes – Reforma Agrária, Política Agrícola e Direito – e afirmava que a política agrícola era igualmente importante que a reforma agrária (Idem). Dizia ainda que a prioridade da reforma agrária deveria ser:

“[...] ‘rurícolas’ que tenham comprovada tradição agrícola adquirida através de exploração em propriedade alheia quase que elevando os contratos de arrendamento e parceria, ou de trabalho assalariado, em estágio intermediário e prévio ao assentamento” (*Reforma Agrária*, ago./dez., 1985, p. 11).

O PNDR previa o crédito fundiário como principal instrumento de reforma agrária e não a desapropriação de terras improdutivas. (Idem, p. 12). Isto é, a mensagem

era secundarizar a questão da redistribuição de terras, enfatizando a prioridade em oferecer crédito rural farto e subsidiado (juros negativos). O PNDR foi sancionado no mesmo dia do I PNRA e aquele estava subordinado a este, ou seja, o PNDR era mais importante do que o próprio plano de reforma agrária. Logo, vemos que a mesma estratégia empregada para bloquear o Estatuto da Terra em 1964 foi reutilizada em 1985: trocar a questão da reforma agrária pelo desenvolvimento da produtividade rural, implodindo os programas progressistas e preservando a estrutura fundiária. Este episódio lembra a seguinte passagem de Marx: *“Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”* (Marx, 2011, p. 25)¹²⁷.

Guardando as devidas proporções, o I PNRA foi uma efêmera esperança que, rapidamente, se tornou uma farsa da tragédia. Nas palavras de Silva, a reforma agrária proposta pelo governo Sarney *“[...] não é uma proposta de transformação da estrutura agrária brasileira. Mesmo os que imaginaram isso possível nos marcos da atual correlação de forças da sociedade brasileira, reconhecem que o sonho acabou”* (Silva, 1986, p. 67).

Assim, não é descabido afirmar que ao execução do I PNRA ao longo dos anos foi ínfimo. Bernardo Mançano Fernandes revela que *“no final do governo Sarney, considerando as ações dos movimentos sociais, somente 6% do PNRA foi executado. Neste período foram assentadas 84.852 famílias das 1,4 milhão de famílias previstas no plano.”* (Fernandes, op. cit., p. 59). De maneira geral, a chamada Nova República continuava privilegiando as velhas frações da classe dominante tornando a reforma agrária mera retórica: *“o governo da “Nova República” elaborou planos de reforma agrária, arquivou-os e continuou falando de reforma agrária.”* (Leite e Palmeira, 1998, p. 135). Veremos, a seguir, que na Constituinte isso não seria diferente.

4.5 – Reforma agrária na constituinte de 1988

Em 1985, foi lançado o Movimento Nacional pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) que congregou vários setores da sociedade civil, incluindo

¹²⁷Luís Bonaparte se aproveitou da imagem de seu suposto tio – Marx tinha dúvida de seu parentesco direto com Napoleão Bonaparte – que instituiu o Império Napoleônico em 1799. O resgate de Luís Bonaparte da imagem do tio é uma ressignificação desqualificada para legitimar sua ação golpista e ilegal.

os movimentos sociais e ainda alguns setores da classe dominante. A eleição dos deputados para a ANC ocorreu no ano seguinte e teve uma nova batalha na sociedade civil patronal para eleger seus representantes na Constituinte, sobretudo a OCB e a UDR garantiram deputados. Houve também a representação dos movimentos sociais como podemos verificar na eleição de Plínio de Arruda Sampaio da ABRA como deputado constituinte.

José Gomes da Silva em *Buraco Negro: a reforma agrária na constituinte* (1989) constrói um rico balanço do processo de discussão das propostas e contrapropostas de reforma agrária no processo da formulação da nova constituição na ANC. Silva retrata a intensa articulação política das entidades patronais, sobretudo da UDR e da OCB que se articularam para afundar qualquer proposta progressista de reforma agrária, como o texto original apresentado a Subcomissão de Assuntos Fundiários, responsável pela discussões ligadas à questão agrária na nova Constituição.

O patronato rural, contudo, não venceu sem enfrentar resistência. Os movimentos sociais rurais também se articularam em torno da defesa da entrada da reforma agrária no texto final da constituição e para isso mobilizaram deputados constituintes dentro da Subcomissão de Assuntos Fundiários, exercendo forte pressão política. As principais entidades envolvidas na defesa da reforma agrária na ANC foram: ABRA, CONTAG e CPT, que contaram com apoio do Partido dos Trabalhadores (PT). Por outro lado, o patronato rural foi representado pela SRB, OCB, CNA e, sobretudo, pela UDR, apoiados por diversas áreas conservadoras do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da Frente Liberal (PFL) entre outros partidos.

Ambos os lados protagonizaram inúmeras manifestações pró e contra a reforma agrária durante a votação da constituinte. As votações da relatoria da Subcomissão Comissão de Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária – responsável por montar o primeiro texto sobre a questão agrária que comporiam a Constituição – e as votações da ANC sobre a temática foi palco de episódios escabrosos com gritos, gestos obscenos, violências físicas e insultos e até o sumiço misterioso do deputado Benedicto Monteiro (PMDB/PA) no dia de votação decisiva do tema da reforma agrária¹²⁸ (Idem,

¹²⁸ O Deputado saiu de Belém do Pará rumo ao Congresso em Brasília no dia marcado para a votação de importante relatório sobre a política fundiária e a reforma agrária, mas não chegara ao seu destino na hora prevista. Ninguém sabia de seu paradeiro e a política federal foi acionada por representantes da ABRA e de um deputado do PMDB. A família contou que Monteiro teria recebido telefonemas ameaçadores

p. 84-86). Houve ainda a diversas manobras políticas espúrias que conseguiram minar a aprovação de dispositivos importantes sobre esta temática e outras questões consideradas progressistas no texto sobre a política fundiária e a reforma agrária.

Silva destaca que, além dessas duas correntes já mencionadas havia uma terceira posição que ele chama de “posição governo” defendida pela EMBRATER, EMBRAPA, INCRA e pelo MIRAD. As posições desses aparelhos do Estado restrito, como veremos, não estavam alinhadas. A posição do governo oscilava, dependendo da instituição e, portanto, não havia uma direção centralizada, ou mesmo unânime nem em relação à defesa, ou crítica a inclusão do tema da reforma agrária no texto final da constituição.

No caso específico da EMBRATER, a fala de seu presidente foi em defesa à reforma agrária “moderada”, ou seja, sem qualquer radicalização. O presidente da EMBRATER em seus discurso, constrói uma argumentação que atrelava o processo de reforma agrária ao de uma política agrícola eficiente tal como promulgada no I PNRA:

A apresentação de Romeu Padilha de Figueiredo, presidente da EMBRATER, responsável pelo apoio técnico à Reforma Agrária brasileira, foi centrada no delineamento das linhas mestras de uma nova agricultura no Brasil. Para isso, depois de sugerir alguns instrumentos de política agrícola, destacou dois pilares para a sustentação de um moderno setor primário em nosso país: o apoio, preservação e estímulo à unidade familiar de produção e a RA. (Idem, p. 63)

Este discurso se aproximava do posicionamento do ministro Dante de Oliveira a frente do MIRAD. Primeiro, Oliveira reproduziu a colocação de Tancredo Neves sobre a reforma agrária, que estabelecia uma relação entre esta questão e ao desenvolvimento do tema da democracia. Em seguida, Oliveira fez a defesa da reforma agrária, tal como havia já se pronunciado anteriormente nos debates da Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA)¹²⁹.

durante toda a noite anterior devido a sua posição favorável as emendas do relator do projeto de reforma agrária. A sessão foi suspensa e teve muito tumulto em relação à ausência do deputado Monteiro até a madrugada quando o deputado foi localizado em Belém e trazido às pressas para a votação no Congresso. O próprio Monteiro não explicou sua ausência.

¹²⁹Em linhas gerais, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária foi iniciada em agosto de 1983 e teve a participação das seguintes entidades: CONTAG, CPT, CIMI, CNBB, ABRA e Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e, posteriormente, da CUT, da CGT, do MST e da União das Nações Indígenas. O secretariado da CNRA foi de responsabilidade de Herbert de Souza, líder do IBASE e teve como principal estratégia de ação reuniões de mobilização no Congresso pela reforma agrária, participação em congressos dos movimentos sociais rurais, além da elaboração de relatórios e proposições de leis para a ANC sobre a reforma agrária. (Reforma agrária, edição especial, 1983; *A urgência da reforma agrária*, 1986).

Por outro lado, a posição do presidente da EMBRAPA, Ormuz Freitas Rivaldo¹³⁰, foi considerada por Silva irrelevante ao tema da reforma agrária, destacando apenas questões pontuais da política agrícola (Idem). Acreditamos que a posição de Rivaldo era uma expressão clara da condição rendida que se encontrava a EMBRAPA aos interesses das classes patronais que não vislumbravam nenhum tipo de concessão. O presidente da empresa defendeu a produtividade como critério único, abominando qualquer violação do direito de propriedade da terra.

Silva aponta ainda algumas manobras do governo Sarney para tentar influenciar nos trabalhos da ANC, como a troca de ministros durante o processo para tentar influenciar os partidos. Uma destas manobras chama atenção e deve ser destacada: o Decreto-lei 2.363 que extinguiu o INCRA no ano de 1987. Segundo José Gomes da Silva isso foi uma crucial estratégia orquestrada pelo presidente Sarney, pois ocorreria dias depois da publicação do decreto a votação sobre a “Política Fundiária e sobre a Reforma Agrária” que, apesar de conter inúmeros retrocessos, detinha dispositivos importantes para o avanço da reforma agrária no país:

Com o saldo do desastrado DL [Decreto Lei], Sarney conseguiu paralisar a Reforma, tirar os incômodos representantes dos trabalhadores rurais das Comissões Agrárias estaduais e até fechar alguns núcleos estaduais atuantes, como foi o caso do Paraná onde o secretário de Assuntos Fundiários, Felipe Haj Mussi, demitiu-se em protesto, já que, também para ele, o decreto do presidente matou a Reforma Agrária (Idem, p. 145).

Assim, Silva avalia o resultado do texto final da Constituição de 1988 sobre a questão agrária como um enorme retrocesso, pois:

[...] aprofundou o buraco da desigualdade, impedido, definitivamente, que a questão agrária brasileira pudesse ser resolvida por via pacífica. Ao manter no segundo turno praticamente tudo o que foi aprovado na primeira rodada de votações, inclusive o malfadado inciso que isenta de desapropriação a chamada “propriedade produtiva”, a ANC retrocedeu aos idos de 1946, renunciou às conquistas da EC [Emenda Constitucional] nº 10 de 10 de novembro de 1964¹³¹ e do ET [Estatuto da Terra] e desdourou-se quando comparada à Carta outorgada pelos três ministros militares em 17 de outubro de 1969. (Idem, p. 199)

De maneira geral o sociólogo Florestan Fernandes, que fora deputado constituinte pelo PT, também criticaria o texto final da Constituição de 1988,

¹³⁰ Engenheiro agrônomo pela UFRGS (1959) e diplomado em Sciences et Techniques des Productions Vegetables, pela Ecole Nationale Supérieure Agronomique de Montpellier (France -1979). Doutor em Fitotecnia pela Université des Sciences et Techniques du Languedoc (France, 1981). Profissionalmente, teve ampla experiência, destacando-se em diversos cargos como: chefe da Segunda Delegacia da Defesa Sanitária Vegetal – Secretaria da Agricultura/DPV, Bento Gonçalves, RS (1961 a 1963). (Mendonça, 2010c, p. 56).

¹³¹ Essa lei versava sobre a questão da desapropriação das terras improdutivas com indenização de títulos da dívida pública e não o pagamento em espécie como previa a Constituição brasileira de 1946.

caracterizando-a como uma “colcha de retalhos” de inspiração “burguesa conservadora” com duas tendências principais: “[...] *conservadorismo burguês, de matriz reacionária e pró-imperialistas, e de reforma social*” (Fernandes, op. cit., p. 347). Esta última teria um aspecto mais jurídico do que real. Por isso esse período teria tido somente uma faísca reformista que foi apagada com um rio de conservadorismo liderados por diversas correntes representantes da classe dominante brasileira em seus mais diversos setores.

Do ponto de vista estritamente administrativo, a Constituição de 1988 aprovada descentralizou o poder da União, deixando estados e municípios mais fortalecidos (Fontes e Mendonça, op. cit.). Isso abalou diretamente na questão orçamentária da EMBRATER, pois a redistribuição de dos principais recursos das empresas estaduais não seria mais realizado por ela, tornando-se responsabilidade direta dos governos estaduais, que definiriam também o percentual de investimento para o extensionismo conforme seus interesses. Dessa forma, acentralização da empresa seria fortemente estremecida, diante da realocação dos recursos e sua viabilidade ameaçada. A EMBRATER preparou uma cartilha informativa para instruir na organização da política agrícola nas leis orgânicas dos municípios (EMBRATER, 1989). Mas, antes de entendermos os desdobramentos da Constituição de 1988 sobre a EMBRATER, devemos aprofundar a discussão do conflito que atravessou-a contando, nesse período, com uma contradição ímpar em sua trajetória até então: um presidente da ABRA e um diretor da OCB

4.6 – Contra hegemonia no campo e na extensão rural: uma análise da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)

Esboçamos no capítulo três que, mesmo com a composição de um quadro de dirigentes mais tecnicamente capacitados e não tão diretamente ligados às entidades do patronato rural, não havia nenhum indício de afinidade política desses dirigentes com qualquer tipo de agremiação que se opunha aos projetos da classe dominante agrária. Contudo, em 1985, foi noticiado pela revista *Extensão Rural* (ER) a troca da direção da EMBRATER. Glauco Olinger foi substituído por Romeu Padilha de Figueiredo. Em sua trajetória de vida publicada pela ER aponta-se o extensionista da EMATER-PE como “membro da ABRA” (Anexo 2).

A chegada à presidência de um extensionista e membro de uma entidade ligada à CONTAG é um marco importante a ser considerado na trajetória da extensão rural no

Brasil na década de 80, pois Padilha apresentava-se com uma posição claramente distinta de seus antecessores, não somente pela sua declarada filiação à ABRA, mas por toda sua carreira, que pode ser conferida no Anexo 2. Antes de nos atermos em sua trajetória e sua gestão à frente da EMBRATER é importante entendermos o que era a ABRA e seu lugar na sociedade civil.

A ABRA, em seus estatutos, denomina-se como organização da “sociedade civil, sem fins lucrativos, organizada para ajudar a promover a realização do processo agro-reformista no Brasil” (*Reforma Agrária*, jan./abr., 1986, contracapa). Criada em 1967, a entidade se constituía em uma associação de crítica à política agrícola do país e a defesa da reforma agrária tal como idealizada no Estatuto da Terra.

A bandeira principal da entidade era a *reforma agrária com o cumprimento do Estatuto da Terra*. O Boletim da ABRA intitulado *Reforma Agrária* foi publicado ininterruptamente desde 1971 até hoje. Nele, há diversos artigos de renomados pesquisadores sobre a política agrícolas, informações sobre as ações das organizações sociais rurais no campo, sobretudo as organizações já mencionadas. Em um dos editoriais da revista declara-se abertamente que:

Nossa entidade reconheceu sempre seu papel limitado na luta pela reforma agrária. Não somos nem pretendemos ser uma organização de massas e a reforma agrária ou será uma conquista das massas rurais (conscientizadas e organizadas por suas genuínas organizações) ou não será. (*Reforma Agrária*, ago. Dez., 1985, p. 3)

Assim, a entidade era marcada pela moderação e diálogo crítico alicerçado em pesquisas estatísticas, sociológicas, antropológicas e históricas.

É possível perceber através dos boletins da ABRA uma estreita ligação dessa entidade com a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Essa, por sua vez, era o sindicato oficial dos trabalhadores rurais em contraste com o sindicato patronal – a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A CONTAG criada pelo Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, no golpe de 1964 sofreu intervenção direta em sua diretoria (Ramos, op. cit., p. 73), conseqüentemente suas ações foram suprimidas sempre acompanhadas de perto pelos organismos de repressão da ditadura. Mesmo de maneira limitada a CONTAG concentrou sua ação pela luta jurídica reivindicando a reforma agrária contida no Estatuto da Terra. A participação política de alguns fundadores da associação já era intensa na década de 60. José Gomes da Silva e Carlos Lorena, por exemplo, participaram do Grupo de Trabalho que elaborou o Estatuto da Terra e, anteriormente, colaboraram com a revisão agrária de São Paulo o

governo Carvalho Pinto (1959-1963) (Côrtes, 1990, p. 9). Silva acreditava que o estatuto continha mecanismos progressistas capazes de mudar de modificar a estrutura fundiária permitindo uma reforma agrária que privilegiasse os pequenos produtores. Em artigo publicado no boletim da associação Silva avaliava que seria possível fazer a reforma agrária observando a estrutura da lei e das instituições do aparelho do Estado já existentes:

Com base na experiência de nove anos de frustrações, é possível indicar algumas medidas operativas que poderiam levar à imediata efetivação da Reforma Agrária Brasileira. Ei-las:

3.1 A legislação atual é suficiente: diversas avaliações imparciais tem indicado que a legislação existente (O Estatuto da Terra, o Ato Institucionalnº 9 e a legislação complementar) propiciam embasamento jurídico suficiente para realizar a Reforma Agrária no Brasil.

3.2 O organismo executor – o INCRA – pode ser aproveitado

3.3 A reforma deve ser regional

3.4 A reforma deve ser pacífica

3.5 A reforma deve abranger também os minifúndios

3.6. Os atuais programas governamentais (Proterra e colonização da AM) não podem ser tomados como substitutivos para a Reforma Agrária
(*Reforma Agrária*, mar./abr., 1974, p. 8-9)

Os recursos para o funcionamento da ABRA ainda não estão claros. Sabemos que a CONTAG apoiava financeiramente a publicação do boletim da entidade e seu presidente, José Francisco da Silva, era membro do Conselho Deliberativo durante todo o período estudado – 1971 a 1990 – (ver anexo 7). No editorial de 1986 o então presidente da ABRA, Plínio de Arruda Sampaio, justificava o atraso da circulação da revista¹³² pela dificuldade em conseguir patrocinadores. A publicação desse ano só foi possível depois de recursos provenientes da Fundação Ford (*Reforma Agrária*, abr./jul., 1986, p. 1). É latente a proximidade da CONTAG com a ABRA e inferimos ainda que a confederação dos trabalhadores rurais deveria repassar recursos para a manutenção da associação desde seu início. Contudo, a entidade tinha relativa autonomia sobre sua ação e não pode ser considerada como apêndice do sindicato dos trabalhadores rurais, mas como um importante aparelho privado contra hegemônico no sentido gramsciano que tinha como trincheira principal o campo acadêmico e a crítica ao governo pela defesa da reforma agrária legalista, baseada no Estatuto da Terra.

¹³² Conforme veremos mais adiante, o boletim da ABRA se transforma em revista na década de 80.

Quadro 14: Trajetória dos dirigentes da ABRA (1971-1990)

Presidente	Origem	Trajetória de vida
José Gomes da Silva	São Paulo	Nasceu em Ribeirão Preto/SP. Em 1964 formou-se em agronomia na Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ) da Universidade de São Paulo/USP, Em 1950 obteve o título de " <i>Master of Science</i> " pela University of Illinois, nos EUA e, em 1954, tornou-se "Doutor em Agronomia" pela Universidade de São Paulo/USP. A partir de 1963, participou de vários cursos internacionais sobre Reforma Agrária, patrocinados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), pelo Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA. Foi bolsista da OEA e visitou projetos de Reforma Agrária em diversos países. Silva tem vastíssimo currículo no serviço público, que iniciou em 1959, como Diretor da Divisão de Assistência Técnica Especializada do Departamento de Produção Vegetal, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. Em 1964, foi Presidente da Superintendência de Política Agrária/SUPRA e responsável pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária/IBRA. No ano seguinte, foi membro do Grupo de Trabalho de Regulamentação do Estatuto da Terra (GRET), instituído junto ao Gabinete do Ministro do Planejamento e Coordenação Econômica e assumiu a Coordenadoria do Grupo de Trabalho do Programa Específico de Cooperativas Açucareiras de Reforma Agrária. Foi o idealizador e fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária/ABRA, em 1967, foi seu Diretor-Executivo e Presidente reeleito por diversas gestões. Foi ainda Consultor da FAO/IICA nos Estudos do Comitê Especial da FAO sobre Reforma Agrária em Roma, na Itália. Consultor da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na preparação de informe sobre "Capacitação de Camponeses para a Reforma Agrária e Colonização" em 1972 e Consultor da FAO em 1975 na Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional na preparação do estudo: "Novas Formas da Organização da Produção Agrícola" em Berlin, na República Federal da Alemanha. Como empresário, José Gomes da Silva exerceu o cargo de Diretor da Cooperativa Agrícola de Pirassununga e da Cooperativa Agropecuária de Campinas. Em 1983, assumiu o cargo de Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Em 1984, como Vice-Presidente do Conselho Estadual de Energia, ficou encarregado dos programas de biomassa, especialmente do Proálcool e suas implicações fundiárias. Convidado pelo Presidente eleito Tancredo Neves, assumiu em 1985, no governo Sarney, a Presidência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ INCRA e coordenou a equipe que elaborou o 1º Plano Nacional da Reforma Agrária da Nova República-PNRA. Em 1990, foi coordenador da área de Agricultura e Reforma Agrária do Governo Paralelo da Frente Brasil Popular. http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2010/12/nasceu-em-ribeirao-preto-sp.html acessado em 12 de abril de 2015.
Carlos Lorena	São Paulo	Ex. combatente da Revolução Constitucionalista (1932), engenheiro agrônomo, colaborou no anteprojeto do Estatuto da Terra. Foi diretor do Incra e um dos fundadores da ABRA. Recebeu vários títulos, entre eles o de Advogado Honorário (Instituto Paulista de Direito Agrário) e o de engenheiro agrônomo do ano (1977 - ESALQ). Foi administrador de fazenda, extensionista de campo, pesquisador, nutrólogo, comunicador, professor. Viajou aos Estados Unidos para conhecer o serviço de extensão rural. (ABRA, nº3, dez.1988/mar.1989, p. 4) http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/4466-memorial-da-reforma-agraria acesso, 22 de agosto de 2016
Luis Carlos Guedes Pinto	São Paulo	Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (1965), tendo recebido o Prêmio "Edições Melhoramentos" como melhor aluno da turma no conjunto de disciplinas relativas à Agricultura. Doutorou-se pela mesma Escola em 1973. Livre Docente em 1979, Professor Adjunto em 1987 e Professor Titular de Economia Agrícola em 1993 da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Fez estudos de Pós-doutorado na Universidade de Córdoba (Espanha) em 1991. Além de Professor da Unicamp de 1983 a 2003, foi docente na Pontifícia Universidade Católica de Campinas

		<p>(1966/1969) e na Universidade de Brasília (1976/1982). Publicou dezenas de artigos, diversos capítulos de livros e proferiu centenas de conferências e palestras no Brasil e no exterior, sobre temas relativos à política agrícola e questão agrária, área de sua especialização.</p> <p>Recebeu o Prêmio Jabuti (1994) como coautor do livro “Introdução à Engenharia Agrícola”, a bolsa de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz” (1993) em virtude de suas atividades de ensino e pesquisa no Instituto de Economia da Unicamp, e a Medalha do Mérito Científico e Tecnológico concedida pelo Governo do Estado de São Paulo, pelos relevantes serviços prestados à Agricultura Brasileira (2001). Recebeu também o Prêmio “Frederico de Menezes Veiga”, em 2009, concedido pela Embrapa, pelo destacado apoio à pesquisa agropecuária no País. Em 2010, foi eleito “Engenheiro Agrônomo de 2010” pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP).</p> <p>Trabalhou em vários órgãos do setor público estadual e federal. Na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo foi, no final da década de 1960-70, membro do Grupo de Implantação do Sistema de Planejamento da Assistência Técnica, Chefe da Seção de Organização e Promoção Rural e Assessor de Planejamento em Assistência Técnica à Agricultura de São Paulo. Na década de oitenta, foi Coordenador de Planejamento, Chefe de Gabinete do Secretário e posteriormente Secretário da Agricultura (1983). Foi também Diretor da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), no período de 1984 a 1987. No Governo Federal, foi Assessor do Ministro da Agricultura (1972/1973), membro do Grupo de Implantação da EMBRAPA e Chefe da Assessoria Técnica e do Gabinete do Presidente desta Empresa (1973/1982). Também exerceu os cargos de Presidente do Conselho de Administração da Central de Abastecimento (Ceasa), de 1989 a 1992; Pró-Reitor de Desenvolvimento da Unicamp (1998/2001), Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), em 2003 e 2004; Secretário-Executivo do Mapa (2004/2006); Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2006/2007); e Vice-Presidente de Agronegócios e Micro e Pequenas Empresas do Banco do Brasil (2007/2011). Desde agosto de 2011 é Diretor-Geral de Seguros Rurais e Habitacional do Grupo Segurador Banco do Brasil/Mapfre. Foi Diretor (1988/1990) e Presidente (1995/1996) da Associação de Docentes da Unicamp; Sócio Fundador (1967), Diretor e Presidente da ABRA 1983 a 1996. Membro do Conselho Curador e do Conselho Fiscal da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), de 1999 a 2003; e do Conselho Curador da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) do Estado de São Paulo (1999/2003). Presidiu os Conselhos de Administração da Conab, da Embrapa, das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais (Ceasa/MG), da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (Casem); da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp) e da Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial (Brasagro), todos no período de 2004 a 2007. Atualmente, é Presidente do Conselho de Administração da Bolsa Brasileira de Mercadorias (BBM), desde abril de 2013. Foi Membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 2006 e 2007; Membro do Conselho Curador da Fundação Banco do Brasil (2007/2011); Membro do Conselho de Administração da Kepler Weber (2009/2013); Membro do Conselho de Administração da Companhia de Seguros Aliança do Brasil (2008/2011) e do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), desde 2008.</p> <p>https://www.embrapa.br/documents/10180/14222094/Currículo+de+Luis+Carlos+Guedes+Pinto/9ef82c86-edae-494e-8f05-b84dbb76f95e</p> <p>Acessado em 22 de agosto de 2016.</p>
Plínio de Arruda Sampaio	São Paulo	<p>Formou-se em direito pela Faculdade de Direito da USP em 1954. Nesse período começou a militar na universidade.</p> <p>Durante o governo de Carvalho Pinto em São Paulo (1959-1963), foi nomeado para a subchefia da casa civil. Já como subchefe da casa civil Plínio Sampaio se tornou coordenador do plano de ação do governo. Em 1962, se tornou secretário de negócios jurídicos na mesma administração.</p> <p>No mesmo ano, foi eleito deputado federal pelo Partido Democrata Cristão (PDC),</p>

		<p>tornando-se membro de Comissões de economia, de política agrícola e de legislação social na câmara.</p> <p>Principal liderança da ala esquerda do PDC, foi relator do projeto de reforma agrária, que integrava as reformas de base do governo João Goulart (1961-1963). Criou a Comissão Especial de Reforma Agrária.</p> <p>Após o golpe de 1964, foi um dos primeiros brasileiros a terem seus direitos políticos cassados. Exilou-se no Chile por seis anos e, em 1970, se mudou para os EUA. Lá, fez mestrado em economia agrícola.</p> <p>Plínio voltou ao Brasil em 1976 para ser professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foi cofundador do PT, sendo o autor do estatuto do partido e um dos idealizadores do seus núcleos de base.</p> <p>Em 1982, candidatou-se a deputado federal por São Paulo, tornando-se primeiro suplente. Posteriormente viria a ocupar o cargo, quando o deputado Eduardo Suplicy se afastou do parlamento para disputar a prefeitura de São Paulo.</p> <p>Depois de participar da campanha pelas “diretas já”, Plínio foi eleito deputado federal em 1986. Participou da elaboração da Constituição Federal de 1988, e ficou famoso ao propor um modelo constitucional de reforma agrária, que visava a acabar com os latifúndios.</p> <p>Em 2005, Plínio deixou o PT, alegadamente por diferenças de visões. Foi no auge da crise do “mensalão” e ingressou no PSOL. Em 2010, foi candidato à presidência. Em 2013, aos 82 anos, foi entusiasta notório das jornadas de junho. Morreu um ano depois em São Paulo, vítima de uma pneumonia causada pela fragilidade imposta pela luta contra um câncer ósseo.</p> <p>Antes de ser presidente da ABRA foi diretor financeiro e membro do conselho deliberativo.</p> <p>https://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%ADnio_de_Arruda_Sampaio http://www.diariodocentrodomundo.com.br/80084/</p>
José Graziano da Silva	São Paulo (Estados Unidos)	<p>Apesar de ter nascido em solo norte-americano, Graziano é filho de José Gomes da Silva. Graduou-se como engenheiro agrônomo em 1972 pela Esalq, também fez mestrado em 1974, com dissertação versando sobre a distribuição de renda no país. Doutourou-se pela UNICAMP em 1980, tornando-se nesta instituição professor titular de Economia Agrícola. Possui, ainda, pós-doutorado na Universidade da Califórnia e no Instituto de Estudos Latino-Americanos do University College London.</p> <p>Além de suplente da presidência, foi suplente da diretoria financeira e membro do conselho deliberativo da ABRA.</p> <p>Como agrônomo e acadêmico, Graziano da Silva chefiou a equipe que elaborou o programa Fome Zero. Em 2003, foi nomeado Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a função de implementar o programa.</p> <p>Foi diretor-geral da FAO de 2012 a 2015.</p> <p>Graziano recebeu diversos prêmios e honrarias, como a Ordem do Rio Branco, concedida pelo presidente do Brasil; a Medalha Paulista de Mérito Científico e Tecnológico, conferida pelo governo do estado de São Paulo; e o Prêmio da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Prêmio SOBER).</p> <p>https://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Graziano http://www.fao.org/about/who-we-are/director-gen/biography/pt/</p>

Jonival Ferreira Côrtes (1990) destaca que haviam três grupos fortes dentro da instituição: o primeiro grupo era ligado aos sindicalistas da CONTAG, o segundo era mais “intelectualizado” formado por professores da PUC do Rio de Janeiro – ligados à José Arthur Rios¹³³ – e o grupo paulista (Campinas), que Cortês chama de “técnicos”,

¹³³Nasceu no Rio de Janeiro a 24 de maio de 1921. Fez o curso secundário em Niterói e concluiu, na

pois era constituído sobretudo por agrônomos da Esalq, sob a liderança José Gomes da Silva (Idem, p. 10). Todavia, nota-se que a fração campineira manteve certo destaque na condução da associação, se observarmos o quadro acima com a trajetória de vida dos presidentes da ABRA foi ocupada apenas por paulistas e sua sede que ficava na cidade de Campinas¹³⁴ e a participação de José Arthur Rios limitou-se na suplência do Conselho Deliberativo durante da década de 1970 (Anexo 7).

A composição da diretoria esboçada no quadro acima mostra ainda que a associação era uma entidade com predomínio de intelectuais ligados à academia em sua direção. Alguns deles, como José Gomes da Silva, era oriundo da classe dominante rural, pois verifica-se que ele era proprietário rural. Tanto Gomes da Silva quando Carlos Lorena e Luis Carlos Guedes Pinto eram engenheiros agrônomos formados pela Esalq, tradicional escola de agronomia de São Paulo, sobretudo com um corpo de alunos formado por filhos de grandes proprietários de terra paulistas.

A maioria dos presidentes da associação tiveram passagens por cargos políticos e no Estado restrito, como José Gomes da Silva que participou da elaboração do Estatuto da Terra e Luis Carlos Pinto exerceu várias funções como assessor do Ministro da Agricultura, membro do grupo que fundou a EMBRAPA, bem como assessor da presidência da empresa em seus primeiros anos de existência.

Vale mencionar que na trajetória de Carlos Lorena apresenta-o como “extensionista de campo”. Contudo, sua presença não foi identificada na EMBRATER nem em suas filiadas estaduais. Suspeitamos que Lorena poderia ser um extensionista autônomo, ou que tenha realizado o papel de extensionista para projetos privados.

O quadro 15 analisado em conjunto com o anexo 7 revela um alto grau de revezamento nos cargos da diretoria. José Gomes da Silva foi presidente da instituição

mesma cidade, o curso de ciências jurídicas na Faculdade de Direito, em 1943, aos 22 anos. Empenhado em especializar-se nos estudos sociológicos, cursou Ciências Sociais da antiga Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil (atual UFRJ), onde estudou com renomados sociólogos franceses (Jacques Lambert, Maurice Byé e René Poirier). Interessado em seguir carreira universitária, matriculou-se na Universidade Estadual de Lousiana, Estados Unidos, onde obteve o título de “Master of Arts”. Em sua carreira universitária, pertenceu ao corpo docente da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, tendo ali chefiado o Departamento de Sociologia e Ciência Política. Ensinou também em outras universidades brasileiras (UFRJ; Santa Úrsula, entre outras) e estrangeiras (Universidade Estadual da Flórida e Universidade da Califórnia, EE.UU.). Aposentado da universidade, tornou-se um dos mais destacados colaboradores do Conselho Técnico Nacional do Comércio e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em cujas publicações colabora regularmente. Teve atuação destacada na edição brasileira do Dicionário de Ciências Sociais da UNESCO, a cargo da Fundação Getúlio Vargas. http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_riosjosearthur.html, acesso em 25 de fev. 2017.

¹³⁴ José Graziano da Silva apesar de ter nascido nos Estados Unidos, atuou, estudou e viveu em São Paulo, por isso consideramos sua ligação com a fração paulista evidente.

de 1971 a 1978, depois tornou-se suplente da presidência de 1979-80 e, finalmente, membro do Conselho de 1981 a 1990. Plínio de Arruda Sampaio que foi presidente da ABRA no período de 1985 a 1990, anteriormente, ocupou o cargo de diretor financeiro (1979-80) e membro do conselho (1981-1984). Graziano da Silva foi suplente da diretoria financeira (1981-1984), suplente do Conselho Deliberativo (1990) além de ter ocupado a suplência da presidência entre os anos de 1985 a 1990. Carlos Lorena iniciou sua trajetória como diretor executivo, em 1971, passou para membro do conselho deliberativo (1972-1974) e ocupou a suplência da direção financeira entre os anos de 1977-78.

Vemos também a participação na direção da ABRA de grandes nomes da literatura e acadêmicos consagrados sobre questão agrária como José Graziano da Silva, Tamás Szmrecsányi, Carlos Lorena, José Eli da Veiga, Plínio de Arruda Sampaio, José de Sousa Martins, entre outros. Além disso, constata-se a participação de membros do sindicato dos trabalhadores rurais, como já mencionamos a presença do presidente da CONTAG, José Francisco da Silva e do vice-presidente da confederação na década de 70, Francisco Urbano de Araújo Filho. João Pedro Stédile, principal dirigente do MST comporia a associação na década de 80.

A ABRA mantinha também uma importante ligação com os movimentos católicos no campo¹³⁵. A figura de Plínio de Arruda Sampaio evidencia uma relação orgânica com a ala esquerda católica. Em sua trajetória consta sua filiação ao Partido Democrata Cristão (PDC), no qual foi deputado federal, em 1962. Na publicação do seu boletim a ABRA veiculava diversas atividades como a organização de congressos, seminários e, na década de 1980 e participava de atos em conjunto com a CPT:

Já vai longe, felizmente, o tempo em que se dizia que “A Igreja, os militares e a oligarquia latifundista constituem o triângulo do poder na América Latina”. Muito pelo contrário, a Igreja Católica, pelo menos no Brasil situa-se hoje na vanguarda do movimento agro-reformista. Disso não tem feito segredo e os seus titulares mais expressivos. Outra não tem sido a manifestação dos seus conselhos mais importantes. (*Reforma Agrária*, mai., 1971, p. 1)¹³⁶

Pastoral orienta agricultor para defesa da terra

A pastoral da Arquidiocese de Fortaleza lançou ontem ao preço de quatro cruzeiros, o livreto “O que todo agricultor precisa saber sobre a terra”, prefaciado pelo cardeal-arcebispo de Fortaleza e presidente da CNBB e do Celam, D. Aloísio Lorscheider. O livreto explica em linguagem simples

¹³⁵ A pesquisa sobre essa temática não foi intensamente estudada aqui, mas deve ser apontada como uma importante área ainda não explorada nos estudos recentes da historiografia.

¹³⁶ Nessa mesma edição trazia os artigos contendo discursos dos cardeais D. Eugênio Sales e D. Vicente Scherer.

alguns aspectos do Estatuto da Terra que poderão ajudar na solução dos problemas enfrentados pelos agricultores (*Reforma Agrária*, jan./fev., 1979, p. 40)

O editorial de março-abril de 1980 é dedicado à publicação na íntegra da 18ª Conferência da CNBB que lançaria o documento “Igreja e problemas da Terra”:

1. A situação dos que sofrem por questões de terra em nosso país é extremamente grave. Ouve-se por toda parte o clamor desse povo sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitado de alcançá-la. [...]
2. [...]
3. Este documento está voltado para a problemática da posse da terra em nosso país. Não é um estudo sobre agricultura nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária (*Reforma Agrária*, mar./abr., 1980, p. 4)

Assim, é possível percebê-la como um importante aparelho privado de contra hegemonia que aglutinava intelectuais orgânicos por adesão, tais como pesquisadores, acadêmicos e alguns outros tipos de intelectuais promovendo a bandeira das mudanças na estrutura fundiária reduzir as desigualdades estruturais do capital no campo. Ela também cumpriria um importante papel de mediadora entre as diversas organizações do movimento sociais do campo. A ABRA, por exemplo, anunciava tanto os congressos do MST quanto da CONTAG, além de ter em sua diretoria representantes de ambas as entidades.

A ABRA pode ser considerada como *locus* da ação de intelectuais orgânicos por adesão com a distinção de classe marcadamente academicista, com alta circulação nos meios políticos e nos espaços privilegiados da sociedade. Esses intelectuais não tinham o perfil revolucionário, ou socialista, nem propunham a derrubada do sistema capitalista. Eram progressistas que viam bandeira da reforma agrária uma ferramenta de redução das desigualdades sociais no campo e de um desenvolvimento capitalista “humanizado”. Romeu Padilha de Figueiredo não participou da direção da associação. Não há também nenhum registro de artigos escritos por Figueiredo no periódico *Reforma Agrária*. Contudo, a menção de seu pertencimento à associação em sua trajetória revela uma importante inflexão no próprio perfil do presidente da EMBRATER¹³⁷.

Devemos fazer um parêntese aqui para contrastar o perfil dos intelectuais que formavam a ABRA e dos intelectuais, estes sim orgânicos da classe dominada rural, que estavam na militância dos movimentos sociais no campo, nesse mesmo período. O caso

¹³⁷ Suspeitamos que esse vínculo entre Romeu Padilha e a ABRA pode ter sido pelos contatos em comum com a Igreja Católica do Nordeste uma vez que ele foi professor do Seminário Regional do Nordeste e do Mosteiro Beneditino de Olinda (PE).

da diretoria do MST é emblemático para entender essa questão. Eduardo Scolese no livro *Os pioneiros do MST* (2008) remontou a trajetória da primeira diretoria nacional do MST que foi formada ainda no primeiro congresso nacional do movimento e colocamos em uma tabela no Anexo 8.

Como podemos perceber mirando o quadro da primeira diretoria do MST, a trajetória de vida desses intelectuais possui uma direção totalmente diferente daqueles que formavam a ABRA. A maioria dos membros da executiva nacional do MST concluíram até a quarta, ou quinta série primária, sendo que poucos conseguiram terminar os estudos e se formarem posteriormente. Quase todos eram filhos de pequenos proprietários e trabalhadores rurais que produziam para a própria subsistência além de muitos deles terem sido, posteriormente, assentados, outros ainda permaneceram no trabalho no campo. Outro ponto a ser destacado é que quase todos tiveram a entrada na ação militante, ou pela própria militância na CPT e em suas comunidades eclesiais de base. Haviam ainda aqueles que tiveram suas primeiras experiências de luta no sindicato dos trabalhadores rurais da região. A ação política desses intelectuais foi iniciada pelas experiências individuais de super exploração no campo. Esses indivíduos eram homens ativos de massa, ou seja, pessoas que mesmo que não tinham a consciência completa de sua condição e posição de classe, reagiram e organizaram-se para combater a exploração e expropriação que sofriam em suas vidas.

O homem ativo de massa atua praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica desta sua ação, a qual, não obstante, é um conhecimento do mundo na medida em que o transforma. Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas: (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo de ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (Gramsci, 2001, p. 103)

E Gramsci ainda continua

É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo

que dentro de limites ainda restritos. (Idem, p. 104)

O homem ativo de massa age, ou melhor, reage e depois reflete sobre suas ações. Sua ação política e a construção do sentido de suas ações ainda são difusos e, muitas vezes, até contraditórios em si. É nesse sentido que Gramsci estabelece no trecho acima citado, uma quase contradição entre teoria – reproduzida acriticamente – e a ação política progressista e organizativa. Este homem ativo de massa seria uma espécie de “pré-intelectual orgânico”, ou um intelectual orgânico em formação. O pensador italiano está sendo claro em mostrar que o processo de formação do intelectual organicamente oriundo das classes subalternas, forjado na luta de classes vivida, não é um processo ordenado e coerente, mas confuso e dinâmico, tal como a própria realidade social se apresenta: difusa, permeada de contradições. No caso da primeira direção nacional do MST a origem daqueles militantes que vieram de uma entidade religiosa personifica esse processo de constituição do intelectual orgânico difuso. O pensamento religioso imprime o conservadorismo clássico da origem de sua ideologia, tradicional e conservadora, mas não deixa de ser progressivo diante da realidade massacrante que se apresentava a essas populações. Alguns princípios como os da justiça, bondade, liberdade e etc. contidos no cristianismo, de maneira geral, conduziram para uma constatação das injustiças, miséria e exploração que estão sofrendo e, portanto, o pensamento cristão contribuiu para a constatação da desigualdade que é inerente ao modo de produção de vida no qual estão submetidos, para o desenvolvimento da consciência crítica e, finalmente, na organização e ação política contra a exploração.

Assim as distintas entradas na luta de classes dos intelectuais é deve ser constantemente explorado. A heterogeneidade da configuração das agências da sociedade civil é evidente na comparação entre a ABRA e o MST pelo viés da formação de seus intelectuais e deve ser mais estudado.

4.6.1 – Perspectiva da extensão rural pela ABRA

As análises das políticas agrícolas e agrária pela ABRA eram quase sempre em crítica. O argumento principal era que os pequenos produtores rurais que produziam para o mercado interno eram sempre excluído dessas políticas, em comparação com os grandes produtores voltados para o mercado externo. Essa marginalização da pequena produção era apontada por membros da ABRA como um dos fatores principais da

desigualdade existente entre os pequenos e grandes produtores, que refletia a própria realidade da concentração da estrutura fundiária no Brasil.

No caso da sua relação com a política de extensão rural vemos um caso curioso: a ABRA fazia poucas referências sobre esta política e quando o fazia tinha um caráter de dura crítica. Não há qualquer menção ou artigo específico sobre o SIBRATER durante todo o período analisado. As referências são dispersas, mas nos permitem reconstruir o posicionamento da associação em relação ao extensionismo. A postura é sempre marcadamente crítica, denunciando a extensão rural apenas como política agrícola para grandes e médios produtores. O extensionismo era constantemente relacionado com a política de modernização da agricultura. A defesa do produtivismo e a não superação da estrutura fundiária eram duramente criticadas pela ABRA.

No artigo intitulado “O impacto das políticas agrárias no tamanho das propriedades” escrito por Douglas Young e Keton Corum, há uma constatação de que a assistência técnica promovida pelas empresas estaduais não atendia pequenos produtores, limitando-se à produtores com áreas médias e grandes, que correspondiam a poucos produtores na região.

Uma lista atual de quem recebe os serviços da ANCARPE¹³⁸ inclui 83 proprietários no município, com áreas variando de 9,6 a 2.000 hectares. O tamanho médio de propriedade nesta lista, é 66,3 hectares [...]~A limitação da assistência somente às propriedades de mais de 10 hectares, exclui cerca de três quartos de as propriedades no município. (*Reforma Agrária*, set./out., 1976, p. 4)

Em outra edição, o artigo escrito pelo agrônomo Rui Miller Paiva avaliava como a modernização da agricultura nos países ditos desenvolvidos contribuiu para a melhoria de vida dos produtores rurais pobres. Paiva avaliava se a implantação desse modelo nos países em desenvolvimento poderia trazer benefícios aos produtores e trabalhadores rurais que aumentariam suas rendas e salários, respectivamente, através da implantação de tecnologias modernas no processo de produção. Paiva conclui que:

[...] mesmo que se tenham todos os agricultores localizados em estabelecimentos agronomicamente adequados à modernização e, ainda, que se disponham de conhecimentos técnicos adequados e serviços eficientes de pesquisa, assistência técnica e creditícia, o setor agrícola dos países em desenvolvimento não poderá alcançar a ampla difusão de modernização de que vimos falando (*Reforma Agrária*, nov./dez., 1977, p. 34)

¹³⁸A criação da EMBRATER é de 1974, porém, a transformação das associações estaduais em empresas estaduais ocorreu de forma gradativa. Portanto, é possível que ainda em 1976 a associação estadual de Pernambuco ainda não fosse EMATER-PE e, por isso, consta-se nesse artigo a sigla de ANCARPE

Isso quer dizer que a política agrícola dominante, em tese, não poderia promover a melhoria de vida dos pequenos produtores, uma vez que a modernização trazia consequências nefastas para o pequeno produtor, sobretudo em relação à diminuição do preço do produto no mercado interno. José Graziano da Silva¹³⁹ em artigo sobre a reforma agrária anunciada ainda pelo presidente general Figueiredo (1979-1985), mostrava-se incrédulo diante de uma estrutura fundiária e uma política agrícola e agrária no Brasil sempre voltada para grandes produtores:

Resumindo de maneira simples e clara: a reforma agrária deve ser um processo de **redistribuição dos direitos de propriedade e posse das terras de um país** a fim de assegurar aos camponeses que nelas trabalham emprego estável, moradia e renda compatível com a sua condição de cidadãos brasileiros. [...]

O essencial do processo de reforma agrária é isso: uma mudança nos donos da terra, a passagem do direito de usufruir dos frutos colhidos do latifúndio para os camponeses. [...] Mas só isso também não basta: é preciso um organismo que execute, coordene e implemente as diversas medidas necessárias ao processo.

Além disso não vejo nenhuma vantagem em ser pequeno no mundo dos grandes, ao contrário do que sonham os partidários de “small is beautiful”. Assim, por exemplo, uma grande propriedade desapropriada seria entregue à gestão dos trabalhadores, mantendo-se tudo o mais constante: assistência técnica da Emater, crédito do Banco do Brasil (*Reforma Agrária*, jan./fev., 1982, p. 14-17).

O trecho acima destacado elenca a extensão rural promovida pela empresa estadual, no caso genericamente chamada de EMATER, como algo que apoia a produção de grandes produtores e não de pequenos. Assim, seria impossível somente com uma proposta de redistribuição de terras conseguir superar as barreiras da produção agropecuária totalmente estruturada para atender aos grandes com crédito, extensionismo¹⁴⁰. O artigo de Roberto José Moreira intitulado “A agricultura brasileira: os interesses em jogo no início dos anos 80” segue a crítica de Graziano. O autor é taxativo em reduzir o serviço de extensão rural como mero agente de crédito:

O Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, no final da década, atua em três linhas: a) ação sobre produtos considerados prioritários a nível nacional e eventualmente regional; b) ênfase nas áreas de concentração da produção, expansão da fronteira, reestruturação agrária e de produtores de baixa renda; e, c) ação diferenciada junto aos produtores de baixa renda e de médias e alta rendas.

Enquanto que para os produtores de baixa renda, os projetos definem-se por

¹³⁹A posição de Graziano com relação à reforma agrária é mais complexa do que se vislumbra. Silva, em seu artigo bombástico no I Encontro Nacional promovido pela ABRA em 1987. Mostra que distribuição de terras não é reforma agrária e que o argumento de aumento da produtividade através da reforma foi esvaziado de sentido pela modernização da agricultura. Esse processo trouxe ao campo o desenvolvimento produtivo sem tocar na estrutura fundiária desigual. Assim, uma política que visasse a desarticulação do latifúndio e de promoção da pequena produção deveria ser movida por outras questões. (*Reforma Agrária*, abr./jul., 1987, pp. 11-60).

¹⁴⁰ Poderíamos estender essa crítica também à pesquisa agropecuária.

ações orientadas à organização desses produtores, ao incremento da produção e ao aperfeiçoamento da comercialização, para os produtores de médias e altas rendas trata-se de uma ação com ênfase nas técnicas voltadas para o aumento da produtividade.

Articuladas dentro do contexto da modernização, as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural ocupam-se cada vez mais com a assistência técnica e seus técnicos transformam-se gradativamente em agentes fiscalizadores da aplicação do crédito rural. (*Reforma Agrária*, nov./dez., 1982, p. 10)

A noção de que o extensionismo estaria reduzido à apêndice, ou mero criador de projetos para o crédito rural é outro elemento constante da crítica ao extensionismo realizado pelos intelectuais da ABRA. Em reportagem sobre a possível expansão da carteira de crédito rural do Banco do Brasil ainda em 1977, o então diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, Antonio Ferreira da Silva, critica a ação extensionista:

Outro objetivo é acabar com as fábricas de projetos, isto é, os escritórios especializados em assistência técnica que se limitam a elaborar projetos para os agricultores, a fim de que estes tenham acesso ao crédito rural. Esses escritórios nunca acompanham depois a execução dos projetos, e não dão nenhuma orientação aos produtores. (*O Globo*, 15/05/1977, p. 31)

A ABRA nutria uma visão negativa da extensão. Em momento algum foi encontrado qualquer propaganda das ações da EMBRATER tampouco de suas empresas estaduais. As poucas citações colhidas durante o período de publicação da revista sobre a extensão rural pela associação limitavam-se tão somente a menções desqualificadoras, relegando-a como uma política agrícola no panteão das políticas modernizadoras no campo que incentivaram a intensificação do capitalismo no campo. Logo, o extensionismo, segundo a associação, seria incompatível e inacessível aos trabalhadores rurais, tampouco promotor de qualquer mudança na estrutura agrária vigente. Contudo, como foi a gestão do presidente da EMBRATER membro da ABRA?

4.6.2 – A EMBRATER e a reforma agrária

Sabemos que a Revista *Extensão Rural*, publicou uma matéria sobre a escolha de Romeu Padilha de Figueiredo revelando ter sido ele foi eleito “democraticamente” pelos funcionários da própria empresa que compunham a Associação de Servidores da EMBTRATER (Asser) com 83% dos votos (*Extensão Rural*, mar./abr./mai, 1985, p. 20). O jornal *Folha de São Paulo* noticiou que a escolha de maneira “democrática” foi uma iniciativa do Ministro da Agricultura Pedro Simon (*Folha de São Paulo*, 29/03/1985, p. 46), configurando-se como uma prática inédita. Padilha era um extensionista de carreira no Nordeste, membro do grupo de trabalho de alfabetização de

Paulo Freire, intimamente ligado às organizações da Igreja Católica, pois foi Coordenador do Movimento de Educação de Base da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), professor do Seminário Regional do Nordeste e do Mosteiro Beneditino de Olinda (PE) (Anexo 2). Sua trajetória consta também como “membro da ABRA” (Idem, p.6). Ora, tal referência pode ser tomada como um ponto de inflexão dentro da trajetória da diretoria da EMBRATER uma vez que um presidente com tal perfil jamais tinha ocupado a direção da empresa tampouco o cargo de diretor, com uma íntima ligação com a ABRA e o movimento católico.

Como já foi dito, a menção em sua trajetória de vida como membro da ABRA abriu as discussões sobre tal instituição, e reforça seu caráter heterodoxo. A aproximação de Romeu Padilha Figueiredo com a ABRA pode ser inferida pelo trabalho de Ângelo Callou (2006) que cita um projeto de doutorado de Padilha na UNICAMP intitulado *Extensão rural, extensão do capitalismo? Análise do sistema ABCAR/EMBRATER (1948-1979)*. Não foi possível localizar a tese final, nem outro artigo, ou trabalho que remonte o doutoramento do presidente da EMBRATER. Contudo, sabemos que alguns membros da ABRA eram professores da UNICAMP, como Luis Carlos Guedes Pinto. José Graziano da Silva. Tirando pela data do projeto de doutorado de autoria de Romeu Padilha (1979) acreditamos que seu primeiro contato com Graziano da Silva pode ter ocorrido nesse período e também sua entrada na ABRA. Dificilmente Padilha teria tido um contato anterior com a ABRA, ou pelo menos com o núcleo dirigente da instituição, pois ele exercia o extensionismo na EMATER-PE.

Seguindo essa linha, podemos inferir que a nomeação de José Gomes da Silva para a presidência do INCRA pode ter contribuído para a escolha de Romeu Padilha, uma vez que a EMBRATER teria um papel central na execução do I PNRA e ciente disso, Silva procurou a indicação de um extensionista de seu conhecimento para a presidência da empresa. Seja como for, a pergunta que deve ser feita é: a chegada de Figueiredo à presidência da EMBRATER simbolizou uma contra hegemonia nas diretrizes extensionistas uma vez que a relação à ABRA detinha fortes críticas ao extensionismo? Vejamos.

No documento intitulado “Sistema EMBRATER e o Plano de Metas” (EMBRATER, 1986d), há um pequeno histórico do extensionismo rural no Brasil. Diferentemente dos demais históricos até então publicados pela entidade, este possuía um claro viés crítico em relação ao passado da empresa.

A partir de 1964, o Sistema ABCAR alinha-se ao modelo de modernização conservadora, patrocinado pelo Governo Federal e apoiado, fundamentalmente, pelo estímulo ao uso do crédito rural subsidiado, com vistas à tecnificação da agricultura para a produção excedente comercializáveis. [...]

Os médios e os grandes produtores ganham espaço como público-meta do Serviço de Extensão Rural, por ser este público mais apto para atender às exigências bancárias de garantias reais para a concessão de crédito, além de apresentar melhores condições de respostas à tecnificação proposta para a produção de excedentes, como previa o modelo de modernização em vigor. (EMBRATER, 1976a, p. 10)

A criação da EMBRATER, segundo a documentação, aprofundou a exclusão dos pequenos produtores e deu prosseguimento a modernização conservadora da agricultura:

[...] Em sua nova roupagem, o Sistema Embrater incorporou os princípios de postura modernizantes assumindo: 1) prioridade na linha de difusão de tecnologias agropecuária para o público de média e alta rendas, sendo o seu atendimento feito sob o enfoque de cada produto isoladamente; 2) o pequeno produtor como objeto de um único projeto (Projeto de Promoção de Produtores de Baixa Renda), limitando em área geográfica; 3) a preocupação com a abrangência para viabilizar a expansão do Sistema sob padrões razoáveis de custos. (EMBRATER, 1976a, p. 12-13)

Em seus pronunciamentos, Padilha enfatizava a falta de democracia nas unidades de extensão rural e ainda o passado extensionista de atendimento aos grandes produtores rurais. No decorrer do ano de 1985 Padilha de Figueiredo fez inúmeras palestras em diferentes eventos. A estrutura do conteúdo deles era semelhante: enaltecimento da política de extensão rural no Brasil “*os serviços oficiais de Extensão Rural têm, no Brasil, uma invejável tradição de trabalho, dedicação, honestidade*” (EMBRATER, 1986b, p. 8); crítica aos vinte e um anos de ditadura militar que promoveu a modernização conservadora da agricultura privilegiando os grandes produtores rurais e, conseqüentemente, a modificação do público alvo do extensionismo: “*após o golpe militar de 1964, a buscar a modernização rápida e a qualquer custo. O que nos fez, em grande parte, deixar de lado as famílias camponesas e eleger o agricultor comercial e o empresário agrícola como nossa **clientela***” (Idem, p. 48, grifos do autor); engajamento e apoio à reforma agrária como mecanismo de combate à desigualdade estrutural no campo e o retorno da democracia como sinônimo de retorno da política extensionista original, dando prioridade ao pequeno produtor e aos trabalhadores rurais:

“[...] sem a Reforma Agrária, não se consolidará a democracia nem serão ampliados os espaços da liberdade. Por isso, é necessário que todos nós, extensionistas brasileiros, como cidadãos, comprometamo-nos com sua imediata implantação e, como técnicos, não poupemos esforços para garantir seu êxito” (Idem, p. 8).

Nesse momento também é citada inúmeras vezes a falta de pesquisa agropecuária voltada para pequenos produtores rurais, num claro descompasso entre os projetos da EMBRAPA e da EMBRATER:

A política de Pesquisa Agropecuária, pouco atenta, nos últimos 21 anos, às necessidades tecnológicas do pequeno produtor, fez com que fossem geradas poucas tecnologias úteis a esses segmentos, inviabilizando a difusão ampla de novos conhecimentos que possibilitem efetiva melhoria da produtividade da pequena produção (Idem, p. 29).

Nota-se que o período da ausência de uma política de pesquisa agropecuária para pequenos produtores corresponde, segundo Figueiredo, à ditadura militar no país. Assim, Figueiredo está claramente associando à política agrícola da ditadura com a modernização da agricultura brasileira, em geral, e a política de pesquisa agropecuária, em particular. Ora, a postura crítica do presidente da EMBRATER endossa a posição da ABRA tanto em relação ao extensionismo, quanto enfrentando a política agrícola excludente, ambas realizadas desde o golpe de 64. Assim, o conteúdo dos discursos veiculados por Figueiredo tem fortes aproximações com o discurso da ABRA, sobretudo com as críticas que a associação direcionava ao extensionismo.

Outro importante documento é a compilação do discurso de Romeu Padilha à Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária em abril de 1987. O documento contém as propostas da EMBRATER à Assembleia Nacional Constituinte de 1988. O documento foi escrito em 1987 e publicado pela EMBRATER no mesmo ano. Nele vemos a postura progressista, porém cautelosa e dentro dos parâmetros legais de defesa da Reforma Agrária, muito semelhante à postura da própria ABRA:

Apoiamos os milhões de agricultores brasileiros que reivindicam uma reforma agrária arrojada. [...] Concordamos com o saudoso Presidente Tancredo Neves, quando considerava a reforma agrária fundamental para a implantação da Nova República. Apoiamos o Presidente José Sarney, que, instituindo o Plano Nacional de Reforma Agrária, quis dar um passo seguro à implantação dessa reforma, com urgência, dentro da lei e sem violência. (Embrater, 1987, p. 27)

Sobre esse depoimento, José Gomes da Silva comenta:

A apresentação de Romeu Padilha de Figueiredo, presidente da EMBATER, responsável pelo apoio técnico à Reforma Agrária brasileira, foi centrada no delineamento das linhas mestras de uma nova agricultura no Brasil. Para isso, depois de sugerir alguns instrumentos de política agrícola, destacou dois pilares para a sustentação de um moderno setor primário em nosso país: o apoio, preservação e estímulo à unidade familiar de produção e a RA. (Silva, 1989, p. 63)

Nota-se que Figueiredo deveria ter cautela em se referir ao próprio governo que o nomeou, no caso o governo Sarney. Contudo, a contradição de defender uma reforma agrária “arrojada” ao mesmo tempo em que confere legitimidade e apoio ao governo

Sarney colocava em dúvida o alcance de suas propostas. Em 1987, o PNRA já havia sido promulgado e, sem considerar as distorções a que já havia sido submetido, estava na prática não sendo executado.

Ao partirmos para a análise das ações efetivas da gestão de Romeu Padilha de Figueiredo vemos que pouca reforma, ou ações de mudança concreta ocorreriam no SIBRATER. Como programa de sucesso dessa suposta “nova fase e nova visão do extensionismo” é citado o programa “um milhão de hectares irrigados no Nordeste”, promovido em conjunto com o INCRA, o Programa Nacional de Valorização e Utilização de Várzeas Irrigáveis (Provárzeas) e o desenvolvimento do programa extensionista de convivência do homem com a seca no semiárido nordestino que prioriza o conhecimento dos produtores da região para elaborar as tecnologias de combate à seca (EMBRATER, 1986c, p. 16-17). Contudo, com exceção do programa de um milhão de hectares irrigados, os demais programas já existiam anteriormente à gestão de Figueiredo. Internamente, Figueiredo ainda tentaria propagar os princípios democráticos à gestão das empresas estaduais de extensão rural propondo “Conselhos Deliberativos”:

O objetivo é “democratizar” o órgão e promover discussão sobre suas prioridades e atuação que será ampliada, segundo Padilha, com orientações também na área da administração das propriedades aos pequenos e médios agricultores. Entre os problemas enfrentados pela Embrater está a “falta de credibilidade dos extensionistas” que durante anos foram “apenas propagandistas do governo”, e o “autoritarismo” com que atuavam “não aceitando diálogo”, disse o presidente do órgão. (*O Estado de São Paulo*, 12/11/1985, p. 41)

Talvez, o caráter mais singular e efetivo que ocorreu na gestão de Figueiredo seja a ampliação do diálogo com os movimentos sociais rurais. Padilha concedeu entrevista ao jornal *Sem Terra*, periódico publicado pelo MST. Na entrevista intitulada “*Toda assistência técnica à Reforma Agrária*” Figueiredo assegurava que a EMBRATER:

Já tem experiência na extensão rural com trabalhos de formas coletivas – cooperativa, uso comum da terra – que poderão ser aperfeiçoados e ampliados. É filosofia da extensão rural na ‘Nova República’ respeitar os valores, desejos e tradição dos agricultores. (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 14)

Naquele momento (1985) a discussão acerca do I PNRA ainda estava sendo feita e por isso Romeu Padilha foi cauteloso em não dar opinião que pudesse compromê-lo, como já havia feito anteriormente¹⁴¹:

A proposta do governo prevê a desapropriação do latifúndio ocioso, quando objeto de especulação. Não sei, depois de discussão da sociedade, como ficará – se vai utilizar também terras ociosas do governo, do latifúndio improdutivo. E quem tem medo são os que especulam com as terras e não produzem. Esses serão prejudicados, a curto prazo pelo menos, com a Reforma Agrária (Idem)

Sua postura seria defendida igualmente na revista da EMBRATER, em editorial escrito por ele:

Total engajamento no Plano Nacional de Reforma Agrária, [...] o Sistema Embrater sugere, para o atual Governo, as diretrizes que se seguem: **Reforma Agrária** – participação no processo de discussão e análise dos Planos de Reforma Agrária, bem como na seleção, organização, treinamento e assessoramento técnico dos assentados e de suas associações. (*Extensão Rural*, mar/abr./maio, 1985, p. 2)

Com o crescimento das mobilizações em torno dessas ocupações de terra ocorreu, em 1984, o I Encontro Nacional dos Sem Terra, que resultou na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O movimento passou a levantar a bandeira da reforma agrária, exigindo da suposta “Nova República” programas de apoio aos assentamentos (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 4). Com efeito, verifica-se a reciprocidade dos movimentos sociais no campo, em especial o MST com a extensão rural, que passou a ser reivindicada pela organização. No II Encontro Nacional dos Assentados, organizado pelo MST no ano seguinte, dentre as reivindicações elaboradas e entregues ao Ministro da Reforma Agrária, Nelson Ribeiro, figurava: “*assistência técnica desde a fase de implantação em todos os assentamentos [...]*” (*Sem Terra*, maio de 1986, p. 12). Nesse mesmo ano, a EMBRATER organizou o I Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora Rural que contou com a participação das principais lideranças femininas das organizações rurais de todo o país: “*O encontro durou quatro dias, debatendo outros temas importantes: dificuldades da mulher que decide participar dos movimentos [...] situação dos sem terras nos estados presentes e a nível nacional.*” (*Sem Terra*, nov./dez., 1986, p. 14). Isso demonstra uma aproximação entre a empresa e o movimento, pois a organização do evento contou com recursos da

¹⁴¹ “Há poucos dias Romeu foi repreendido pelo presidente José Sarney, por suas declarações contra o latifúndio. A direita alardeou a sua queda, mas ele segue na presidência da EMBRATER.” (*Sem Terra*, jul. 1985, p. 14).

EMBRATER, além do espaço físico, organização, divulgação, entre outros aspectos logísticos que couberam aos extensionistas.

Acreditamos, portanto, que a filiação de Figueiredo na ABRA construiu a ponte possível do diálogo da EMBRATER com as organizações dos trabalhadores rurais, em especial o MST para além de seu engajamento institucional no I PNRA. Mesmo não encontrando indícios no periódico da ABRA de apoio ao presidente da EMBRATER nem sua menção no período de sua gestão, acreditamos que o projeto reformista da ABRA influenciou as ações do presidente da EMBRATER. Talvez, esta ausência possa ser fruto da máxima atenção que a ABRA e suas publicações davam a José Gomes da Silva que, naquele momento, havia assumido a presidência do INCRA. As expectativas eram altas quanto à atuação dessa nova participação da ABRA dentro do Estado restrito.

De qualquer forma, a permanência de José Gomes da Silva no INCRA foi impossibilitada diante da mutilação imposta ao I PNRA. Ainda em 1985 Silva pediu demissão do instituto sem nenhum apoio do próprio presidente Sarney. Sua diretoria foi mantida, a seu pedido, para que pudesse talvez combater por dentro na execução do projeto. Isso não ocorreu e o I PNRA era definitivamente um natimorto. Assim, a ABRA seguiu sua luta para tentar aprovar a reforma agrária na constituinte.

4.6.3 – Cooperativismo e extensão rural na construção da nova hegemonia intraclasse

A chegada de José Gomes da Silva no INCRA e também de Romeu Padilha de Figueiredo à presidência da EMBRATER revela elementos importantes das lutas na década de 1980. Contudo, talvez não possa ser considerado como um abalo da dominação do patronato rural, muito menos num indicativo de transformação profundas nas ações do aparelho de Estado. Isso porque, ao mesmo tempo em que eram empossados figuras expressivas de crítica à política agrícola vigente e defensores de um modelo de reforma agrária no país – lembremos que Pedro Simon comandava o Ministério da Agricultura, José Gomes da Silva o INCRA e Romeu Padilha a EMBATER – manteve-se a ocupação de postos-chaves do Ministério da Agricultura por representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Consideramos dois fatores importantes para essa configuração: 1) a articulação do novo presidente da organização, Roberto Rodrigues; 2) a hegemonia intraclasse dominante agrária que a OCB começaria a exercer na década de 1980.

A eleição de Rodrigues à presidência da instituição revelava a força que o tipo peculiar de cooperativismo *agrícola* capitaneado pela grande propriedade do capital em atuação no campo exercia dentro da OCB, diante dos demais setores que ela também representava, como o cooperativismo de crédito, de trabalho e o de consumo¹⁴². A presidência da organização, mais uma vez, ficou a cargo de um legítimo representante do empresariado rural. A trajetória de Roberto Rodrigues demonstra sua vinculação orgânica com a classe patronal rural, principalmente os setores paulistas mais modernizados. Rodrigues era a personificação do novo tipo de intelectual orgânico da classe dominante rural: grande proprietário de terras, produtor diversificado com alta qualificação acadêmica¹⁴³, contendo em sua trajetória passagens por diversas direções de entidades da sociedade civil, conforme podemos conferir no anexo 8, onde encontra-se a trajetória de Roberto Rodrigues e de toda a diretoria da OCB no período de 1969 a 1990¹⁴⁴. Sobre a base social da OCB Mendonça afirma eles eram em sua maioria:

[...] agropecuaristas e, sobretudo, agroempresários, profundamente imbricados a uma agricultura plenamente caicizada e industrializada, dotados da mais moderna tecnologia e zelosos do significativo papel econômico desempenhado, desde a década de 1980, pela produção oriunda das “cooperativas” na pauta de exportações brasileiras (Mendonça, 2010d, p. 209)

É importante frisar que mesmo sendo um intelectual orgânico de novo perfil, Roberto Rodrigues manteve estreito relacionamento com as entidades patronais tradicionais: o novo presidente da OCB ocupou, ainda nos anos 80, postos na diretoria da SRB e, na década seguinte, também pertenceu ao quadro da diretoria da SNA. O agrônomo paulista, portanto, tinha excelente articulação tanto nas tradicionais quanto na nova entidade que ascendia nesse momento. Assim, a chegada de Rodrigues à presidência da OCB confirmou sua posição proeminente no interior de classe patronal.

Em seus primeiros discursos como presidente da organização, publicados no *Jornal do Cooperativismo* (JC) apreendemos a tática de cooperação de Roberto Rodrigues: articulação entre o discurso empresarial e a defesa da doutrina

¹⁴² O cooperativismo de trabalho e de serviços abriam outras frentes de associação, como é o caso da cooperativas de saúde, sendo a mais famosa delas a UNIMED que é uma cooperativa de trabalho que reúne médicos.

¹⁴³ Curiosamente Roberto Rodrigues e José Gomes da Silva apesar de configurarem em lados opostos se formaram na mesma escola de agronomia paulista, A Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz (ESALQ), tradicionalmente ligada à SRB (Mendonça, 1999). Atualmente a ESALQ integra a Universidade Estadual de São Paulo (USP).

¹⁴⁴ Esse quadro é uma reprodução atualizada daquele originalmente elaborado por Sonia Mendonça in *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)* (Mendonça, 2010d).

cooperativista, ou seja, ampliação do cooperativismo como a bandeira do consenso intra e entre classes¹⁴⁵:

[...] “o cooperativismo cabe em todo o processo de sustentação das comunidades que venham a ser constituídas – no assentamento, na produção, na concessão de crédito e até com as cooperativas de consumo”. E por fim aconselhou: “vamos desarmar os espíritos e os capatazes” (JC, jul. 1985, p. 5)

A evidência da consolidação de uma nova hegemonia no interior do patronato rural, mas com pretensões mais amplas, se explicitava pela introdução de representantes diretos deste cooperativismo na sociedade política. Com a manchete: “*Lideranças do setor são chamadas para a Nova República*” (JC, mai./jun., 1985, p. 1) a OCB noticiaria a nomeação de Dejanir Dalpasquale como presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), Ignácio Mammana Netto, presidente da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) e Athos Almeida Lopes, como diretor da EMBRATER (Idem). Exceto pela direção do BNCC, a OCB conseguiria rapidamente colocar seus intelectuais em postos-chaves dentro do Ministério da Agricultura.

No ano seguinte, a OCB conquistaria também a Secretaria Nacional do Cooperativismo (SENACOOOP), com a nomeação do presidente da Organização Estadual das Cooperativas do Mato Grosso (OCEMAT), Adair Mazzotti. O SENACOOOP era o órgão do Estado restrito responsável pela regulamentação do cooperativismo no Brasil que, na década de 1970, esteve sob a responsabilidade do INCRA (JC, mai., 1986). Percebemos que o BNCC e do SENACOOOP eram órgãos relevantes para a manutenção da política cooperativista e sua conquista por membros da OCB era importante. A CFP e a EMBRATER eram órgãos de grande significação dentro do Ministério da Agricultura, além de estarem sob fortes tensões de grupos populares em prol da reforma agrária. Garantir representantes nesses aparelhos foi um feito até então inédito para a OCB. Devemos lembrar que a EMBRATER, nesse momento, era a segunda maior empresa do Ministério da Agricultura – sendo a primeira a EMBRAPA – e, como vimos anteriormente, participava dos principais projetos da pasta, incluindo os que envolviam a difusão e propaganda do cooperativismo, como o PRONACOOOP e o I PNRA. A consolidação da hegemonia da OCB na década de 80 passava pela ocupação de seus porta-vozes diretos dentro do Estado restrito.

¹⁴⁵A solenidade de posse de Roberto Rodrigues, contou não somente com a presença de Athos Almeida Lopes, diretor da EMBRATER como também do presidente da empresa, Romeu Padilha de Figueiredo (JC, jul. 1985, p. 6).

Athos Almeida Lopes, antes de assumir a diretoria da EMBRATER, tinha sido presidente da Cooperativa agrícola de Campos Novos – Coopercampos, vice-presidente e secretário da Federação das Cooperativas de Santa Catarina, que integravam a OCB (Idem, p. 7; anexo 2). A presença de um intelectual orgânico deste cooperativismo junto à direção da EMBRATER começou a dar frutos ainda naquele ano. Em julho de 1985 a EMBRATER promoveria um debate sobre Associativismo Rural, com o propósito de delimitar as diretrizes do SIBRATER para os próximos anos. O encontro teve a participação de técnicos da EMBRATER e suas empresas estaduais, do BNCC e da CONTAG. Contudo, ao invés da participação da CNA, como representante do patronato rural, foi chamada a OCB:

O documento final propõe um trabalho associativo que estimule ações econômico-sociais visando um melhor nível de vida do pequeno produtor rural e de sua família. O trabalho de extensão rural, sempre que possível, deve ser integrado aos sindicatos, cooperativas e outras entidades associativas. (JC, mai./jun., 1985, p. 4)

Em novembro do mesmo ano uma dobradinha “OCB – CONTAG” se constituiu para o apoio e a organização do I Encontro de Coordenadores em Associativismo, promovido pela EMBRATER. Neste encontro, foram traçadas diretrizes sobre a organização dos produtores rurais em cada região do país e o papel dos extensionistas nesse processo. O plano previa que as regiões Sul e Sudeste do país deveriam estimular a integração entre as cooperativas, uma vez que o processo de organização cooperativista já encontrava-se avançado. Nas regiões do Centro-Oeste e Norte os extensionistas promoveriam o estímulo a “educação cooperativista” com o objetivo de criar condições para o desenvolvimento de cooperativas nessas regiões. No Nordeste o grau de organização cooperativa encontrava-se num nível intermediário, portanto, as empresas estaduais de extensão rural tinham a responsabilidade de trabalhar junto às organizações já existentes de cooperativas, sindicatos, grupos associativos, etc., para desenvolver uma educação associativista e a difusão de tecnologia, com o intuito de fortalecimento dessas organizações com vistas à promoção socioeconômica do público envolvido. (JC, dez., 1985, p. 4). Ora, essas recomendações personalizadas tinham um traço em comum que constituía no estímulo ao cooperativismo como principal forma de organização dos produtores rurais. Portanto, a importância da participação da OCB nesse encontro foi crucial para o fortalecimento desse discurso entre os extensionistas.

Na edição de agosto de 1985, o Jornal do Cooperativismo (JC) traria uma nova matéria sobre a EMBRATER, destacando proposta elaborada pela empresa que

defendia uma política agrícola: “*estável, coerente clara, que atenta, de forma efetiva, aos reclamos da sociedade*” (JC, ago., 1985, p. 3). A matéria destacava também a abrangência do sistema que, em 1984, atendeu mais de 1,2 milhão de produtores rurais, 680 cooperativas e 1.258 sindicatos rurais (Idem). Nota-se a uniformização intencional pela matéria entre “cooperativas” e “sindicatos rurais” como se ambas as organizações fossem semelhantes! Essa aproximação pode ser interpretada como uma tentativa de capturar a confiança das organizações sindicais para aproximá-las do cooperativismo. Os segmentos dos pequenos e médios proprietários, portanto, eram instados a se sentir igualmente representados, ou melhor, pela cooperativa do que sindicatos rurais, sejam eles os sindicatos patronais ou dos trabalhadores rurais. Assim, é possível perceber uma atuação da OCB em duas frentes da luta de classes: cooptação tanto dos sindicatos dos trabalhadores rurais, como também dos sindicatos patronais.

Como última referência dessa relação entre o cooperativismo de a extensão rural, em janeiro de 1987, o jornal da OCB iria homenagear o extensionismo rural na ocasião da comemoração de seus trinta anos de existência. A matéria trazia o histórico resumido da extensão rural, tomando como marco a criação da ABCAR em 1956. A matéria ainda colocava que a EMBRATER passava por problemas, como a proposta de fusão da empresa com a EMBRAPA. No final da matéria, contudo, há uma clara defesa da continuidade da EMBRATER e de sua relevância para o desenvolvimento e o aumento da produtividade rural, trazendo estatísticas promissoras tanto da atividade educativa do extensionismo de sua contribuição direta na expectativa de aumento da safra de 1986/87 (JC, jan., 1987, p. 5).

As evidências são fortes do estreitamento da relação entre o cooperativismo e a extensão rural, sobretudo após a nomeação de um representante da OCB junto à direção da EMBRATER. Isso revela a construção da nova hegemonia da OCB no interior da classe dominante rural e sua crescente presença na sociedade política. O caráter mais forte desse processo é sem dúvida, a marginalização da CNA como representação do patronato rural nos eventos e atividades da EMBRATER revelando, portanto, a ascensão do prestígio da OCB junto à empresa. Não constatamos nenhum tipo de acordo, ou apoio da CNA à OCB diretamente que poderia levar em consideração o argumento de “aliança” entre ambas as entidades. Acreditamos que esses exemplos mostram o protagonismo da OCB ganhando posições no Estado restrito.

Novos rumos iam tomando no cenário político nacional com a promulgação em 1987 da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Nos anos seguintes, a OCB dedicaria suas edições quase que exclusivamente para noticiar as ações da OCB no tocante a sua influência na condução e promoção do cooperativismo e da questão da reforma agrária na ANC, já esboçados nas seções anteriores. É digno de nota apenas frisar que o processo de elaboração da constituinte e a própria promulgação da mesma trouxe algumas modificações importantes para o extensionismo que contribuíram diretamente para sua modificação estrutural que nos deteremos a seguir.

4.7 – Desmonte da EMBRATER: fim da extensão rural?

Na historiografia sobre o extensionismo rural encontramos diversas interpretações sobre a extinção da EMBRATER que passam desde a responsabilização direta de Romeu Padilha de Figueiredo, que seria um desafeto do presidente José Sarney (Olinger, 1996, p. 158-160) até o contexto internacional de decadência do extensionismo que levou ao fim desta política em diversos países, incluindo Índia, Angola e Marrocos (Peixoto, 2009, p. 270). Isso sugere diversos fatores convergindo nesse período, sendo impossível elencar um fator predominante em função de outros.

A extinção da empresa sugere o esgotamento de um modelo de política agrícola que teve seu apogeu na década de 1970. O contexto político dos anos 80 marcado pela transição pactuada da ditadura para uma democracia representativa também é importante para entendermos esse episódio. Assim, acompanhando os eventos que se seguiram de 1988 até 1990, quando foi decretado o fim da EMBRATER, podemos supor que estava em jogo uma correlação de forças delicada dentro da empresa entre setores defensores da reforma agrária e frações que defendiam a aparência democrática cooperativista e a continuidade da modernização do campo como havia sendo realizada anteriormente.

Seguindo os fatos desse período, vemos que o texto da Constituição de 1988 em seu artigo 187 assegurava o extensionismo como um dos elementos da política agrícola brasileira:

A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

I - os instrumentos creditícios e fiscais;

II - os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de

- comercialização;
- III** - o incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV** - a assistência técnica e extensão rural;
- V** - o seguro agrícola;
- VI** - o cooperativismo;
- VII** - a eletrificação rural e irrigação;
- VIII** - a habitação para o trabalhador rural. (Brasil, 1988)

A preservação da política de extensão rural pela Constituição, não especificava a manutenção do SIBRATER tal como estava estruturado, muito menos fixava recursos mínimos para esta política. Desta forma, a extensão rural foi mantida na lei, mas sem a garantia do repasse de recursos públicos. Após 1988 com a Constituição já em vigor, houve um corte do orçamento do governo federal em torno de 25%, fruto da transferência de funções e recursos para estados e municípios como previa a nova Constituição. Isso gerou uma *operação desmonte* de diversos serviços públicos da esfera federal. Para legitimar tal dissolução de aparelhos de Estado houve uma construção da imagem dos serviços de agências estatais como “ineficientes”, “obsoletas”, “corruptas”, não sendo mais necessário sua manutenção “[...] *colocando neste rol a EMBRATER, por entender que a sua função seria apenas a de repassar recursos federais para empresas estaduais de extensão rural*¹⁴⁶” (Rodrigues, 1994, p. 221-222). A EMBRATER não escapou da desqualificação de seus serviços. Olinger, seguindo a toada da época, afirma que havia a: “[...] *manutenção de funcionários técnicos e administrativos incompetentes ou ociosos nas instituições. São muito raras as demissões nos serviços de extensão públicos do Brasil. Esse fator contribui para a ineficácia e conseqüente elevação dos custos dos serviços.* (Idem, p. 128-129).

O primeiro sinal de “crise”, ou “decadência” do modelo de extensão rural iniciou com a proposta de fusão da EMBRATER com a EMBRAPA, ainda em 1987. “*Ao final da reunião do Palácio da Alvorada, falava-se em extinção não só do INAN, [...] mas também falava-se na fusão da Embrapa com a Embrater [...]*” (*O Estado de São Paulo*, 16/12/1987, p. 19). A empresa de pesquisa agropecuária, diferentemente da EMBRATER, apesar de igualmente sofrer cortes em seu orçamento, não experimentou o questionamento de sua estrutura, tampouco teve suas atividades ameaçadas: “*Apesar*

¹⁴⁶A dependência das empresas estaduais dos recursos do governo federal era uma realidade, principalmente em estados que tinham pouca tradição da prática extensionista, como o Centro-Oeste e o Norte: “Algumas empresas estaduais de extensão chegaram a depender em até 90% de recursos federais para o financiamento das suas atividades. Frequentemente os recursos orçamentários das empresas de extensão eram suficientes somente para o pagamento dos (baixos) salários dos funcionários. Casos de falta de recursos e combustível para os veículos eram frequentes e os agricultores ficavam sem assistência” (Peixoto, op. cit., p. 48).

dos difíceis momentos porque passava o país com a inflação alta, greves, pressões sobre a reforma agrária, a Embrapa manteve, basicamente, o seu trabalho de pesquisa de campo e nos laboratórios” (Cabral, 2005, p. 173). Cabral justifica essa continuidade do trabalho dos pesquisadores da EMBRAPA pelo alto prestígio da empresa:

Apesar da crise na Instituição, o Presidente Sarney, publicamente, demonstrava grande reconhecimento pela Embrapa. Sempre que podia prestigiava, com sua palavra e presença, atos e eventos da Empresa. Em 26 de abril de 1988 a sede da entidade é inaugurada em Brasília. Sarney comparece acompanhado de seis dos seus ministros de Estado em uma atitude clara e pública de apoio e prestígio. (Idem, p. 174)

Contudo, não é possível estabelecer uma análise baseada na simpatia e elogios do presidente Sarney à EMBRAPA e sua, talvez, “antipatia” pela EMBRATER.

Acontece que a EMBRAPA estava rendida aos interesses dos grandes produtores rurais, exercendo a pesquisa agropecuária de ponta para a modernização da agricultura em suas “ilhas de excelências”, enquanto que a EMBRATER passou ser uma unidade com tensões internas e externas, pelas reivindicações de setores populares. Se pensarmos na capilaridade no interior do país do quadro de funcionários e a estrutura de organização da EMBRATER sua estrutura tinha um contato muito maior com os segmentos sociais e a intermediação dos extensionistas com a população gerava a consciência dos conflitos diretos que atravessavam o cotidiano. Recorrendo ao quadro de funcionários do SIBRATER no relatório de avaliação do BIRD é notório o predomínio de extensionistas no Nordeste do país e no Sul, onde essas lutas eram mais intensas.

Nesse sentido, a política extensionista parece ter perdido o seu sentido tanto original (quando mesclava projeto de atenção aos pequenos proprietários com apoio direto aos médios e grandes), quanto o imposto pela ditadura, de modernização conservadora brutal e, do ponto de vista de estratégia de cooptação, era superada pela OCB. Em outras palavras, haviam dois modelos de extensão rural em disputa, um deles mais popular e contestatório, ligados aos movimentos sociais rurais e suas demandas e outro de caráter mais pragmático, com a visão cooperativista estabelecendo o consenso e mantendo uma política ampla para “todos os produtores rurais”. Seja como for, fato é que a penetração da luta dentro da empresa por si só já ameaçava o predomínio da dominação patronal. A EMBRATER tornar-se-ia perigosa do jeito que estava configurada.

O processo de desqualificação da empresa começaria no ano de 1987, através de um processo de investigação pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Denominada

“operação transparência” o alvo era averiguar denúncias de desvio de verbas em diversos órgãos estatais incluindo a empresa:

O assessor de Imprensa do TCU Zaglobo Gonçalves, informou que o início da ‘Operação Transparência’ em Brasília foi satisfatório e correspondeu aos esforços da secretaria auditorial do tribunal responsável pela coordenação dos trabalhos. Serão inspecionadas em Brasília, além das empresas visitadas ontem, a Embrater, Embrapa, Siderbrás, [...] (*O Estado de São Paulo*, 11/08/1987, p. 35).

Não foi noticiado nos principais veículos de imprensa o resultado dessas investigações nem se houve algum julgamento ou acusação formal de nenhum suposto envolvido. Portanto, inferimos que a acusação de corrupção e/ou fraude dentro da EMBRATER fazia parte da estratégia de desqualificação do serviço público construindo o discurso da ineficiência e “inchaço” dos aparelhos de Estado, que previa a desestatização de organismos estatais.

No ano seguinte à denúncia, com a justificativa de contenção dos gastos públicos, o governo Sarney anunciou o projeto de extinção de diversas agências incluindo a EMBRATER: “*a proposta do Orçamento Geral da União para 1988, que o Ministro do Planejamento João Batista de Abreu, levará hoje ao Presidente José Sarney, prevê a extinção e reformulação de empresas como a Embrater, Sudepe [...]*” (*O Globo*, 11/08/1988, p. 21, grifos nossos). Nota-se que este processo de extinção de órgãos públicos foi seletivo, priorizando o fim de agências que realizavam serviços públicos mais ligados aos segmentos populares da sociedade.

Houve forte reação dos extensionistas da EMBRATER. A mobilização iniciou-se nove dias antes da publicação do decreto de extinção da empresa. A Associação dos Servidores da EMBRATER (ASSER) publicou uma nota no jornal *O Globo* alertando para o desmonte da EMBRATER:

Considerando o processo de extinção da EMBRATER que neste momento tramita na área executiva do Governo e que junto com o veto orçamentário da mesma área governamental, inviabiliza o Sistema EMBRATER em sua totalidade, a ASSER convoca todos os seus associados, inclusive os que estão de férias, para uma reunião emergencial, a ser realizada no dia 10 de janeiro, às 14:00 horas, no Auditório da EMBRATER, para discutir a situação e traçar estratégias de ação.

Brasília, 06 de janeiro de 1989

JORGE ANTONIO G. VIDAL (presidente) (*O Globo*, 07/01/1989, p. 26)

Não foi localizada documentação que indique o que foi discutido nessa reunião emergencial dos funcionários da EMBRATER. Sabemos que a EMBRATER foi oficialmente extinta pelo Decreto-lei nº 97.455 de 15 de janeiro de 1989. O Decreto-lei também pôs fim a outros órgãos públicos, sobretudo os de prestação de serviços, como

a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT) entre outras¹⁴⁷ (*O Globo*, 16/01/1989, p. 2).

Houve também uma publicação de repúdio ao fechamento da EMBRATER pela Federação Nacional dos Trabalhadores da Extensão Rural (FASER)¹⁴⁸. Com o título “S.O.S Extensão Rural” a Carta da FASER foi publicada nos principais jornais do país que contou com a assinatura de algumas entidades da sociedade civil:

O governo Sarney aplica mais um golpe aos pequenos agricultores e ao serviço público de extensão rural, na medida em que dissolve a EMBRATER [...] e veta todo o orçamento destinado a sua execução pelas EMATER's. [...] Acabar com esse serviço significa uma grande irresponsabilidade e inconseqüência para com a sociedade. [...] O abandono dos segmentos majoritários da população rural, ou a sua não priorização, causará profundos reflexos negativos na economia brasileira, na medida em que se deve ter como resultado desse processo a diminuição da produção de alimentos básicos (80% dessa produção hoje é garantido pelos pequenos agricultores que não tem a mínima condição de pagar assistência técnica privada). O aumento do contingente de agricultores desempregados e migrantes, o aumento do contingente de agricultores sem-terra e a marginalização do meio rural (*O Globo*, 25/01/1986, p. 5).

A FASER organizou ainda uma “marcha dos extensionistas” em direção à Brasília que contou com apoio da CONTAG. Entidades da classe patronal também criticaram a extinção da EMBRATER, mas não participaram do ato com a CONTAG e os extensionistas. Abaixo, reproduzimos os trechos das moções de apoio do patronato rural e da confederação dos trabalhadores rurais:

Exmo. Sr. Dr. ÍRIS REZENDE MACHADO D. D. MINISTRO DA AGRICULTURA
É desnecessário qualquer argumento para justificar o retorno da plena

¹⁴⁷ Companhia de Desenvolvimento de Barbacena (CODEBAR). Foram alienadas total ou parcialmente a representação do capital do governo federal nas agências Empresa de Navegação da Amazônia S.A. (ENASA); Companhia de Navegação do São Francisco S.A. (FRANAVE); Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. (SNBP); Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (LLOYDBRAS); Companhia Siderúrgica da Amazônia (SIDERAMA); Companhia Auxiliar de Empresas Elétricas Brasileiras (CAEEB), (Brasil, decreto nº 97.455, 15/01/1989)

¹⁴⁸ Na nota da FASER publicada pelo jornal *O Globo* a sigla está descrita como “Federação Nacional dos Trabalhadores da Extensão Rural” (*O Globo*, 25/01/1989, p. 5). Contudo, a tese de Marcus Peixoto (Peixoto, 2009) aparece a referência da FASER como “Federação das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores de Assistência Técnica e Extensão Rural”. Preferimos manter a referência da sigla tal como encontrada no jornal do que encontrada em Peixoto, pois entendemos se tratar de uma atualização da federação ao longo dos anos. Peixoto afirma ainda que a FASER foi criada em 28 de novembro de 1986 a partir de um “movimento dos extensionista” (Peixoto, 2009, p. 29), todavia, o autor não explica o que seria esse movimento. Logo, inferimos que a federação era uma espécie de confederação dos sindicatos dos extensionista do SIBRATER. Esta instituição era formada pelas associações dos servidores das empresas estaduais, contudo, encontramos muita informação sobre ela e, curiosamente, nem mesmo sobre a própria ASSER na documentação oficial. A única menção sobre a FASER, por exemplo, encontra-se na revista *Extensão Rural*, na matéria sobre a eleição de Romeu Padilha de Figueiredo como presidente da EMBRATER, já citada na seção anterior. Marcus Peixoto menciona que a FASER foi criada em 28 de novembro de 1986 a partir de um “movimento dos extensionista” (Peixoto, op. cit., p. 29), todavia, o autor não explica o que seria esse movimento. Logo, inferimos que a federação era uma espécie de sindicato dos extensionista do SIBRATER.

atividade do serviço oficial de Assistência técnica e Extensão Rural do País. A sociedade brasileira clama pelo retorno da atividade da EMBRATER, cuja demonstração maior foi o resultado do Decreto Legislativo aprovado pelo Congresso Nacional.

Sr. Ministro a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira: neste ato representado pela Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e os parlamentares ligados ao setor rural, encarecem a V. Ex^a. Para liderar o restabelecimento da EMBRATER nomeando a Nova Diretoria, e **direcionando a ação da Empresa no campo do apoio técnico e social ao meio rural.** [...]

CONTAG

A EMBRATER e o Sistema por ele coordenado tem sido uma das poucas instituições do setor público agrícola que dedica efetiva prioridade aos milhões de **mini e pequenos agricultores e assentados dos projetos de Reforma Agrária implantados.** (O Globo, 1989) **grifos nossos** (*O Globo*, 10/05/1989, p. 5, grifos nossos).

Essa defesa da EMBRATER pode ser interpretada como defesa da extensão rural personificada na EMBRATER. Seu caráter contraditório de apoio dado pelas agremiações patronais e pelo sindicalismo dos trabalhadores rurais expressa a dicotomia presente dos dois projetos em disputa na extensão rural. Em outras palavras, percebemos que havia uma ação difusa que oscilava entre a defesa da extensão rural de novo tipo ligada à reforma agrária e apoiada por uma parte dos extensionistas e do modelo de extensão rural até então vigente.

De qualquer modo, a situação foi revertida em abril de 1989 pelo Congresso Nacional que, através do Decreto Legislativo nº 3, suspendeu a extinção da EMBRATER e dos demais órgãos atingidos pelo decreto publicado em janeiro do mesmo ano. A extinção foi revertida e a EMBRATER teve seu retorno aprovado pelo presidente. No entanto, a empresa não contaria com recursos para sua manutenção, pois o orçamento do governo federal não destinava verbas para as instituições extintas:

O Governo vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal da decisão do Congresso Nacional de recriar, por decreto legislativo, a EBTU, a Embrater e o Geipo, extintos pelo Plano Cruzado Novo. [...] O Consultor Geral da República, Saulo Ramos, adiantou que, além de ir à Justiça, o Governo pode, simplesmente, não dar cumprimento aos decretos legislativos. (*Globo*, 05/04/1989, p. 1)

O retorno da EMBRATER foi uma vitória mais simbólica que efetiva, pois a empresa retornou suas atividades sem orçamento para seu funcionamento. Além disso, houve uma significativa mudança interna nos quadros da diretoria que refletiu diretamente nas diretrizes da extensão rural publicadas naquele ano. Romeu Padilha de Figueiredo foi afastado da presidência assumindo em seu lugar Renato Simplício Lopes, que havia sido o primeiro presidente da instituição! Como se observa, o retorno da extensão seria novamente capitaneado pelos setores da grande propriedade, procurando-

se apagar os traços da reforma agrária presentes no extensionismo. A segunda gestão de Lopes enfatizaria a descentralização das atividades extensionistas, para adaptar-se ao modelo administrativo previsto na Constituição de 1988 e o incentivo ao desenvolvimento da iniciativa privada extensionista.

Em publicação oficial intitulada “A Extensão Rural e a Assistência Técnica no Brasil: um compromisso com o futuro” (EMBRATER, 1989), o novo/velho presidente da EMBRATER construiu um discurso totalmente distinto de seu antecessor. Lopes exaltou a modernização da agricultura realizada no país e afirmou que o “papel da agricultura” não era produzir para o mercado interno: “*O papel que cabe à agricultura atual é o de gerar excedentes, seja para o abastecimento das grandes cidades [...], seja para a exportação e, assim, contribuir para o equilíbrio da balança de pagamentos do país*” (EMBRATER, 1989, p. 20). O texto afirma ainda que cabia à extensão rural pública papel *restrito* e dependente em relação à extensão rural privada:

Os trabalhos de assistência técnica, de pesquisa agropecuária e de extensão rural executados pelo poder público **são complementares às atividades levadas a efeito pela iniciativa privada**. As ações desenvolvidas no campo pelos órgãos governamentais devem, prioritariamente, ser direcionadas às áreas mais carentes e nas quais a **iniciativa privada ainda não atuou, por não dispor de infraestrutura para tal** etc. (Idem, p. 22, grifos nossos)

Ora, o trecho acima destacado subordina a extensão rural pública à iniciativa privada, enaltecida como a grande promotora do extensionismo rural no Brasil e, portanto, o “futuro” da política agrícola brasileira. Assim, o documento finaliza traçando algumas diretrizes para o extensionismo. Destacamos duas delas:

Apoio à participação da iniciativa privada, agindo a Extensão Rural governamental apenas como um agente complementar às ações levadas a efeito pelas cooperativas, pelas organizações dos produtores, pelas firmas especializadas e pelas indústrias de insumos agrícolas

O empreendimento de esforços no sentido de municipalizar as atividades de Extensão Rural, permitindo uma maior descentralização da administração, nos níveis federal e estadual, compatíveis com as normas constitucionais atualmente vigentes. (Idem, p. 26-28)

No documento não somente desaparecem os temas fortes da gestão do presidente Romeu Padilha de Figueiredo, mas ainda há a defesa da primazia da extensão rural privada para grandes e médios produtores rurais. Romeu Padilha, em sua gestão defendeu o extensionismo praticado pelas empresas públicas para pequenos produtores ao mesmo tempo em que fez fortes críticas ao extensionismo privado por apenas atender exclusivamente grandes produtores rurais. O documento acima citado, assinado pelo próprio Renato Simplício Lopes, inverte totalmente a proposta de Figueiredo,

enaltecendo à iniciativa privada no extensionismo ele estava eliminando de vez a extensão rural para pequenos produtores.

A mudança de posicionamento em relação ao extensionismo privado justamente no momento de retorno da EMBRATER soma uma retórica da desqualificação das instituições públicas em nome da “eficiência” dos serviços privados com a destinação privilegiada das políticas públicas para a grande propriedade. Não obstante, a EMBRATER voltava a existir. Novamente, observa-se a iniciativa de Rodrigues no sentido de capturar essa aparente ambivalência da Embrater (que agora era apenas uma aparência, eliminados de seu interior os setores mais próximos dos movimentos populares), em clara estratégia de produção de consenso entre grandes e pequenos do campo:

Afinal, tratava-se de uma agência que bem ou mal se voltava à coordenação das ações de um serviço que historicamente sempre esteve próximo a ambas as partes, ora enfatizando o trabalho com pequenos produtores, ora com grandes e médios empresários rurais, mas sempre vista como um órgão de apoio ao meio rural (Rodrigues, op. cit., p. 230)

Não obstante, também para Rodrigues o foco central das políticas agrárias não residiria no extensionismo público federal. A extinção da EMBRATER tornou-se definitiva pelo decreto 99.192 de 12 de março de 1990. Diferente do primeiro processo de extinção da empresa, nesse segundo ato, não encontramos registro de nenhuma reação das entidades da classe patronal, tampouco das organizações dos movimentos sociais como a própria CONTAG, ou o MST, nem a favor nem contra a extinção da empresa nacional. A extensão rural seria pulverizada para sua mais fácil domesticação e controle.

Os registros oficiais mencionam que parte da estrutura da EMBRATER foi absorvida pela EMBRAPA. Acreditamos que essa incorporação deveu-se, sobretudo, ao acordo com o Banco Mundial estabelecido em 1986. A EMBRAPA passou a receber o empréstimo do BIRD que teve sua conclusão em 1994 (BIRD, 1997) dessa vez sem renovação para uma terceira edição.

A reação dos extensionistas foi a fundação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER):

Em 21 de abril de 1990, representantes da maioria das instituições estaduais de assistência técnica e extensão rural reunidos em Brasília decidiram pela criação da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER). A entidade surgiria para ocupar o espaço deixado com a extinção da Empresa Brasileira de Assistência Técnica de Extensão Rural (Embrater). Em 8 de junho daquele mesmo ano, ocorreu a

fundação da ASBRAER, com o registro de seu estatuto em cartório.¹⁴⁹

As empresas estaduais de extensão rural passaram a ser responsabilidade dos estados. Isso implicou no fechamento de algumas e na fusão de outras com outros setores. Em Santa Catarina, por exemplo, a EMATER-SC foi fundida com a empresa estadual de pesquisa agropecuária, fundando a EPAGRI, em Minas Gerais, a EMATER-MG continuaria fortalecida tendo seus recursos provenientes exclusivamente do governo estadual e de parcerias com outras instituições em projetos específicos. No entanto, a maioria das empresas estaduais de extensão rural do Norte passaram pelo esquecimento pelos governos estaduais. A projeção de uma extensão rural de caráter nacional, com diretrizes e objetivos centralizados foi podada com o fim da EMBRATER e um novo capítulo do extensionismo rural no Brasil se iniciou.

¹⁴⁹<http://www.asbraer.org.br/institucional>, acessado em 20 de janeiro de 2015.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONTO EM FUGA

Ao colocar o ponto final na tese ela já se tornou obsoleta. Escrever algo que faça sentido e reflexões frutíferas é uma tarefa árdua. O ponto final, portanto, é totalmente aleatório e arbitrário, colocado apenas pela exaustão dos prazos e, algumas vezes, determinação do orientador. Consciente dessa realidade apresentamos aqui uma análise da extensão rural no Brasil, no recorte temporal específico, tomando em consideração essa política como uma expressão da dominação do patronato rural brasileiro no século XX. A singularidade de estudar o extensionismo encontra-se tanto na sua longa duração – iniciada em 1948 existente até hoje – quanto na dificuldade em identificar as metamorfoses sofridas ao longo de sua trajetória, estabelecendo a relação dessas transformações com a luta de classes e a disputa pela hegemonia das classes dominantes rurais.

Para se ter uma ideia da dimensão da atualidade da temática, no dia 3 de maio de 2013 a presidente Dilma Rousseff anunciou na 79ª Expozebu, em Minas Gerais, a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER). No discurso sobre a criação da agência Dilma Rousseff destacou: “*vamos mudar a produtividade do Brasil [...] vou usar uma palavra forte: vamos fazer assistência técnica e extensão rural de forma obsessiva*”¹⁵⁰. Seria possível uma mudança efetiva na produtividade agrícola no Brasil com a realização do extensionismo de forma “obsessiva”? Seria a assistência técnica e a extensão rural tão eficazes a ponto de modificarem a estrutura agrária de séculos?

Num rápido vislumbre sobre a composição do conselho da nova agência é possível ver a noção de “mudança” limitar-se a sua retórica. A ANATER é composta de cinco representantes do governo federal, dois representantes das organizações dos trabalhadores rurais – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar no Brasil (FETRAF) – e dois representantes do patronato rural – Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Ou seja, a representatividade de grandes produtores rurais e cooperativas empresariais é igualada a dos trabalhadores e produtores rurais historicamente expropriados. Esta seria, portanto, a terceira agência estatal de âmbito nacional que coordenaria o extensionismo rural. Marx disse que a história se repete duas vezes: a primeira como tragédia e a

¹⁵⁰<http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2013/05/dilma-anuncia-criacao-de-agencia-de-extensao-rural.html>, acessado no dia 23 de agosto de 2016.

segunda como comédia (MARX, 2011), qual seria a classificação para uma terceira repetição? Desastre?

O fato é que a presidente Dilma Rousseff reproduz o discurso produzido e aprimorado em mais de quatro décadas do extensionismo que revela uma aparência da política “apolítica”, que proporciona a “melhoria do produtor rural”, “desenvolvimento e aumento da produtividade”, etc. Esquece-se (consciente ou inconscientemente?) a historicidade dessa política. Ou seja, apaga-se no presente a essência da dominação de classe contida na história da extensão rural no Brasil. Em sua trajetória, apresentou-se como melhoria das condições dos mais pobres, mas mostrou de fato suas inúmeras faces reais: difusora de tecnologia para grandes proprietários, educação de uma nova *filosofia* de produção desenvolvimentista, despolitização das camadas subalternas das comunidades rurais, isso só para citar algumas. O extensionismo era, e continua sendo, apresentado como uma verdadeira política alternativa para o projeto de reforma agrária. Assim, o retorno de uma agência nacional para coordenar a extensão rural no Brasil revela a atualidade de se debater a trajetória desta política na perspectiva da totalidade além da eficiente miopia em torno do seu passado expropriador.

É possível perceber que a hipótese levantada na introdução se confirmou, isto é, a política de extensão rural foi projetada e executada para garantir o convencimento de uma nova racionalidade produtiva no campo e o consenso dos pequenos produtores rurais com o objetivo de neutralizar as discussões sobre estrutura fundiária. Tal afirmação deve ser reforçada com os seguintes pontos que vimos ao longo dos capítulos.

O primeiro ponto é, talvez, o mais óbvio, mas o óbvio também precisa ser dito: sobre a trajetória do extensionismo rural no Brasil constituiu-se numa engrenagem do projeto de dominação de setores do patronato rural brasileiro. Portanto, a partir da noção de *totalidade*, tentamos relacionar os projetos em disputa das frações da classe dominante agrária, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, período em que ocorreu a *modernização conservadora da agricultura*, com a trajetória do extensionismo, afinal quando estamos estudando uma política específica estamos estudando, ao mesmo tempo, a história do Brasil recente, ou melhor, facetas das formas de relação de dominação do capitalismo no Brasil. Dessa forma, o II PND consolidou o modelo de política agrícola baseado no tripé crédito-pesquisa-extensão. Intensificaram-se as linhas de crédito a juros negativos e reformulou-se a pesquisa e extensão rural com a criação da EMBRAPA e EMBRATER, respectivamente. Com o intuito de perpetuar o chamado

“milagre econômico”, o plano privilegiou os grandes produtores rurais, porque estes tinham condições de apresentar o aumento da produtividade mais rápido do que os médios e pequenos produtores. No entanto, o II PND fracassou em suas metas e, dois anos depois, ele se tornou desacreditado, inclusive pela própria burguesia nacional.

A mudança de um determinado senso comum arcaico para um moderno e o estabelecimento do consenso passivo dos produtores rurais de uma nova forma de produção agropecuária passava pelo terreno da cultura. Entendemos, assim, que a prática supostamente educativa da extensão rural era a conformação de um novo *habitus* de produtividade que carregava uma alta carga de violência simbólica, seja pela sua própria prática excludente e desigual, seja pela inculcação da premissa do desenvolvimento rural sem alteração da estrutura fundiária no país. Aliás, essa questão era uma espécie de “mantra”, repetido infinitas vezes em toda documentação oficial.

Isso nos leva ao segundo ponto: os sujeitos históricos responsáveis pela construção do extensionismo rural, estamos nos referindo, especificamente, aos intelectuais orgânicos subalternos desta política, os extensionistas.

Seguindo a metáfora do mantra, devemos lembrar que existe uma diferença entre quem “compõe” o mantra e quem o canta. Assim, os extensionistas não foram tomados como um bloco homogêneo de intelectuais orgânicos subalternos; havia, pelo menos, duas dimensões de extensionistas: os dirigentes e os dirigidos. Nota-se que há uma hierarquia entre eles, pois quem elaborava as cartilhas, as diretrizes e objetivos da política extensionista nos planos nacionais e estaduais não possuía a mesma trajetória e posição de classe daqueles que apenas reproduzem o “cântico do extensionismo” junto aos produtores rurais. Estes últimos, eram, em sua maioria, intelectuais do “chão da fábrica”, muitos filhos de pequenos produtores rurais que conseguiram ascender socialmente ao completar o curso técnico em agronomia, ou mesmo o curso superior. A posição de classe conquistada ao ser um extensionista de uma empresa pública garantia-lhes, muitas vezes, salários superiores à renda de seus pais e uma elevação da vida social. É claro que não podemos generalizar essa afirmação, pois há ainda muitos fatores a serem considerados em torno da questão dos extensionistas, que se desdobrariam em outras divisões, tais como a diferença sexual, regional, do centro de formação, a tradição das escolas de agronomia que cursaram – superiores, ou técnicas. Esse ponto foi esboçado, mas não aprofundado, pois ainda carece de fontes e pesquisas mais aprofundadas. Contudo, de maneira geral, é possível afirmar que os extensionistas dirigentes e dirigidos comungavam de um *habitus* específico, que era o da *filosofia*

extensionista inserida dentro de uma ideologia dominante de desenvolvimento rural e produtivismo forjado desde as escolas de agronomia, que continham uma cadeira de “extensão rural” nas grades curriculares, até a entrada nas empresas estaduais que promoviam cursos regulares de formação. Mas é também possível identificar tensões no interior desse grupo de trabalhadores cuja profissão, voltada para o convencimento dos subalternos, revela-se também a seus olhos, à medida em que se expande, uma tarefa subalterna. Uma tese é também aquilo que se descobre no caminho e que, não podendo ser averiguado imediatamente pelos limites de tempo e do objeto, deve ser assinalado para futuras pesquisas: as divisões e tensões internas a esse grupo de extensionistas, forjado para ser braço convencedor da dominação podem, em momentos de crise, promover deslocamentos de parcela desses profissionais em suas posições de classe, aproximando-as de suas origens de classe.

Em relação aos intelectuais orgânicos das classes dominante, vimos que foi possível relacionar alguns representantes diretos de entidades de classe da sociedade civil com a COMPATER. Esta comissão, foi criada com o objetivo de articular pesquisa agropecuária e extensão rural, garantindo diretrizes comuns, uma vez que ambas faziam parte da principal estratégia da política agrícola brasileira na década de 70. Todavia, os rastros da COMPATER foram difíceis de serem aprofundados uma vez que ela teve uma existência efêmera e, não durou mais do que dois anos. Os únicos casos de intelectuais orgânicos ligados aos aparelhos privados do patronato rural na EMBRATER foram os extensionistas/cooperativistas, e não mero detalhe, essa representação direta somente ocorreria na década de 80, quando, efetivamente, a OCB tomou a liderança na corrida pela hegemonia do patronato rural brasileiro. No entanto, desde a década anterior, o projeto principal de fomento do extensionismo para a organização dos produtores rurais era o cooperativismo. A doutrina cooperativista de divisão dos lucros e da valorização do “homem” tinha grande ressonância nas empresas de extensão rural. O casamento era perfeito: a produtividade e a racionalidade econômica na esfera produtiva propostas pelo extensionismo encontrava na cooperativa patronal a forma mais eficaz de arregimentação e união dos produtores, que inclusive acreditavam ter melhor chances de contrair o crédito rural necessário para implantar a “modernização da agricultura”.

O fenômeno do cooperativismo empresarial teve início no sul do país, e foi uma forma de adaptação aos novos padrões impostos de tecnologização e integração das cadeias produtivas realizada pela modernização conservadora. As consequências dessa

forma de organização foram perversas para os pequenos – cuja exigências eram altas e o retorno não muito certo – no qual destacamos: o deslocamento dos interesses individuais dos empresários das cooperativas e seus produtores; a intensificação do capitalismo no campo e, por fim, a perda de autonomia na produção e sua possível compra, pois o cooperado ficava cada vez mais refém de toda a infraestrutura da cooperativa. Em poucas palavras, o cooperativismo empresarial vitimou os pequenos produtores rurais e deu autonomia aos grandes produtores que se modernizaram e inclusive autonomizaram empresarialmente as cooperativas, mantendo-as sobre seu controle. Quem não teria mais autonomia seriam os pequenos cooperativados, estes não escolhiam mais o que produzir nem onde comercializar. O lugar do intermediário foi ocupado pela cooperativa.

O terceiro ponto que queremos reforçar nestas considerações finais é a figura do penúltimo presidente da EMBRATER, Romeu Padilha de Figueiredo, que nos levou ao questionamento da organização dos movimentos sociais rurais e sua influência na política extensionista. Figueiredo detinha um perfil um pouco “fora da curva” dos seus antecessores. Apesar de ser um extensionista de carreira, o penúltimo presidente da EMBRATER vinha das empresas estaduais do Nordeste onde teve uma aproximação junto aos movimentos de base de Paulo Freire e da Igreja Católica que despontava naquele período de intensos questionamentos sobre a realidade social brasileira. A expressão mais bem acabada desse posicionamento mais críticos eram os padres ligados à Teologia da Libertação. Além disso, Figueiredo é identificado como “membro da ABRA”, uma tradicional organização contra hegemônica, próximas à CONTAG que lutava pela legalidade da reforma agrária, tal como previa o Estatuto da Terra em 1964. Sua gestão ocorreria num momento de transição de um período ditatorial para um “democrático representativo” onde as reivindicações das camadas oprimidas pelo regime – trabalhadores rurais e urbanos em sua maioria – tiveram maior reverberação na ossatura material do Estado restrito. Assim, o governo Sarney lançou o I PNRA para tentar acalmar as tensões sociais com a expansão e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais que exigiam a reforma agrária. Dentre esses movimentos, destacam-se a CPT e o MST. Este último incorporou a estratégia de ocupação de terras improdutivas como ação de luta política em favor da reforma agrária “imediata” e “irrestrita”.

A ABRA apesar de também reivindicar a reforma agrária, tinha um discurso de caráter mais reformista/legalista. Assim, não foi surpreendente que José Gomes da Silva, presidente e fundador da associação, tenha sido escolhido para escrever o I

PNRA. Por isso, entendemos que esta associação configurava-se como um aparelho privado contra hegemônico, formado por intelectuais que aderiram à bandeira da reforma agrária e aproximaram-se das demandas das classes subalternas. Não podemos minimizar a importância da ABRA, seu lugar na luta e, ainda, seu constante diálogo com os movimentos sociais de base social dos trabalhadores rurais. Logo, a condução da EMBRATER nas mãos de um membro da ABRA acirrou as tensões já existentes dentro da empresa e tentou uma reflexão importante sobre o papel expropriador do extensionismo rural para as classes populares e garantiu pontuais modificações em favor aos movimentos de luta pela reforma agrária e de uma extensão rural “para pequenos produtores”.

Este episódio foi permeado de conflito, uma vez que, nesse mesmo período, a representação da OCB dentro da EMBRATER foi fortalecida com um porta-voz da entidade na diretoria da empresa. Assim, uma fração do patronato rural permanecia em disputa pela extensão rural conseguindo fortalecer a questão do cooperativismo como modelo de organização social para o público alvo do extensionismo.

Por fim, mas não menos importante, devemos lembrar um ponto analisado na tese e que deve ser destacado: a presença dos interesses estadunidenses em exportar seu modelo de desenvolvimento rural. A extensão rural foi trazida para a América Latina na década de 1950. A Costa Rica, por exemplo, detinha o programa modelo de clubes de jovens 4-S implantados pelo extensionismo estadunidense na década de 1950 (ABCAR, 1962b), o dramaturgo mexicano Felipe Santander escreveu, na década de 80, uma peça de teatro intitulada *O extensionista* que conta uma história de um extensionista em uma cidade no interior do México (Santander, 1987). No caso brasileiro, vimos que houve a convergência de interesses internos com os externos, gerando uma fértil parceria entre o Estado restrito e entidades do patronato rural brasileiro na década de 1950. O pontapé inicial ocorreu pelo financiamento privado de Nelson Rockefeller através de sua organização e ajuda internacional, a AIA. Houve a refundação da UREMG para o treinamento de agrônomos brasileiros e economistas domésticas com especialistas estadunidenses. Em seguida, o próprio governo norte-americano financiou projetos de extensão rural nos estados do Sul e do Nordeste com o programa Ponto IV e o ETA, deixando uma estrutura extensionista considerável. A presença intensa norte-americana deixou marcas profundas no modelo de extensionismo praticado no Brasil, mesmo após a nacionalização da política com Juscelino Kubitschek e a interrupção dos recursos do Estado restrito estadunidense.

A presença do imperialismo norte-americano voltaria com força no final da década de 1970, desta vez, através de uma agência multilateral de singular configuração, o Banco Mundial. No primeiro projeto EMBRATER/BIRD, em 1978, salta aos nossos olhos o alinhamento estratégico entre desenvolvimento rural pela ideologia da revolução verde e o combate à pobreza nos países chamados de subdesenvolvidos. Os inúmeros projetos direcionados à agricultura, seriam tomados como solução principal para combater à pobreza absoluta. A contradição dessa política reside na sua impossibilidade concreta de ser efetiva, pois a desigualdade social é inerente ao capitalismo e não um problema político que possa ser solucionado por meio de empréstimos, tratores, fertilizantes e máquinas de costura.

Compreendemos que o empréstimo do Banco Mundial à EMBRATER permitiu a manutenção de recursos para a empresa num período de recessão econômica forte no Brasil que refletiu na perda do crédito rural subsidiado e na estagnação do crescimento econômico. Ocorreu nesse momento a expansão da estrutura física das empresas estaduais – com a construção de diversos escritórios locais, sedes próprias para as EMATER's e ainda a modernização de sua estrutura operacional com a compra de carros e equipamentos de comunicação. Nota-se que mesmo em um período de clara retração da economia e escassez dos recursos do Estado restrito, com uma real dificuldade em honrar a execução do projeto, sobretudo com a desvalorização do cruzeiro frente ao dólar que aumentava exponencialmente a parcela dos governos brasileiros no empréstimo com o Banco Mundial. Todavia, acordo foi cumprido até o fim e ainda obteve uma segunda edição. A aprovação do segundo projeto EMBRATER/BIRD, em 1986, imediatamente após o fim do primeiro projeto, reforça o argumento da dependência da empresa em relação aos recursos externos e a dificuldade de manter recursos regulares internos. As propostas fomentadas pelo imperialismo de extensionismo, agora subscritas pelo Banco Mundial, foram não apenas internalizadas e adotadas, como se converteram em políticas nacionalizadas, abrangendo praticamente todo o território.

Consideramos que o fim da EMBRATER nos traz mais perguntas do que respostas. Em outras palavras, o final do governo Sarney foi um momento de realinhamento da correlação de forças com o objetivo de assegurar a transição do poder ditatorial para um regime político democrático representativo, mantendo-se a estrutura fundamental da dominação de classe e da propriedade rural.

Em poucas palavras, entendemos que o fenecimento da empresa reflete, na verdade, a própria transição. Menos do que o fim de um modelo específico de extensão rural, tratava-se de preservá-lo das lutas que começavam a atravessá-lo. Em primeiro lugar, no próprio interior da empresa concebida para uma atuação convencedora, mas quase impermeável aos reclamos, reivindicações e, sobretudo, organizações dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais. As evidências de que a estrutura agrária era a verdadeira responsável pela concentração fundiária tornavam-se uma ameaça ao patronato rural.

As lutas foram intensas na década de 1980 e as frações da classe dominante rural abriu dois eixos de atuação. De um lado, o ressurgimento da truculência direta, através da UDR. De outro, a atuação persuasiva da OCB. Coerção e convencimento, como lembra Gramsci, são as armas da hegemonia. Suas querelas públicas não ocultam o mesmo objetivo: perpetuar a estrutura concentradora da propriedade da terra no Brasil – e mesmo aprofundá-la – seja através de ameaças aos pequenos proprietários e trabalhadores rurais, seja através de sua cooptação para melhor impor seu projeto de dominação no interior de novas entidades criadas pelo e para o patronato, embora “admitindo” nominalmente o âmbito democrático.

A vitória da reação ruralista foi conquistada primeiro no esvaziamento de mecanismos efetivos de reforma agrária no I PNRA – inclusive atrelado a um plano de desenvolvimento rural (I PNDR) – e depois na Constituição de 1988 que enterrou de vez a possibilidade do programa da reforma agrária através das manobras da bancada ruralista na ANC.

Em se tratando da extensão rural, a nova Constituição mencionava-a como integrante da política agrícola brasileira, mas não normatizava como deveria ser executada. Era previsto também uma descentralização maior do poder econômico, delegando a estados e municípios maiores autonomia na captação e controle dos recursos. Ora, a EMBRATER desempenhava a função de receptora/distribuidora de recursos para suas empresas estaduais. Assim, esses dois elementos foram duros golpes à manutenção da empresa, pois secava seu papel de centralizadora de recursos e não garantia a permanência da estrutura administrativa tal como estava configurada. Ademais, o extensionismo se deslocaria para o âmbito municipal e estadual, no qual o poder local do patronato também se reorganizaria, enfrentando palmo a palmo em cada território as lutas locais.

Outro golpe fatal à EMBRATER foi a chamada “reforma estatal” ensaiada nesse mesmo período. Havia ainda um resquício de assistencialismo e beneficiamento dos pequenos produtores rurais na extensão rural, inclusive fortalecido na gestão Romeu Padilha. Assim, a EMBRATER tornou-se um espaço onde os movimentos sociais rurais encontravam relativo suporte para a reivindicação de suas demandas. A política alternativa da reforma agrária na década de 50 tornou-se o *locus* privilegiado de alguns projetos reformistas e contestatórios da estrutura fundiária brasileira na década de 80 e isso não poderia ser admitido. A EMBRATER em 1989, por exemplo, foi extinta, mas retornou depois de uma reação dos extensionistas e de setores das entidades contra hegemônica e até de entidades patronais. Contudo, seu retorno foi realizado, mas sua diretoria seria modificada: Renato Simplicio Lopes voltou como presidente da empresa e imprimiu em seus discursos uma proposta totalmente oposta se deu antecessor, sobretudo enaltecendo o extensionismo privado. Sua sobrevivência foi efêmera e não sobreviveu ao governo Collor, desta vez sem nenhuma reação do patronato rural.

Ao final da tese é impossível não comparar a prática extensionista com o fetichismo da mercadoria. Sua naturalização como uma política capaz de trazer o desenvolvimento e a modernização do produtor foi consolidada, inclusive reproduzida pela historiografia. Sabemos que a expressão “fetiche” vem da religião e quer dizer uma *coisa* que aparentemente possui poder sobre os seres humanos. Marx ao discorrer sobre o *fetiche da mercadoria* destacou o distanciamento dos produtores de mercadorias com o produto que resultou de sua atividade. Este, no processo de circulação de mercadorias, passa a ser o sujeito da relação, mascarando o trabalho subjacente que o criou. Logo, a interação entre pessoas passa a ser uma relação entre coisas. Ao final da sessão quarto do capítulo um sobre o fetichismo Marx deixa essa questão mais clara na seguinte passagem:

Se as mercadorias pudessem falar, diriam: é possível que nosso valor de uso tenha algum interesse para os homens. A nós, como coisas, ele não nos diz respeito. O que nos diz respeito materialmente [*dinglich*] é nosso valor. Nossa própria circulação como coisas-mercadorias [*Warendinge*] é a prova disso. Relacionamo-nos umas com as outras apenas como valores de troca. (Idem, p. 157-158)

Respeitando as devidas proporções, se pudéssemos dar voz a própria política de extensão rural, talvez, ela falaria algo parecido com a mercadoria. O extensionismo diria: “Talvez através das técnicas que ensino, o produtor tenha alguma melhora em sua produtividade. Mas isso não importa. O importante é que ele pegue um empréstimo e compre o fertilizante X, máquina de costura Y, que as mulheres façam seus próprios

aventais e tornem-se donas de casa exemplar. E isso tem que ser aprendido desde muito jovem. Meninos e meninas participem dos clubes e sejam futuros agricultores, o capital depende de vocês”.

BIBLIOGRAFIA

1.1 - Teses, dissertações e livros sobre extensão rural

BECHARA, Miguel. Extensão Agrícola, São Paulo, Secretaria de Agricultura de São Paulo, 1954.

CAPORAL, Francisco Roberto. A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público. Santa Maria, 1991.

DANTAS, Antonio Machado. Características do Técnico Agrícola Atuando na Extensão Rural: implicações para o currículo dos colégios agrícolas 1977. Dissertação de mestrado, Santa Maria, 1981.

DIAS, Cleimon. Espaços e Conflito e Permanência das Agência de Estado: o exemplo da Extensão Rural em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado, Itaguaí, 1990.

FERREIRA, Adriene Coelho. *Os desafios da extensão rural educativa na transamazônica (Itaituba-PA)*. Dissertação de mestrado, programa de pós-graduação em extensão rural, Viçosa: UFV, 2008.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil*, um projeto educativo para o capital. São Paulo: Loyola, 1985.

FURTADO FILHO, Dorvalino, SILVA, Francisco da Cunha, FRANCO, Homero Multion (orgs.). Gotas de Suor: uma trajetória de 40 anos. Florianópolis, EPAGRI, 1996.

SILVA FILHO, Manoel Marques da. A extensão Rural em Meio Século: a experiência do Rio Grande do Norte. Natal, EMATER/RN, 2005.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? São Paulo: Paz e Terra, 1985.

GONÇALVES, Rodrigo Carvalho. *Imagens rurais: uma análise da extensão rural em Minas Gerais através das fotografias da revista EMATER-MG*. Dissertação de mestrado, programa de pós-Graduação em Extensão Rural, Viçosa: UFV, 2012.

GREGOLIN, Altemir. *Descentralização de Municipalização: o caso da Assistência Técnica e Extensão Rural de Santa Catarina*. Dissertação de mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1997.

GUEDES, Maria Eliza Corrêa. Transferência de Tecnologia Agropecuária: o difícil dilema da formação extensionista. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 1996.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970). Estudos Cebrap 22,

LOPES, Mauro de Rezende. Agricultora política: história dos grupos de interesse na agricultura. Brasília, EMBRAPA, 1996. (Incompleto).

LUPI, Plínio. História da Extensão Rural e Extensão Rural no Brasil. Viçosa, 1962.

OLIVEIRA, Mauro Marcio. A conjugação do Crédito Rural e a assistência Técnica no Brasil: análise da experiência do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Cadernos de Difusão Tecnológica, Brasília, 1(1): 71-121, jan./abr. 1984.

_____. *A Utopia Extensionista*. Brasília, EMBRATER, 1988.

_____. Pequenos Agricultores e Reforma Agrária, no Brasil. Brasília, M. M. Oliveira, 1997.

OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias de. *Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)*. Dissertação de mestrado, PPGH-UFF, 2013.

PEIXOTO, Marcus. *A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, CPDA/UFRRJ 2009.

PENA, José Geraldo Ferreira. *A Extensão Rural no Brasil: a Coordenadoria de Assistência Técnica e Integral e sua estratégia de comunicação*. Dissertação de Mestrado, São Bernardo do Campo, 1991.

PINHEIRO, Camila Fernandes. *Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)*. Niterói: Dissertação de mestrado, PPGH/UFF, 2016.

PINHEIRO, Camila Fernandes. *Mulheres e Extensão Rural no Brasil (1948-1970)*. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: ANPUH, 2015.

PORTILHO, Maria Sibeles Brasileira. *Extensão Rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor*. Dissertação de Mestrado, Uberlândia, 1998.

_____. “Extensão rural: história e prática educativa informal”. In: *Revista Educação e filosofia*. Uberlândia: n. 13 (26), jul./dez. 1999.

QUEIROZ, Carlos César de. *Adoção de Tecnologia no Projeto Regiões Demonstrativas de Extensão Rural – Caicó – RN*. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Agricultura de Lavras – MG, 1985. (Somente o índice)

RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. *Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil*. UnB, Brasília, tese de doutorado, 1994.

TIMMER, Willy Johanan, *Planejamento do Trabalho em Extensão Agrícola*. Ministério da Agricultura, SAI, 1954.

SILVA, Gabriel L. S. Peixoto da. *Produtividade agrícola, pesquisa e extensão rural: evolução e determinantes da produtividade agrícola: o caso da pesquisa e da extensão rural em São Paulo*. São Paulo, 1984.

1.2 - Documentos oficiais

Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR. *Avaliação do Plano Diretor, 1961-1965*. Rio de Janeiro, Abcar, 1968.

_____. *Clubes 4-S, manual para extensionistas*. Rio de Janeiro: Abcar, 1964

_____. *Plano de atividades, programação 1974*. Rio de Janeiro: Abcar, 1973.

_____. *Plano Diretor quinquênio 1961-1965*. Rio de Janeiro: Abcar, 1960

_____. *Primeira Reunião de líderes estaduais de clubes 4-S*. Rio de Janeiro: Abcar, 1959;

_____. *Proposta orçamentária para 1974*. Brasília, Abcar, 1974.

_____. *Reformulação da política de aplicação do crédito rural em articulação com a*

Extensão Rural. Rio de Janeiro 1960.

_____. *Relatório dos Trabalhos realizados à conta do crédito de Cr\$ 1.000.000.000 concedidos à ABCAR pelo F.F.A.P., em decorrência do convênio assumido em 31-XII-1965*. Rio de Janeiro: Abcar, 1966

_____. *Sistema de avaliação do programa municipal de Extensão Rural: Manual de avaliação*. Série E. Volume I. Rio de Janeiro, 1961.

_____. *Técnicas e Métodos de avaliação do Programa*. Rio de Janeiro: Abcar, 1962.

Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) – MG. *Projeto básico de economia doméstica*. 1ª divisão Clubes 4-S. Belo Horizonte, Acar-MG, s.d.

_____. *O líder de clubes 4-S*. Belo Horizonte: Acar-MG, s.d.

_____. *Guia para projeto melhoramento da cozinha*. Belo Horizonte, Acar-MG, s.d.

_____. *III Reunião de líderes estaduais de Clubes 4-S, Workshop, seleção, uso e treinamento de líderes voluntários locais*. Domingos Martins (ES), Abcar, 1962b.

ACAR-RJ. *A boa dona de casa, 2ª divisão de clubes 4-S*. Rio de Janeiro: Acar-RJ, 1965, p. 31.

Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) – PE. *Guia de Projeto Economia Doméstica*. Recife: Ancarpe, s.d.

Banco Central do Brasil. *Carta-circular nº 8*, de 25 de março de 1969. Brasília, Bacen, 1969.

Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). *Agricultural research and extension: an evaluation of the Worl Bank experience*. Washington, D.C., 1985.

_____. *Agricultural sector survey Brazil*. Vol. I, the main report. Washington: World Bank, 1970.

_____. *Agricultural sector survey Brazil*. Vol. 2, the main report. Washington: World Bank, 1970.

_____. *Agricultural sector survey Brazil*. Vol. 3, the main report. Washington: World Bank, 1970.

_____. *Agricultural sector survey Brazil*. Vol. 4, the main report. Washington: World Bank, 1970.

_____. *Appraisal of agricultural research I Project Brazil*. Washington: World Bank, April 15, 1976.

_____. *Implementation Completion report Brazil agricultural extension II Project (loan 2679-BR)*. Washington: World Bank, June 13, 1997

_____. *Brazil staff Project report of the integrated rural development Project in the state of Minas Gerais*. Washington: World Bank, December 28, 1976b.

_____. *Report and recommendation of the president of the International Bank for Reconstruction and Development to the executives directors on a proposed loan to the Federative Republic of Brazil for an agricultural extension project*. Washington: World Bank, May 3, 1978a

_____. *Report and recommendation of the president of the International Bank for Reconstruction and Development to the executives directors on a proposed loan in an*

amount equivalent to US\$ 155,0 million to the Federative Republic of Brazil for the agriculture extension II project. Washington: World Bank, March 26, 1986.

_____. *Staff appraisal report Brazil second agricultural research pr.* Washington: World Bank, May 25, 1981.

_____. *Staff appraisal report Brazil agricultural extension I project.* Washington: World Bank, May 3, 1978b.

_____. *Staff appraisal report Brazil agricultural extension II project.* Washington: World Bank, March 31, 1986b.

BRASIL. *Anuário Estatístico do Brasil de 1974*, vol. 35. Rio de Janeiro, IBGE, 1974.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil de 1976*, vol. 37. Rio de Janeiro, IBGE, 1976.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil de 1979*, vol. 40. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.

_____. *Anuário Estatístico do Brasil de 1982*, vol. 43. Rio de Janeiro, IBGE, 1982

_____. *Constituição Federal de 1988.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 30 de nov. 2016.

Decreto nº 75.373, de 14 de fevereiro de 1975

Decreto Legislativo nº 3, de 05 de abril de 1989. Sustação da extinção da EMBRATER pelo Congresso Nacional

Decreto nº 99.192 de 15 de março de 1990. Extinção da EMBRATER

_____. Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985. Aprova o I Plano Nacional de Reforma Agrária, 1985.

_____. Decreto-lei nº 97.455 de 15 de janeiro de 1989. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Federal, sobre a alienação de participação acionária da União nas empresas que menciona, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1989/decreto-97455-15-janeiro-1989-447961-publicacaooriginal-1-pe.html>> acessado em 30 de novembro de 2016.

Comitê Nacional de Clubes 4-S (CNC4-S) e Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA). *Relatório dos Clubes 4-S à Nação.* Rio de Janeiro: CNC4-S e INDA, 1969.

BORDENAVE, Juan Díaz (ed.). *Modernização da agricultura e cooperação internacional – 25 anos do IICA no Brasil.* Brasília: IICA, 1990.

LOPES, Renato Simplício. *A Extensão Rural e a Assistência Técnica no Brasil: um compromisso com o futuro.* Brasília, Embrater, 1989.

Comissão de Financiamento da Produção (CFP). *Ajustamento do setor agrícola às mudanças no crédito rural.* Brasília, IPEA, 1988. (Só o índice).

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER.

EMATER-AL. *Propaganda 01*, Maceió, Emater-CE, 1981.

EMATER-CE. *Relatório Anual 1976.* Fortaleza, Emater-CE, 1976.

_____. *Relatório Anual de Atividades 1978*, programa baixa renda irrigação, convênio EMBRATER-DNOCS. Fortaleza, Emater-CE, 1978.

EMATER-GO. *Rádio, o que ele pode fazer por você*, Goiás, Emater-GO, s.d.

EMATER-MG. *Guia para projeto melhoramento da cozinha*. Belo Horizonte: Emater-MG, s.d.

EMATER-PE. BARBOSA, Carlos Alberto Vilela. *A Extensão como modificadora da estrutura social*. Recife, Emater-PE, 1981.

EMATER-PR. *Estrutura dos Escritórios locais e regionais*. Curitiba, Emater-PR, 1981.

EMATER-RJ. *Glossário para uso de profissionais de extensão e crédito rural*. Rio de Janeiro, Emater-Rio, s.d.

EMATER-RS. *Formação Profissional do extensionista*. Porto Alegre, Emater-RS, 1994. (Matéria extraída e sintetizada de publicação da FAO- Escritório regional para a América Latina e Caribe, intitulada: “A extensão Rural e o Desenvolvimento Rural – uma alternativa pragmática para uma situação de crise”).

EMATER-SE. *21 anos de extensão rural em Sergipe*. Aracaju, Emater-SE, 1983.

EMBRAPA/EMATER-ES. *Relatório do Seminário de Extensão Rural região sul-sudeste*. Vitória, de 12 a 14 de abril de 1993. Vitória, Embrapa/Emater-ES, 1993.

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER. *30 anos de Extensão Rural no Brasil, pronunciamentos*. Brasília, Embrater, 1978a.

_____. *Assistência técnica e extensão rural para o produtor*. Brasília: Embrater, 1978.

_____. *Atos Constitutivos*. Brasília, Embrater, 1975a.

_____, SOUZA, Lazaro Vilela de. *A Legislação Agrária e Trabalhista Rural na Redefinição de Categorias de Trabalhadores*, Embrater, Brasília, 1983. (Fichamento incompleto).

_____.

_____. *Comercialização das publicações oficiais da EMBRATER*. Brasília, outubro, 1980a.

_____. *Desempenho 1976/Perspectivas 1977*. Brasília, Embrater. 1976a.

_____. *Desempenho 1977*. Brasília, Embrater, 1977a.

_____. *Diretrizes e Normas de Pós-graduação para técnicos do SIBRATER*. Doc. 11, Brasília, Embrater, 1983.

_____. *Diretrizes Gerais e Operacionais de Capacitação Inicial para Técnicos do SIBRATER*. Brasília, Embrater, 1982a.

_____. *Diretrizes operacionais para eventos de especialização*. Brasília, Embrater, 1980b.

_____. *Diretrizes para o Sistema EMBRATER em 1990*. Brasília, Embrater, 1990.

_____. *Estrutura organizacional da EMBRATER*. Brasília, Embrater, 1986a.

_____. *Estruturação operacional, modelo, estratégia e diretrizes de trabalho*. Brasília, Embrater, 1975b.

_____. *Extensão Rural, Desenvolvimento e democracia: alguns pronunciamentos do Presidente da Embrater, Romeu Padilha de Figueiredo em 1985*. Brasília, Embrater, 1986b.

- _____. *Introdução*, Brasília, Embrater, s.d.a
- _____. *Marco de Referência para o planejamento no SIBRATER*. Brasília: Embrater, 1976b.
- _____. *Marco de referência para planejamento no SIBRATER* (período programático 1977/1979). Brasília, Embrater, 1979.
- _____. *Marco Geral de Referência para estruturação da EMBRATER*, vol. 1. Brasília, Embrater, 1975c.
- _____. *Municipalização da Agricultura*, contribuição da Extensão Rural. Brasília, Embrater, 1989.
- _____. *Municípios atendidos pela ATER*. Brasília: Embrater, 1976c.
- _____. *Normas de Credenciamento de Empresas Privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica*. Deliberação nº 002, de 12 de janeiro de 1976. Brasília: Embrater, 1976d.
- _____. *Normas de Credenciamento de empresas privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica*. Deliberação n. 036/78 de 27 de dezembro de 1978. Brasília, Embrater, 1978c.
- _____. *Normas de Credenciamento de Empresas Privadas e órgãos associativos que se dedicam às atividades de assistência técnica*. Deliberação nº 036, de 27 de dezembro de 1978. Brasília: Embrater, 1979.
- _____. *O que é Sistema EMBRATER*. Brasília, Embrater, s.d.b
- _____. *O Rádio em Extensão Rural*. Brasília, EMBRATER, setembro 1985a.
- _____, OLINGER, Glauco. *Processo de Extensão Rural e Sistema de Convivência com a Seca no Nordeste*. Brasília, Embrater, maio 1984.
- _____. *Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural*, integração EMBRAPA/EMBRATER. Brasília, Embrater, 1976e.
- _____. *Planejamento estratégico: “mecanismos que venham a fortalecer o poder de participação da EMBRATER junto as Associadas”*. Embrater. S.d.c
- _____. *Plano de Metas para a política agrícola*. Brasília, Embrater, 1986d.
- _____. *Plano de trabalho da EMBRATER, 1987*. Brasília, Embrater, 1987.
- _____. *Projeto EMBRATER/BIRD: informe sucinto*. Brasília, Embrater, janeiro 1979.
- _____. *Projeto de Expansão e aprimoramento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural: EMBRATER/BIRD descrição*. Brasília, Embrater, 1982b.
- _____. *Programa jovem multiplicador, um novo instrumento de trabalho da Extensão rural para tornar sua ação mais efetiva e abrangente*. Brasília, Embrater, 1980c.
- _____. *Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – 1976*. Brasília: Embrater, 1976f.
- _____. *Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – 1977*. Brasília: Embrater, 1977b.

_____. *Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – 1978*. Brasília: Embrater, 1978d.

_____. *Projeto EMBRATER/BIRD*. Brasília, Embrater, 1977c.

_____. *Relatório de atividades 1975*, Brasília: Embrater, 1975d.

_____. *Relatório da viagem de intercâmbio em Extensão Rural entre técnicos das associadas do Sistema EMBRATER dos Estados do Nordeste e os de Santa Catarina*. Brasília, Embrater, 1980d.

_____. *Relatório de atividades de 1976 e perspectiva 1977*. Brasília: Embrater, 1976g.

_____. *ATER. Relatório Sumário das Atividades em 1975 e principais ações para 1976*. Brasília, Embrater, 1975e.

_____. *Série sistemas de produção*. 5 volumes. Brasília, Embrater, 1977-1981. (Caráter técnico).

_____. *Sistema EMBRATER e o plano de metas: política de Extensão rural e sua contribuição ao Plano de Metas do Setor Agrícola*. Brasília, Embrater, dezembro 1986d.

_____. *Sistema EMBRATER. Relatório final do projeto EMBRATER/BIRD*. Brasília, Embrater, 1985b.

_____. *Supervisão nos serviços de extensão*. Brasília, Embrater, 1980e.

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina – ACARESC. *Sistema de Produção para o Arroz: circular nº 25*. Brasília: Embrapa, Secretaria de Agricultura de SC, ACARESC, junho 1975.

_____. e EMATER-CE. *Sistema de Produção para ovinos e caprinos*. Sobral, Embrapa e Embrater-CE, 1980.

_____. *Revisão, sistemas de produção para a cultura da soja*. Embrapa, Fecortrigo – Federação das Cooperativas de Trigo e Soja Ltda., ASCAR, SA-RS – Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul, IRGA – Instituto Riograndense do Arroz, Passo Fundo: abril, 1976

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), RAMSAY, Jorge; FRIAS, Hernan; BELTRAN, Luis R. *Extension Agrícola Dinamica del Desarrollo Rural*, San José - Costa Rica, 1975.

_____. *Report to the Kellogg Foundation*. Costa Rica: IICA, 1974.

INCRA. *I Programa Nacional de Cooperativismo – PRONACOOOP-76/79*. Brasília, Incra, 1975.

LOPES, Renato Simplicio. *Evolução Conceitual da Extensão Rural no Brasil*. Brasília, Embrater, s.d.

MORENO, Pedro Vale. *Uma proposição de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília, Embrater, 1985.

OLINGER, Glauco. *Extensão rural e Política Agrícola*, Brasília, Embrater, 1984.

_____. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: Epagri, 1996.

RIBEIRO, João Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo/Minas Gerais: Annablume/CPP/EMATER-MG, 2000.

_____. *O Papel da Extensão Rural no desenvolvimento da agricultura brasileira*. Brasília, Embrater, abril 1984a.

_____. *Extensionista: uma profissão de fé*. Brasília: Embrater, 1984b.

Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SUPLAN). *Programa de promoção de agricultores de baixa renda*. Ação conjunta COBAL/EMBRATER). Brasília, Ministério da Agricultura, junho 1976.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. *Pequenos agricultores e reforma agrária no Brasil*. Brasília: M. M. Oliveira, 1997.

PEIXOTO, Marcus. *Extensão rural – uma abordagem histórica da legislação*. Brasília, Centro de estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2009.

PURDUE, University. “Minutes of Board of Trustees of Purdue University”. In: *Archives and special collections*. Indiana: Purdue University Press, 1952.

_____. “Minutes of Board of Trustees of Purdue University”. In: *Archives and special collections*. Indiana: Purdue University Press, 1965.

1.3 – Periódicos

Boletim *Intercom*. Brasília: EMBRATER, 1974 a 1979

Jornal

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 1956 a 1990.

Jornal do Cooperativismo. São Paulo, 1982 a 1989

Folha de São Paulo. São Paulo, 1974 a 1990

O Estado de São Paulo. São Paulo: 1974 a 1990;

O Globo, Rio de Janeiro, 1974-1989.

Sem Terra, Santa Catarina, 1985-1986.

Revistas

A Lavoura. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura, 1964 a 1990.

Brasil Rural. Federação das Associações do Estado de São Paulo (FARESP): 1961 a 1962

Campo Verde. Brasília: CNA, 1978 a 1984.

Extensão Rural. Brasília: EMBRATER, 1979 a 1988.

Extensão Rural. Rio de Janeiro: Abcar, 1966 a 1974.

Força Verde. Brasília: CNA, 1974 a 1978.

Gleba. Rio de Janeiro: CNA, 1964 a 1973.

O agricultor. Espírito Santo: Acares, 1970 e 1974; 1980-1988

Revista Nacional do Cooperativismo(RNC). São Paulo: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1982 a 1987.

EMATER-Rio. Rio de Janeiro, Emater, 1985 e 1988.

1.4 – Bibliografia consultada

ALVES, Eliseu. “Fomento e extensão rural”. In: PASTORE, José. *Agricultura e desenvolvimento*. São Paulo: Apec e Abcar, 1973.

Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA). *50 anos da ABIA*. São Paulo: DBA editora, 2013.

ANDERSON, Perry. *A política externa norte-americana e seus teóricos*. São Paulo, Boitempo, 2015.

BENATO, João Vitorino Azolin. *O ABC do cooperativismo*. São Paulo: OCESP, 1997.

BENETTI, Maria Domingues. *Origem e formação do cooperativismo empresarial no Rio Grande do Sul*. Uma análise do desenvolvimento da COTRIJUI, COTRISA e FECOTRIGO – 1957/1980. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, Dissertação de mestrado, 1992.

BERCOVICI, Gilberto. “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece’: a persistência da estrutura administrativa de 1967”. In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

BALDI, Luiz Agostinho de Paula. *Ideologia e Serviço social: prólogo para um debate teórico-metodológico*. Juiz de Fora: Dissertação de mestrado, UFJF, 2013.

BIANCHI, Álvaro. *Hegemonia em construção: a trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

_____. “Croce, Gramsci e a ‘autonomia da política’”. In: *Revista de Sociologia política*, nº 29. Curitiba, nov. 2007, pp. 15-30.

_____. *O Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2013.

BOFF, Leonardo (org.). *A Teologia da Libertação, balanços e perspectivas*. São Paulo: Ática, 1996.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. *O ensino da disciplina “extensão rural” nos currículos de ciências agrárias*. Rio de Janeiro: IICA, 1977.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2006

_____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2014.

_____. *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

- _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2007.
- _____. *Sobre o Estado*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014.
- BRAGA, Geraldo Magela e LEAL, Maria das Graças S. Floresta. “Orientação institucional e currículo. A gênese do ensino de extensão na Universidade Federal de Viçosa”. In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília: v. 14, n.2, p. 269-286, 1997.
- BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre conciliação e confronto”. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: CPDA, n. 5, nov. 1995.
- _____. “Nova República: a violência patronal rural como prática de classe”. In: *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, jul./dez 2003.
- BUAINAIN, Antônio Márcio. “Reforma agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terras no Brasil”. In: BUAINAIN, Antônio Márcio (coord.) et. al. *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflito no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 2008.
- BUCCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- BURAWOY, Michel. *O Marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora Unicamp, 2010.
- CABRAL, José Irineu. *O Sol da Manhã: memória EMBRAPA*. Brasília, UNESCO, 2005.
- CALLOU, Ângelo Brás Fernandes. *Extensão Rural: polissemia e resistência*. Anais do IV Congresso da SOBER: Fortaleza, 2006.
- CAMARGO, Aspásia de Alcântara. “A questão agrária: crise do poder e reforma agrária (1930-1964)”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Republicano*, vol. 10: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 1986.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *A ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985*. Tese de doutorado PPGH-UFF, Niterói: 2012.
- CAPORAL, Francisco. *A extensão rural e os limites à prática do extensionismo do serviço público*. Dissertação: Santa Maria, RS, 1991.
- CARVALHO, Abdias Vilar de e BRUNO, Regina. “Processos Históricos: atores sociais no debate do I PNRA”. In: BRUNO, Regina (org.) *Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.
- CASTRO, Antonio Barros de. *O capitalismo ainda é aquele*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense, 2008.
- CODATO, Adriano Nervo. “Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 25, p. 83-106, nov. 2005.
- COELHO, Eurelino. *Uma esquerda para o capital: crise do Marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979-1998)*. Tese de doutorado, Niterói: PPGH/UFF, 2005
- COLBY, Gerard e DENNETT, Charlotte. *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- CÔRTEZ, Jonival Ferreira. *Resistência e legalismo: a ação da ABRA em defesa do Estatuto da Terra (1967-1987)*. Dissertação de mestrado, PUC-SP. São Paulo: 1990.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *De Rousseau a Gramsci: ensaios de teoria política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- COX, Robert W. “Questões estruturais de um governo global: implicações para a Europa”. In: GILL, Stephen (org.). *Gramsci: materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2007.
- CPT. “O que é CPT?”. In: *Cadernos CPT*. Ano 1, nº 2. Goiânia: CPT, 1982.

- DEMIER, Felipe e HOEVELER, Rejane (orgs.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016;
- DIAS, Carlos. *Espaços de conflitos e permanência das agências de estado: o exemplo da Extensão Rural em Santa Catarina*. Tese: Rio de Janeiro, 1990.
- DIAS, Edmundo Fernandes. “Intelectuais: para que e para quem?”. In: LOMBARDI, José Claudinei, MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha e SANTOS, Wilson da Silva. *Gramsci no limiar do século XXI*. E-book: Librum e Navegando editoras, 2013.
- DIAS, João Castanho. *Raízes da Fertilidade*. São Paulo: Calandra Editorial, 2005.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia”. In: *Revista Tempo*, vol. 14, nº 28, jan./jun. 2010, Niterói, EdUFF, 2010, pp. 123-143.
- DREIFUSS, René. 1964: A Conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981.
- ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo C. e SIGAUD, Lygia. *Ocupações e acampamentos: estudo comparado sobre a sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco) 1960-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Florestan. *A constituição inacabada*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989
- _____. *A Nova República*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. São Paulo, Globo, 2006.
- FERREIRA, Jorge. “Introdução”. In: *Revista Tempo*, vol. 14, nº 28, jan./jun. 2010, Niterói, EdUFF, 2010, pp. 123-143.
- FONSECA, Maria Teresa Lousa da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSVJ, UFRJ, 2010.
- _____. “Estado e Hegemonia no Brasil: alguns comentários sobre dificuldades conceituais”. In: MENDONÇA, Sonia Regina (org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói: Ed.UFF, 2006.
- _____. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.
- _____; MENDONÇA, Sonia Regina. *História do Brasil recente (1964-1992)*. São Paulo: Ática, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FÜRSTENAU, Vivian. “A política de crédito rural na economia brasileira pós 1960”. In: *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 8(1): p. 139-154, 1987.
- GERMINO, Dante. “Interpretando Gramsci”. In: COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2003.
- GEORGE, Susan. *O mercado da fome: as verdadeiras razões da fome no mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- GOMES, Leonardo Ribeiro. “Progridir sempre” *Os jovens rurais mineiros nos clubes 4-S: Saber, Sentir, Saúde, Servir (1952-1974)*. Belo Horizonte, Dissertação de mestrado, UFMG, 2013.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e Agricultura no Brasil. Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira (1960-1980)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*, volume 1. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2001.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, volume 2. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011a.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011b.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, volume 4. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011c.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, volume 5. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011d.
- _____. *Cadernos do Cárcere*, volume 6. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2011e.
- _____. *Cartas do Cárcere*, volume 1. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2005.
- _____. *Escritos Políticos*, volume 1. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2004.
- HERÉDIA, Mariângela. *CNA Brasil, 50 anos*. Brasília: CNA Brasil, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. *Sobre a História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- HOFFMANN, Rodolfo e NEY, Marlon Gomes. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.
- INCRA, I Programa Nacional de Cooperativismo: PRONACOOOP-1976-1979. Brasília, Ministério da Agricultura, 1976.
- KONDER, Leandro. *O que é dialética?*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LAMOSAS, Rodrigo de Azevedo Cruz. *Estado, classe social e educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio*. Tese de doutorado, PPGE-UFRJ. Rio de Janeiro, 2014.
- LEAL, Leovegildo Pereira. *Contra o gramscianismo, uma crítica marxista ao neorreformismo*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- LEITE, Sérgio e PALMEIRA, Moacir. “Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas”. In: COSTA, L. F. C.; SANTOS, R. *Política e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- _____. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011.
- LEPRE, Aurélio. *O prisioneiro: a vida de Antonio Gramsci*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- LESSA, Carlos A *estratégia de desenvolvimento 1974-1979: sonho e fracasso*. Campinas: UNICAMP. IE, 1998,
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed.URFJ, 2007.
- LOPES, Renato Simplício. *Evolução conceitual da extensão rural no Brasil*. Minas Gerais: ACAR-MG, s.d.
- LOURENÇO NETO, Sydenham. “Muito além do petróleo: o fim de Bretton Woods w a crise dos anos 70”. In: Revista *História & Luta de Classes*, nº 16, setembro de 2013.
- MAESTRI, Mario e JAKOBSKIND, Mário Augusto, “A historiografia envergonhada”. Revista espaço acadêmico ano III, n. 24, maio 2004.
- MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo, Boitempo, 2013a.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013b.
- _____. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. e ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- _____. *A ideologia alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.
- MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. São Paulo: Vozes, 1985.
- MARTINS, Mônica Dias (org.). *O Banco Mundial e a terra, ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “O Governo João Goulart: novos rumos da produção historiográfica”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 28, nº 55, pp. 245-263, 2008.
- MASSUQUETTI, Angélica. *A mudança no padrão de financiamento da agricultura brasileira no período 1965-97*. Dissertação de mestrado PPGER-UFRS, Porto Alegre, 1998.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, Fase, 1989.
- MELO, Demian Bezzera de. *Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)*, tese de Doutorado, PPGH-UFF, 2013.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- _____. *A política de cooperativização agrícola do Estado Brasileiro (1910-1945)*. Niterói: EdUFF, 2002.
- _____. “A dupla dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil”. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 14, nº 1, 2006.
- _____. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*, São Paulo: Expressão Popular, 2010a.
- _____. “Entidades patronais agroindustriais e a política de pesquisa agropecuária no Brasil (1963-2003)”. In: *Revista Raízes*. Campina Grande, v.32, n.2, jul./dez, 2012.
- _____. *Estado e Economia no Brasil: Opções de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- _____. *Estado, educação rural e influência norte-americana no Brasil (1930-1961)*. Niterói: Ed.UFF, 2010b.
- _____. (org.). *Estado e historiografia no Brasil*. Niterói, EdUFF, Faperj, 2006.
- _____. “Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais”. In: *Revista Outros tempos*. São Luís, vol. 1 esp., 2007, p. 1-12.
- _____. *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (1944-2005)*. Relatório de Pesquisa apresentado ao CNPq em 2010c.
- _____. “Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania”. In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p 94-125.
- _____. “O Estado ampliado como ferramenta metodológica”. In: *Marx e marxismo*. Niterói: v. 2, nº 2, jan/jul 2014.
- _____. (org.) *O Estado brasileiro: agências e agentes*. Niterói, EdUff/Vício de Leitura, 2005.
- _____. *O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010d.
- _____. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Pierre Bourdieu – algumas questões*. Niterói: s.d.
- _____. “Sociedade civil em Gramsci – venturas e desventuras de um conceito”. In: Mendonça, Sonia Regina de e PAULA, Dilma Andrade de (orgs.). *Sociedade civil: ensaios históricos*. Jundiaí, Paco editorial, 2013.

- _____ e PAULA, Dilma Andrade de (orgs.). *Sociedade civil: ensaios históricos*. Jundiaí, Paco editorial, 2013.
- MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MICELI, Sérgio. “A força do sentido”. In: BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectivas, 2011.
- MONAL, Isabel. “Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos”. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2003.
- MONTEIRO, Tiago Francisco. *A nova república e os debates relativos ao papel político das forças armadas pós-ditadura: homens, partidos e ideias (1985-1990)*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado PPGH/UERJ, 2012.
- MORAES, João Quartim de. *Liberalismo e ditadura no cone sul*. Campinas, Ed. Icfh/Unicamp, 1999.
- MORAES, Reginaldo e SILVA, Maitá de Paula. “A trajetória do mundo agrário norte-americano”. In: *Cadernos do Centro de Estudo de Cultura Contemporânea (Cedec)*. São Paulo: Cedec, agosto 2009.
- MORAIS, Clodomir Santos. “História das Ligas Camponesas no Brasil – 1969”. In: STÉDILE, João Pedro. *História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A questão agrária no Brasil (1961-1964): uma arena de lutas de classe e intraclasse*. Dissertação de Mestrado, PPGH-UFF, Niterói, 2013.
- NETTO, José Paulo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2012.
- _____. *Pequena História da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. “As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização”. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2003.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*, Petrópolis: Vozes, 1987.
- PEGORARO, Éverly. “Revolta dos posseiros de 1957: consensos e desacordos de algumas interpretações”. *Revista Ideas – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 109-133, jan.-jun. 2008.
- PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro, 1944-2008*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 2010.
- _____. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro*. Teoria, luta política e balanço de resultados. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA, 2004.
- _____. “Neoliberalismo, políticas de terra e reforma agrária de mercado na América Latina”. In: PEREIRA, João Marcio Mendes e SAUER, Sérgio (orgs.) *Capturando a terra: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- PIZA, Fernando Ferreira. “Comentários ao artigo ‘a educação pelo investimento e o caráter educacional da extensão rural’”. In: OLIVEIRA, Mauro Marcio. *A utopia extensionista*. Brasília: Embrater, 1988.
- PORTILHO, Maria Sibebe. *Extensão Rural: o fio e a trama na construção da representação social do pequeno produtor*. Dissertação, Uberlândia, 1998.
- POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- RAMOS, Carolina. *Capital e trabalho no sindicalismo rural brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a CONTAG (1964-1985)*. Tese de doutorado PPGH-UFF, Niterói, 2011.
- Revista *Extensão Rural*, Brasília, EMBRATER, 1980-1989.
- RIBEIRO, Maria das Graças. “A USAID e o ensino agrônômico brasileiro: o caso da Universidade Rural do Estado de Minas Gerais”. In: *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Belém: v. 4, nº3, p. 453-463, set./dez. 2009.
- RIBEIRO, Ricardo. “A teoria da modernização, a aliança para o progresso e as relações Brasil-Estados Unidos”. In: *Perspectivas*, São Paulo: 30, p. 151-175, 2006.
- RICCI, Rudá. *Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1999.
- RIOS, Gilvando Sá Leitão. *Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social*. João Pessoa: Ed.UFPB, 1979.
- ROSA, Marcelo. *O engenho dos movimentos sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- ROSSET, Peter. “O bom, o mau e o feio: a política fundiária do Banco Mundial”. In: MARTINS, Mônica Dias (org.). *O Banco Mundial e a terra, ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia*. São Paulo: Viramundo, 2004.
- QUEDA, Oriowaldo e SZMERECSÁNYI, Tamás (orgs.). *Vida rural e mudança social*. São Paulo: Cia. Editorial Nacional, 1973.
- RUBIN, Isaak Illich. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Polis editora, 1987.
- SAES, Décio. *A república do capital: capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SANTANDER, Felipe. *O extensionista*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. *Desigualdade social e dualidade escolar*. Conhecimento e poder em Paulo Freire e Gramsci. Petrópolis, Vozes, 2000.
- SANTOS, Theotônio dos. *Evolução histórica do Brasil: da colônia à crise da nova República*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- SAUER, Sergio. “‘Reforma agrária de mercado’ no Brasil: um sonho que se tornou dívida”. In: *Revista estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, vol. 18, n. 1, 2010, p. 98-126.
- SCOLESE, Eduardo. *Pioneiros do MST*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVA, Claiton Marcio. *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese de doutorado, PPGCS-Fiocruz. Rio de Janeiro: 2009.
- SILVA, José Gomes da. *Buraco Negro: a reforma agrária na Constituinte de 1987-88*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- _____. Les associations patronales de l'agriculture brésilienne moderne: les controverses au cours de la transition vers la démocratie, 1985-1989. Cahiers du Brésil Contemporain, Paris, v. 18, p. 11-34, 1992.
- SORJ, Bernardo. *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- STÉDILE, João (org.). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964*. São Paulo: Expressão Popular, 2006;
- TERRAY, Emmanuel. “Proposta sobre a violência simbólica”. In: ENCREVÉ, Pierre e LAGRAVE, Rose-Marie (coord.) *Trabalhar com Bourdieu*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.
- VACCA, Giuseppe. *Vida e pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937*. Rio de

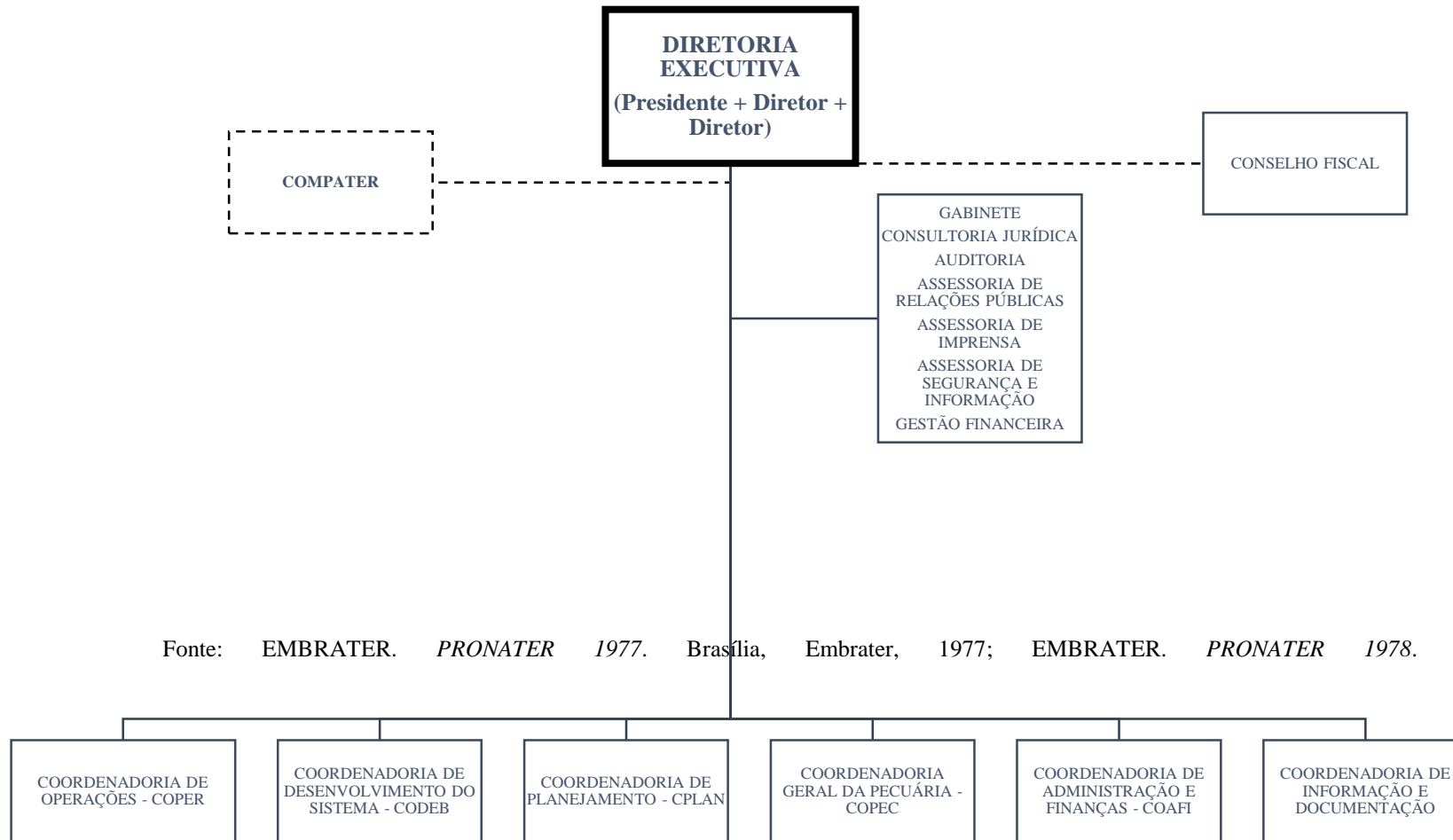
Janeiro, Contraponto, 2012.

VEIGA, José Eli da. *Metamorfoses da Política Agrícola dos Estados Unidos*. São Paulo, Annablume, 1994.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____ e FOSTER, John B. (orgs.) *Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999.

ANEXO 1: ORGANOGRAMA DA EMBRATER



Fonte: EMBRATER. PRONATER 1977. Brasília, Embrater, 1977; EMBRATER. PRONATER 1978. Brasília, Embrater, 1978

ANEXO 2: TRAJETÓRIA DOS PRESIDENTES DA EMBRATER (1974-1990)

Período	Presidente da EMBRATER	Origem	Trajatória
1974-1979	Renato Simplício Lopes	MG	<p>Cursou agronomia na Universidade Federal de Viçosa, sendo paraninfo da turma de agronomia de 1973, extensionista, fez doutorado na Universidade de Wisconsin (EUA), sobre os agentes de extensão em Minas Gerais no ano de 1966.</p> <p>http://www.worldcat.org/title/information-seeking-behavior-of-county-extension-agents-in-minas-gerais-brazil/oclc/53789944</p> <p>Secretário de Tecnologia do Ministério de Minas e Energia</p> <p>Secretário de Agricultura do Distrito Federal</p> <p>1991- 1993 – Presidente do INCRA</p> <p>“A escolha de Simplício mesmo senso dele um homem do ramo, comprova o chamado “peso das relações interpessoais” na seleção dos ocupantes do comando administrativo, neste e em outros governos: sua filha Vera Lúcia é casada com Murilo Flores, presidente da Embrapa, órgão do Ministério da Agricultura. Murilo, embora técnico de carreira, por sua vez é filho do ministro da Marinha, Mário Flores.” (<i>O Globo</i>, 20/12/1991, p. 2)</p> <p>2008-2009 – Presidente da Federação de Agricultura do Distrito Federal</p>
1979-1985	Glauco Olinger	SC	<p>Cursou Agronomia na Universidade Federal de Viçosa. Foi chefe da Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), em Santa Catarina, de 1952-1954. Secretário executivo da ACARESC, pró-reitor de Planejamento da Universidade Federal de Santa Catarina, onde era também professor de agronomia. Secretário de Agricultura em 1972. Tentou ser secretário de agricultura do estado de Santa Catarina, mas não conseguiu.</p> <p>http://www.correiolageano.com.br/htmNoticia.php?id=22059&c=12 acessado no dia 26/06/2011.</p>
1985-1989	Romeu Padilha Figueiredo	PE	<p>Bacharel em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal de Pernambuco, cursou também Filosofia no Seminário de J. Pessoa e Olinda e Teologia na França. Mestrado em Economia na UFPE e Doutorado em Economia na Unicamp. Foi também integrante da equipe do prof. Paulo Freire no Serviço de Extensão Rural da Universidade do Recife e Coordenador do Movimento de Educação de Base (MEB) da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), nos Estados de Pernambuco e Paraíba. Atuou juntamente com D. Helder Câmara que na época era o Presidente do MEB. Extensionista da ANCARPE – de 1968 a 1971 e da ABCAR de 1971 a 1975. Diretor da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) (<i>Revista Brasileira de Extensão Rural</i>, v. 6, n.2 mar./abr./mai., 1985, p. 8).</p>
1989-1990	Renato Simplício Lopes	MG	

Fonte principal: Boletim *Intercom*. Brasília: Embrater, 1974-1979. Revista *Extensão Rural*. Brasília: Embrater, 1980-1989.

ANEXO 3: TRAJETÓRIA DOS DIRETORES DA EMBRATER (1974-1990)

Período	Nome	Origem	Trajetória
1974-79	Pedro Merçon Vieira	ES	Foi secretário executivo em 1974 da ABCAR, quando saiu Aloísio Campelo. Foi um dos primeiros representantes do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA no Brasil e um dos que formulou a política de crédito rural do Ministério da Agricultura em 1968. Fonte: Díaz (ed.) 1990, p. 29.
1974-79	Luiz Carlos de Barros Novita	SP	Engenheiro, foi diretor da Ceres (Fundação de Seguridade Social), que era um fundo de pensão complementar de órgãos públicos do Ministério da Agricultura. http://fonedados.com/Nomes/gonometel.php?nomes=luiz%20carlos%20barros%20novita acessado no dia 07/11/2014.
1979-85	Adolfo Nunes Corrêa	SC	Extensionista rural desde 1968, coordenador do programa de suinocultura da ACARESC na década de 1970, presidente da Embrater 1985, secretário executivo da Acaresc 1990-91, presidente da Epagri 1995, secretário executivo do Pronaf 1996. (Furtado Filho; Silva e Franco, 1996)
1979-85	Vicente Benjamin de Albuquerque	GO	Secretário-executivo da ACAR-GO de 1967 a 1980. Foi fundador da EMATER-GO. < http://www.gilsantosalgado.com/-acar-goiaacutes-1967-resultados-vicente-benjamin.html http://www.emater.go.gov.br/w/2665 >acessado no dia 07 nov. 2014
1985	Athos de Almeida Lopes	SC	Formado em agronomia Athos de Almeida Lopes integrou a chapa de Paulo Bauer na disputa ao Senado, que possuía uma ligação muito forte com o setor agrícola. O pai dele, Lauro Lopes, trabalhou desde cedo na agricultura e a mãe, Maria Azir Almeida Lopes, é filha de pecuaristas. Athos nasceu e viveu até os 18 anos em Florianópolis (SC). Após concluir os estudos, foi morar em Campos Novos, no mesmo estado. Filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na década de 1970. Em 1975, assumiu a presidência da Cooperativa Regional Agropecuária de Campos Novos (Coopercamos), foi vice-presidente, secretário e conselheiro da Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Fecoagro), entidade que ajudou a fundar naquele ano e onde permaneceu até 1985. Athos Almeida Lopes ajudou ainda a implantar diversas cooperativas de crédito em Santa Catarina e ocupou outros cargos importantes como a presidência da Cooperativa de Crédito Rural de Campos Novos (Credicampos) por dois anos, entre 1987 a 1989; diretor geral da Secretaria de Agricultura de Florianópolis, de 1988 a 1989; e secretário de Estado da Agricultura, em 1990. Athos Lopes também foi prefeito de Campos Novos, de 1993 a 1996. Outros cargos de destaque foram a presidência da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Santa Catarina (Epagri) durante três anos, de 2003 a 2006; a diretoria técnica da Secretaria Executiva Estadual do Projeto Microbacias. < http://paulobauer.com.br/senador/biografia-athos-de-almeida-lobes/ > acessado no dia 21 de nov. 2014. Membro da OCB (Mendonça 2010, p. 198).
1985	Genésio Mazon	SC	Vinicultor em Urussanga, tendo fundado junto com o irmão Jayme a vinícola nos anos 1970. http://www.historiadigital.org/eventos/circuito-historico-na-vinicola-mazon/ acessado no dia 07/11/2014
1985-89	Luiz Dal		Dados não encontrados

	Farra		
1985-89	Helvécio Magalhães Ribeiro	GO	Médico veterinário, membro e diretor do Sindicato dos Trabalhadores do Setor Público Agrícola de Goiás (SINDIAGRI). Foi também extensionista. < http://www.sindiagri.org.br/index.php/sindiagri >acessado dia 07/11/2014
1989-90	Ludgério Monteiro Correa	PR	Extensionista, atualmente é Consultor do Ministério do Desenvolvimento Agrário/Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – MDA/DATER.
1989-90	Paulo Roberto Costa Ferreira	GO	Agrônomo, foi diretor da Empresa Goiânia de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) durante o governo de Íris Rezende 1991-1994 - ex-Ministro da Agricultura. Foi também presidente da EMATER-GO de 1995-1998. (Ata do diário do Senado Federal de dezembro de 2004, p. 43495).

ANEXO 4:DIRETORIA DO CONSELHO NACIONAL DE CLUBES 4-S DE 1969

CNC 4-S: Diretoria

Secretário-Executivo



Athanael M. da Fonseca

Vice-Presidente



Aloysio Campelo

Vice-Presidente



Paulo Salomão

Secretário



Millo Gambini

Presidente



J. V. Ruy Barbosa

Tesoureiro



Carlos Alberto dos Santos

Vice-Presidente



Ilo Soares Nogueira

Tesoureiro



Ney Bittencourt

Secretário



Maurílio Augusto Silva

Conselho Administrativo:

Getúlio B. Lopes, Jayme Alcides Pereira, Arnaldo Simões Filho, Milton Mastabi, Julio Gutierrez, Jefferson F. Rangel e Francisco Arinos.

Conselho Fiscal:

Sementes Agroceres S/A, Associação Nacional para a Difusão de Adubos, Acres, Avícola S/A.

Suplentes:

Iretama S/A Comércio e Indústria, Manah S/A Comércio e Indústria de Adubos e Rações e Union Carbide do Brasil.

**ANEXO 5: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS, ÁREA DE AÇÃO E RECURSOS FINANCEIROS POR ASSOCIADA
(DADOS ABSOLUTOS) – 1976-1979**

UF	Beneficiários											
	Produtores de Alta e Média Renda				Produtores de Baixa Renda				Cooperativas			
	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
N.	8.211	11.302	13.620	17.177	15.850	19.605	25.939	31.119	16	22	22	23
NE.	75.825	129.298	152.689	178.057	37.751	40.875	51.639	59.064	101	119	119	119
SE.	88.054	144.689	153.225	164.863	32.100	25.338	29.049	31.469	135	57	162	162
S.	181.077	96.397	116.231	127.831	114.212	53.140	70.927	67.423	103	112	112	112
CO.	19.429	42.643	51.983	58.718	5.600	2.280	2.994	4.030	48	56	56	56
BRASIL	372.596	424.329	487.748	546.646	205.513	141.238	180.548	193.105	403	366	471	472

Fonte: EMBRATER. *PRONATER* – 77. Brasília: Embrater, 1979, p. 242.

ANEXO 6: EVOLUÇÃO NO NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS, (DADOS RELATIVOS) – 1976-1979

UF.	Beneficiários											
	Produtores de Alta e Média Renda				Produtores de baixa Renda				Cooperativas			
	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979	1976	1977	1978	1979
N.	100	138	166	209	100	124	164	196	100	138	138	144
NE.	100	171	201	235	100	108	137	156	100	118	116	118
SE.	100	164	174	187	100	79	90	98	100	42	120	120
S.	100	53	64	71	100	47	62	59	100	109	109	109
CO.	100	219	268	302	100	41	53	72	100	117	117	117
BRASIL	100	114	131	147	100	69	88	94	100	91	117	117

Fonte: EMBRATER. *PRONATER* – 77. Brasília: Embrater, 1979, p. 243.

ANEXO 7: DIRETORIA DA ABRA (1971-1990)

	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		
PRESIDENTE	José Gomes da Silva																					
									Carlos Lorena													
													Luís Carlos Guedes Pinto									
																	Plínio de Arruda Sampaio					
SUPL ENTE					Luiz Carlos Guedes Pinto																	
																	José Graziano da Silva					
DIRETOR EXECUTIVO	Carlos Lorena																					
			João Maia da Silva Filho																			
					Ossir Gorenstein																	
							Luiz G. Pinto															
									José Gomes da Silva													
																	Plinio Guimarães Moraes					
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990		

SUPLENTE	Antônio Dias Nascimento																			
					Aurora O. Coentro															
														Ricardo Abramovay						
																José dos Reis Santos Filho				
DIRETOR FINANCEIRO	José Maia da S. Filho																			
	Carlos Alberto G. Chiarelli																			
					João Maia da Silva Filho															
							Ossir Gorestein													
									Plínio Guimarães Moraes											
											Mario A. de Moraes Biral									
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990

SUPLENTE	Ossir Gorenstein																			
								Oswaldo A. de Andrade												
								Josefa Martins Reis												
								Carlos Lorena												
								Luis Carlos Guedes Pinto												
								Ossir Gorenstein												
								Sonia H. Novaes G. Moraes												
								José Graziano da Silva												
								Tamás Szmrecsányi												
								Sônia H. Novaes G. Moraes												
								Zeke Junior Beze												
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990

Gonçalves da Silva																					
Walter Silva																					
					Luis Antonio A. de Aguiar																
					Otávio Adriano Klafke																
					João Maia da Silva Filho																
						Jorge Coelho															
						Sergio S. Silva															
							Francisco Urbano de A. Filho														
							Tamás Szmrecsányi														
							Tomás Miguel Pressburguer														
	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	
											Plínio de Arruda Sampaio										

ANEXO 8: DIRETORIA DA OCB (1969-1990)

1978-1981				
	Jan. 78 – Jun. 79	Jul. 79 – Out. 79	Nov. 79 – fev.80	Mar.-abr. 1980
Presidente	João Rodrigo Alckmin – paulista. (Dados não encontrados)	José Pereira Campos Filho – Mineiro; Agropecuarista; Presidente da Itambé-Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; diretor da Sociedade Mineira de Agricultura; Vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG).		
Vice-presidente	Cassiano Gomes dos Reis - – Paulista; Agrônomo; Pecuarista; Funcionário da Secretaria de Agricultura de SP; Diretor da Divisão de Classificação e Fiscalização de Produtos Agrícolas, Diretor do Fomento Agrícola e Diretor-geral do Departamento da Produção Vegetal; Superintendente da Comissão de Abastecimento do Estado de São Paulo; Chefe do Serviço de Azeites e Óleos Alimentícios; Diretor do IBC; 1º Secretário da SRB; Fundador e diretor da FAESP; Presidente da Federação das Cooperativas de Cafeicultores; Presidente do Sindicato Rural de Jaú; Vice-presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos; Membro do Alto Conselho Agrícola do Estado de São Paulo Membro da Associação Paulista de Agronomia; Administrador de diversas fazendas, Fundador da Nazareth Agropecuária S.A., dotada com projeto, pela SUDAM, de área de 13.200 ha (1970).	Américo Utumi - Paulista; agropecuarista; Diretor da Cooperativa de Cotia.		
	José Apolônio Filgueiras – cearense; cotonicultor e empresário; dirigente da Cooperativa Central dos Produtores de Algodão do Ceará.	Paulo Cardoso Pinto da Silva – Baiano; Cacaicultor; presidente da Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus.		
	Júlio Quirino da Costa (dados não encontrados)	Seno Dreyer – Gaúcho; Agropecuarista; Presidente da Confederação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul e da Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS); Diretor do Conselho de Administração da Cia. de Energia Elétrica do RGS.		
Diretor	Carlos Helvidio Américo dos Reis - fluminense; agropecuarista; presidente da Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara (OCEG - 1972-4); presidente da Organização das Cooperativas do Estado do RJ (OCERJ –1976 - 1984); 1º vice-presidente da SNA	Alfredo Lopes Martins Neto – Fluminense; Pecuarista; Presidente da CCPL desde 1969; Vice-presidente da antiga Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara (OCEG) e presidente do Conselho Regional do Montepio Cooperativista Brasileiro.		
	José Bustamante de Carvalho (dados não encontrados)	Benjamin Hammerschidmt – paranaense; agropecuarista; presidente da OCEPAR; fundador e assessor da Cooperativa Agrícola Mista Porto de Vitória e da		

		Cooperativa Agrícola São Domingos, presidente da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná.
	Aluízio de Freitas Almeida (dados não encontrados)	Marcos Leme Barachuy - Paraibano; agropecuarista; presidente da Cooperativa Central Agrícola da Paraíba, ex-diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura da Paraíba.

1980 – 1988			
	Maio 1980 – Jun. 1982	Jun.1982 - Jun. 1985	Jun.1985 - Mar. 1988
Presidente	José Pereira Campos Filho – Mineiro; Agropecuarista; Presidente da Itambé- Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais; Diretor da Sociedade Mineira de Agricultura); Vice-presidente da OCEMG.		João Roberto Rodrigues – paulista; Agrônomo formado pela Escola de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ); agropecuarista em São Paulo e Minas; produtor de soja, cana, laranja e pecuária de corte; Diretor das fazendas Santa Izabel, Bela Vista e Morumbi; diretor da OCESP (Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo); diretor da Organização dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo diretor da Sociedade Rural Brasileira (SRB); Vice-presidente da SNA nos anos 90; vice-presidente da Organização das Cooperativas Americanas; Secretário da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAA); presidente de Aliança Mundial de Cooperativas; Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) de 1999 a 2005; Ministro da Agricultura no governo Luís Inácio Lula da Silva de 2003 a 2006; Coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP. Recebeu o título de <i>Doutor Honoris Causa</i> pela UNESP, onde também foi professor do departamento de Economia Rural. Foi membros ainda dos seguintes conselhos: Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ), EMBRAPA, Conselho Estadual da Ciência e Tecnologia (CONCITE), do Conselho de Administração da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP/FGV), do Alto Conselho Agrícola do Estado de São Paulo, do Centro

		de Integração Empresa-Escola (CIEE), do Centro de Conhecimento em Agronegócios (PENSA) e do <i>International Food Agribusiness Management Association</i> (IAMA), entre outros. Recebeu a medalha Paulista do Mérito Científico e Tecnológico, em 2000, a Comenda da Ordem Nacional do Mérito Científico como “personalidade nacional”, entre outras.	
Vice-presidente	Américo Utumi – Paulista; agropecuarista; Diretor da Cooperativa de Cotia.	Adelar da Cunha – Gaúcho; Agropecuarista; Economista; Presidente da OCERGS; Conselheiro da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento do Litoral Norte (COOPERNORTE); Membro do Conselho Estadual do Leite; Vice-presidente da Cooperativa Triticola Mista Alto Jacuí (COTRIJAL); presidente do INCRA.	
	Paulo Cardoso Pinto da Silva - Baiano; Cacaucultor; Presidente da Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus.	José Apolônio Filgueiras – cearense; cotonicultor e empresário; dirigente da Cooperativa Central dos Produtores de Algodão do Ceará.	
		Harry Dorrow - Catarinense; Pecuarista; Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), Presidente do Instituto Técnico das Cooperativas (ITEC) e da Cooperativa Central Agrícola do Vale do Itajaí; Membro do Conselho de Administração da Confederação Brasileira de Cooperativa de Laticínios (CBCL) e do Conselho de Administração da Associação Comercial e Industrial de Itajaí; Fundador da Cooperativa Regional dos Produtores de Leite do Sul.	
	Seno Dreyer – Gaúcho; Agropecuarista; Presidente da Confederação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Rio Grande do Sul e da OCERGS; Diretor do Conselho de Administração da Cia. de Energia Elétrica do RGS.	Cláudio Mendonça Dias (dados não encontrados)	Paulo Roberto da Cunha – Goiano; Advogado, Agropecuarista; Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás (OCEGO) e da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (COMIGO).
	Alfredo Lopes Martins Neto - Fluminense; Pecuarista; Presidente da CCPL desde 1969; Vice-presidente da antiga Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara (OCEG) e presidente do Conselho Regional do Montepio Cooperativista Brasileiro.		José Pinto de Assis – Alagoano; Agropecuarista; Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Alagoas (OCEAL); Presidente da Cooperativa Agropecuária Regional de

			Santana do Ipanema.
	<p>Benjamin Hammerschidmt – paranaense; agropecuarista; presidente da OCEPAR; fundador e assessor da Cooperativa Agrícola Mista Porto de Vitória e da Cooperativa Agrícola São Domingos, presidente da Cooperativa Central Agropecuária do Paraná.</p>	-----	<p>Salvador Gonçalves de Oliveira Sobrinho – Amazonense; Médico; Representante do segmento de Cooperativas de Trabalho; Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Amazonas (OCEAM) e da Unimed de Manaus; Presidente do Sindicato Médico do Amazonas e da Associação Profissional dos Médicos do Amazonas.</p>
	<p>Marcos Leme Barachuy - Paraibano; agropecuarista; presidente da Cooperativa Central Agrícola da Paraíba, ex-diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura da Paraíba.</p>	-----	
Diretor	Benedito de Miranda	<p>Alfredo Lopes Martins Neto - Fluminense; Pecuarista; Presidente da Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL) desde 1969; Vice-presidente da antiga Organização das Cooperativas do Estado da Guanabara (OCEG) e presidente do Conselho Regional do Montepio Cooperativista Brasileiro.</p>	-----
		<p>Marcos Leme Barachuy - Paraibano; agropecuarista; presidente da Cooperativa Central Agrícola da Paraíba, ex-diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria de Agricultura da Paraíba.</p>	-----
		<p>Guntolf Van Kaick – Paranaense; agropecuarista Agrônomo; Administrador de Empresas; Extensionista Rural em Santa Catarina; Funcionário da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo; Presidente da OCEPAR; da ASSOCEP;</p>	-----

		Assessor Técnico da Cooperativa Agrícola de Cotia; Membro da Comissão Nacional de Sementes e Mudanças (Conasem) e 1º Vice-presidente do CEXPAR.	
--	--	---	--

1989-1991		
	Mar. 1988 – Jan. 1989	Jan. 1989 – Abr. 1991
Presidente	João Roberto Rodrigues	
Vice-presidente	<p>Adelar da Cunha – Gaúcho; Agropecuarista; Economista; Presidente da OCERGS; Conselheiro da Cooperativa Regional de Energia e Desenvolvimento do Litoral Norte (COOPERNORTE); Membro do Conselho Estadual do Leite; Vice-presidente da Cooperativa Tritícola Mista Alto Jacuí (COTRIJAL); presidente do INCRA.</p> <p>Harry Dorrow - Catarinense; Pecuarista; Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), Presidente do Instituto Técnico das Cooperativas (ITEC) e da Cooperativa Central Agrícola do Vale do Itajaí; Membro do Conselho de Administração da CBCL e do Conselho de Administração da Associação Comercial e Industrial de Itajaí; Fundador da Cooperativa Regional dos Produtores de Leite do Sul.</p> <p>Wilson Thiesen – Catarinense; Agrônomo; agropecuarista e industrial; presidente da OCEPAR; Coordenador da ASSOCEP; Gerente Departamento de insumos da Cooperativa Central da Agropecuária do Paraná (Cocap); Vice-presidente da OCEPAR (1981-83); Vice-presidente da Confederação das Cooperativas Centrais do Paraná (Confepar); Membro da Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças, da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná; do Sindicato da Indústria de Laticínios e Derivados do Estado, do Centro de Comércio Exterior do Paraná e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná.</p> <p>José Mario Freitas – goiano, agropecuarista.</p> <p>.</p> <p>Ronaldo Ernesto Scucato – Mineiro; agropecuarista; Advogado; Representante do segmento de Consumo e Crédito Urbano; primeiro Presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito Mútuo e da Federação Mineira das Cooperativas de Crédito Mútuo (Femicoop); Vice-presidente da OCEMG, Diretor financeiro da Cooperativa dos Servidores do Departamento de Extensão Rural/MG (Coopeder); Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Colaboradores da Coopeder (Creder), Membro principal da Junta de Vigilância da Organização das Cooperativas da América (OCA)</p> <p>Francisco Alves dos Santos – Sergipano; Agrônomo e Advogado; Agropecuarista; Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe; Presidente da Assocene (Associação de Orientação das Cooperativas do Nordeste); Ocupou importantes cargos públicos e em empresas privadas em Sergipe; Suplente de Deputado Federal</p>	
Superintendente.	_____	Nelson Victor Trombeta – paulista; Agrônomo e especialista dos quadros da EMATER.

Fonte: MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: EdUFRRJ, 2010d atualizado

ANEXO 9: PRIMEIRA DIREÇÃO NACIONAL DO MST (1984)

Diretores	Estados	Trajatória
Darci Maschio	Rio Grande do Sul	Gaúcho, filho de pequenos agricultores, estudou até a quinta série primária, pois teve, junto aos seis irmãos, ajudar o pai na lavoura. Começou a frequentar ainda no início da década de 1980 reuniões com outros agricultores na paróquia de Três Passos organizada pela CPT. Integrou a comissão e passou a ter formação política, participando de reuniões da comissão ainda em 1983. Maschio ajudou criar as comissões que formariam o MST no RS. No primeiro encontro do MST em Cascavel, no Paraná, tornou-se um membro da diretoria nacional, representando o estado de RS. Participou de algumas ocupações de terras na região e formou diversos assentamentos. Foi assentado ainda em 1985 em Annoni.
Geraldo dos Santos		Gaúcho, filho de agricultores da região estudou até a quinta série primária. Seu pai atuava na CPT e no sindicato. Frequentou o seminário por um ano, pois queria ser padre. Dedicou-se as atividades da comunidade e da Pastoral da Juventude em Três Passos. Em 1984 ajudou na organização da ocupação de terras no município vizinho. Foi assentado ainda em 1985. Foi candidato a prefeito de Erval Seco pelo Partido dos Trabalhadores, mas perdeu a eleição. Participou ativamente como diretor nacional do MST organizando outras ocupações no RS.
Francisco Dall'Chiavon (Chicão)	Santa Catarina	Catarinense, frequentou a escola pela primeira vez aos 9 anos. Chegou até a quinta série primária. Ajudava os pais na pequena propriedade da família que plantava fumo e criava porcos. Na década de 1970 virou líder dos grupos de reflexão do distrito de Chapecó, organizados pela Igreja Católica. Atuou também na CPT e em outras pastorais da Igreja. Foi diretor nacional do MST, convidado pelos padres da CPT para integrar a primeira reunião em Cascavel que fundou o movimento. Chicão participou também de congressos da CONTAG. Ajudou na ocupação de terras na região e em outros estados também. Na década de 1980 ajudou a fundar o PT na região e ganhou a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó (SC). Fez alguns cursos, inclusive na Bulgária, sobre cooperativismo. Em 1984 tornou-se representante do MST na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Foi vice-presidente da seção catarinense e dirigente do departamento rural da central sindical. Nos anos 90 ajudou a criar a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), oficialmente criada em 1992, onde assumiu a presidência permanecendo no cargo até 2005.
Agnor Bicalho Vieira (Parafuso)		Capixaba, filho de trabalhadores rurais volantes, estudou apenas até a segunda série primária. Foi presidente da Associação de moradores de Araquari e ministro de uma das paróquias do município. Atuava também nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) ainda na década de 1970. Nos anos 80 passou a atuar na CPT onde participou de congressos promovidos pela entidade católica. Já como diretor nacional do MST, participou de diversas ocupações em SC além da organização do MST na região. Foi assentado na região de Araquari em 1981. Em 1982 foi candidato a deputado federal pelo PT e depois também a vereador. Perdeu em ambas.
Neuri Mantovani	Paraná	Gaúcho, filho de pequenos proprietários, se mudou ainda pequeno para o oeste paranaense, onde trabalhada junto com os irmãos e o pai na roça de subsistência, numa propriedade de 28 hectares que não havia o título direto, apenas um documento provisório. Entrou para o seminário, a convite de um padre belga. Durante o seminário passou a militar na CPT, na CEB e na Pastoral Universitária. Cursou Filosofia, mas não se formou. Abandonou o seminário e a faculdade, passando a atuar como assessor do Sindicato dos trabalhadores rurais de Capanema (PR). Ajudou nos trabalhos da

		Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) para dar assistência técnica na região. Entregou o cargo de diretor nacional do MST logo após o congresso de fundação do movimento. Filiou-se ao PT, assumindo a presidência municipal do partido. Foi chefe de gabinete de Pedro Tornelli, nos seus mandatos de deputado estadual no Paraná e, depois, de deputado federal. Também foi assessor da subchefia de Assuntos Parlamentares da Presidência da República no mandato do presidente Lula (2003-2011).
Jandir Basso		Gaúcho, filho de pequenos proprietários de terra – 20 hectares em Santa Catarina. Estudou até a quarta série primária. Prestou serviços de assistência técnica ao governo de Santa Catarina. Criou, junto com padres belgas da região do Paraná, a ASSESOAR. Militava ainda na CPT, coordenava o Movimento dos Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), uma das preconizadoras do MST, e ainda integrava a direção do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Medianeira (PR). Ajudou na ocupação de terras na região, ajudou ativamente na organização do primeiro encontro do MST no Paraná em 1984. Ajudou a fundar o PT na cidade e concorreu ao cargo de deputado estadual pelo partido, sem sucesso. Foi vereador, em 1988, em Medianeiras. Trocou de partido em 1991, para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Tentou se candidatar a vereador no município vizinho, mas perdeu o pleito.
Francisco Nascimento	São Paulo	Dados não encontrados
José Fernandes		Dados não encontrados
Santina Gracielle	Mato Grosso do Sul	Gaúcha, filha de agricultores do RS, estudou até a quinta série primária. Ajudava na realização das missas na paróquia de Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul. Em 1984 foi convidada para pela CPT para participar da ocupação de terras na região. Atuava como colaboradora da CPT nessa época. Foi selecionada para representar o MS no primeiro encontro dos sem-terra que formaria o MST. Nesse encontro, foi escolhida como diretora nacional do MST representando o MS. Depois de ameaças de morte na região, mudou-se para Rondônia onde continuou a militância e assistência aos trabalhadores rurais da região. Foi diretora do colégio da comunidade, dirigente de estudo bíblico dominical da Igreja Católica e ainda agente voluntária de saúde. Concorreu ao cargo de vereadora, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas perdeu as eleições.
Milício Pereira da Silva		Morto
Oswaldo de Oliveira (Oswaldão)	Rio de Janeiro	Morto
Laerte Rezende Bastos'		Nasceu em Itaperuna (RJ) filho de pequenos proprietários rurais. Foi ativista do Partido Comunista Brasileiro (PCB), militou nos movimentos populares, tendo sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias (RJ) de 1963 a 1964, quando foi preso e torturado por motivos políticos pelo regime militar instaurado em abril de 1964. Foi também fundador e presidente da Associação do Mutirão Urbano de Nova Aurora e da Associação do Mutirão Rural de Campo Alegre, ambos assentamentos populares na Baixada Fluminense. Em novembro de 1986, concorreu a uma vaga na Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Democrático Trabalhista (PDT), porém não obteve êxito. Iniciou-se na vida pública ao eleger-se, em novembro de 1988, vice-prefeito de Nova Iguaçu (RJ), sendo empossado em janeiro do ano seguinte. Em meados de 1990, desincompatibilizou-se do cargo para candidatar-se a uma cadeira de deputado federal nas eleições de outubro, quando obteve a primeira suplência da legenda. Assumiu o mandato em fevereiro de 1991 em substituição ao titular Fernando Lopes, nomeado secretário de Planejamento e Controle do

		<p>Estado do Rio de Janeiro no segundo governo Leonel Brizola (1991-1994).</p> <p>Com a morte do deputado Brandão Monteiro (PDT), em 29 de setembro de 1991, Laerte Bastos foi efetivado como deputado federal, tendo sido, ainda nesse ano, membro titular da Comissão de Agricultura e Política Rural da Câmara.</p> <p>Tentou a reeleição na legenda do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em 3 de outubro de 1994, mas não foi bem-sucedido. Dezesesseis dias depois, no entanto, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro decidiu anular o pleito por suspeita de fraude. Marcada nova eleição para novembro seguinte, Laerte Bastos saiu mais uma vez derrotado, obtendo apenas uma suplência.</p> <p>Deixou a Câmara em janeiro de 1995, ao final da legislatura, e ainda nesse ano tornou-se subsecretário de Habitação do Estado do Rio de Janeiro no governo Marcelo Alencar (1995-1998). Também em 1995, passou a integrar a executiva regional do PSDB fluminense.</p> <p>Em 2007, Laerte Bastos teve processo deferido pela Comissão de Anistia e foi indenizado pelos danos sofridos durante o regime militar.</p>
Osvaldo Xavier	Espírito Santo	<p>Baiano, filho de pequenos proprietários de terra em Macarani (BA), estudou até a quinta série primária. Foi para São Paulo onde trabalhou em diversos trabalhos temporários, como servente de pedreiro e balconista. Devido a um prêmio na Loteria Federal, voltou para o ES onde comprou uma propriedade de 77 hectares onde plantava mandioca, banana e café. Xavier chegou a ganhar a medalha de melhor produtor da região. Em 1978 passou a frequentar cursos promovidos pela Igreja Católica. Auxiliou na Pastoral Social da região e começou a militância na CPT. Filou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Conceição da Barra. Como não conseguiu ganhar as eleições do sindicato, fundou a Associação dos Trabalhadores Rurais de Conceição da Barra e Pedro Canário. Em 1982 filou-se ao PMDB, depois trocou de legenda, foi para o PT. Em 1985 participou do primeiro congresso do MST onde foi escolhido para ser um dos diretores nacionais representando o ES. Ajudou na organização de ocupações de terras na região, já como diretor do MST.</p>
Silvio Manoel dos Santos		<p>Capixaba, filho de trabalhadores rurais que venderam sua pequena propriedade de terras no Espírito Santo. Santos não estudou. Já casado passou a frequentar a Igreja local onde aprendeu a ler e escrever. Tornou-se pequeno proprietário e líder comunitário da comunidade Divino Espírito Santo passando a militar junto às CEBs da região. Foi membro da Legião Brasileira de Assistência (LBA), entidade formada em 1942, de caráter filantrópico. Foi presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de São Mateus em 1981 e passou a organizar as ações dos trabalhadores rurais da região. Não concordava com as ocupações e os assentamentos, mas mesmo assim integrou a direção nacional do MST, em 1985, representando o ES em paralelo com as atividades do sindicato e da CPT. Nos anos 90 tentou ser vereador novamente pelo PT e perdeu. Foi ainda o presidente do PT estadual do ES.</p>
Santos Luiz Silva	Minas Gerais	<p>Mineiro, cresceu na pequena propriedade do pai em Minas Gerais. Estudou até a quarta série primária por um professor contratado pelo próprio pai para ensinar aos doze filhos e outras crianças da região. Foi tratorista de uma reflorestadora da região onde, em 1983 comandou a primeira greve da reflorestadora. Nesse mesmo período foi também tesoureiro e presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de São João do Paraíso. Em 1985 foi escolhido como diretor nacional do MST, representando a região de Minas Gerais, mas saiu do cargo e do movimento poucos meses depois. Nos anos 90 concorreu a vereador pelo PT, mas perdeu o pleito. Saiu da vida política e é motorista de caminhão.</p>
Antonio Inácio Correa		<p>Mineiro, filho único de um pequeno proprietário com 50 hectares em Barreto do Mato, distrito de Bonito. Ajudava o pai na plantação de</p>

		<p>milho, feijão, cana e mandioca para subsistência. Estudou na escola técnica de Januária (MG) onde concluiu o ensino fundamental, aprendendo também a profissão de barbeiro e alfaiate. Exerceu a profissão de barbeiro por pouco tempo, pois foi trabalhar como tropeiro de burros em uma fazenda na região. Trabalhou no Departamento de Estradas e Rodagens de Minas Gerais, na manutenção das rodovias da região. Foi convidado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Januária para ajudar na resolução de pequenos conflitos fundiários. Foi colunista da <i>Folha de Januária</i>, periódico local, onde fazia constantes denúncias que eram colhidas no sindicato. Nesse tempo passou também a atuar na CPT e na CUT. Ajudou ainda a criar a diretoria do PT em Januária e foi, em 1988, candidato a vereador, perdendo o pleito. Integrou uma ONG de direitos humanos. No final da década de 80 deixou a direção nacional do MST, mas continuou sua participação no sindicato.</p>
Adalberto Rocha Pacheco (Betão)	Bahia	<p>Baiano, filho de pequenos proprietários rurais do sul da Bahia, Betão estudou até a quarta série primária. Foi balconista de uma padaria ainda criança e ajuda os pais no trabalho da roça de subsistência. Trabalhou ainda na serralheria da região. Foi metalúrgico em São Paulo e participou, na época, das greves no ABC paulistas lideradas pelo metalúrgico Luis Inácio Lula da Silva. Nos anos 80 voltou à Bahia e foi boia fria. Nesse momento passou a frequentar as reuniões e cultos da Igreja Católica. Ajudou a CPT e a CEB da região a criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcobaça e Teixeira de Freitas (BA). Em 1985 já como diretor nacional do MST representante do estado baiano atuava junto ao sindicato na resolução de problemas em torno dos conflitos entre os grandes produtores e boias frias. Ajudou na ocupação de terras já como diretor do MST. Foi assentado na ocupação do 40x45 na região sul da Bahia apenas nos anos 90. Atualmente é diretor estadual do MST e continua a fazer o trabalho de base na região sul e sudeste da Bahia.</p>
Olinda Maria de Oliveira		<p>Baiana, filha de um pequeno proprietário de terra de 12 hectares, estudou até a quarta série primária. Foi professora primária da região e, depois de dez anos, conseguiu concluir o segundo grau completo. Foi catequista para as crianças e tornou-se logo em seguida, a participar das atividades na CEB da região. Tornou-se tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Maria da Vitória (BA). Fundou o Movimento Mulheres Unidas na Caminhada (MMUC), com sede no oeste baiano. Afastou-se da militância na década de 1990, tanto do MST quanto do Sindicato. Foi para São Paulo ser empregada doméstica. Foi assentada no assentamento Reunidas José da Rosa, em Sítio do Mato, município vizinho de sua cidade natal na Bahia, em 1997, onde mora até hoje e é professora na região.</p>
Valdecir Assis de Andrade	Rondônia	<p>Capixaba, foi para Rondônia com a família através do programa de colonização de terras no Norte. Extraía látex das seringueiras no lote da família e tinham uma plantação para subsistência. Ajudava a organizar, na década de 1980, os cultos na Igreja Católica de Ouro Preto do Oeste. Começou a militar na CEB que se reunia na igreja. Após ler o documento da primeira reunião dos trabalhadores rurais sem-terra, decidiram enviar representantes para a próxima reunião, em Curitiba e Valdecir Andrade foi escolhido como um dos representantes de Rondônia e membro da executiva nacional representando o estado. Ajudava na organização de assentamentos na região rondoniense. Afastou-se da direção nacional do MST e foi trabalhar na secretaria agrária do PT em Rondônia, chegando a integrar o diretório nacional do partido. Foi secretário adjunto da secretaria de Agricultura do Município de Ouro Preto do Oeste, na gestão do prefeito do PT, depois foi titular da pasta até 1995. Comandou uma cooperativa ligada ao MST estadual por um ano. Em 1998 foi assentado em Nova União (RO). Atualmente trabalha na colheita de leite de proprietários da região para uma indústria de leite.</p>

Lourival Dias de Oliveira		Dados não encontrados.
---------------------------	--	------------------------

Fonte: SCOLESE, Eduardo, 2008. CÂM. DEP. *Deputados brasileiros. Repertório* (1991-1995); CÂM. DEP. *Quadro de titulares e suplentes; Dia* (19/10/90); *Folha de S. Paulo* (18/9/94); *Globo* (20/3/96); *Jornal do Brasil* (27/10/90); sítio oficial do Ministério da Justiça (www.mj.gov.br).

ANEXO 10: DIRIGENTES DA ABCAR E SUAS TRAJETÓRIAS(1956-1975)

Presidentes

Nome:	Período:	Origem:	Trajetória:
João Napoleão Andrade	1956-1972	Minas Gerais	Fazendeiro, oriundo de uma família tradicional de Minas Gerais que exportava cristal de rocha para os Estados Unidos durante o período da II Guerra Mundial. Estudou nos EUA. Iniciou sua vida profissional em 1926, como funcionário do Banco do Brasil . Era amigo de Juscelino Kubitschek , se reunia com o presidente diretamente e promovia encontros entre ele e Rockefeller Foi Presidente da ACAR-Minas de 1951 a 1971. Presidente da ABCAR durante toda a sua existência saindo apenas devido ao seu estado de saúde. De 1961 a 1962 foi presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo . De 1965 a 1966 foi Presidente do Comitê Técnico Interamericano para Juventude Rural da OEA , mantendo-se membro até 1970. Foi Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil de 1966 a 1969. Diretor técnico da CRB/CNA de 1963 a 1966. Foi agraciado com as seguintes medalhas: “Lane Bryant Internacional Volunteer Award”, Medalha Inconfidência – 1961, Medalha do Mérito Agrícola (dada pela SNA) – 1963, Medalha José Bonifácio – 1967, Comenda do Mérito Cívico – 1967, Personalidade Mineira no Setor da Agricultura – 1960, “Cooperativista Emérito” título concedido pela Federação Brasileira das Cooperativas de Cafeicultores, Cidadãos Honorário de Além Paraíba - Minas, Paraúma - GO.
Luiz Fernando Cirne Lima	1972-1973		Agrônomo e Pecuário foi presidente da FARSUL de 1968 a 1969. Integrou o Conselho Superior da SNA . Foi Ministro da Agricultura de 1969 a 1973e, posteriormente, diretor da Associação Brasileira de Criadores de Gado (ABC). Atualmente é presidente de honra da Associação Brasileira de Criadores de Gado Devon (ABCD).

Vice-presidente

Nome:	Período:	Procedência:	Trajetória
Kurt Weissheimer	1956-1957	Não encontrado	Diretor-executivo da ACAR-RS
Ewaldo Saramago Pinheiro	1958-1974	Rio de Janeiro	Fluminense, pecuarista, advogado e professor, presidente da ACAR-RJ . De 1964-1966 foi Presidente, Federação Fluminense das Associações Comerciais, Industriais e Agropastoris e Diretor vogal da CNA de 1978 a 1979 além de ser suplente da diretoria de 1967 a 1982. Foi também membro fundador da União Democrática Nacional (UDN) no Rio de Janeiro, vice-presidente da UDN no mesmo estado, deputado estadual pela UDN e pela ARENA e deputado federal do Rio de Janeiro pelo PDS em 1983.

Secretário/diretores executivos:

Nome:	Período:	Procedência	Trajetória:
Isnar Campêlo	1956-1957	Piauí	Funcionário da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, foi também extensionista na ABCAR.
Aloísio Monteiro C. Campelo	1966-1974	Pernambuco	Técnico em Administração de Empresas. Foi secretário do Ministro da Agricultura, Dr. Neto Campelo, seu pai, em 1946. Manuel Neto Carneiro Campelo, seu pai, era usineiro de Nazaré da Mata, Pernambuco onde foi líder rural e integrante do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Chefiou o Serviço Imobiliário e o Departamento de Benefícios de 1951 a 1956. Chefiou o Departamento Administrativo da ABCAR no período de 1958 a 1966. Dirigiu Comissão de Financiamento da Produção de 1971 a 1973. Recebeu a medalha do Mérito “Ministro Fernando Costa” oferecida pela SNA em 1978.
José Irineu Cabral	1958-1963	Pernambuco	Pernambucano, bacharel em Direito, Economista, pecuarista; diretor do Serviço de Informação Agrícola (SIA) do Ministério da Agricultura (1950-54); Secretário da ANCAR de 1954 a 1958; diretor do Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos (ETA) em 1961-62; diretor-executivo do Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (Acida), em Washington, DC, da USACBD, FAO, OEA, Cepal-IICA (1964-1965); Consultor em Missões do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); sócio e dirigente da ABCZ (Associação Brasileira de Gado Zebu). Foi o primeiro presidente da EMBRAPA (1973-1980)
Marcos Carvalho Pereira	1961-1966	Informação não disponível	Engenheiro Agrônomo, formado em 1942 pela Escola Superior de Agricultura de Lavras-MG. Iniciou sua vida profissional participando como técnico de campo nos Estados do Pará, Acre e no território de Rondônia, devido a borracha, durante a II Guerra Mundial. Implantou e coordenou os trabalhos de extensão de Santa Rita do Passa Quatro – São Paulo. Foi chefe do Departamento Técnico, Assessor técnico e Chefe do Setor de Informação e Comunicação e Diretor executivo substituto, enquanto José Irineu foi chefe do Gabinete do Ministro da Agricultura Oswaldo Lima Filho. Assumiu a presidência da Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA de 1974 a 1975. Foi assessor técnico da EMBRATER. Realizou treinamento nos EUA, Peru e Honduras
Orlando de Almeida Albuquerque	1974	Minas Gerais	Dados indisponíveis
Pedro Merçon Vieira	1974		Foi um dos primeiros representantes do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA no Brasil e um dos que formulou a política de crédito rural do Ministério da Agricultura em 1968. Fonte: Díaz (ed.) 1990, p. 29.

Fonte: OLIVEIRA, Pedro Cassiano Farias. **Extensão Rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR (1948-1974)**. Niterói, dissertação de mestrado PPGH/UFF, 2013, Anexo I, p. 152-153.

ANEXO 11: REVISTA EXTENSÃO RURAL E O ENSINO MOBRAL



Fonte: Revista *Extensão Rural*, fev. 1972, capa



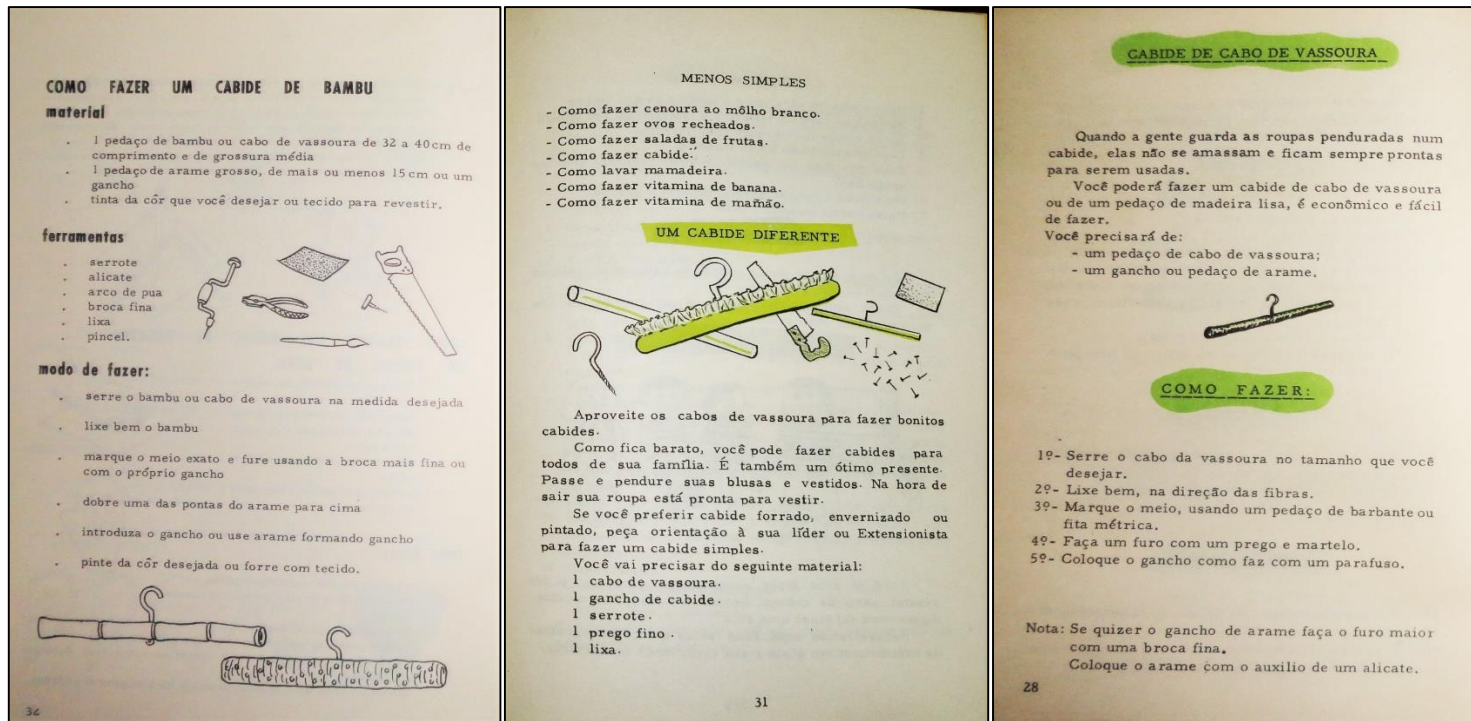
ANEXO 12: IMAGENS DE JOVENS DOS CLUBES 4-S

Na legenda acima é possível ler: “Extensão e juventude rural: uma filosofia de desenvolvimento integral, visando ao progresso e ao bem-estar”.

A legenda está escrito: “A juventude rural, integrada ao processo produtivo, participa do esforço familiar, na busca do desenvolvimento”. É possível observar ainda que a moça que se encontra em pé está com um “broche” do clube 4-S.

Fonte: EMBRATER. *Extensão Rural ano 30: 1948-78*. Brasília, 1978, p. 16-17.

ANEXO 13: CARTILHAS DE ECONOMIA DOMÉSTICA DAS ASSOCIAÇÕES ESTADUAIS DE MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E PERNAMBUCO



Fonte: ACAR-MG. *Projeto Básico de economia doméstica. 1ª divisão Clubes 4-S.* Belo Horizonte, Acar-MG,s.d., p. 34

ACAR-RJ. *A boa dona de casa, 2ª divisão de clubes 4-S.* Rio de Janeiro: Acar-RJ, 1965, p. 31.

ANCAR-PE. *Guia de Projeto economia doméstica.* Recife: Acar-PE, 1963, p. 28.

**ANEXO 14: “UM HOMEM, UMA MULHER E UM JIPE”, REPRESENTAÇÃO BÁSICA
DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL**



A equipe de extensionistas, um agrônomo e uma professora, deslocam-se de jipe para o interior para ganhar a confiança dos agricultores, trabalhando a seu lado

Legenda acima: “A equipe de extensionistas, um agrônomo e uma professora, deslocam-se de jipe para o interior para ganhar a confiança dos agricultores, trabalhando a seu lado”.

É possível notar que abaixo da sigla “ACAR” configura-se a marca norte-americana “Willys”.

Fonte: EMBRATER. *Extensão Rural ano 30: 1948-78*. Brasília, 1978, p. 2